



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Hildo Cezar Freire Montysuma

**Formação histórica e política do Acre: interesses e tensões na implantação do Instituto
Dom Moacyr de Educação Profissional**

Rio de Janeiro

2024

Hildo Cezar Freire Montysuma

**Formação histórica e política do Acre: interesses e tensões na implantação do Instituto
Dom Moacyr de Educação Profissional**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marise Nogueira Ramos

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M814 Montysuma, Hildo Cezar Freire.
Formação histórica e política do Acre: interesses e tensões na implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional/ Hildo Cezar Freire Montysuma . – 2024.
281 f.

Orientadora: Marise Nogueira Ramos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Educação – Aspectos políticos – Teses. 2. Ensino profissional – Acre (Brasil) – Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. I. Ramos, Marise Nogueira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

br

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Hildo Cezar Freire Montysuma

**Formação histórica e política do Acre: interesses e tensões na implantação do Instituto
Dom Moacyr de Educação Profissional**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Marise Nogueira Ramos (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Maria Ciavatta

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a. Lenilda Rêgo Albuquerque de Faria

Universidade Federal do Acre - UFAC

Prof. Dr. Rafael Bastos Costa de Oliveira

Centro de Educação e Humanidades - UERJ

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese aos meus pais, Hildo da Cunha Montysuma e Rita do Carmo Freire Montysuma (*in memoriam*), meus primeiros educadores. Dedico à minha amada Esposa, Anna Carla da Paz e Paes Montysuma; aos meus filhos, tesouro que vale mais que ouro e prata: Pedro Luca Paes Montysuma, Anna Marina Paes Montysuma e João Francisco Paes Montysuma. Aos meus amados irmãos, Marcos Fábio Freire Montysuma, Marcondes Freire Montysuma e Hilda Maria Freire Montysuma e a todos os companheiros e companheiras de luta e ideais em defesa dos explorados e oprimidos pelo capital. Dedico aos Professores, que cultivam a nobre tarefa de socializar a riqueza do saber sistematizado, construído histórica e socialmente pela humanidade. À minha classe social o proletariado, produtor de riquezas e construtor do mundo novo.

Ao meu irmão amigo, Montaserbelah Handi Hamdan Alshawwa, em nome de quem dedico a todo o povo palestino vítima de genocídio, que com seu martírio, encarnam a dor da opressão do capital sobre os povos e trabalhadores do mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram com esta pesquisa, em especial à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, pela oportunidade de estudos, aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH, aos funcionários da UERJ nas pessoas de Marcos Antônio da Silva, Bárbara Reis, Humberto Moreira e Wilson Salgado que tão bem nos atenderam na Secretaria do PPFH e, com seu trabalho dedicado, contribuíram com nossos estudos e pesquisas.

Agradeço em especial as contribuições da Banca Examinadora, pelas inestimáveis críticas do Dr. Gaudêncio Frigotto, da Dra. Lenilda Rêgo Albuquerque de Faria, da Dra. Maria Ciavatta que enriqueceram a exposição dessa pesquisa.

Agradeço a minha querida Orientadora Dra. Marise Nogueira Ramos, pela orientação serena, mas firme; por me guiar pelo embrincado caminho da pesquisa científica, pelas palavras de incentivo nos momentos de dificuldade.

Aos companheiros e companheiras do Grupo de orientandos da Dr^a. Marise Ramos e do Grupo THESE pelas jornadas de estudos e debates, que se constituíram em aporte teórico fundamental.

Agradeço de forma especial a todos do antigo Instituto Dom Moacir – IDM nas pessoas do Sociólogo Irailton Lima, da Prof^a. Marília Bezerra de Santana Macedo, do Prof. Gerlandes Tadeu Sales Bento, a Prof^a. Mara Lima e da Prof^a. Jacqueline Rodrigues Paiva pelas indicações dos documentos e por facilitarem o acesso as informações e pelo atendimento sempre atencioso.

Agradeço a Equipe Gestora da Escola São Francisco de Assis I, nas pessoas da Prof^a. Reginalva Trelha – Coordenadora de Ensino, Prof^a. Lucimeire Rocha – Coordenadora Pedagógica, Maria Florisnete Flor Almeida – Presidente do Conselho Escolar, Prof^a. Jocélia Maria Souza – Coordenadora Administrativa, Luciete Silva – Secretária Escolar, Francisco Araújo, o Chiquinho – Secretário Escolar e a todas as professoras e professores que, junto com os funcionários da Escola, supriram minhas ausências durante a fase de coleta de dados e nos momentos da escrita do texto final sem que houvesse prejuízo para o trabalho educativo, dando demonstração viva de companheirismo e amizade.

Agradeço aos meus familiares, sobretudo a Anna Carla da Paz e Paes Montysuma, minha esposa e companheira, pelo incentivo e apoio nos momentos mais difíceis; aos meus filhos Pedro Luca Paes Montysuma, Anna Marina Paes Montysuma e João Francisco Paes Montysuma, pelo amor e carinho, combustíveis indispensáveis nessa jornada.

Agradeço aos meus irmãos Marcos Fábio Freire Montysuma, Marcondes Freire Montysuma e Hilda Maria Freire Montysuma pelos incentivos, cobranças e os livros emprestados.

Agradeço aos meus Camaradas da Escola Nacional do Partido Comunista do Brasil, Adalberto Monteiro, Altair Freitas, Nereide Saviani, Sérgio Barroso, Madalena Peixoto, Ilka Bichara e Elias Jabbour, pelo incentivo e exemplo de dedicação à luta revolucionária de emancipação do proletariado e à ciência.

Agradeço as companheiras Prof^ª. Beatriz Helena, Prof^ª. Maria Aparecida, Prof^ª. Esperanza Ângulo e Prof^ª. Yaíma Gómez pela leitura atenta do texto da Tese e as correções precisas do português, inglês e espanhol, respectivamente.

Agradeço ao Prof. Francisco Hipólito de Araújo Neto e Prof^ª. Rosana Oliveira, curadores da Casa de Memória “Daniel Pereira de Mattos”, por terem franqueado o espaço, o acervo e pelo incentivo, apoio e, principalmente, pelo exemplo de dedicação à pesquisa científica historiográfica.

Agradeço a Frank Batista, Inácio Netto, Zé Uchôa, Cesinha Félix e Marcio Batista pela amizade e conversas instrutivas.

Por fim, agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram com essa pesquisa, em verdade, ela não teria sido possível sem a colaboração de todos.

para os que erraram,
mas souberam aprender
com a lição dos revezes,
os que já levaram tanta porrada
mas não desanimam
e continuam firmes
no seu amor revolucionário,
fazendo a sua parte
todos os dias
- em qualquer lugar do mundo –

RESUMO

MONTYSUMA, Hildo Cezar Freire. *Formação histórica e política do Acre: interesses e tensões na implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional*. 2024. 270 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Essa pesquisa analisa criticamente a implantação do Instituto Dom Moacyr no Estado do Acre, no contexto da reforma da educação nos anos 2000. O problema que motivou a investigação foram os interesses e fundamentos teóricos que serviram de parâmetro aos dirigentes da Frente Popular do Acre – FPA, para a implantação de uma política de educação profissional separada da etapa final da Educação Básica, do qual decorreu o seguinte objetivo geral: identificar quais os interesses e fundamentos teóricos serviram de parâmetro aos dirigentes da FPA, para a implantação de uma política de educação profissional separada da etapa final da Educação Básica. Como método de investigação adotou-se o materialismo histórico-dialético, fundamentado em Arismendi (1965); Barata-Moura (1997); Hobsbawm (2011); Marx & Engels (2007, 2010 e 2011); Marx (2008, 2013, 2011 e 2017); Engels (1988, 2008 e 2020); Gramsci (2004, 2007 e 2011); Kosik (2002 e 2023); Cheptulin (2004); Manacorda (2008); Mészáros (2011); Schaff (1982). Assim como os autores nacionais, vinculados a essa perspectiva teórica: Ciavatta (2006 e 2016); Frigotto (1996, 2009, 2010 e 2012); Ramos (2001 e 2024); Saviani (1991, 1993, 2010, 2012, 2013 e 2015). Quanto aos procedimentos de investigação, apoiamos-nos em: Ciavatta (2016); Frigotto (2012); Kuenzer (2013). Na análise histórica, que situa o objeto de investigação: Calixto, Souza e Souza (1985); Maia (2009); Martinello (2004) e Souza (2005). No campo antropológico nos referenciamos nos estudos de Aquino e Iglesias (2005); Aquino (1977); Iglesias (2010); Dalmolin (2004); Pantoja (2008) e Silva (1983). Quanto aos procedimentos, o trabalho conta com a análise de documentos do Ministério da Educação, da Secretaria de Estado de Educação do Acre, dos quais os principais foram o Relatório Geral do Primeiro Encontro de Educação Profissional do Acre (SOUZA, MACEDO e PAIVA, 2005) e o Plano de Educação Profissional (ACRE, 2000), o Relatório de Gestão – Período 2003 – 2006 (IDM, 2006). Pode-se concluir que os interesses e fundamentos teóricos que embasaram os dirigentes da FPA na definição de um projeto dual de educação se sustentaram nas contradições do capitalismo contemporâneo cuja fundamental se dá entre a produção social e a apropriação capitalista que se manifesta na forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia, da qual decorrem as contradições secundárias; a opção por um projeto dual de educação na implantação do IDM foi consciente e deveu-se a duas razões fundamentais: 1) os dirigentes da FPA confundiram o projeto de unificação educacional expresso no Decreto nº 5154/2004 com o tecnicismo do período militar normatizado pela Lei 5692/1971; 2) no interior dessa unidade operou a contradição permanência x renovação, em que o polo da permanência se constituiu em dominante e determinante, portanto, hegemônico ao longo da existência da FPA, levando à corrosão do próprio programa originário do bloco de forças no poder, alterando o conteúdo político da aliança. Concluímos ainda que a implantação do IDM, se sustentou em cinco pilares, a saber: 1) econômico: prevaleceram as demandas do mercado com vistas à reprodução ampliada do capital; 2) político: o neoliberalismo; 3) filosófico: o pragmatismo estadunidense; 4) pedagógico: hegemonia da pedagogia das competências; 5) didático: as metodologias ativas. A investigação do processo de implantação da Educação Profissional no Acre traz importantes indicações que possibilitam entender melhor como se deu a derrota da FPA e porque o Acre se tornou um dos estados mais reacionários ao projeto de emancipação dos trabalhadores do trabalho alienado.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Politecnia. Emancipação humana. Neoliberalismo.

ABSTRACT

MONTYSUMA, Hildo Cezar Freire. *Historical and political formation of Acre: interests and tensions in the implementation of the Dom Moacyr Institute of Professional Education*. 2024. 270f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research critically analyzes the implementation of the Dom Moacyr Institute in the State of Acre, in the context of the education reform in the 2000s. The problem that motivated the investigation was the interests and theoretical foundations that served as a parameter for the leaders of the Popular Front of Acre – FPA, for the implementation of a professional education policy separate from the final stage of Basic Education, from which the following general objective resulted: to identify which interests and theoretical foundations served as a parameter for the leaders of the FPA, for the implementation of a professional education policy separate from the final stage of Basic Education. As a method of investigation, historical-dialectical materialism was adopted, based on Arismendi (1965); Barata-Moura (1997); Hobsbawm (2011); Marx & Engels (2007, 2010 and 2011); Marx (2008, 2013, 2011 and 2017); Engels (1988, 2008 and 2020); Gramsci (2004, 2007 and 2011); Kosik (2002 and 2023); Cheptulin (2004); Manacorda (2008); Mészáros (2011); Schaff (1982). As well as the national authors, linked to this theoretical perspective: Ciavatta (2006 and 2016); Frigotto (1996, 2009, 2010 and 2012); Ramos (2001 and 2024); Saviani (1991, 1993, 2010, 2012, 2013 and 2015). As for the research procedures, we rely on: Ciavatta (2016); Frigotto (2012); Kuenzer (2013). In the historical analysis, which situates the object of investigation: Calixto, Souza and Souza (1985); Maia (2009); Martinello (2004) and Souza (2005). In the anthropological field, we refer to the studies of Aquino and Iglesias (2005); Aquino (1977); Iglesias (2010); Dalmolin (2004); Pantoja (2008) and Silva (1983). As for the procedures, the work relies on the analysis of documents from the Ministry of Education, the State Secretariat of Education of Acre, of which the main ones were the General Report of the First Meeting of Professional Education of Acre (SOUZA, MACEDO and PAIVA, 2005) and the Professional Education Plan (ACRE, 2000), the Management Report – Period 2003 – 2006 (IDM, 2006). It can be concluded that the interests and theoretical foundations that supported the leaders of the FPA in the definition of a dual project of education were based on the contradictions of contemporary capitalism, whose fundamental relationship is between social production and capitalist appropriation, which manifests itself in the form of antagonism between the proletariat and the bourgeoisie. From which secondary contradictions arise; the option for a dual education project in the implementation of the IDM was conscious and was due to two fundamental reasons: 1) the leaders of the FPA confused the project of educational unification expressed in Decree No. 5154/2004 with the technicality of the military period regulated by Law 5692/1971; 2) within this unity, the contradiction permanence x renewal operated, in which the pole of permanence became dominant and determinant, therefore, hegemonic throughout the existence of the FPA, leading to the corrosion of the very original program of the bloc of forces in power, altering the political content of the alliance. We also conclude that the implementation of the IDM was based on five pillars, namely: 1) economic: market demands prevailed with a view to the expanded reproduction of capital; 2) political: neoliberalism; 3) philosophical: American pragmatism; 4) pedagogical: hegemony of the pedagogy of competences; 5) Didactic: active methodologies. The investigation of the process of implementation of Professional Education in Acre brings important indications that make it possible to better understand how the defeat of the FPA occurred and why Acre became one of the most reactionary states to the project of emancipation of workers from alienated labor.

Keywords: Work. Education. Polytechnics. Human emancipation. Neoliberalism.

RESUMEN

MONTYSUMA, Hildo Cezar Freire. *Formación histórica y política de Acre: intereses y tensiones en la implementación del Instituto de Educación Profesional Dom Moacyr*. 2024. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta investigación analiza críticamente la implementación del Instituto Dom Moacyr en el Estado de Acre, en el contexto de la reforma educativa de la década de 2000. La problemática que motivó la investigación fueron los intereses y fundamentos teóricos que sirvieron de parámetro a los dirigentes del Frente Popular de Acre – FPA, para la implementación de una política de formación profesional separada de la etapa final de la Educación Básica, de la cual se derivó el siguiente objetivo general: identificar cuáles son los intereses y fundamentos teóricos que sirvieron de parámetro a los dirigentes del FPA, para la implementación de una política de educación profesional separada de la etapa final de la Educación Básica. Como método de investigación se adoptó el materialismo histórico-dialéctico, basado en Arismendi (1965); Barata-Moura (1997); Hobsbawm (2011); Marx y Engels (2007, 2010 y 2011); Marx (2008, 2013, 2011 e 2017); Engels (1988, 2008 e 2020); Gramsci (2004, 2007 y 2011); Kosik (2002 e 2023); Cheptulina (2004); Despierta (2008); Mészáros (2011); Schaff (1982). Así como los autores nacionales, vinculados a esta perspectiva teórica: Ciavatta (2006 y 2016); Frigotto (1996, 2009, 2010 y 2012); Ramos (2001 y 2024); Saviani (1991, 1993, 2010, 2012, 2013 y 2015). En cuanto a los procedimientos de investigación, nos basamos en: Ciavatta (2016); Frigotto (2012); Kuenzer (2013). En el análisis histórico, que sitúa al objeto de investigación: Calixto, Souza y Souza (1985); Maia (2009); Martinello (2004) y Souza (2005). En el campo antropológico, nos referimos a los estudios de Aquino y Iglesias (2005); Aquino (1977); Iglesias (2010); Dalmolin (2004); Pantoja (2008) y Silva (1983). En cuanto a los procedimientos, el trabajo se basa en el análisis de documentos del Ministerio de Educación, de la Secretaría de Estado de Educación de Acre, de los cuales los principales fueron el Informe General del Primer Encuentro de Educación Profesional de Acre (SOUZA, MACEDO y PAIVA, 2005) y el Plan de Educación Profesional (ACRE, 2000), el Informe de Gestión – Período 2003 – 2006 (IDM, 2006). Se puede concluir que los intereses y fundamentos teóricos que sustentaron a los dirigentes del FPA en la definición de un proyecto dual de educación se basaron en las contradicciones del capitalismo contemporáneo, cuya relación fundamental es entre producción social y apropiación capitalista, que se manifiesta en forma de antagonismo entre el proletariado y la burguesía. de donde surgen contradicciones secundarias; la opción por un proyecto de educación dual en la implementación del IDM fue consciente y se debió a dos razones fundamentales: 1) los dirigentes de la FPA confundieron el proyecto de unificación educativa expresado en el Decreto N° 5154/2004 con el tecnicismo del período militar regulado por la Ley 5692/1971; 2) dentro de esta unidad operó la contradicción permanencia x renovación, en la que el polo de permanencia se volvió dominante y determinante, por lo tanto, hegemónico a lo largo de la existencia del FPA, llevando a la corrosión del programa muy original del bloque de fuerzas en el poder, alterando el contenido político de la alianza. También concluimos que la implementación del IDM se basó en cinco pilares, a saber: 1) económicos: prevalecieron las demandas del mercado con miras a la reproducción ampliada del capital; 2) político: neoliberalismo; 3) filosófico: pragmatismo americano; 4) pedagógica: hegemonía de la pedagogía de las competencias; 5) Didáctica: metodologías activas. La investigación del proceso de implementación de la Educación Profesional en Acre aporta importantes indicios que permiten comprender mejor cómo se produjo la derrota de la FPA y por qué Acre se convirtió en uno de los estados más reaccionarios al proyecto de emancipación de los trabajadores del trabajo alienado.

Palabras clave: Trabajo. Educación. Politécnicos. Emancipación humana. Neoliberalismo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Povos originários remanescentes no Acre.....	58
Quadro 2 Os padrões Seringalistas e divisão étnica dos seringueiros	59
Quadro 3 Perda de população Pará-Acre no período 1920-1940	101
Quadro 4 Cronologia da criação dos STR's no Acre	113
Quadro 5 Fases da história do Acre, segundo a narrativa positivista oficial da FPA no poder	144
Quadro 6 Linha hereditária dos heróis acreanos segunda a mitologia positivista	145
Quadro 7 Investimento em Escolas de Educação Profissional (em R\$) aprovado pelo Conselho Diretor do PROEP	184
Quadro 8 Antinomia pedagógica liberal: tradição <i>versus</i> renovação	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASPAC	Associação dos Professores do Acre
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEA	Casa do Estudante Acreano
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEB	Câmara de Educação Básica
CELA	Centro de Educação Letras e Artes
CELAC	Comunidade dos Estados Latio-Americanos e Caribenhos
CFE	Conselho Federal de Educação
CICLU	Centro de Iluminação Cristã Luz Universal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPI/AC	Comissão Pró-Índio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRF	Círculo Regeneração e Fé
CSC	Corrente Sindical Classista
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCN-EP	Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional
DNI	Departamento Nacional de Imigração
EUA	Estados Unidos da América
FETAC	Federação de Teatro Amador do Acre
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Frente Popular do Acre
FPE	Fundo de Participação dos Estados
GEPRO	Gerência de Educação Profissional
GT	Grupo de Trabalho
IDM	Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional
IEPTEC	Instituto de Educação Profissional e Tecnológica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBELU	Liberdade e Luta
LIDAR	<i>Light Detection and Ranging</i>
MD	Materialismo Dialético
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MH	Materialismo Histórico
MMA	Movimento de Mulheres do Acre
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MTM	Movimento por uma Tendência Marxista
NSA	<i>National Security Agency</i>

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Ordem dos Servos de Maria
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PCP	Partido Comunista Português
PCU	Partido Comunista do Uruguai
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEP	Plano de Educação Profissional
PEP	Plano de Estruturação da Educação Profissional
POSDR	Partido Operário Social-Democrata Russo
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
<i>RDC</i>	<i>Rubber Development Corporation</i>
Resex	Reservas Extrativistas
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SEEB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Acre
SEMTEC	Secretaria de Ensino Médio e Tecnológica do Ministério da Educação
SINTEAC	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDV	União do Vegetal
UFAC	Universidade Federal do Acre
UNI	União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
UPPEA	União dos Professores Primários do Estado do Acre
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. GÊNESE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	25
1.1. Em defesa do materialismo histórico-dialético	26
1.2. Método de análise como fundamento dos procedimentos de investigação	41
1.3. Bases epistemológicas da intervenção.....	45
1.4. Procedimentos de Pesquisa	49
2 RAÍZES DO PROLETARIADO NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: OPRESSÃO, MASSACRES E RESISTÊNCIA	54
1.5. 2.1 O capital penetra na Amazônia Ocidental trazendo opressão e morte: a resistência dos povos originários	55
2.2. A conquista do Acre: revolução ou primeira batalha da borracha?	62
2.3 A formação das classes no período da conquista do Acre	71
2.3.1 O seringueiro	71
2.3.2 Os seringalistas, coronéis de barranco, os patrões: aspectos da classe dominante acreana	76
2.4 A luta pelo poder no Acre depois do Tratado de Petrópolis	79
2.5 A quebra do monopólio da borracha e a falência dos seringais nativos do Brasil	84
2.6 As religiões da floresta: fator de unidade social e resistência econômica e cultural diante da falência dos seringais	88
2.7 A segunda batalha da borracha	96
2.7.1 <u>A segunda grande guerra e a reabertura dos seringais nativos</u>	97
2.7.2 <u>Novo recrutamento de mão de obra: o soldado da borracha</u>	101
2.8. A chegada dos “paulistas”: um projeto da ditadura militar para expansão da pecuária de corte para Amazônia Sul-Occidental	104
2.9 Tenções e conflitos nas florestas e nas cidades do Acre: berço dos movimentos e partidos populares	110
2.10. Frente Popular do Acre – FPA: o amadurecimento da luta e da consciência de classe do proletariado acreano	122
2.10.1 <u>Aspecto parcial 1: o aglutinador das forças de esquerda</u>	125

2.10.2	<u>O fundamento burguês do individualismo</u>	132
2.10.3	<u>Aspecto parcial 2: A política de cabeça para baixo: A tática como fim</u>	137
2.10.4	<u>Aspecto parcial 3: o heroísmo na história: mediação entre o positivismo do passado e do presente</u>	144
2.10.5	<u>Aspecto parcial 4: O partido como negação do movimento</u>	148
2.10.6	<u>Aspecto parcial 5: A essencialidade da propriedade privada para o projeto de sustentabilidade</u>	149
2.11	O papel das forças de direita na derrota da FPA	155
2.12	O positivismo e a derrota da Frente Popular do Acre	166
2.13	O legado da FPA: para além das análises antinômicas	169
3	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ACRE: DETERMINAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, POLÍTICAS E FILOSÓFICAS	174
3.1.	A Escola de massas: síntese da contradição em processo	175
3.2.	Os primeiros passos na reorganização da Educação Profissional no Acre sob a orientação do Decreto 2208/97	179
3.3.	A competição pelos recursos: um <i>fetich</i>e econômico-pragmático a serviço da dualidade educacional	183
3.4.	O primeiro governo Lula: reacendem-se as esperanças da unificação educacional no Acre	187
3.5.	Os argumentos que fundamentaram a opção pelo projeto dual de educação no Acre	189
3.6	O Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional: Um marco da política de educação da FPA	194
3.6.1	<u>O relatório do evento: uma apreciação introdutória</u>	195
3.6.2	<u>A assimilação da orientação neoliberal na estruturação da política de Educação Profissional do Acre durante os dois governos de Jorge Viana</u>	196
3.6.3	<u>A opção pela dualidade educacional</u>	201
3.6.4	<u>O Pragmatismo norte-americano: a filosofia do imperialismo</u>	205
3.6.4.1	Pragmatismo e educação: fortalecimento da pedagogia humanista moderna.	212
3.6.4.2	Metodologias ativas: fábrica de <i>robinsonadas</i>	218
3.6.4.3	A efêmera vida do tecnicismo no Brasil e a emergência dos governos neoliberais, do neotecnicismo e o neoescolanovismo.....	225
3.6.5	<u>Os quatro saberes para o século XXI como sofisma de uma formação autônoma</u>	236
3.6.6	<u>O professor é substituído pelo mediador da aprendizagem</u>	240

3.7 A Lei nº 1695 de 2005: Criação do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi.....	248
CONCLUSÃO.....	250
REFERÊNCIAS	270

INTRODUÇÃO

Um pouco da experiência social do investigador. Motivações, inquietações, questões

Este tópico traz as marcas da minha experiência de vida, cuja trajetória está profundamente influenciada pelo movimento de resistência dos trabalhadores à exploração capitalista, resistência que me educou e venceu minha consciência de classe, como sujeito cuja singularidade é síntese das relações sociais, razão por que optei por escrever esta tese quase que exclusivamente *na primeira pessoa do plural*. Para além de uma questão de estilo de escrita, essa opção tem fundamento teórico-prático, busca demarcar campo tanto na forma quanto no conteúdo com a perspectiva liberal, que concebe o ser humano apenas em sua dimensão individual, abstraindo-o das relações sociais que sintetiza em cada pessoa a condição humana de seres sociais, tema que será desenvolvido ao longo desta tese. Para o momento basta antecipar sumariamente que, tal indivíduo isolado em si mesmo, exaltado pelo liberalismo clássico e que na contemporaneidade é retomado de forma exacerbada pela concepção neoliberal de homem. Ambas as perspectivas, não passam de uma abstração metafísica, pois o indivíduo tomado isoladamente, só pode ser compreendido em termos teóricos, uma vez que do ponto de vista prático real, o que somos é síntese de múltiplas interações sociais que vão se conformando ao longo de nossa existência particular como indivíduos. Decorre desse entendimento o motivo pelo qual o texto está escrito, quase todo, na primeira pessoa do plural, posto que, *eu* não sou só eu, sou também e principalmente *nós*, fruto das contradições e das lutas sociais de nosso tempo. A exceção é este tópico, em que descrevo meu percurso de vida em articulação com o objeto de pesquisa. Mesmo porque, o coletivo não nega o indivíduo, ao contrário, pressupõe a existência individual em articulação uns com os outros e com a natureza, pressuposto da condição humana.

Este indivíduo coletivo tem um lugar e um tempo histórico, razão pela qual a exposição deste primeiro item é o registro das minhas vivências em articulação com resistência do proletariado no mundo, no Brasil e no Acre no decurso dos últimos 50 anos.

Mas quem é esse indivíduo coletivo?

Sou Hildo Cezar Freire Montysuma, nascido em 24 de setembro de 1971, filho mais novo da costureira Rita do Carmo Freire Montysuma e do enfermeiro prático e posteriormente, Advogado Hildo da Cunha Montysuma. Tenho como Irmãos, por ordem de nascimento: Marcos Fábio Freire Montysuma, Marcondes Freire Montysuma e Hilda Maria Freire Montysuma.

Toda a família desenvolveu intensa militância política, Dona Rita era liderança

católica, ligada à teologia da libertação. Sob essa influência exerceu importante protagonismo na estruturação e organização em 1976 da Comunidade Eclesial de Base “São José” fundada pelas Irmãs Josefinas na *Volta Seca*¹. O Sr. Hildo iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro – PCB, pós-64, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro - MDB no Acre e da resistência democrática à ditadura militar, findo o período de exceção, afastou-se do PCB, mas permaneceu vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Marcos, o irmão mais velho, fundador do Partido dos Trabalhadores – PT e da Central Única dos Trabalhadores - CUT no Acre. Marcondes e Hilda ingressam no Partido Comunista do Brasil - PCdoB em 1979, tornando-se lideranças do movimento estudantil secundarista. Por influência desses dois irmãos e de Altair Enes Lebre², Eu ingressei no PCdoB aos 13 anos, em 1984, durante as jornadas de lutas conhecidas como “Diretas Já!”, grande movimento de massas, que uniu o povo brasileiro, em todo território nacional, em torno da Emenda Constitucional de autoria do Deputado mato-grossense, Dante de Oliveira, que propunha o direito ao voto direto e secreto para as próximas eleições presidenciais no Brasil. Apesar da Emenda não ter alcançado o número de votos mínimos para ser aprovada no Congresso Nacional, o movimento que se articulou em torno dessa proposta feriu de morte a ditadura e abriu o caminho para a unidade da imensa maioria do povo, que implicaria na vitória da chapa oposicionista Tancredo Neves e José Sarney, para Presidente e Vice da República respectivamente, por dentro do colégio eleitoral, mecanismo de eleição indireta instituído pelos governos militares para se perpetuarem no poder. O Vice José Sarney tomaria posse como Presidente da República, uma vez que Tancredo Neves morreria antes de assumir o cargo de Presidente. Em seguida, o novo governo convocou a Assembleia Nacional Constituinte em 1986, que consagraria no texto final aprovado e promulgado em 1988 a soberania do voto popular em seu Artigo 14, bem como, a eleição direta para presidente, materializando o desejo popular que embalou a resistência democrática à ditadura militar e me fez sonhar com um Brasil liberto da

¹ *Volta Seca*, nome popular atribuído a Rua Gabino Besouro, em função de ser uma curva que começava e termina na Rua Rio Grande Sul. Até o ano 1973, os moradores do lugar não dispunham de água potável encanada, nem de rede esgoto. Para se abastecer de água tinha-se que apanhá-la no Rio Acre, distante aproximadamente uns duzentos metros, em função dessa situação surgiu a designação *Volta Seca*. Hoje ambas as ruas estão parcialmente interditadas pela erosão dos barrancos da margem esquerda do Rio Acre.

² Altair Enes Lebre tornou-se uma das maiores lideranças estudantis do Acre, em 1985 foi eleito presidente da Casa do Estudante Acreano – CEA e em 1987, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES.

opressão.

O ingresso no PCdoB nessa atmosfera de explosão da participação popular, após vinte e um anos de ditadura sangrenta e que amordaçou a democracia, me oportunizou ainda menino, vivências políticas no movimento estudantil secundarista, como presidente do Grêmio Estudantil do Instituto de Educação Lourenço Filho, onde cursei toda a educação básica. Concomitante, a militância na Casa do Estudante Acreano – CEA, entidade em que exerci a Presidência por dois mandatos (1987-1988 e 1988-1989), em seguida como membro da direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, no período de 1989 a 1990, na condição de diretor de cultura. Ainda como estudante secundarista, participei ativamente da fundação da Frente Popular do Acre – FPA em 1990, aliança que uniu os partidos de expressão popular do Acre para disputar as eleições para o governo daquele ano.

Em 1992 ingressei no curso de pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, fui eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE no mesmo semestre que ingressei na instituição. Uma vez formado e exercendo a função de professor concursado da educação infantil da rede pública estadual, ingressei no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre – SINTEAC, onde militei por duas gestões. Na primeira (1995 à 1997), como diretor de assuntos educacionais, na segunda (1997-1999), como Vice-Presidente.

Em dezembro de 1997, casei-me com Anna Carla da Paz e Paes Montysuma, dessa união nasceram três filhos: Pedro Luca Paes Montysuma, Anna Marina Paes Montysuma e João Francisco Paes Montysuma.

Nesse percurso de vida, foi evidenciando-se de maneira cada vez mais nítida, a articulação entre trabalho e educação como mediação determinante do processo de humanização, que também se constitui em campo de disputa política em função dos interesses opostos entre as classes fundamentais que se polarizam na sociedade em decorrência da instituição da alienação do trabalho, resultante da quebra da unidade orgânica do processo produtivo de valor de uso, como mediação de primeira ordem entre humanos e natureza (MÉSZÁROS, 2011). Essa mudança qualitativa nas relações que os humanos estabelecem entre si no processo de produção e reprodução da vida material, resulta da instituição da produção voltada para acumular valor de troca, como mediação de segunda ordem na produção (Ibidem). A partir desse estágio, verifica-se uma clivagem nas relações sociais de produção, de onde deriva como síntese, a contradição trabalho social *versus* apropriação privada dos frutos do trabalho.

A tomada de consciência desse processo é a origem de meu interesse pelo tema expresso no objeto desta pesquisa, como condição indispensável à compreensão das contradições que implicam a luta pela emancipação humana, qual seja: *A implantação do Instituto Dom Moacyr no Estado do Acre no contexto da reforma da educação nos anos 2000.*

Como elemento motivador desta investigação que subsidiou a presente tese, implicam de forma igualmente determinante, minhas inquietações teórico-práticas, decorrentes das vivências que tive na coordenação da reestruturação do ensino médio no Acre a partir de 1999, somadas a meu percurso de militante estudantil, sindical e de professor da educação básica.

Passadas as eleições de 1998, em dezembro, recebi o convite do recém anunciado Secretário de Educação do Estado, Arnóbio Marques, o *Binho*, para que assumisse após sua nomeação em janeiro de 1999, a Gerência³ de Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação – SEE. Nesse ano eu exercia a Vice-presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre – SINTEAC e seria candidato a Presidente da entidade nas eleições marcadas para o ano seguinte, a aceitação do convite foi antecedida de um amplo debate com os Companheiros da Corrente Sindical Classista – CSC⁴ sobre a coerência e necessidade de aceitar ou não o convite, bem como, a definição de uma nova candidatura que tivesse viabilidade eleitoral entre os trabalhadores em educação e ao mesmo tempo, capacidade política de dirigir o Sindicato numa linha classista.

Ao fim dos debates, concluímos que a responsabilidade pela condução dos destinos do novo governo, inclusive na educação, não podia prescindir da participação direta dos militantes do movimento social, parte constitutiva da raiz da frente política que chegara ao poder no Acre após vários anos de luta, que custou enormes sacrifícios,

³ Como afirma Vitor Henrique Paro (1999), a categoria *gerente* nomeia a função de comando na administração tipicamente capitalista, cujo foco é a produção voltada para acumular capital por meio da exploração de mais-valor extraído sobre trabalho do proletariado. Nesse sentido, essa designação não é adequada para expressar a natureza do trabalho nas funções dirigentes dos processos educativos, mesmo que seja adotada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. Por essa razão contestei o uso dessa nomenclatura, passando adotar, ainda que extraoficialmente a designação **Coordenação de Ensino Médio**. Uma vez que o trabalho educativo exige comprometimento e engajamento coletivo, companheirismo, direção colegiada, participativa, quem dirige esses processos *ordena* junto com seus pares, portanto, **coordena**, ação essa que deve ser exercida para além dos limites das reações capitalistas de produção.

⁴ A Corrente Sindical Classista – CSC foi um movimento que atuou no sindicalismo brasileiro fundado em 9 de abril de 1988 teve forte atuação na Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 2007 rompeu com aquela Central e fundou junto com outras correntes do sindicalismo brasileiro a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, nesse novo contexto a CSC dissolveu-se.

inclusive a perda de vidas humanas. Todavia, a ocupação de espaços de poder no governo da Frente Popular do Acre não deveria se dar enfraquecendo as organizações populares e sindicais. Por essa razão, buscou-se fazer um balanço das perdas e danos para o movimento com deslocamento de uma liderança da direção do SINTEAC para a SEE.

Concluiu-se, pois, que para a gestão em curso do SINTEAC meu afastamento não implicaria danos, uma vez que, o mandato estava no fim e quanto ao processo eleitoral da entidade que se avizinhava, havia não apenas um, mas vários nomes com capacidade política para me substituir a altura na candidatura à presidência, inclusive em muitos aspectos, com melhores qualidades para a tarefa sindical, o que de fato viria a se efetivar com a eleição para presidência do SINTEAC do Prof. Márcio Batista, membro da Corrente Sindical Classista – CSC.

Uma vez aceito o convite e no decorrer do exercício da nova função estatal, pude perceber que meu trabalho como professor da educação básica adquiriu nova dimensão, me alargou o campo de visão sobre os processos da educação pública, redimensionando minha atuação como militante da Frente Popular do Acre. Oportunizou um olhar para a educação no Acre a partir da gestão das políticas educacionais, possibilitando compreender suas possibilidades e limites, bem como, as contradições e tensões que lhes são próprias.

Foi nesse período que se deu a reforma da educação básica e profissional no país sob a orientação emanada dos acordos firmados ente o governo do Brasil e as agência financiadoras internacionais, com destaque para o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com quem o Brasil contraiu um empréstimo no valor de US\$ 250 milhões, comprometendo-se em investir a mesma quantia a título de contrapartida nacional, totalizando US\$ 500 milhões de investimento.

Buscando desenvolver ações para execução desses recursos, o Ministério da Educação – MEC, instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por meio do qual, buscava implantar um novo modelo de educação profissional, referenciada na LDB N° 9394/1996, bem como, no decreto N° 2208 de 17 de abril de 1997. Tendo por base esse marco legal e os recursos do empréstimo internacional, o PROEP desenvolveu ações voltadas para implantação de uma nova educação profissional no país que proporcionasse “... a diversificação da oferta e a definição de cursos de forma adequada às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia” (MEC, 2000, p.2).

No Acre, a nova gestão da SEE teve que implementar os compromissos assumidos

pelo governo anterior com a execução do Programa em âmbito estadual, para isso, constituiu uma Gerência de Educação Profissional - GEPRO, com a finalidade de construir um programa estadual de educação profissional.

Pelo que prescrevia o Decreto N° 2208/97, estava claro que o caminho a ser seguido era o da separação entre educação básica e profissional. Entretanto, com advento do Governo Lula, a partir de janeiro de 2003, uma nova orientação foi emanada de Brasília, a partir do Seminário sobre Educação Profissional promovido pelo MEC em setembro daquele ano, intitulado “Concepções, experiências, problemas e propostas” que entre outros aspectos definiu uma nova concepção de Educação Profissional, cujo polo gravitacional passou a ser:

O princípio unitário e educativo do trabalho e o conceito de mundo do trabalho, com toda a sua preciosa gama de elementos materiais e culturais, constituem matrizes fundamentais dos currículos, métodos e práticas pedagógicas, os quais contribuem para a superação dos limites estreitos do enfoque economicista, preso à proposta que impõe à educação profissional a função do mero ajuste da força de trabalho às demandas do aparelho produtivo. (MEC, 2003, p. 4)

Essa perspectiva é qualitativamente distinta e superior à que vinha sendo implementada até então pelo MEC, tendo como norte o Decreto N° 2208/97, fundamentalmente porque enquanto este preconizava a separação entre educação profissional e básica, o princípio *unitário e educativo do trabalho* definido no Seminário nacional de setembro de 2003, pressupunha a articulação e integração entre ambas as modalidades educacionais. Portanto, implicava a revogação do referido Decreto, o que de fato viria ocorrer no ano seguinte, por meio de novo Decreto de N° 5154/2004.

Essa nova orientação exigiu que a Secretaria de Educação do Acre tivesse que se posicionar frente a esse tema, que ensejou acalorado debate em âmbito nacional envolvendo os partidários de ambas as orientações.

Frente as demandas políticas e organizacionais decorrentes dessa nova orientação, foi constituído no Acre um Grupo de Trabalho – GT para fundamentar e indicar o caminho que a educação profissional deveria seguir no Estado, uma vez que, a revogação do Decreto 2208/97, não tirou a autonomia das unidades federadas para implementar o conteúdo dual nele prescrito, apenas abriu a possibilidade para o desenvolvimento de projetos educativos fundamentados na perspectiva unitária, articulando trabalho e educação, como definido no Seminário realizado em 2003.

No encaminhamento dos trabalhos desse GT, a SEE optou por seguir a antiga orientação expressa na política educacional do Governo Fernando Henrique e do Ministro

da Educação Paulo Renato, fundamentada na separação da etapa final da educação básica da educação profissional, prescrita por meio do Decreto Presidencial 2208/97. Opção contra a qual me opus com toda energia. Primeiro por respeito as minhas convicções filosóficas, políticas e educacionais, formadas no percurso das tensões por mim vividas nos embates da militância no movimento estudantil secundarista e universitário e no Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Desde o início dessa trajetória, me afiliei a corrente educacional que compreende trabalho e educação como momentos distintos, mas articulados, que formam uma unidade no processo de humanização, base indispensável para a emancipação.

Essa opção política tomada pela secretaria de educação do governo popular do qual fazia parte, me provocou inquietações, motivadas sobretudo, por minha incompreensão dos reais motivos da adoção daquele caminho, uma vez que constituía-se numa contradição entre a orientação da política educacional das novas forças políticas que governavam o Brasil e a praticada em âmbito estadual, que entretanto, pertenciam ao mesmo campo político, pois os partidos que constituíam o núcleo dirigente do governo federal eram os mesmos que governavam o Acre. Aos meus olhos, tal divergência na política educacional constituía-se numa incoerência, incompreensível para mim até hoje.

Outro aspecto que me angustiava e que se somou ao que foi descrito acima, foi o fato do campo progressista, do qual fazem parte tanto o movimento social quanto os partidos nucleares da Frente Popular do Acre, de longa data, propugnam a unificação educacional tendo por base uma sólida formação científica, fundada na cultura universal em articulação com a formação para o trabalho, fundamentos que dão corpo ao projeto de escola unitária do trabalho.

Esses foram, portanto, os elementos motivadores e condutores que me fizeram chegar ao seguinte problema: *Quais os interesses e fundamentos teóricos embasaram os dirigentes da FPA na definição de um projeto dual de educação, expresso na implantação em 2005 do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, separado da educação básica com autonomia administrativa, financeira e pedagógica?*

Em decorrência desse problema estabelecemos como objetivo geral da pesquisa: *Identificar quais os interesses e fundamentos teóricos serviram de parâmetro aos dirigentes da FPA, para a implantação de uma política de educação profissional separada da etapa final da Educação Básica.*

Para responder a essa questão e atingir o objetivo proposto, buscamos situar o objeto de investigação no seu tempo, em articulação com a história do Acre, de onde é possível compreender a gênese da FPA, força política que protagonizou a reorganização da educação profissional no Estado. Também porque é no âmbito da história que se pode identificar as diversas tensões, contradições e mediações que possibilitam responder, ao problema que norteou o processo investigativo.

Para tanto, a forma de apresentação desta tese que nos pareceu mais adequada para uma real compreensão dos resultados da pesquisa, tem como ponto de partida, uma breve exposição do método de investigação e análise do nosso objeto pesquisa, o materialismo histórico-dialético. Por ser a história tanto ciência como parte constitutiva do referido método, o objeto será analisado em articulação com sua gênese histórica, como concreto pensado (SAVIANI, 2015), síntese de múltiplas determinações. Por essa razão, após a exposição das categorias e leis fundamentais do materialismo histórico-dialéticos que nos subsidiaram, iniciaremos a análise da história do Acre, tendo como referência e fundamento a historiografia crítica do Acre, demarcando campo com a concepção positivista do passado e do presente, em suas vertentes de direita e de esquerda, conforme poderá ser percebido no capítulo 2 da presente tese.

1 GÊNESE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Este capítulo se inicia com o tópico *em defesa do materialismo histórico-dialético*. Nele expomos uma apreciação crítica sobre a relação entre forma e conteúdo, da qual decorre a defesa da nomenclatura *materialismo histórico-dialético* como a mais adequada para expressar o conteúdo do método desenvolvido por Marx e Engels, enriquecido por Lenin e outros teóricos revolucionários.

Em seguida e em articulação com o esse primeiro tópico, realizamos uma exposição sobre como o materialismo histórico-dialético incidiu sobre os procedimentos da pesquisa no tópico intitulado *Método de análise como o fundamento dos procedimentos de investigação*.

No terceiro tópico, *Bases epistemológicas da investigação*, discorreremos sobre como o método fundado por Marx e Engels incorpora e supera os métodos liberais, usados nas ciências mais avançadas de seu tempo.

Por fim, no item 1.4 *Procedimentos de pesquisa*, expomos como toda a discussão dos tópicos anteriores se materializaram no contexto da pesquisa, buscando responder à

questão que orientou a investigação: *Quais os interesses e fundamentos teóricos que embasaram os dirigentes da FPA na definição de um projeto dual de educação, expresso na implantação em 2005 do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, separado da educação básica com autonomia administrativa, financeira e pedagógica?*

1.1. Em defesa do materialismo histórico-dialético

No texto *Trabalho, conhecimento, consciência e a educação: impasses teóricos e práticos*, Frigotto (2012c) enriquece a sistematização do acúmulo de debates que se deu no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPED, que culminou na mudança do nome do Grupo de Trabalho – GT Educação e Trabalho para GT *Trabalho e Educação*. Em texto mais recente, Frigotto (2015) enfatiza que naquela ocasião intencionava-se com a continuidade dos debates, demarcar que tal inversão na nomenclatura do GT derivava “não somente por uma questão de mudança de termos, mas, sobretudo, por razões de ordem epistemológica” (FRIGOTTO, 2015, p. 235).

O rigor teórico presente em ambos os textos nos inspirou e encorajou a explicitar, ainda que com as marcas de nossas limitações teóricas, o debate que se deu e em certa medida está ainda presente no âmbito do marxismo, sobre a adequada nomenclatura do método fundado por Marx e Engels e enriquecido por Lênin e outros revolucionários, que analogamente ao debate desenvolvido no GT Trabalho e Educação, tem fundamento e implicações de natureza não apenas *epistemológica*, mas também política, porque a depender da solução encontrada para o estabelecimento da relação entre forma e conteúdo, traz desdobramentos para a ação revolucionária do proletariado no âmbito de sua luta para efetivação da *11ª tese de Marx sobre Feuerbach*⁵.

O fato de Marx e Engels não terem nominado o método de investigação e interpretação da realidade por eles construído, possibilitou inúmeras designações que trazem no seu bojo as marcas das polêmicas vividas nos embates de ideias na luta de classes e das diversas compreensões (ou incompreensões) e apropriações feitas pelas correntes que reivindicam para si a herança da tradição revolucionária de Marx e Engels. Assim, nos diversos textos em que se faz referência ao método fundado por ambos, este

⁵ 11ª tese de Marx Sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 2007, p. 535. Grifos do autor)

aparece com a designação de *materialismo dialético*, *materialismo histórico* (mais comum), *materialismo dialético e materialismo histórico*, *Materialismo Histórico – MH* e *Materialismo Dialético – MD* e ainda, *materialismo histórico-dialético*.

Até onde nossas leituras puderam chegar, a controvérsia aparece ainda no período em que Lenin dirigia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS com a publicação em 1921 do livro “A teoria do materialismo histórico: manual popular de Sociologia Marxista” (BUKHÁRIN, 1933), e ganha força após a ascensão de Josef Stálin ao poder na URSS. A partir desse período a compreensão do *materialismo histórico* como derivação do *materialismo dialético* é popularizada entre os partidos comunistas no mundo todo.

Primeiro com “A teoria do materialismo histórico: manual popular de Sociologia Marxista” (BUKHÁRIN, 1933) e posteriormente com o texto “Teoria e prática do ponto de vista do materialismo dialético” apresentada no II Congresso Internacional de História da Ciência e da Tecnologia, em Londres, realizado em meados de 1931, o materialismo dialético é apresentado como um método de conhecimento que aplicado ao desenvolvimento social, “criou a teoria do materialismo histórico.” (Bukhárin, 2021, p. 8). Em nosso entender, essa abordagem revela uma compreensão esquemática do método em Marx.

Apesar dos dissensos registrados na história entre Stálin e Bukhárin, nesse ponto, ambos convergiam para a mesma visão segundo a qual o materialismo histórico é uma derivação do materialismo dialético.

No seu texto *O Materialismo dialético e o materialismo histórico*, Stálin (1982), inicia da seguinte maneira:

O materialismo dialético é a teoria geral do partido marxista-leninista. O materialismo dialético é assim chamado, porque a sua maneira de considerar os fenômenos da natureza, o seu método de investigação e de conhecimento é *dialético* e a sua interpretação, dos fenômenos da natureza, a sua teoria é *materialista*.

O materialismo histórico estende os princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social; aplica estes princípios aos fenômenos da vida social, ao estudo da história e da sociedade. (STÁLIN, 1982, p. 13. Grifos do autor)

Na maneira com que Stálin (1982) apresenta o método fundado por Marx e Engels, fica evidente a cisão entre dialética e história em dois campos de estudos distintos, qual sejam: a natureza e a sociedade. E mais que isso, que a análise da sociedade decorre da adoção por extensão do método de investigação da natureza, por ele designado de

materialismo dialético. Outra interpretação possível dessa formulação é que a união das análises dialética e histórica, portanto, dos fenômenos da natureza e da sociedade, se daria por justaposição. Entendemos, pois, que a análise conduzida por essa perspectiva implica inevitavelmente em concessões ao positivismo, pois isola homem-natureza; sociedade dos homens e sociedade das coisas; ciências da natureza e ciências humanas: enquanto em Marx trata-se uma unidade, ainda que não identitárias, por isto, dialética.

Louis Althusser e Alain Badiou, embora tenham se posicionado criticamente em relação à condução da URSS por Stálin, razão pela qual denominaram esse momento de “período de ‘culto à personalidade’” (ALTHUSSER, 1979, p. 46. Aspas do autor) no que se refere ao método em Marx e sua designação, chegaram à posição idêntica, porém inverteram os lados da polaridade. Ou seja, enquanto para Stálin (1982) o materialismo histórico é a extensão dos princípios do materialismo dialético aplicados ao estudo da vida social, para Althusser é o inverso, o materialismo histórico provocou o estabelecimento do materialismo dialético (ALTHUSSER, 1979), é como se um fosse o reflexo invertido do outro, como ocorre quando se está diante de um espelho.

Podemos dizer, de modo bastante esquemático, que o *estabelecimento do materialismo histórico*, ou a ciência da história, trouxe necessariamente *consigo* o estabelecimento do materialismo dialético devido ao seguinte princípio:

Sabe-se que na história do pensamento humano a fundação de uma nova ciência importante sempre alterou e renovou a filosofia existente. ... Dessa forma, a revolução teórica que fundou a ciência da história teve o efeito de desencadear ao mesmo tempo uma revolução teórica na filosofia que fez passar a filosofia do estado de ideologia ao estado de disciplina científica. (ALTHUSSER, 1979, p. 49. Grifos do autor).

Para Althusser (1979), Marx fundou a *ciência da história*, a qual ele denomina de *materialismo histórico*, a partir do qual dá-se uma viragem epistemológica que supera a especulação e o empirismo, tornando *possível e pensável* o *materialismo dialético*. Por meio desse recurso lógico, separam-se as partes do todo para, a partir disso, justificar a existência de cada uma delas.

Por sua vez, Alain Badiou (1979), em seu texto *O (re) começo do materialismo dialético*, analisa a produção de Althusser sobre o método em Marx e estabelece alguns pontos como centrais a partir da tradição do que ele denominou *marxismo vulgar*, a partir do qual enfatiza três vertentes principais:

- O *marxismo fundamental* faz com que o materialismo dialético se inclua no materialismo histórico (...);
- Inversamente, o *marxismo totalitário* faz com que o materialismo histórico se inclua no materialismo dialético (...);

- O *marxismo analógico* que estabelece entre o materialismo histórico e o materialismo dialético uma relação de correspondência que justapõe os dois termos, sendo a filosofia marxista a cada momento o reflexo estrutural de uma situação dada na formação social; e mais particularmente da forma objetiva da relação das classes. (BADIOU, 1979, p. 11-12. Grifos nossos)

Com base nessa polêmica, resultante da abordagem dessas três vertentes de popularização do marxismo, Badiou (1979), afirma que a percepção da revolução teórica marxista ficou prejudicada, razão pela qual defende a necessidade de diferenciação do materialismo histórico (MH⁶) do materialismo dialético (MD), tarefa a que se dedicará Althusser, com base no qual chegou à compreensão que o MD depende do MH, ainda que para o autor, naquela conjuntura, tal dependência teórica estivesse ainda obscura para a maioria dos teóricos marxistas familiarizados com as abordagens que haviam vulgarizado a teoria de Marx. (BADIOU, 1979).

Althusser (1979), toma como ponto de partida de sua argumentação a premissa de que Marx provocou uma dupla revolução teórica: o *materialismo histórico*, entendido como ciência da história e o materialismo dialético ou filosofia marxista, de onde decorre a compressão que se trata de duas disciplinas distintas, que, para o autor, “estão unidas por razões históricas e teóricas, mas na realidade distintas uma da outra na medida em que tem objetos distintos” (ALTHUSSER, 1979, p. 33). Entretanto, por se tratar de um exercício de lógica formal, pode-se inverter a sentença sem prejuízo de logicidade: *o materialismo histórico e materialismo dialético estão unidos e são indissolúveis na análise do objeto, mas por razões históricas e teóricas, são tratadas como disciplinas distintas uma da outra e aplicadas em objetos distintos.*

O que intencionamos demonstrar com esse *jogo de espelho* é que a análise de Althusser (1979) é lógica, mas fica presa a momentos estanques do pensamento de Marx, fixando-se ou na história ou na filosofia, sem compreender que no estudo da sociedade capitalista, seu objeto por excelência, consubstanciado em *O capital*, sua obra magna, ambas as análises estão juntas e articuladas, de modo que uma só se efetiva em articulação orgânica com a outra, e a quebra dessa articulação, ou dessa interdeterminação, implica na perda da efetividade da análise, retrocede-se ao materialismo mecanicista ou ao racionalismo metafísico. Por isso, admitimos ser possível tomá-las uma ou outra em separado apenas de forma teórica e arbitrária para efeito de estudos, contudo, para

⁶ Num dado momento do texto, Badiou passa a tratar os termos materialismo histórico por suas letras iniciais MH e materialismo dialético por MD.

preservar a fidedignidade da análise marxiana, há que se manter a perspectiva de conjunto, assim como as mediações das partes com o todo.

Althusser (1979), chega admitir essa articulação ao afirmar, com base em Lenin, que para se chegar à filosofia marxista há que se investigar a lógica presente em *O capital*. Entretanto, essa leitura pode levar a compreensões que reduzem o método em Marx apenas à análise d'*O capital*, quando na verdade o método desenvolvido por Marx e Engels é, não apenas uma teoria do conhecimento, como também uma concepção geral de mundo que foi aplicada à interpretação do capital captando suas leis imanentes. Mas vai além dele, possibilitando mesmo projetar sua superação e a construção de uma sociedade fundada na economia planificada sustentada na teleologia do trabalho, assim como, compreender os processos históricos que possibilitaram o surgimento das revoluções burguesas.

O exemplo contemporâneo mais fecundo da aplicação do método marxiano para além da análise da sociedade estritamente capitalista, nos parece ser o de Losurdo (2006), como se o revolucionário italiano tivesse tomado para si a responsabilidade de executar a indicação de Marx, em nota de rodapé no capítulo XXIV d'*O capital*, *A assim chamada acumulação primitiva*, sobre a necessidade de estudar a questão do tratamento dado pelos liberais aos escravos nas colônias nas américas: “É preciso estudar essa questão em detalhes, para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo segundo sua própria imagem.” (MARX, 2017a, p. 821) Na linha dessa indicação, Losurdo faz uma análise do escravismo nas colônias americanas, bem como das formações pré-capitalistas no período da acumulação primitiva do mercantilismo, que em suas contradições e mediações financiaram e sustentaram as revoluções industriais e políticas na Europa, análise essa realizada toda partir do método fundado por Marx e Engels.

Losurdo (2006) analisa as formações econômicas típicas das colônias nas américas, com destaque para a utilização de mão de obra escrava tanto de ameríndios como de africanos, e as conseqüentes lutas de resistência, como elemento constitutivo de um determinado momento histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, tendo como núcleo da análise a relação contraditória e unitária centro-periferia. O entendimento que tivemos é que Losurdo (2006), no conjunto de sua obra, mas sobretudo em *Contra-história do liberalismo*, acrescenta, desenvolve e enriquece a obra de Marx, dando prova cabal de que o método marxiano e sua lógica imanente não se restringem ao capital, *stricto sensu*, tendo sido construído a partir da necessidade de sua

compreensão e superação, mas todavia, entendemos que sua lógica possibilita o entendimento materialista histórico-dialético das sociedades e modos de produção anteriores e posteriores a ele.

Além disso, ao longo de sua exposição Althusser apresenta, em diversas passagens, argumentos que se constituem em autonegação de sua tese, descrita da seguinte maneira:

O materialismo dialético é uma disciplina teórica distinta do materialismo histórico. A distinção entre estas duas disciplinas repousa na distinção que existe entre seus *objetos*.

O objeto do materialismo histórico está constituído pelos modos de produção, sua organização, seu funcionamento e suas transformações. O objeto do materialismo (...) podemos ser mais precisos e designar este objeto *como a história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos*, definição que abrange e resume outras possíveis definições: a diferença histórica entre ciência e ideologia, a teoria da história da cientificidade, etc. (ALTHUSSER, 1979, p. 43. Grifos do autor)

Mas, apesar de esse ser o núcleo de sua argumentação, adiante afirma que “[P]or causa de sua perspectiva e em função de seu próprio objeto, o materialismo dialético abarca também os problemas que correspondem ao materialismo histórico.” (Althusser, 1979, p. 44). Negando, portanto, sua tese central, e continua:

1. Uma *teoria*, que contém o sistema conceitual teórico no qual se pensa o objeto.
2. Um método que expressa a relação quem mantém a teoria com seu objeto na sua aplicação ao mesmo tempo.

Sendo assim, teoria e método estão profundamente unidos e constituem dois aspectos de uma mesma realidade: a disciplina científica em seu corpo de conceitos (teoria) e em sua vida, sua prática mesma (método). (ALTHUSSER, 1979, p. 45).

Contudo, presos aos momentos estanques do processo de análise, insistem na necessidade de separar e distinguir o que em Marx e Engels aparece junto, articulado e dinâmico, ou melhor dizendo, captando o movimento do real.

Pelo exposto até aqui e apoiados em nossos estudos, não encontramos correspondência entre os entendimentos expressos por Bukhárin (1921 e 1933), Stálin (1982), Badiou (1979) e Althusser (1979), que apesar de procurarem se superar mutuamente na interpretação do método desenvolvido por Marx e Engels, todavia, não escapam ao unilateralismo que separa em dois campos, o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético*.

Entretanto, ao percorrer as mesmas obras citadas pelos autores acima destacados, chegamos ao entendimento inverso, qual seja: que Marx e Engels demonstraram ao longo de toda sua obra que *natureza e sociedade* são inseparáveis, estão organicamente articuladas, cujo elemento de mediação entre ambas as dimensões reais é o trabalho. Mesmo quando a ênfase da análise recai sobre um aspecto particular da realidade, sempre são apresentadas as contradições e mediações que o articulam ao geral, ou seja, aos diversos modos de produção, com ênfase no capitalista.

Tomemos como exemplo a concepção de história presente em nota de rodapé de *A ideologia alemã*, que explicita esse entendimento:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. *Os dois lados não podem, no entanto, ser separados*; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. MARX e ENGELS, 2007, p. 86 – 87. (Grifos nossos)

Ainda que essa passagem tenha valor relativo, posto que, os editores a apresentam seguida das iniciais *S. M.* (Suprimido no manuscrito) o que indica que por parte dos autores havia a intenção de não constar numa possível publicação, o que jamais chegou a se realizar com Marx e Engels em vida, pelos motivos explicitados no Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política* de 1859; entretanto, ela tem importância como chave de entendimento da concepção da história como parte constitutiva do método, pois “para Marx e Engels o ponto de vista central, unificador e totalizador é o da história.” (FERNANDES, 1989, p.31), mas também, tal pressuposto aplicado como procedimento de investigação possibilitou a Marx chegar as conclusões que ele expõe no referido Prefácio.

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações, têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendiam sob o nome “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. [...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam uma superestrutura

jurídica e política e a qual correspondem a formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Por outro lado, essas conclusões estão embasadas no entendimento do trabalho como primeiro ato histórico necessário a produção e reprodução da vida humana nos termos apresentados por Marx e Engels (2007) em *A ideologia alemã*.

A produção da vida, tanto a própria, no trabalho, quanto a alheia, na procriação aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições os modos e a finalidade. (MARX e ENGELS, 2007, p.34).

De onde depreende-se que Marx e Engels concebem no ponto de partida, como pressuposto, a *relação natural* (humanos-natureza) e a *relação social* (humanos uns com os outros) como *indissociáveis*. Mas a compreensão da indissociabilidade entre relações naturais e sociais justifica-se também porque as próprias relações humanas são para Marx relações naturais, seja pelo aspecto da procriação e reprodução da espécie, tanto quanto pela compreensão que ele explicita nos Manuscritos de 1844, “... a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente a relação com a natureza, a sua própria determinação *natural*.” (MARX, 2010a, p. 104, grifos do autor). Entendemos o *homem* aqui citado, em dois sentidos: na relação particular entre indivíduos, mas também, em sentido amplo, na produção do homem genérico pelo trabalho, o *ser social*. Desse modo, pode-se perceber que a concepção referente a relação dos humanos com a natureza de forma articulada e indissociável se encontrava madura já no jovem Marx, compreensão essa, que estará presente também em variadas passagens d’O Capital, sua obra magna. Nele é apresentado de forma mais bem elaborada, a centralidade do trabalho como mediador dessa relação, desse intercambio orgânico homem-natureza. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é assim uma condição da existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 2017, p. 120).

Com base nos fundamentos marxianos expostos acima, Karel Kosik (2002) desenvolve a tese do *monismo materialista*, nela o autor ao mesmo tempo em que nos

auxilia na interpretação rigorosa e fidedigna das conclusões a que chegaram Marx e Engels na *ideologia alemã* e que mais tarde são explicitadas de forma didática por Marx no seu Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, nos termos que destacamos, também demarca campo com as deturpações positivistas que adulteram o conceito marxiano de estrutura econômica da sociedade, substituindo-a pela metafísica do *fator econômico*. Vejamos como Kosik aborda a questão:

O monismo materialista, que concebe a *realidade como um complexo constituído e formado pela estrutura econômica* e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na *produção* e no relacionamento com *os meios de produção*, pode constituir a base de uma coerente teoria das classes e ser o critério objetivo para a distinção entre mutações estruturais – que mudaram o caráter da ordem social – e mutações derivadas, secundárias, modificam a ordem social, sem porém mudar essencialmente seu caráter. (KOSIK, 2002, p. 117. Grifos do autor)

Trouxemos essa passagem de Kosik (2002) para nossa reflexão pois ele nos auxilia na interpretação de Marx (2008), mas também, porque dela deriva a compreensão segundo a qual “*A mudança da função de determinados valores não é resultado de uma avaliação subjetiva, mas de uma mudança objetiva das relações sociais*” (KOSIK, 2002, p. 119. Grifos do autor). Depreendemos, pois, de ambos os trechos citados, que pela perspectiva do *monismo materialista* a produção e reprodução da vida material pelo trabalho, constitui-se no elo que estabelece a unidade orgânica das relações sociais humanas com a natureza e que desse processo, ao mesmo tempo contraditório e unitário, deriva o conjunto das ideias, crenças e valores que marcam cada época do desenvolvimento histórico da humanidade, corroborando com a tese segundo a qual a história da natureza e das sociedades humanas, ainda que tenham particularidades que as distingam, são inseparáveis, o que a torna uma só história, o fato de se tomar esse ou aquele aspecto em separado, justifica-se apenas por razões de aprofundamento dos estudos ou de natureza didática, para efeito de exposição.

Outro aspecto relevante do *monismo materialista*, é que a partir dele, Kosik expõe de forma indefectível a categoria marxiana de revolução como *mutações estruturais*, ou seja, ruptura da estrutura e superestrutura da ordem social, como uma viragem histórica que altera de forma radical o conteúdo e forma da sociedade, que se distingue do que apresenta a perspectiva positivista da história, nela a compreensão de *revolução* limita-se as mudanças que ocorrem na aparência da sociedade, sem entretanto alterar *essencialmente seu caráter*, tais análises são turvadas pela mitificação metafísica que as

tornam confusas e descoladas da realidade objetiva, tema com o qual nos deparamos ao analisar a história do Acre, para situarmos no tempo e no espaço, nosso objeto de investigação.

Decorrente dessa compreensão e referenciados nesses pressupostos teórico-metodológicos acima explicitados, a opção pela metodologia de exposição do objeto de investigação, do problema da pesquisa, bem como, os elementos que a motivaram a partir do inventário do percurso histórico e social do investigador, sua vinculação com o objeto, mas prioritariamente, procurando situar todos esses elementos no contexto histórico da penetração do capital na Amazônia brasileira Sul-Occidental, de uma maneira que se possa compreender as contradições desse processo, destacando as mediações entre seus aspectos gerais e particulares, até chegar ao objeto de investigação propriamente dito, como manifestação dessas contradições na periferia *da periferia* do sistema capitalista, processo esse, mediado pela luta de classes em sua dimensão de luta de ideias e de disputa pela subjetividade do trabalhador.

Destacamos esse aspecto como central do processo investigativo porque é nele que se sintetiza a dimensão teórico-prática de nossa investigação, possibilitando tomá-la como *concreto pensado*. Essa compreensão da realidade como unidade concreta contraditória, está sustentada no fundamento dialético que constitui o núcleo epistemológico do método fundado por Marx e Engels desenvolvido por Lênin e outros revolucionários, estrutura-se sobre as leis gerais sistematizadas por Hegel e descritas por Engels da seguinte maneira:

A lei da conservação da quantidade em qualidade e vice-versa;
 A lei da interpenetração dos contrários;
 Lei da negação da negação.
 Todas as três foram desenvolvidas por Hegel ao seu modo idealista como simples leis do *pensamento*: a primeira na primeira parte da *lógica*, na teoria do ser; a segunda ocupa toda a segunda parte de sua *Lógica*, que é de longe a mais importante, a teoria da essência; a terceira, por fim, figura como lei fundamental para a construção de todo o sistema. O erro reside em que essas leis, na condição de leis do pensamento, são impostas à natureza e à história e não deduzidas destas (ENGELS, 2020a p.111. Grifos do autor).

Entretanto, a dialética sistematizada por Hegel, estava condicionada a pressupostos idealistas, sendo assim, aparentava aprisionar o desenvolvimento histórico da sociedade as subjetividades humanas. Para a perspectiva marxiana trata-se exatamente

do inverso, é o desenvolvimento da história como realidade material que condiciona a subjetividade, ainda que, em alguma medida essas subjetividades influam também sobre o próprio desenvolvimento histórico, num movimento de unidade e luta, razão pela qual o processo histórico apresenta contradições que se expressão por meio de tensões, tendências e contratendências, que promovem o movimento na história que precisam ser compreendidas para que se possa captar a dinâmica histórica e entender a realidade nas suas múltiplas determinações. Decorre desse pressuposto o fato que nos indica Ciavatta (2016).

É Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo, como o conhecimento de uma matéria e como matéria desse conhecimento, ou, ainda, a história como processo vivido, a história como objeto e como método de conhecimento. (CIAVATTA, 2016, p. 212)

Essa indicação que nos apresenta Ciavatta (2016) é basilar para a compreendermos porque a história é no materialismo histórico-dialético, a um só tempo, instrumento heurístico de investigação e interpretação da realidade e parte constitutiva do método, uma vez que, a matéria possui história e que, natureza e sociedade constituem-se em realidades materiais, cada uma com suas particularidades estão sujeitas as leis da história e da dialética que se interpenetram e se condicionam mutuamente, nos termos explicitados por Engels a partir de Hegel, como destacamos anteriormente.

Na mesma linha de Engels, no Posfácio à segunda edição d'O Capital, Marx esclarece que seu método dialético

não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

[...]

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consistente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2017, p. 90-91)

O que Engels (2020) e Marx (2017) enfatizam é que as leis da dialética são as leis geral do movimento da matéria captadas no âmbito do pensamento como *concreto*

pensado. Em Hegel o movimento da matéria deriva do pensamento em Marx é o inverso, o pensamento é que é o produto mais acabado do movimento da matéria.

Enfatizamos esses aspectos dos fundamentos marxianos para destacar que o período em que Stálin esteve à frente do Partido Comunista e do Estado na ex-URSS, foi o de maior popularização dos êxitos civilizacionais da experiência prática do socialismo científico, seja pela vitória sobre nazismo, não apenas pelo esforço direto e heroico do povo soviético sob a condução do Partido Comunista, mas também, por meio do apoio e estímulo a constituição de frentes amplas nacionais de enfrentamento a agressão beligerante nazifascista, frentes amplas essas, que depois serviram de referência para a constituição dos movimentos anticoloniais que tomaram corpo sobretudo na África, Ásia, mas também foram organizadas com menor êxitos na Oceania e América Latina que implicaram na libertação de várias nações do imperialismo, inglês, espanhol, português, francês, alemão, holandês, italiano e belga.

Entretanto, esse período foi marcado também por graves erros nos planos teóricos e práticos, que se constituiriam em obstáculos históricos ao avanço do socialismo tanto na ex-URSS quanto no mundo. Como já há uma vasta literatura abordando tanto os acertos quanto os erros desse período no movimento comunista internacional e como o aprofundamento desse balanço não se constitui num dos objetivos desse trabalho, destacamos apenas os seus aspectos sintéticos que tem intercessão direta com nossa investigação, notadamente as análises e interpretações dos fundamentos do materialismo histórico-dialético, popularizados nesse período pela propaganda soviética, segundo o qual o método em Marx constitui-se de dois núcleos que se *somam*, notadamente, um núcleo dialético aplicado a análise e interpretação dos fenômenos da natureza, e outro histórico, que *estende* os princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social (STÁLIN, 1982).

Por isso e diante do exposto até aqui, entendemos, pois, que as compreensões de Bukhárin (1921 e 1933), Stálin (1982), Althusser (1979) e Badiou (1979), a despeito dos referidos textos terem se proposto a traduzir o método para uma linguagem didática, simples e acessível ao povo, acabaram se constituindo num *esquema* distinto dos fundamentos marxianos, e na prática, prestaram-se a outros fins. A não correspondência entre tal tese e a formulação do método presente na obra de Marx e Engels, foi percebida por Gramsci (2011), razão pela qual ele se refere criticamente a essa concepção, dirigindo-se indiretamente a Bukhárin, mas citando-o diretamente em seu texto no *caderno 11* dos seus escritos do cárcere, no tópico “II - Observações e notas críticas sobre

tentativa de ‘ensaio popular de sociologia’” (GRAMSCI, 2011, p. 114), o parágrafo 13 começa da seguinte maneira:

Um trabalho como *Ensaio popular*, destinado essencialmente a uma comunidade de leitores que não são intelectuais de profissão, deveria partir da análise crítica da filosofia do senso comum, que é a “filosofia dos não-filósofos”, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ela é filosofia. (GRAMSCI, 2011, p. 114. Aspas do autor)

Entendemos que a ideia central contida nessa passagem de Gramsci (2011), reside na necessidade de se colocar no ponto de partida do diálogo com o povo a problematização do senso e não a sua reafirmação. Dessa forma, o ponto de partida deve ser a problematização do senso comum e o ponto de chegada é adoção de uma concepção de mundo materialista histórico-dialética. Nesses termos, falar a linguagem do povo não pode ser confundido com *repetir o que o povo diz*, essa é, pois, uma postura conservadora porque os mantém na condição de alienação cultural. Nos pareceu, a partir da crítica formulada por Gramsci (2011), ter sido esse o erro de abordagem que incorreram tanto Bukhárin (1921 e 1933) quanto Stálin (1982), pois sob o pretexto de falar uma linguagem popular, de se tornar compreensível ao povo, acabaram por rebaixar as concepções filosóficas e científicas do materialismo histórico-dialético ao nível do senso comum, fazendo concessões teóricas à *filosofia das multidões* (GRAMSCI, 2011), o que acabou deformando o método fundado por Marx e Engels.

Esse tema tem particular importância para nosso objeto de investigação, qual seja: *A implantação do Instituto Dom Moacyr no Estado do Acre no contexto da reforma da educação nos anos 2000*, posto que, a Frente Popular do Acre – FPA, força política que conduziu esse processo foi atravessada pela tensão presente no binômio senso comum *versus* consciência filosófica ao longo de toda a sua existência, ou seja, da fundação da FPA, passando pelo período de acúmulo de forças, ascensão ao poder e queda.

Retomemos, a análise de Gramsci (2011), nela além das críticas contra a ausência de um adequado tratamento do senso comum, opõe-se também a concepção que entende a dialética como pressuposto do materialismo histórico, na forma exposta pelo *Manual*

popular de sociologia marxista de Bukhárin (1933), no Caderno 11, *Introdução ao estudo de filosofia*, § 22, item IV, os Cadernos do Cárcere trazem a seguinte crítica ao texto apresentado ao Congresso de História da Ciência realizado em Londres em 1931:

(... a considerar que a filosofia da práxis seja cindida em duas: a doutrina da história e da política e a filosofia, que ele diz, porém, ser o materialismo dialético, não mais o velho materialismo filosófico.)

Colocada assim a questão, não mais se compreende a importância e o significado da dialética, que, de doutrina do conhecimento e substância medular da historiografia e da ciência política, é degradada a uma subespécie da lógica formal, a uma escolástica elementar. A função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma *filosofia integral e original*, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, *integra em si os seus elementos vitais*) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades. *Se a filosofia da práxis é pensada apenas como subordinada a uma outra filosofia, é impossível conceber a nova dialética, na qual, precisamente, aquela superação se efetua e se expressa.* (GRAMSCI, 2011, p. 143. Grifos nossos)

Justamente as críticas de Gramsci (2011) ao *ensaio popular de sociologia* de Bukarin (1933), notadamente, aos aspectos referentes à dicotomia entre materialismo histórico e materialismo dialético, lhe rendeu uma série de críticas desferidas por Althusser (1979), respondidas à altura pelos teóricos e militantes do Partido Comunista Italiano – PCI. Entretanto, o entendimento a que chegamos ao analisar esse texto de Gramsci (2011), é que o revolucionário italiano não apenas devolveu o materialismo histórico-dialético (denominado por ele de *filosofia da práxis*⁷) ao seu devido lugar, corrigindo as obliterações e deturpações do pensamento de Marx, realçando o *caráter unitário* do método por ele fundado, que incorpora superando tanto a dialética idealista de Hegel, assim como, o materialismo mecanicista de Feuerbach, dando origem ao

⁷ Expressão utilizada nos Cadernos do Cárcere para referir-se a *materialismo histórico*. Evitando sofrer represálias da censura do cárcere que se tornou mais severa a partir de 1931, Gramsci substituiu expressões e nomes de pessoas que estivessem popularmente associadas ao Partido Comunista ou ao movimento operário. Assim, ao invés de materialismo histórico, utilizou “filosofia da práxis”; ao invés de Marx, “fundador da filosofia da práxis”; ao invés de Lênin, “V. Ilich” e assim por diante. Cabe destacar que ao denominar o materialismo histórico-dialético de *filosofia da práxis*, Gramsci demonstra, além de recurso estilístico, arguta criatividade ao captar que o cerne da cientificidade em Marx não se esgota no conhecer, mas reclama prática, *práxis*. Como destaca José Barata-Moura “O pensar continua a ser decisivo (até porque sem uma teoria correcta a eliminar-lhes os passos qualquer intervenção estará sempre infectada por coeficientes mais ou menos gravosos de «cegueira»); mas só a prática que o prolonga verdadeiramente decide” (BARATA-MOURA, José. As teses das teses. In **O Militante** – Revista do Partido Comunista Português - PCP N.º 263 março/abril de 2003. Disponível em: <https://www.pcp.pt/publica/militante/>. Acesso em 06/02/2022.

materialismo histórico-dialético, síntese mais avançada do pensamento humano. Mas também, o entendimento a que chegamos a partir dos estudos de Hobsbawm (2011), que Gramsci enriqueceu o Marxismo-leninismo ao “criar uma teoria marxista da política” (HOBSBAWM, 2011, p. 289). Isso não significa dizer que nos escritos de Marx e Lenin não esteja presente uma teoria política, mas sim que, por razões de natureza teórico-práticas das condições e das exigências impostas pela luta objetiva vividas por ambos, cada um ao seu tempo, os impediu de desenvolver teoricamente esse aspecto, cabendo a Gramsci, confinado pelo estado fascista, desenvolver uma teoria política original a partir de três aspectos: O primeiro, os fundamentos da teoria política legados de Marx e Lenin, dentro dos limites impostos pela conjuntura, como dissemos; O segundo, a própria história da Itália e o acúmulo teórico dela decorrente sistematizados nos escritos de vários autores cujos expoentes tomados pro Gramsci são reconhecidamente por ele Maquiavel, Gaetano Mosca e Croce, além de Georges Sorel, que apesar de francês, exerceu forte influência no sindicalismo italiano no início do século XX; O terceiro elemento, mas não menos importante, o peso da questão: Por que a revolução proletária foi vitoriosa na Rússia e fracassou na Itália? Mais que isso: Por que a fórmula revolucionária Russa não funcionou na Itália e o fascismo triunfou? Questões que ribombavam em seu cérebro durante o período do cárcere.

A originalidade do pensamento de Gramsci se caracteriza pelo fato de, sem perder a saudável ortodoxia⁸ marxista-leninista, ter desenvolvido a tese da *autonomia da ação política*, embora ela “nasça no terreno ‘permanente’ e ‘orgânico’ da vida econômica” (HOBSBAWM, 2011, p. 292, aspas do autor). Para o historiador egípcio seus textos “lançam luzes” sobre a atividade política que está subordinada a um “um conjunto de regras práticas de pesquisa e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas e vigorosas” (GRAMSCI, 2007, p. 19), tratou-se, pois, de tomar de forma pioneira no âmbito do marxismo, com a profundidade e amplitude necessária o que se entende por ciência e arte da política. Todavia, não queremos com isso reduzir a contribuição teórica de Gramsci ao âmbito da política, pois a robustez e alcance de seus textos vão muito além, da filosofia à

⁸ Ortodoxia não pode ser confundido com dogmatismo, pois diz respeito a manutenção e defesa dos princípios teóricos fundados por Marx e Engels, atualizados e desenvolvidos por Lenin, apreendendo-os de forma dinâmica e sintonizados com as transformações sociais da contemporaneidade. Ao passo que dogmatismo é uma visão petrificada da teoria que conduz a uma postura *religiosa* relativamente a ela, o que impede seu desenvolvimento, deformando seus fundamentos, tornando-se fonte mais de erros do que de acertos.

literatura, da educação ao jornalismo, em todos esses temas ele discorre com profundidade e rigor na aplicação do materialismo histórico-dialético.

Com base no que foi exposto, adotaremos a designação *materialismo histórico-dialético* para nos referir ao método fundado por Marx e Engels, por entendermos que essa é a forma mais adequada para expressar o conteúdo do debate acumulado sobre método no campo crítico-revolucionário, ao mesmo tempo é a expressão que ao nosso entender, assegura a coerência interna e fidedignidade ao pensamento de ambos os teóricos do socialismo científico. Dessa maneira, procuramos nos afastar das concepções criticadas por Gramsci (2011) nos seus escritos do cárcere, pois assim como ele, as consideramos errôneas porque implicam cair em “sistemas explicativos fechados e funcionais, a uma visão fragmentada da realidade” (CIAVATTA, 2016, p. 210), que levaram a *positivização* do marxismo, alterando e mesmo prejudicando seu conteúdo, impedindo a realização das “articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo” (CIAVATTA, 2016, p. 210), o que significa tomar a totalidade social como um conjunto dinâmico de relações cujo elemento ativo são os sujeitos sociais em suas relações contraditórias e por isso dinâmicas.

Chegamos até aqui com essa discussão para reafirmar que nossa pesquisa, assim como a exposição de seus resultados, será orientada pelo método materialista histórico-dialético, isso porque entendemos que este método rompe com a linearidade do positivismo (de direita e de esquerda), assim como, incorpora superando tanto a lógica racionalista dedutiva, quanto a empirista indutiva, uma vez que, razão e experiência constituem-se em dimensões distintas da mesma totalidade.

1.2. Método de análise como o fundamento dos procedimentos de investigação

Karl Marx ao estabelecer a sociedade capitalista como objeto de estudo, buscou identificar o elemento estruturante mais simples desse sistema, que ao mesmo tempo, contivesse em sua simplicidade toda a complexidade do capitalismo de forma sintética, o que ele expressa de forma clara n’O método da economia política:

[...] Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc., que descobrem por meio da análise. Mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como a divisão do trabalho, do dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise.

Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestadamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (Marx, 2011, p. 54).

Kosik (2002), traduz essa passagem de Marx (2011) da seguinte forma: “Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo.” (KOSIK, 2002, p. 49)

A propósito dessa mesma temática, Paulo Netto (2011), considera que:

[...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comanda os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (PAULO NETTO, 2011, p. 53).

Portanto, a problematização das *contradições* no contexto da implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, deve-se ao pressuposto de que essa é a categoria que permite, como diria Kosik (2002), romper o universo da *pseudoconcreticidade*, para que se possa mergulhar na *totalidade concreta* para chegar ao “concreto pensado” (SAVIANI, 2015), para que se possa chegar às *múltiplas determinações* (PAULO NETTO, 2011) do objeto e como estas influíram sobre os fundamentos epistemológicos e pedagógicos que subsidiaram os dirigentes da FPA na tomada de decisão pela construção de um projeto de Educação Profissional separado da Educação Básica, bem como, os interesses que moveram essa tomada de decisão.

Também, no que se refere a categoria *contradição* no âmbito do método materialista histórico-dialético, há que se considerar que este não a compreende como “sinônimo de inverdade, sinalizando erro ou uma falha no modo de pensar; um raciocínio equivocado” (SAVIANI, 2015, p. 27). Ao contrário, o método fundado por Marx e Engels, desenvolvido por Lênin e outros revolucionários do século XX, compreende a realidade como movimento, dito de outra maneira, o movimento é o estado de existência da matéria, por seu turno, o motor do movimento é a *contradição*.

Além disso, ao tomarmos *a implantação do Instituto Dom Moacyr no Estado do Acre no contexto da reforma da educação nos anos 2000*, como objeto de análise, como concreto empírico, ponto de partida da investigação, busca-se também estabelecer suas conexões com as contradições determinantes da sociedade contemporânea que se expressa no âmbito educacional brasileiro, por meio da polarização entre:

[...] o ideário da educação que defende **instruir** para **o que serve** ao mercado é demarcado pelo slogan “todos pela educação”. Daí emergem as orientações dominantes que o empresariado disputa no âmbito das políticas para a escola pública para uma educação cada vez mais restrita e mercantil. No contraponto situam-se as concepções que definem a educação como um direito social e subjetivo público, gratuito, laico e universal na perspectiva da escola básica unitária e omnilateral⁹. (FRIGOTTO, p. 13, 2012^a. Grifos do autor.).

Ou seja, escola unitária entendida em dois sentidos: um relacionado a superação da falsa contradição entre teoria e prática e outro, relacionado a unificação da formação humanística geral que confere as novas gerações a capacidades e habilidades para direção estatal unificadas com as de trabalhar manualmente, o que implica na formação do homem completo formado omnilateralmente, trata-se na visão de Frigotto (2012b) de uma educação “[...] ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões humanas que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico.” (FRIGOTTO, 2012b, p. 267), i. e., de desenvolvimento das capacidades de trabalhar manualmente e intelectualmente, unificando as dimensões *razão* e *experiência* no âmbito da educação escolar.

Por outro lado, o materialismo histórico-dialético possibilita compreender, que o fenômeno da alienação do trabalho desdobra-se em forma de luta de ideias determinando o conteúdo e a forma de projetos educativos opostos, vinculados aos interesses das classes fundamentais em disputa no capitalismo. Diante disso, adquire caráter estratégico para o projeto educativo emancipador, identificar como essa contradição geral se apresenta na periferia do sistema capitalista, por esse motivo, tomamos como objeto de análise a implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação profissional, projeto desenvolvido no Acre, localizado na Amazônia Sul-ocidental, uma das regiões mais espoliadas do país, a partir do qual, objetivamos *identificar quais interesses e fundamentos teóricos serviram de parâmetro para a implantação no Acre*,

⁹ Expressão derivada do latim que significa todos os lados e direções (FRIGOTTO, 2012a, p. 267).

de uma política de educação profissional separada da etapa final da Educação Básica, para que se possa, a partir das contradições presentes nesse processo, empreender uma análise rigorosa, radical e de conjunto conduzida pelo materialismo histórico-dialético que possibilite chegar ao concreto pensado, como síntese no âmbito do pensamento do movimento real da sociedade.

Outra importante categoria de análise que norteará o presente trabalho investigativo é a de educação como processo de humanização, uma vez que a natureza humana não é dada ao homem naturalmente, mas é por ele construída social e historicamente, processo que se sintetiza no ato educativo.

[...] o trabalho educativo é ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas, mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1992. P. 21).

Precisamente no que diz respeito as formas mais adequadas de educar que reside a polêmica marcada pela oposição de dois grandes paradigmas educacionais: de um lado, os defensores do projeto dual de educação escolar como explicitado por Frigotto (2012b), ou seja, um projeto educativo estruturado nas humanidades clássicas que prepara os filhos das classes dominantes para exercerem as funções dirigentes tanto dos processos produtivos quanto da superestrutura do estado. De outro lado, uma educação voltada para a formação de mão de obra para a satisfação das necessidades do mercado, destinada ao proletariado, para que esse ocupe as funções subordinadas na produção e na sociedade. Em oposição a esse projeto de educação liberal, estão os educadores que propõe a unificação entre os conhecimentos clássicos universais e as atividades produtivas, pondo fim a separação entre o pensar e o fazer no processo de educação escolar.

Movido pelo paradigma da unificação educacional, Saviani (1992) advoga a tese que “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 1992. P. 21), o que constitui a pedra angular de todo o seu arcabouço teórico, ponto de tensão com o dualismo educacional expressão do projeto burguês de formação humana, que por sua vez, propõe um saber restrito ao mínimo necessário para que as classes subalternas possam produzir e reproduzir o capital em contraste com uma formação humanista de base ampla oferecida aos filhos das classes

dominantes. Dessa maneira a escola dual ou diferenciada para ricos e para pobres, corresponde a manifestação da alienação do trabalho no âmbito da cultura imaterial. Essa polêmica perpassa todo o ambiente educacional e não poderia deixar de ser analisada na presente pesquisa, entendendo as contradições específicas presentes na implantação do Instituto Dom Moacyr como manifestação particular na periferia do sistema das contradições gerais da sociedade capitalista.

1.3. Bases epistemológicas da investigação

Na luta contra o poder feudal e o sistema de ideias que o legitimava fundamentado no silogismo aristotélico, levou a burguesia a lançar-se na tarefa de destruir todo o sistema da escolástica medieval, para tanto, não bastava criticá-la era preciso substituí-la por um novo sistema de ideias e por um novo método de investigação e aferição da verdade. Desse esforço surgiram dois métodos: o empirismo indutivo e o racionalismo dedutivo.

Todavia, ainda que empiristas e racionalistas concordassem quanto a necessidade de superação do sistema de Aristóteles, os dois métodos fundados pelos liberais negam-se mutuamente, o que conduzia a essa postura é o fato de ambos os métodos não terem rompido na totalidade com o princípio da *não contradição* do sistema lógico formal herdado de Aristóteles, ou seja, se para os empiristas a fonte da verdade é a experiência sensível, logo, esta não pode ser atingida por meios puramente racionais; Inversamente, para os racionalistas a razão é a fonte da verdade, e as experiências sensível captada pelo sentidos, não tem validade universal porque estão condicionadas e restritas a funcionalidade dos sentidos daquele que vivencia a experiência, desse modo, para os racionalistas a experimentação indutiva é fonte mais de erros do que de verdades.

Analisando a polêmica sobre os caminhos para se chegar à verdade estabelecida entre os métodos empiristas e racionalistas, Saviani (2015) destaca que “a dedução é analítica, ou seja, ela apenas explícita, na conclusão, aquilo que já está contido nas premissas, ao passo que a indução é sintética, pois acrescenta, na conclusão, algo que não estava presente nas premissas.” (SAVIANI, 2015, p. 32). Disso entendemos que ambos os métodos têm vantagens comparativas um ao outro, ou seja, o que falta num, está presente noutro e vice-versa.

Entretanto, devido a negação mútua de empirismo e racionalismo, a ciência fica condicionada pela parcialidade da análise de cada método, escapando as múltiplas determinações da realidade, as verdades alcançadas por ambos os caminhos são sempre

parciais, ainda que, por meio da indução e dedução tenha-se operado as maiores revoluções da história da humanidade notadamente a revolução industrial impulsionada pelo experimentalismo inglês e a revolução política e a instituição da república representativa, movida pelo racionalismo francês.

Tomando em consideração as visões parciais decorrentes da polarização excludente dos métodos liberais, Saviani (2015) ao analisar a história conclui que,

via de regra, as épocas progressivas – as sociedades em desenvolvimento – tendem a encarar o problema do conhecimento pela via indutiva enquanto as épocas e sociedades relativamente estabilizadas tendem a se guiar pelo caminho dedutivo. E isso é compreensível porque as sociedades que se encontram em sua fase inicial de desenvolvimento estão empenhadas na busca do novo ao passo que as sociedades estabilizadas empenham-se em justificar e manter a ordem existente. (SAVIANI, 2015, p. 32)

O entendimento a que chegamos é que essa conclusão de Saviani (2015), dialoga com a gênese do nosso objeto de investigação. Pois, guardando-se as devidas proporções de análise histórica, a FPA que governou o Acre por 20 anos e implementou a política de educação profissional analisada na presente tese, assumiu posição análoga a descrita pelo fundador da pedagogia histórico-crítica. No período que antecedeu a sua ascensão ao poder e imediatamente após, a FPA se mostrou uma força política dinâmica e em sintonia com os anseios do povo, empreendeu uma série de mudanças no aparelho de estado de caráter progressista, ainda que se possa contabilizar nesse período certos reveses, principalmente na relação entre o governo e o movimento dos trabalhadores, o balanço desse momento histórico é positivo no sentido progressista. Entretanto, uma vez consolidada sua hegemonia relativa demais forças políticas locais, a Frente assumiu uma postura conservadora, afastando-se dos ideais que lhe deram origem, passando a lutar pela manutenção do *status quo*, não mais propugnando mudanças estruturais. Isso é, pois, um dado histórico, o que ele não nos revela de antemão é qual a relação dessa mudança de perspectiva da FPA com os métodos de investigação liberais, nem como esse processo influenciou sobre a política de formação profissional. Questões que procuraremos esclarecer de forma correlata ao problema da pesquisa: *Quais os interesses e fundamentos teóricos serviram de parâmetro aos dirigentes da FPA, para a implantação de uma política de educação profissional separada da etapa final da Educação Básica?*

Do ponto de vista da análise epistemológica que empreendemos até aqui, consideramos importante ainda, destacar que a polarização excludente entre experiência e razão só foi superada no âmbito da filosofia, no princípio do século XIX com Hegel e a sistematização da lógica dialética, apoiado nas contribuições de Heráclito de Éfeso, cujo polo gravitacional de seu sistema filosófico é o princípio da unidade da contradição. Por

esse princípio, a unidade do *ser* é determinada pela oposição de forças contrárias que se repelem e se atraem mutuamente dando-lhe forma, conteúdo e dinamismo, uma vez que a contradição produz movimento, tese que Hegel exporia na *Fenomenologia do espírito*, sintetizada poeticamente em seu Prefácio

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. É essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo. Mas a contradição de um sistema filosófico não costuma conceber-se desse modo; além disso, a consciência que aprende essa contradição não sabe geralmente libertá-la – ou mantê-la livre – de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários. (HEGEL, 2007, p. 26).

Essa compreensão de Hegel (2007) expressa a superação por incorporação da experiência e razão como momentos distintos, contraditórios e necessários para o pensamento em seu movimento. Porém a dialética hegeliana tinha muito de resquícios medievais que lhe imprimia conteúdo idealista, produzindo uma imagem espelhada da realidade, ou de cabeça para baixo, para usar as palavras de Marx (2017). Por isso, era “preciso revira-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2017, p. 91), essa foi, pois, a revolução “copernicana” no plano epistemológico promovida por Marx, ao revelar que o movimento é anterior ao pensamento, é antes uma propriedade da matéria, mais de que isso, é a própria forma de existir da matéria, cuja configuração mais acabada é o pensamento, que como “[...] teoria também se torna força material quando se apodera das massas.” (MARX, 2013, p. 157). Esse é o fundamento do materialismo histórico-dialético, método fundado por Marx e Engels, síntese do pensamento mais avançada da humanidade.

Outro aspecto que consideramos relevante é o fato de o materialismo histórico-dialético ser o método organicamente vinculado aos interesses estratégicos de emancipação do proletariado, como enfatiza Frigotto (2012a) com base em Kosik (2002), de onde destacamos os seguintes aspectos:

- a) Que o caráter radical do conhecimento histórico se explicita mediante rupturas, críticas ao *status quo ante*, e que por isso mesmo o embate teórico revela que há teorias que explicitam e revelam a realidade de forma mais completa, ainda que relativa, e outras que são mais parciais ou até obnubilam a realidade dos fatos;

- b) Que a ciência do social é uma ciência não neutra. A ciência e o processo científico não são imunes aos embates reais que se dão na sociedade de classe. Neste sentido, o conhecimento histórico-crítico é um instrumento de luta;
- c) **Que o materialismo histórico constitui-se na ciência do proletariado, classe social empenhada com a superação da sociedade de classes e instauração da sociedade socialista;**
- d) Que as concepções do “pluralismo ou do ecletismo metodológico” representam apenas uma variação ou uma das expressões das respectivas metafísicas (FRIGOTTO, 2012b, p.170 – 171, grifos nossos).

Essa compreensão Frigotto (2012b) desenvolve a partir da tese do *monismo materialista* Kosik (2002) segundo a qual a realidade social é produzida historicamente pelos homens e determinada por leis históricas que condicionam as circunstâncias do seu tempo. Isso posto, o *monismo materialista* sustenta que o conjunto das relações sociais (políticas, ideológicas, culturais, educacionais) dão conteúdo e forma à estrutura econômica estabelecida por esses mesmos homens no processo de produção e reprodução da vida material de sua existência. Define, em *última instância*, o complexo social em suas diferentes dimensões, como enfatizaria Engels em carta ao jovem Joseph Bloch em 1890 (ENGELS, 1988).

Entendemos que o materialismo histórico-dialético é o método que toma a realidade como contradição em movimento, não divorcia o movimento do pensamento, das leis dos fenômenos do mundo objetivo, mais que isso, trata-se de uma concepção ontológica, epistemológica e política, como procuramos demonstrar até aqui, razão pela qual o adotamos como condutor de nosso processo investigativo, por possibilitar efetivamente compreender as múltiplas determinações de nosso objeto de investigação. Essa decisão, se apoia nos termos que destacamos de Engels (1988), Marx (2011), Marx e Engels (2007), Kosik (2002), Gramsci (2011), Saviani (1992 e 2021), Frigotto (2012b) e Ciavatta (2016), assim como a contribuição de outros teóricos não citados aqui, mas que aparecerão ao longo da exposição da tese, todos subsidiaram a análise do objeto, cujos fundamentos teóricos apresentamos nessa breve e parcial exposição do método, posto que, a ênfase que demos recaiu sobre a articulação e indissociabilidade entre o suas dimensões histórico-dialética, que se constituiu no fio condutor da investigação, análise e exposição dessa pesquisa que tem seu núcleo na relação trabalho-educação por meio do qual se pode chegar as bases epistemológicas, pedagógicas e políticas que fundamentaram a Secretaria de Estado de Educação do Acre, sob o governo da FPA, a conceber um projeto de educação profissional separado da educação básica.

1.4. Procedimentos de pesquisa

No que se refere a metodologia da pesquisa, *i.e.*, aos procedimentos de investigação, o presente trabalho teve como referência as contribuições de Ciavatta (2016), Kuenzer (2013) e Frigotto (2012a), posto que, ambos se constituem em referência para pesquisa com temas educacionais. Ao proporem uma metodologia de pesquisa para esse campo de estudo fundada no materialismo histórico-dialético, que supera por incorporação os métodos empirista e racionalista, cujos fundamentos são tratados pela perspectiva burguesa de ciência de forma justapostas e antinômicas entre si tanto nos estudos da sociedade quanto da natureza, os referidos autores nos possibilitam adotar um percurso investigativo que rompe as barreiras das aparências da realidade, da pseudoconcreticidade (Kosik, 2002), permitindo apreender a essência dos fenômenos, identificando suas contradições, mediações e o estabelecimento das conexões entre cada uma de suas partes constitutivas ao todo orgânico, captando todas as suas dimensões que lhe dão conteúdo e forma, sem que com isso, se perca de vista o movimento do real. A partir desse procedimento investigativo nos foi possível encontrar a forma mais adequada de exposição dos resultados da pesquisa sobre o objeto de nossa investigação como realidade concreta em sua historicidade, para a partir desse pressuposto representá-lo no plano teórico como *concreto pensado*.

A compreensão a que chegamos é que o projeto do positivismo de transpor de forma esquemática para as ciências sociais os princípios da cientificidade adotada nas ciências da natureza fracassou, fundamentalmente porque a sociedade, embora seja tão real e material quanto a natureza, possui particularidades que o indutivismo e o dedutivismo puros não captam.

O empirismo indutivo ao analisar a realidade social fixa-se nos fatos e indivíduos isolados, abstrai-se das análises as mediações entre as singularidades dos fatos e das ações dos sujeitos com o movimento geral da sociedade, bem como, o seu desenvolvimento histórico, razão pela qual Ciavatta (2016) destaca que;

ficam excluídos do conhecimento histórico objetos gerais como leis, relações determinações abstratas universais. Privilegiava-se a individualidade e esta era a dos indivíduos singulares, poderosos, era a história dos grandes feitos e dos homens ilustres, e dela ficavam excluídos todos os outros sujeitos sociais (CIAVATTA, 2016, p. 211-212).

Ao abordar a análise da história sob essa perspectiva, Ciavatta (2016) nos interpela a tomar a sociedade como totalidade em movimento, e acaba por dialogar diretamente com nosso objeto de investigação, notadamente, *a implantação do Instituto Dom Moacyr no Estado do Acre no contexto da reforma da educação nos anos 2000*. No procedimento da pesquisa tomamos como fio condutor da análise essa indicação, procuramos analisar o objeto não apenas em sua singularidade, mas a partir de suas múltiplas determinações, procurado identificar as mediações que o articulam a história da FPA e esta, à do Brasil, do capitalismo e da luta do proletariado pela emancipação do trabalho alienado, considerado as particularidades com que esse processo se deu na Amazônia Sul-Occidental.

Para proceder a análise de forma a assegurar a coerência interna com o materialismo histórico-dialético, é indispensável a exata compreensão da categoria *mediação* entendida como a busca da “[...] especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais.” (CIAVATTA, 2016, p. 225). Dessa forma, *mediação*, como categoria da filosofia da práxis não pode ser reduzida ao conceito de *meio*, ou muito menos tomado na perspectiva empirista como instrumento quantitativo de medição do comportamento de um dado fenômenos (CIAVATTA, 2016).

Por essa linha epistemológica não se chega a uma adequada compreensão da categoria *mediação*, sem se problematizar as categorias, *singularidade*, *totalidade* ou *universalidade* e *particularidade*, que se interpenetram e condicionam-se mutuamente atravessadas pela *contradição*.

Desse modo, *singular* é a característica própria, exclusiva, única do objeto que se apresenta na imediaticidade empírica como coisa ou processo que não existe em nenhuma outra formação social. Por sua vez, o seu oposto não excludente é a *universalidade* ou os elementos que se repetem que são comuns a outras formações coisas ou processos aos quais o singular se articula.

Por haver essa articulação, nenhuma realidade que se tome como objeto de análise é pura singularidade, ou pura universalidade, ambas as dimensões estão presentes unidas e em oposição, formando assim uma tensão contraditória singularidade-universalidade no âmbito do objeto, gerando o movimento que se sintetiza no particular.

Mas é conveniente distinguir especialmente a correlação do particular e do geral. Se o singular é uma propriedade que não se repete, e que é próprio apenas a uma formação material dada (coisa, objeto, processo),

o particular é a própria formação material, a própria coisa, o próprio objeto, o próprio processo. O particular é simplesmente o singular, mas é igualmente o geral. *O particular é a unidade do singular ao geral.* (CHEPTULIN, 2004, 195-194. Grifos nossos)

Esta análise análoga a Cheptulin (2004) Ciavatta (2016) chega a seguinte compreensão:

É no campo da particularidade que se situam as mediações, determinações sociais que permitem ir do singular ao universal, não como objeto genérico, abstrato, mas na sua essência, na concretização (pensado concreto) de suas múltiplas relações, como ser histórico-social. (CIAVATTA, 2016, p. 234)

Desse modo, com base nos autores citados, entendemos o nosso objeto de investigação como particularidade que traz em si o universal concreto em articulação com seus aspectos únicos que lhe dotam de singularidade, formando uma totalidade concreta, síntese de múltiplas determinações.

Há que se destacar que ao tomar o objeto como particularidade, enquanto recorte, como parte do geral, o fazemos levando em conta o que se trata de “[...] um recurso apenas para fins de delimitação e análise do campo de investigação; no contexto do real nada é isolado; isolar os fatos significa privá-los de sentido e inviabilizar sua explicação, esvaziando-o de seu conteúdo” (KUENZER, 2013, p. 65). Desse modo, para que não percamos a perspectiva de totalidade é fundamental a categoria *mediação* como busca da especificidade histórica do fenômeno (CIAVATTA, 2016). No que se refere ao nosso objeto de investigação, trata-se de saber como as contradições gerais do capitalismo se processam na periferia do sistema, mas não em qualquer periferia, numa em particular, com características singulares, a Amazônia brasileira, em sua porção Sul-Occidental, num tempo histórico específico, marcado por um lado, pelo recrudescimento das políticas neoliberais, e por outro, pela resistência ativa dos trabalhadores ao avanço da superexploração de sua força de trabalho como manifestação contemporânea do capitalismo.

Todavia nosso objeto de investigação constitui-se como uma totalidade contraditória, cujas tensões a ele inerentes, são repercussões no âmbito particular, das contradições gerais da sociedade. Contradições que provocam seu movimento constante, imprimindo-lhe característica binária, no sentido que guardam sempre elementos de renovação e permanência. Todavia, em última análise, prevalece sempre o polo da mudança.

Se tomássemos a realidade sem contradições, cairíamos no idealismo metafísico, que concebe a realidade como pronta e acabada, portanto inerte. A partir do pressuposto que o movimento é o modo de existência da matéria e que o motor do movimento é a contradição, no processo investigativo buscaremos “captar a todo momento o movimento, a ligação e unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se no/do outro, se destroem ou se superam” (KUENZER, 2013, p. 65)

Essa compreensão da realidade em movimento, se opõe a metafísica de todos os matizes presentes tanto na pesquisa acadêmica quanto na sociedade, que se orientam por “[...] métodos de investigação de forma linear, a-histórica, lógica e harmônica. Essa perspectiva, ainda que com diferenças significativas de complexidade e alcance, incluem-se as abordagens empiricistas, positivistas, idealistas, ecléticas e estruturalistas.” (FRIGOTTO, 2012a, p. 161 – 162). Tais enfoques epistemológicos, cada um de maneira singular a partir de suas leis e categorias que lhes dão coerência interna, captam a realidade de forma parcial e estática. Escapa-lhes, portanto, a percepção das contradições, mediações e transições que dão movimento à realidade objetiva, disso deriva o fato que as reflexões decorrentes de tais métodos esgotam-se em abstrações, não chegando, portanto, a se constituir em *concreto pensado*.

Por sua vez, o materialismo histórico-dialético compreende a realidade como multidimensional, contraditória, unitária e dinâmica, “como um todo *indivisível de entidades e significados*, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor” (KOISIK, 2002, p. 30, grifos do autor), que para ser apreendida como totalidade concreta complexa, exige tanto o movimento indutivo experimental quanto o dedutivo racional, dimensões distintas, mas articuladas e dialeticamente inseparáveis do processo apreensão da realidade no âmbito do pensamento, como concreto pensado. Perspectiva distinta dos métodos liberais que se polarizam numa contradição antinômica o que implica numa visão fragmentária da realidade, que impede a captação das contradições e mediações que articulam as particularidades ao todo da realidade concreta.

Partindo dessa compreensão, tomamos como referencial teórico, os autores que se inserem na tradição do materialismo histórico-dialético, método que dirigiu os procedimentos de pesquisa, por meio do qual, procuramos evidenciar as contradições e elementos de tensão na política de Educação Profissional do Acre, analisando também

identidade, contradições e/ou assimetrias com o discurso educacional MEC, no período delimitado pelo projeto de investigação, ou seja, a primeira década do século XXI.

Os primeiros passos dados em direção a realização da pesquisa foram: 1. Visita aos gestores da Secretaria de Estado de Educação - SEE e do Direção do Instituto Dom Moacyr – IDM para a apresentar a proposta de pesquisa objetivando a obtenção de autorização para a realização da pesquisa expresso por meio da assinatura do Termo de Autorização para a Realização da Pesquisa; 2. De posse do documento de autorização da SEE e do IDM para a realização da pesquisa, foi agendado uma reunião com os técnicos e gestores do IDM, para sensibilização, visando acesso aos documentos oficiais; 3. Assegurado o apoio e colaboração de todos foi dado início a processo de seleção e catalogação dos documentos a serem analisados.

O elemento norteador desta pesquisa foi o problema que moveu a investigação, expresso da seguinte maneira:

Quais os interesses e fundamentos teóricos serviram de parâmetro aos dirigentes da FPA, para a implantação de uma política de educação profissional separada da etapa final da Educação Básica?

Para buscar responder a esse problema, foram tomados no ponto de partida da investigação os documentos *Relatório Geral do Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional: Construindo uma Política Pública de Educação Profissional*. O Referido Encontro foi realizado pela antiga Gerencia de Educação Profissional – GEPRO, em Rio Branco nos dias 4 e 5 de outubro de 2005, representou a culminância do acúmulo de discussões sobre o tema, tanto no âmbito da SEE quanto com os diversos órgão do que se convencionou denominar de sistema “S”, por sua importância constituiu-se em documento norteador da política de Educação Profissional no Acre e por isso, o tomamos como referência principal de nossa investigação.

Somaram-se ao referido documento o esboço do primeiro /Acre¹⁰, *Avaliação do PEP/Acre 2000*, a *Lei n° 1.695* que criou o IDM, o *Estatuto do IDM*, *Relatório de Gestão da Gerência Pedagógica e Curricular*, o *Manual de Qualidade do IDM* e o *Programa de*

¹⁰ Esse foi o primeiro documento de maior profundidade sobre Educação Profissional elaborado pela gestão da FPA, foi construído para atender aos critérios de elegibilidade do BID para aprovação dos projetos de investimentos dos estados. Infelizmente não foi possível localizar a versão final do documento, no entanto, o esboço que nos foi gentilmente cedido pelo Sociólogo Iraiton Lima, primeiro Presidente do Instituto Dom Moacyr, contém todos os elementos da versão aprovada, faltando apenas a revisão ortográfica. Mesmo como esboço, o documento contém os fundamentos que mais tarde viriam a ser implementados na política de Educação profissional do Governo da FPA.

Educação Permanente do Instituto de Educação Dom Moacyr para o atendimento do Programa Brasil Profissionalizado, realizando-se a sistematização da base teórico metodológica sobre o tema, que subsidiou a investigação e embasou a análise dos dados coletados.

Procuramos identificar nos documentos citados, os fundamentos econômicos, filosóficos e políticos desse projeto, estabelecendo um diálogo crítico com a literatura que trata da relação trabalho-educação referenciada no método que embasou tanto a pesquisa quanto a presente exposição.

À medida que a investigação foi avançando, e que dúvidas e questionamentos forem surgindo a partir dos dados empíricos que foram se apresentando, o projeto foi revisto quanto a formulação do problema e objetivo de maneira a dar maior clareza e precisão foco da investigação.

De posse dos dados sistematizados, iniciou-se o processo de análise e interpretação que deram origem as informações, base para a construção da Tese.

2. RAÍZES DO PROLETARIADO NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: OPRESSÃO, MASSACRES E RESISTÊNCIA

Neste capítulo, desenvolvemos uma análise que situa a constituição das classes sociais no Acre no contexto de sua formação social, demarcando campo com o positivismo utilizado pelas classes dominantes para legitimar e perpetuar seu poder sobre a exploração do proletariado local. Positivismo esse que, num dado momento, foi assimilado por parte da esquerda acreana, que abandonou as análises histórico-críticas e aderiram a uma perspectiva conservadora na leitura e interpretação da história regional, invisibilizando o povo no processo histórico, substituindo por indivíduos isolados, tidos como heróis libertadores; nessa perspectiva, mitologia e história se confundem, obnubilando a visão dos trabalhadores quanto às diferenças e divergências de interesses entre as classes.

Retomamos os autores que fazem uma interpretação crítica da história do Acre e que, na origem dos movimentos populares no último quarto do Século XX, foram decisivos para a elevação do nível de consciência política dos trabalhadores, para que a massa do proletariado se visse como sujeito da história, como construtores de um outro mundo possível, livre da opressão do trabalho alienado. Por isso, essa historiografia crítica esteve na raiz da constituição das suas organizações populares que culminaram na formação da Frente Popular, tanto na sua versão durante a ditadura, chamada de

Tendência Popular no MDB, quanto na sua versão mais recente nos anos 1990, Frente Popular do Acre – FPA.

Com base nesse referencial, analisamos a barbaridade da violência com que o capital penetrou na Amazônia Sul-Occidental brasileira trazendo opressão e morte para os povos originários do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia, que resistiram de variadas formas para preservar primeiro a vida, depois seu território e cultura.

Nessa linha crítica, analisamos a conquista do Acre como a *primeira batalha da borracha*, luta de caráter imperialista pelo controle das fontes de matéria-prima fundamentais à indústria moderna, e não como “revolução”, identificando nesse processo a formação das classes, o surgimento do proletariado com suas características regionais decorrentes das formas específicas com que se deu a exploração de sua força de trabalho nos dois ciclos da borracha e depois, com a falência dos seringais, o avanço do agronegócio nos anos 1970 e a instalação de novas formas de latifúndio, tendo por base econômica as fazendas de criação de gado de corte em substituição aos seringais, trazendo nova onda de conflitos sociais à região.

Nesse contexto de lutas contra o latifúndio e de enfrentamento à ditadura militar popularizaram-se a criação dos sindicatos e associações classistas rurais e urbanos, que, junto com as organizações comunitárias, de mulheres e estudantes, fizeram a resistência popular no Acre e se constituirão no embrião da FPA.

2.1. O capital penetra na Amazônia Occidental trazendo opressão e morte: a resistência dos povos originários

Ao analisar a acumulação primitiva de capital, Marx (2017) refere-se a esse processo da seguinte maneira: “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. (...) Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos.” (MARX, 2017, p. 786). Essa compreensão decorre da análise de duas realidades distintas, mas complementares: de um lado, o processo que ocorreu na Inglaterra de expropriação dos trabalhadores da propriedade dos meios necessários a realização de seu trabalho de subsistência ao longo dos séculos XVI, XXVII e XVIII, por meio da expulsão dos camponeses das terras de uso comuns. Ao analisar aquela formação social, Marx (2017) atesta que foram rompidos os laços de servidão com a velha sociedade feudal de forma violenta e massacrante, convertendo o antigo servo em

proletário, vendedor de si mesmo, processo particularmente cruel para os mais vulneráveis, notadamente idosos e crianças. Por outro lado, a realidade que se processava além-mar na África, Américas e Índias Orientais com a escravização, extermínio das populações nativas, o saque e a pilhagem das riquezas naturais, estão articulados e a serviço do processo global de acumulação primitiva de capital e serviu de base para financiar a revolução industrial na Europa e pavimentar a conquista do poder político pela burguesia consolidando sua condição de classe social dominante.

Vinculado a mesma linha de análise de Marx (2017), Losurdo (2006) nos traz um relato rico em fatos grotescos e bárbaros que assinalaram os procedimentos utilizados na globalização do capital realizada nos séculos XV, XVI e XVII, dos quais, destaco como exemplo das consequências desumanas desse processo, o seguinte trecho:

No verão de 1911, em uma área remota da Califórnia é descoberto um índio que não consegue se comunicar em inglês nem em espanhol. Especialistas etnólogos verificam depois que se trata de um sobrevivente da tribo Yahi, amplamente exterminada ao longo de uma geração. O desconhecido, que se recusa a dizer o seu nome ou a contar a história de sua família destruída, é posto em um museu, onde torna-se objeto de uma grande e diversificada curiosidade de adultos e crianças ... (LOSURDO, 2006, p. 351 – 352)

Essa passagem é ilustrativa do massacre perpetrado contra os povos nativos das Américas, da África, Ásia e Oceania no processo de acumulação primitiva e globalização do capital, as populações nativas dessas regiões tiveram suas terras invadidas, as riquezas naturais saqueadas e os povos foram escravizados desenraizados e/ou sistemática e barbaramente dizimados.

A história da penetração do capital na Amazônia não difere dessa lógica predatória e cruel verificada noutras partes das Américas e do planeta, é o que revela os estudos do Prof. Gilberto Dalmolin (2004), sobre as consequências da expansão capitalista para explorar a borracha e as drogas do sertão nos altos rios da Amazônia Sul-Occidental no segundo quarto do século XIX. Diz ele:

A exploração direcionada para a obtenção da borracha (goma elástica) passa a ser o principal objeto de interesse na região ocidental da Amazônia brasileira, a partir de meados do século XIX e, por mais de um século, verteu riquezas e sangue que impulsionaram o capitalismo, as grandes indústrias, os lucros de empresários com nenhum compromisso com as pessoas e com a região de onde eram extraídas tais riquezas. A corrida pelos lucros fáceis, pelas riquezas amazônicas, em territórios tomados a força, na forma de assalto, pilhagem, teve como consequência mais drástica a vitimização de indígenas e

nordestinos, explorados e escravizados no trabalho extrativista. Quando a empresa exploratória deixa de render compensações ao capitalista, este sai de cena. Restam, então, como saldo para a região, pequenas comunidades famintas, com seus sistemas e valores socioculturais desacreditados, apagados por práticas colonizatórias truculentas, até que surja uma nova “fonte” a ser explorada por novos aventureiros. (DALMOLIN, 2004, p. 108, aspas do autor)

Dessa maneira o capital adentrou e ocupou as terras dos altos rios do Acre e da Amazônia Ocidental, Dalmolin (2004), estima que só na região onde hoje é o Estado Acre aproximadamente 32 povos originários tenham desaparecido vítimas de massacres promovidos por caçadas humana organizadas por seringalistas, denominadas por Souza (2005) de “correrias”.

Muitos índios que lutaram contra as invasões de suas terras por seringalistas foram mortos nos ataques armados realizados por seringueiros a mando de seus patrões. Os ataques aconteciam quando os índios estavam dormindo em seus Copichauas¹¹. **Os assassinos chegavam a matar todos os homens da aldeia. Muitas vezes nem crianças e mulheres escapavam. Eram mortos a balas e facadas. A estes ataques nós chamamos de “CORRERIAS”.** (SOUZA, 2005, p. 31. grifos e aspas do autor

Soma-se essas formas violentas de genocídio, a morte invisível por moléstias trazidas pelos invasores, contra as quais os povos originários não tinham defesas naturais, tais como: gripe, caxumba, sarampo, catapora, hepatites e sífilis, que funcionaram como armas microbianas que exterminou aldeias inteiras. Na atualidade existem no Acre quinze povos indígenas que sobreviveram ao massacre dos últimos dois séculos, distribuídos em vinte e cinco terras indígenas¹², esses grupos étnicos falam quinze línguas de três troncos distintos conforme o quadro 1, a seguir.

¹¹ *Copichaua*: designação genérica do tronco linguístico *pano* para casa, moradia, barraca.

¹² Terras indígenas no Acre: Cabeceira do Rio Acre, Mamoate, Rio Gregório, Kaxinawa da Colônia 27, Igarapé do Caucho, Jaminawa do Caeté, Campinas/Katukina, Katukina/Kaxinawa, Kampa e Isolados do Rio Envira, Jaminawa-Envira, Riozinho do Alto Envira, Kulina do Rio Envira, Kaxinawa Nova Olinda e Jaminawa do Guajara, Kulina do Igarapé do Pau, Kaxinawa do Seringal Curralinho e Alto Rio Purus, Kampa do Rio Amônia, Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawa do Rio Humaitá, Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawa do Seringal Independência, Nukini e Poyanawa. Fonte: Etnozoneamento das terras indígenas, Secretaria de Meio-Ambiente do Acre, Governo do Estado do Acre. Disponível em: <http://semapi.acre.gov.br/etnozoneamento-em-terras-indigenas/> Acesso em 01 de fev. 2022.

Quadro 1
Povos originários remanescentes no Acre

<i>Tronco linguístico</i>	Pano	Aruak	Arawa
	Huni – Kuĩ (Kaxinawá) ¹³		Madija
	Yawanawá		
	Noke Koĩ – (Katukina)		
	Shawādawa		
	Jaminawa		
	Puyanawa		
	Shanenawa		
	Kuntanawa		
	Nawa		
	Nukini		
	Apolima Arara	Asheninka	
	Jaminawa - Arara	Manchineri	

Fonte: Comissão Pró-Índio CPI/AC, 2016¹⁴

Mas, penetração do capital na Amazônia Sul-Occidental não apenas agiu para exterminar os povos originários, e os repeliu para as terras altas do Peru e da Bolívia para assegurar o domínio de seus territórios tradicionais, como buscou também desenvolver meios para incorporar a força de trabalho indígena seja na produção gumífera nos dois ciclos da borracha ou na expansão da frente agropecuária nos anos 1970 do século passado.

Aquino (1977), ao analisar o caso do povo Huni – Kuĩ (Kaxinawá) no vale do Tarauacá-Envira, afirma que o capital primeiro se “apropriou de seu território e depois de sua força de trabalho” (AQUINO, 1977, p. 38), realidade que consideramos análoga aos demais povos originários dos vales dos rios Acre, Purus, Tarauacá, Envira e Juruá no primeiro ciclo da borracha.

Aquino (1977) destaca que o processo de incorporação dos povos indígenas à produção capitalista na Amazônia acreana, primeiro na base da indústria gumífera como seringueiros “caboclo”, e depois na empresa agropecuária como peão “acreano”, se deu por complexos processos que combinaram o uso da força a exemplo das “correrias”, que

¹³ Numa tradução livre para o português *Huni – Kuĩ*, significa *Gente de verdade*, a partir do contato com a nossa cultura, no primeiro ciclo da borracha eles foram designados Kaxinawá (gente ou povo morcego) mas eles nunca se reconheceram por essa designação, se autodenominam, pois, *Huni – Kuĩ*. Constitui o maior grupo étnico dos povos originários do Acre, estão presentes em cinco municípios: Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão e Marechal Thaumaturgo, distribuídos em 12 terras indígenas, totalizando uma população de mais 14 mil pessoas (AQUINO e IGLESIAS, 2005, p. 21).

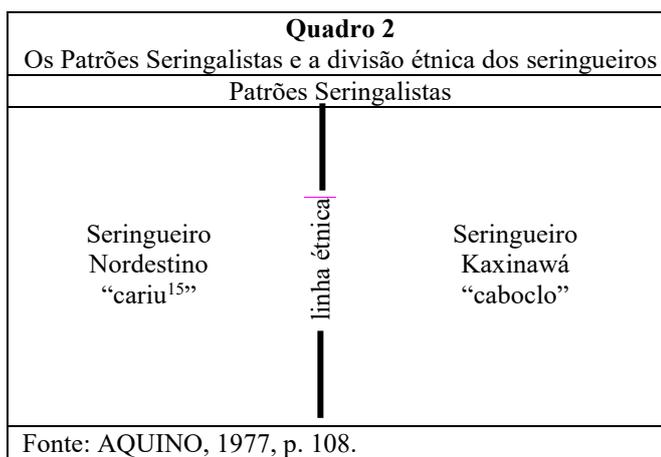
¹⁴ SHANENAWA, Eldo Carlos Gomes. Culturas Indígenas do Acre. In Comissão Pró-índio do Acre – CPI-AC, 2016. Disponível em: <http://cpiacre.org.br/abril-no-acre-indigena-2016-culturas-indigenas-no-acre/> Acesso em 01 de fev. 2022.

visava o genocídio das populações originárias para ocupação territorial, com capturas e escravização dos sobreviventes. Mas também, buscou-se a subordinação dessas populações por meio do *consenso*, a partir da sedução com presentes e agrados aos indivíduos contactados que, posteriormente, eram usados como meio de acesso à toda aldeia a que ele pertencia, procedendo de igual modo com os demais membros do grupo, inserindo-os a partir disso num sistema de tutela e patronagem, como descreve Iglesias (2010) ao analisar o papel que desempenhou Felizardo Cerqueira na subordinação dos Huni-Kuĩ (Kaxinawá) ao sistema de exploração dos seringais:

procurou-se destacar a mediação, a tutela e a patronagem, com o componente da dominação nelas inseridas, enquanto jogo dialético, por meio dos quais os Kaxinawá buscavam não apenas “proteção”, mas também formas coletivas de inserção nos seringais e o acesso a mercadorias e outros bens. Ao invés de visões polarizadas surgem nos discursos de diferentes gerações de Kaxinawá imagens sobrepostas de Felizardo, como “protetor”, “primeiro catequizador” e “bom patrão”, informadas pela resignificação e atualização de coordenadas culturais da própria tradição nativa, bem como por reflexões contextuais sobre outros modelos de violência e dominação que marcaram uma quase secular inserção nos seringais – as “correrias” de seringueiros e caucheiros, as violências dos “matadores de índios” a serviço dos seringalistas e o “cativo” nas mãos dos patrões seringalistas. (IGLESIAS, 2010, p. 467)

Esse processo descrito por Iglesias (2010) se deu não apenas com o Huni-Kuĩ, mas também com outros povos do vale do Rio Juruá, cujo objetivo era explorar a força de trabalho dos índios “amansados”, para reproduzir o capital cujo seringal se constituía na unidade produtiva e preposto mais avançado na frente extrativista.

Esse processo possibilitou a inserção dos povos indígenas como seringueiros na empresa seringalista e instituiu-se o que Aquino (1977) denomina de linha divisória étnica, na classe dos seringueiros, como expresso no quadro 2 ao lado:



¹⁵ Cariu: designação genérica usada pelos povos originários do Acre para se referir aos não indígenas.

Do ponto de vista de classe, tanto o seringueiro “cariu” quanto o “caboclo” foram submetidos ao mesmo sistema de exploração da sua força de trabalho nos seringais, no entanto, o estabelecimento da linha étnica teve um caráter ideológico para justificar a superexploração dos seringueiros indígenas relativamente aos nordestinos, embora os estudos de Aquino (1977) atestem que não há diferenciação objetiva na qualificação da mão de obra de um e outro trabalhador; no entanto, em relação aos seringueiros indígenas, o autor afirma que:

o padrão necessita criar toda uma crosta de estereótipos que qualifica o seringueiro “caboclo” como um “mau seringueiro”, tais como, são mais ‘preguiçosos’ que os seringueiros “cariu”, são “menos ambiciosos” em melhorar a sua qualidade de vida etc., para justificar uma maior exploração de sua força de trabalho. Assim, podemos concluir que a linha étnica persiste porque pode ser manipulada pelos patrões para encobrir a sobre-exploração da força de trabalho de seus seringueiros “caboclos”. (AQUINO, 1977, p. 109. Aspas do autor)

Desse modo, a partir das análises de Aquino (1977) e Iglesias (2010), depreendemos que o processo de subordinação dos povos indígenas do Acre ao capital por meio de sua incorporação ao trabalho de coleta de látex, como seringueiro “caboclo”, foi marcado por uma carga ideológica de estereótipos cujo objetivo tácito era justificar e legitimar a superexploração da força de trabalho dos povos originários que escaparam a matança, transformando-os em mão de obra de segunda categoria, por isso mais barata para o seringalista, ainda que sua produção fosse igual à dos nordestinos, configurando um tipo singular de mais-valor absoluto, operado pelo capitalismo na região Sul-Occidental da Amazônia brasileira.

Aquino (1977) destaca ainda que essa *linha étnica*, que diferencia o seringueiro “cariu” do “caboclo”, só deixaria de existir com a implantação das modernas fazendas capitalistas nos anos 70 do século passado, quando se verificou o “‘esvaziamento’ da linha étnica e o fortalecimento da linha de classe” (AQUINO, 1977, p. 110). Aspas do autor). Nesse contexto, de reorientação da economia do Acre, caracterizada pelo avanço da pecuária de corte, os seringueiros *carius* e *caboclos* foram, em grande parte, transformados em peões *acreanos*, com interesses distintos e opostos aos dos pecuaristas vindos de outros estados, sobretudo do Sul e do Sudeste do Brasil.

Na subjetividade e cultura regional, tal contradição se traduziu na luta de classes por variadas formas e meios entre os pecuaristas “paulistas”¹⁶ em oposição aos peões “acreanos”, cujo ponto culminante da tensão dessa contradição foram os *empates*¹⁷ e a formação da *aliança dos povos da floresta* que juntou ex-seringueiros carius e caboclos e os novos peões *acreanos*, num movimento liderado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e a União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – UNI, com o objetivo era *empatar* o avanço do capital na sua forma predatória na região do Acre, consubstanciado nas atividades pecuárias e madeireiras nas regiões de floresta, que abrigavam a cultura tradicional desses povos, que não se adaptaram as novas relações de exploração da sua força de trabalho e ao modo de vida do peão de fazenda.

Esse movimento constituiu-se em importante meio para assegurar a garantia dos povos originários do Acre a manter viva suas culturas, que, no entanto, seguem lutando de variadas formas e em distintas frentes, seja para assegurar a demarcação de suas terras ou contra as invasões por madeireiros e pecuaristas das áreas já demarcadas, ou ainda, pela afirmação de sua cultura e identidade étnica, frente às pressões decorrentes do contato com o modo de vida *urbano*. Essa luta dos *povos da floresta* convergiria, anos depois, à luta sindical, urbana e rural, do movimento comunitário, estudantil, dos artistas e intelectuais organicamente vinculados aos trabalhadores. Todos desembocariam nos princípios dos anos 90 do século passado na Frente Popular do Acre – FPA, como expressão do amadurecimento político do movimento social acreano, como veremos mais adiante.

O que intencionamos destacar nesse tópico, com base nos autores citados, é que a mesma violência desferida contra os povos indígenas do Acre verificou-se como *modus operandi* da expansão capitalista no estágio primitivo de acumulação ocorrido por todo o mundo; nessa mesma lógica a Amazônia Ocidental teve a história de sua ocupação recente também marcada pelo barbarismo do capital, cujo ponto culminante foi a guerra pelo controle da borracha na virada do século XIX para o XX.

¹⁶ *Paulistas*: Designação genérica para todos os brasileiros que não são do Acre, mas aplica-se sobretudo aos que tem sotaque marcado pelo “r” retroflexo cacuminal, característico na fala dos paulistas, paranaenses, mato-grossenses, mato-grossenses-do-sul e goianos.

¹⁷ *Empate*: palavra derivada da forma transitiva direta do verbo *empatar*. Ou, seja, embargar, impedir, obstaculizar. Realizar um *empate*, corresponde na linguagem dialetal acreana a *impedir a derrubada da floresta* para extrair madeira e/ou realizar pastagens de boi. Em geral tratou-se de luta pacífica, mas por vezes, tomou formas violentas quando os jagunços, a mando dos fazendeiros, recorreram a força das armas, os seringueiros reagiram na mesma proporção.

2.2. A conquista do Acre: revolução ou primeira batalha da borracha?

Ao contrário do que diz a historiografia da burguesia acreana, o Acre não surgiu de uma revolução liderada por heróis glamorosos.

Se analisarmos dialeticamente a história da ocupação das terras que hoje se chamam Acre, será fácil constatar que além da violência perpetrada contra os povos originários, a *guerra do Acre* ocorrida no início do século XX, foi a manifestação do choque de interesses entre os comerciantes e exportadores de borracha do Brasil, representado pelas casas aviadoras e exportadoras de Manaus e Belém, contra o grupo de capitalistas anglo-americanos associados ao Governo da Bolívia pelo controle dos seringais nativos da Amazônia Sul-Occidental, região de concentração natural da *hevea brasiliensis*, árvore conhecida como seringueira, de onde se extrai sua seiva, que ao coagular constitui-se em matéria prima para a produção de borracha.

Naquele conflito, o que estava em jogo era o monopólio dessa importante matéria prima empregada na indústria em vários ramos. “A exacerbação do conflito ocorreu, mais uma vez por obra e graça do capital monopolista” (MARTINELLO, 2004, p. 43). Como destaca Martinello (2004), essa é a questão de fundo, que em última análise, determinou o surgimento dos choques entre o exército boliviano e as tropas de seringueiros arregimentados por seringalistas, movimento financiado diretamente do lado brasileiro pelas empresas capitalistas instaladas em Manaus e Belém, e indiretamente, pelo capital internacional anglo-germânico, que monopolizavam a distribuição da borracha para a indústria da Europa e EUA, ao passo que, do lado da Bolívia se deu por meio do consórcio anglo-americano-boliviano que ficou conhecido como *Bolivian Syndicate*. Dessa forma, depreende-se que o capital imperialista estava presente financiando os dois lados do conflito, expressava a concorrência intercapitalista, que em circunstâncias de crises agudas, degenera em guerras, (LENIN, 1987).

Todo o movimento migratório em direção à Amazônia Occidental foi impulsionado pela necessidade de ampliação das taxas de acumulação de capital que, no final do século XIX e início do século XX, passava pelo controle da produção gumífera, altamente demandada pela indústria da Europa e dos EUA, sobretudo depois que “em 1839, Charles Goodyear desenvolveu o processo da vulcanização, que estabiliza a borracha, impedindo o seu derretimento no calor e rachaduras no frio.” (GOMES, 2018, p. 140 – 141), somado à “...invenção do pneumático por Dumlop, em 1888, o

aparecimento do automóvel em 1895, e a massificação do uso da bicicleta como veículo de transporte os responsáveis pelo verdadeiro surto da borracha nos mercados mundiais...” (MARTINELLO, 2004, p. 33), atraindo para as zonas do extremo oeste do Brasil, nordeste da Bolívia e sudeste do Peru, onde se localizavam os gomais nativos, ondas migratórias de pessoas do mundo inteiro, dentre os quais destacam-se portugueses, sírios, libaneses, mas sobretudo nordestinos, seduzidos pela possibilidade de enriquecimento fácil e fugidos da severa seca que se abateu sobre o nordeste brasileiro nos anos de 1877 e 1879 (GOMES, 2018).

Esse tempo histórico também foi marcado pela emergência no plano internacional do chamado capital monopolista, nos últimos trinta anos do século XIX, com o aparecimento das corporações gigantescas, pela revolução nos transportes, pelo progresso na indústria química, da eletricidade, da grande siderurgia e pela consolidação dos processos de fusão do capital bancário com o capital industrial, o denominado capital financeiro.

Foi este capital que, por um lado, sustentou o acordo entre os capitalistas anglo-americanos e o governo boliviano, e por outro, financiou o recrutamento de mão-de-obra do nordeste para ocupar os seringais nativos no extremo oeste do Brasil, adentrando em terras bolivianas e peruanas.

Em seu deslocamento no processo de financiamento do empreendimento de produção, controle e distribuição da goma elástica, o capital assumiu duas formas distintas e concorrentes entre si: o de financiamento indireto, por meio de empréstimos para financiar e adiantar (*aviar*¹⁸) a produção e distribuição da borracha e de outros produtos florestais coletados nos seringais do sudoeste do Amazonas, comercializado pelas casas exportadoras de Manaus e Belém nos mercados da Europa e EUA, empréstimos esses, que geravam uma cadeia de endividamento. Já o financiamento direto, se deu por meio da constituição de um consórcio boliviano-inglês-estadunidense de exploração do látex, articulado sob a denominação de *Bolivian Syndicate*.

O *Bolivian Syndicate* constituiu-se na versão latina das *chartered company*, tipos de empresas coloniais que exploravam a África a serviço do império britânico, com autonomia análoga a de estados independentes. No caso Boliviano, o empreendimento

¹⁸ No vernáculo acreano *aviar*, é sinônimo de *avexar*, ou seja, de adiantar, de agilizar, imprimir rapidez aos processos.

constituído com capitais das empresas “Central Trust Co., Varmilye Co., Metropolitan Life Insurance Co., Morton Bliss & Co., Brown Brothers & Co., bem como por K. Twombly, S. W. Cross, Adrian Iselin Jr., E. Emelen Roosevelt, bem como do Lord Avebury, do Banco Lubbock, e August Belmontt, representante Casa Rothshild.” (BANDEIRA, 2000, p. 165), essa associação capitalista financiou o empreendimento que deveria administrar o norte da Bolívia, (região que futuramente viria ser conhecida como Acre), por 30 anos com plenos poderes, inclusive de constituição de governo autônomo com guarnição de milícia e barcos de guerra para patrulhar os rios. Essa medida foi o caminho encontrado para quebrar o monopólio da produção e distribuição de borracha nativa e assegurar que as terras devolutas do norte da Bolívia, onde se encontravam os gomais nativos, fossem efetivamente ocupados, pois apesar do Brasil reconhecer a propriedade boliviana sobre essas terras, por meio do Tratado de Ayacucho de 1867, foram os brasileiros que efetivamente se instalaram na região a partir da segunda metade do século XIX e puseram-se a explorar o látex das seringueiras nativas, matéria prima que as indústrias da Europa e EUA estavam a cada dia mais necessitadas, monopolizada a sua distribuição por algumas casas comerciais sediadas nos portos de Liverpool na Inglaterra, Hamburgo na Alemanha e Nova York nos EUA (MARTINELLO, 2004).

Quanto ao controle indireto da produção e distribuição da borracha para os centros industriais, Martinello (2004) descreve como *cadeia do aviamento*. Trata-se de sucessivos laços de endividamentos, cujo centro é constituído pelas corporações financeiras que adiantavam (aviavam) o capital as empresas de importação e exportação da Europa e EUA, e na periferia ou *na base* desse processo, encontrava-se o seringueiro, preso ao sistema por dívida, o único produtor de valor, que com sua força de trabalho explorada, fazia girar a máquina de reprodução do capital.

A articulação entre os diversos agentes do sistema desenvolvia-se, mais ou menos, da seguinte maneira: as casas exportadoras, ligadas ao capital monopolista, financiavam as casas aviadoras, que se endividavam. Estas ficavam em condições de aviar os seringalistas, fornecendo-lhes todos os gêneros, utensílios e instrumentos necessários para o funcionamento dos seringais, assumindo estes a obrigação de destinar às casas aviadoras toda a produção da borracha do seringal aviado. O seringalista patrão, por sua vez, procedia ao aviamento dos seus seringueiros fregueses, que formavam o último elo desta cadeia e que, com a extração da borracha, tentavam amortizar a dívida que já haviam contraído no barracão do patrão.” (MARTINELLO, 2004, p. 51)

Por razões de natureza geopolítica, essa forma de produção, controle e distribuição da borracha baseada na cadeia do aviação foi a primeira a se desenvolver e a mais efetiva até os anos 1912, quando o monopólio da produção de borracha passou aos seringais de cultivo da Malásia.

Tanto a Bolívia quanto o Brasil, ainda que, sob a guarda do manto ilibado e aparente da defesa dos interesses nacionais, em verdade, a condição de inserção subordinada e dependente de ambos os países na divisão internacional do trabalho, tornava cada um, ao seu modo, instrumento dos interesses contraditórios e conflitantes do imperialismo. Seja por meio do *Bolivian Syndicate* ou das casas aviadoras e exportadoras do Brasil, ambos os países foram manipulados para satisfazer os interesses do capital internacional, qual seja: ocupar as terras da Amazônia Ocidental e controlar o fornecimento de borracha na medida da demanda da indústria internacional.

A contradição só se manifestou, quando o capital forâneo adentrou o Sul da América, pelos dois caminhos - boliviano e brasileiro - as realidades locais dos países em questão, “macularam” os negócios internacionais com *interesses nacionais*.

Na virada do século XIX para o XX, o comércio mundial da borracha era monopolizado pela casa germano-britânica “Srs. Schrader, Grüner & Cia., com representações em Liverpool, Londres e Hamburgo, cujos principais concorrentes eram a empresa americana presidida pelo Sr. Adalbert H. Alden e a do Sr. Shoenz Artje de origem alemã” (MARTINELLO, 2004, p. 41), esses eram os que verdadeiramente lucravam com o negócio da borracha no mundo.

Diante disso, a constituição do *Bolivian Syndicate* foi uma tentativa desenvolvida pela empresa estadunidense *United State Rubber Company* e alguns capitalistas ingleses, não de quebra, mas de tomada do monopólio da borracha das mãos de seus concorrentes, o capital *anglo-germânico*, acima citado.

Os interesses da *United State Rubber Company* somados as dificuldades do estado boliviano, que até aquele momento, não havia ocupado a parte amazônica de seu território (norte da Bolívia), rico em seringueiras nativas, tido como *tierras no descubiertas*¹⁹, abriu a possibilidade de realização de um grande negócio: O capital britânico-estadunidense financiaria a Bolívia na ocupação militar do norte de seu território e a realização de benfeitorias como ferrovias e portos na Amazônia boliviana, em troca da livre exploração

¹⁹ A zona limitada pelos rios Javari, Juruá, Purus e Acre, assinalava-se nos antigos mapas bolivianos com o nome de “Terras não descobertas” (COSTA, 1973, p. 4)

de borracha da região. A expectativa da empreitada era de que a borracha garantiria retorno rápido e em grande escala para os capitalistas que investissem seu capital na coleta e transporte da goma elástica para os EUA e Europa. Penetrando na floresta pelo norte da Bolívia chegando à região dos imensos seringais nativos na tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia. Ocorre que, os brasileiros já haviam sido contaminados com a febre do ouro “negro da Amazônia”, como era também conhecida a borracha pelos brasileiros, e já haviam chegado à região há mais de 30 anos (GOMES, 2018).

O choque entre o exército boliviano, financiado pelo *Bolivian Syndicate*, com os batalhões de seringueiros arregimentados pelos “coronéis de barranco”, financiados pelas casas aviadoras e exportadoras do Amazonas e do Pará, foi a consequência final da contradição entre os interesses econômicos conflitantes.

Interessava ao imperialismo um caminho ao látex, que respeitasse os tratados internacionais e que não implicasse atritos e embaraços diplomáticos. Mas até aquele momento, o que havia se mostrou mais efetivo para abastecer a indústria internacional, no período que os historiadores classificam como primeiro surto econômico da borracha, foi o caminho brasileiro que ignorava os acordos internacionais.

Diante desses fatos, o mito da *revolução acreana* revela-se uma invenção das elites locais (BEZERRA, 2016), consagrados nos clássicos da historiografia positivista, cujos expoentes são: João Craveiro Costa com seu *A Conquista do Deserto Ocidental* (1973) e Leandro Tocantins com a *Formação Histórica do Acre* (2001).

Craveiro Costa (1973) traz já nas entrelinhas do título de sua obra mais importante, a ideia anti-humana de que os povos indígenas que habitavam a Amazônia Ocidental do Brasil não eram gente, de onde decorre a visão da região como um “deserto” verde, portanto, à mercê da ocupação dos “primeiros” aventureiros ou “desbravadores”, na tradição dos “heróis bandeirantes”. Deslegitimando os povos originários como os verdadeiros donos da terra e, ao mesmo tempo, validando a ocupação dos seringalistas, além de que, trata-se de um dos primeiros textos históricos a dar ao conflito entre Brasil e Bolívia a inapropriada designação de “revolução” com o qual enaltecem as figuras dos “heróis” das classes dominantes no Acre.

Viu Plácido (de Castro) claríssima a situação que se ia criar na Amazônia se vingasse o imprudente arrendamento feito ao *Bolivian Syndicate*.

Abandonou seus labores, no mesmo dia em que lhe chegara a notícia do arrendamento, Plácido de Castro dirigiu-se ao coronel José Galdino de Assis Marinho, proprietário do seringal que estava demarcando e, com ele, acertou o plano de uma revolução em regra. Preliminarmente, Plácido baixaria até Caquetá, onde deveria partir o movimento - do baixo para o alto Acre, atacando-se logo, de ímpeto, a sede da delegação. Em Bom Destino, seringal do coronel Joaquim Vitor, uma grande e nobre figura acreana, que pela revolução fez os maiores sacrifícios, seria a concentração de movimento, a base das operações revolucionárias.

E partiu. Plácido de Castro era bem o homem que naquele momento histórico o Acre reclamava. (CRAVEIRO COSTA, 1973, p. 62)

E assim segue a descrição fantástica de Craveiro Costa (1973), com que o autor transforma história em *mitologia*, homens em *super-homens* e Plácido de Castro em herói disfarçado de topografo-agrimensor.

Leandro Tocantins (2001) segue a mesma linha mitológica, porém, é mais detalhista em sua descrição dos fatos. Por exemplo, a 10ª Parte, no volume II de *Formação Histórica do Acre*, recebe o pomposo título de *A Grande Revolução*, assim mesmo, com iniciais maiúsculas e tudo. No capítulo *LI*, intitulado *O Homem do Destino*, Plácido de Castro é pintado em cores vivas, como o herói predestinado.

Rodrigo de Carvalho pensa logo em entregar-lhe o bastão de comando, e vai à sua procura, em companhia de José Galdino Assis Marinho e Joaquim Alves Maia, *land lords* (sic!) de importância social no rio Acre. Plácido ouviu em silêncio os três cavalheiros. Sua resposta vaga nada adiantou sobre o que realmente pretendia fazer, em vista do inesperado convite. Referiu-se, de passagem, ao trato profissional que teria de cumprir no Juruá²⁰, solicitando, porém, um prazo de três dias para dar resposta.

E quando o procuraram de novo, já havia resolvido manifestar-se favoravelmente ao convite. Expõe suas ideias em poucas palavras e com firmeza de quem exige e não solicita. É quase um ultimatum: ou as aceitam integralmente, ou nada feito; embarcaria para o Juruá. As condições preliminares eram no sentido da não interferência do Governo Silvério Neri²¹ no movimento, e da formação imediata de uma Junta Revolucionária que se dissolveria ao romper as operações de guerra, ficando centralizados na pessoa do comandante-chefe todos os poderes civis e militares. E, a bem da disciplina, quem faltasse aos deveres impostos pela campanha, ou aos compromissos assumidos, seria sumariamente passado pelas armas.

Essas primeiras exigências mostram o quanto Plácido de Castro se identificava com o meio onde formara o caráter. Sua atuação na guerra civil gaúcha, seu perfil psicológico, tudo exibia a tendência para o

²⁰ Plácido de Castro encontrava-se em Manaus, com viagem marcada para a região do alto Juruá onde procederia a demarcação de seringais naquela região.

²¹ Silvério José Néri Governador do Estado Amazonas de 1900 a 1904.

caudilhismo, fenômeno universal do homem forte que teve, por motivos históricos e sociais, assinalável expressão no Rio Grande do Sul. Compreende-se, pois, o rígido sentido disciplinar que ele imporia, ao assumir o comando das operações. É o predomínio fatal das personalidades vigorosas sobre os agrupamentos humanos onde não se fazem sentir as restrições da lei e da moral, através do Estado coator. Aceitas as cláusulas expostas, Plácido muda seus projetos de agrimensura no Juruá para os de revolucionário no vale do Acre. Agora a Revolução dispunha de um chefe à altura de levá-la ao êxito almejado. A figura do gaúcho imprime respeito e confiança. ... (TOCANTINS, p. 2001, livro II, p. 117)

Destaco esse longo trecho, de Leandro Tocantins (2001), porque ele é emblemático da narrativa positivista, que conduz a uma leitura dos acontecimentos como se a história estivesse previamente escrita, antes dos homens, a espera apenas do “surgimento” dos heróis predestinados para efetivá-la. Por essa perspectiva, a realidade concreta histórica, “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54) sede lugar ao maniqueísmo binário, bicolor, do “bem conta o mal”, polarização resolvida por meio de um *cesarismo* (GRAMSCI, 2007) sacrossanto de heróis imaculados.

O aspecto a ser destacado é que, o *cesarismo* como categoria de análise nos é particularmente importante porque se constitui em chave heurística para a compreensão tanto da história da *Invenção do Acre* como diz a Profa. Maria José Bezerra (2016), assim como da Frente Popular do Acre – FPA na contemporaneidade, tema a ser desenvolvido mais adiante. Por hora, basta apenas antecipar o seguinte: a tese gramsciana segundo a qual certos impasses históricos que se estabelecem diante do equilíbrio estratégico entre forças opostas, acabam se resolvendo por uma terceira força que suplanta ambos os polos em disputa. Na perspectiva do revolucionário italiano, o *cesarismo* “não tem sempre o mesmo significado histórico”, (GRAMSCI, 2007, p. 76), expressa sempre a correlação de força material do conjunto da sociedade em dada conjuntura, que pode ser tanto *progressista* quanto *regressiva*, no sentido da conservação do *status quo*, diante disso, o autor adverte que “o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico” (Ibidem).

Portanto, ao contrário do que propõe a análise positivista presente na historiografia tradicional acreana, movida por um regionalismo apaixonado, que extrapola os limites do saudável nacionalismo, procura imprimir elemento *progressista* ao desfecho favorável aos interesses dos capitalistas do Amazonas e do Pará do conflito com a Bolívia.

Ao denominar essa luta concreta de interesses opostos de *Revolução*, a análise positivista procura dessa forma, atribuir caráter *progressista* ao movimento, lança um véu dourado sobre a realidade encobrendo o fato de que o assim chamado “exército revolucionário” liderado pelo “herói” Plácido de Castro defendia, a um só tempo, a *conservação* do monopólio da borracha às casa aviadoras e exportadoras de Manaus e Belém, presas por endividamento ao capital financeiro sediado na Inglaterra e EUA, e mais, que os seringueiros que foram para guerra, dos quais muitos pagaram com a vida, ao fim do conflito, os sobreviventes retornaram para o regime da exploração de suas forças vitais na faina da jornada de trabalho “que durava entre 14 a 16 horas diárias.” (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 31), em troca de comida e o usufruto de uma *colocação* feita de *paxiúba* e coberta de palha (de *ouricuri*, *ubim* ou *caranaí*, a depender da região), de onde se pode concluir que do ponto de vista dos interesses do seringueiro, o desfecho desse conflito não se constituiu em nenhuma “revolução” nas relações de produção nos seringais entre o patrão seringalista e o seringueiro produtor de mais-valor.

Em última análise, pode-se dizer que os seringueiros guerrearam para perpetuar sua exploração, num sistema em que sua “[...] condição real era a de um escravo. Escravizado pela dívida, pelo isolamento e solidão, pela rotina de trabalho e de vida na floresta”, (MARTINELLO, 2004, p. 52). Tendo ou não consciência disso, lançaram-se à guerra, fato que nos leva a inferir que tal consciência jamais chegou à maioria dos seringueiros, do contrário, não se sujeitariam ir para a linha de tiro, defendendo os interesses do barracão, para que os velhos patrões seguissem explorando sua força de trabalho. Visto por essa perspectiva crítica, o caráter *progressista do cesarismo* com que as elites narram a “revolução Acreana”, a história regride a condição de mito, ou como bem destaca Bezerra (2016), uma *invenção*.

O Acre romantizado pela historiografia positivista, com seus heróis garbosos, não passa de “uma invenção do capital, em fase peculiar da expansão capitalista, para além das fronteiras da Europa, na virada do século XIX para o XX”, (BEZERRA, 2016, p. 9).

Não se trata, portanto, de negar os evidentes benefícios para o interesse nacional da ampliação das fronteiras do Brasil com a anexação do Acre, mas tão somente, de identificar ao final da disputa, como foram salvaguardados os interesses do proletariado, que em verdade, é quem paga a conta com seu trabalho.

Essa historiografia *fantástica* esconde, no passado e no presente, a luta de resistência do proletariado acreano contra a exploração, serve tão somente para obnubilar a visão dos trabalhadores pelo estabelecimento de supostos objetivos comuns entre os

heróis seringalistas e os seringueiros (homens massa, homens coletivos), dando um sentido de pertencimento comum a ambas as classes por meio dos laços de unidade nacional, desfocando o verdadeiro sentido da luta para esses últimos, ou seja o fim da exploração.

O que se quer destacar é que a assim denominada “Revolução Acreana” se tratou da guerra pelo controle da borracha, expressão das contradições e do nível de acirramento da concorrência comercial no âmbito do capitalismo quando este atinge sua fase monopolista, pois

Quando a borracha ganhou foros de matéria-prima fundamental e virtualmente indispensável na exploração industrial europeia e norte-americana, foi o capital monopolista internacional que, como já se assinalou, comandou todo o processo de formação e expansão da economia gumífera na Amazônia, bem como a utilização do trabalho compulsório nos seringais.

Será o capital monopolista, atuando sob a dominação imediata e visível do capital mercantil, sob a égide do capital comercial, que porá em marcha a economia da borracha na Amazônia, como será ele também o artífice principal do sistema de aviamento que manterá imobilizada a força-de-trabalho nos seringais (MATINELLO, 2004, p. 50 – 51)

Martinello (2004) sintetiza os interesses internacionais em jogo na disputa pelo Acre, portanto uma leitura histórico-crítica desse processo, muito diferente da historiografia positivista acreana que aborda o conflito como a luta revolucionária em defesa da soberania do Brasil, contra a agressão imperialista estrangeira simbolizada pelo *Bolivian Syndicate*. Na essência, a questão nacional, tanto para a Bolívia quanto para o Brasil constituiu-se em elemento de segunda ordem, por tratarem-se tanto num caso como noutra de países dependentes e subordinados aos interesses econômicos internacionais²². Entretanto, a defesa da soberania nacional, foi utilizada como elemento de propaganda mobilizadora enfatizando o sentido de pertencimento comum para seringueiros e seringalistas à causa da soberania do Brasil, foi o combustível subjetivo para a guerra, aspecto presente também no lado boliviano.

Do ponto de vista econômico e político Brasil e Bolívia estavam inseridos de forma subordinada e dependente na divisão internacional do trabalho, ambos, possuidores de autonomia e soberania relativa. Dessa leitura decorre o entendimento que a questão do

²² No caso do Brasil, “A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país ...” (PRADO Jr. 2012, p. 269)

Acre foi um caso clássico de desfecho violento da luta intercapitalista, pela “posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas” (LENIN, 1987, p. 264).

O nacionalismo que ganhou relevo na questão do Acre, no lado brasileiro constituiu-se num sofisma que encobria tanto os laços de dependência externa ao capital imperialista quanto as relações superexploração dos seringueiros, análoga à escravidão. Dessa compreensão crítica pode-se inferir que o que as elites acreanas denominam de *revolução*, quando muito, pode ser considerado a *primeira batalha da borracha*²³.

Foi como resultante desta batalha pelo controle da borracha que “o Território do Acre começará com algum vulto para a produção brasileira, em 1903 quando o volume de exportação ultrapassa 2.000 toneladas. Já no ano seguinte alcançará 8.000 toneladas e, 1907, com mais de 11.000 toneladas, coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do país” (PRADO Jr. 2012, p. 234).

Este processo foi determinante para a constituição das classes, para conformação do proletariado²⁴ e das elites acreanas, o estabelecimento de relações contraditórias entre ambas, a conformação do poder local baseado ora na subserviência, ora no utilitarismo com que as elites acreanas se relacionavam com as que governavam o Brasil, relações essas, que naquilo que é fundamental, mantêm-se presentes ainda hoje.

2.3. A formação das classes no período da conquista do Acre

2.3.1. O seringueiro

²³ Alusão ao clássico da historiografia crítica do Acre, de autoria Prof. Pedro Martinello, *A batalha da borracha na segunda guerra mundial*.

²⁴ Na edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista, Friedrich Engels escreveu uma nota de rodapé em que traz um conceito ampliado de proletariado: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem.” (MARX E ENGELS. 2010, p. 40). Essa definição de Engels, alarga o entendimento de proletariado para além da classe operária fabril e abarca o conjunto dos trabalhadores *que não possuem os meios de produção*, dentre os quais, poder-se-ia incluir o seringueiro acreano. Entretanto, embora o seringueiro seja desprovido dos meios de produção e tenha que vender sua força de trabalho para sobreviver, como define Engels, ele não se enquadra na principal característica dos trabalhadores assalariados modernos: o fato de ser uma classe urbana e numerosa, empregados ou não em unidades fabris. Os seringueiros amazônidas, embora nessa época fossem numerosos, viviam isolados uns dos outros em suas unidades produtivas, as *colocações*, no meio da selva. Por esse motivo, seria por demais forçoso categorizar o seringueiro como proletário, ainda que, do seu trabalho fosse extraído mais-valor. Todavia, com a falência dos seringais, (tema a ser tratado mais adiante no tópico 2.5. desta Tese), o êxodo rural decorrente desse processo, os ex-seringueiros integrados ao ambiente urbano das cidades do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia irão constituir o proletariado da Amazônia Sul-Occidental, com suas particularidades.

O proletariado e as classes dominantes no Acre têm suas raízes no processo de recrutamento de mão-de-obra no nordeste brasileiro para trabalhar nos seringais nativos.

Castigados pelo escravismo, latifúndio, o coronelismo e a seca da segunda metade do século XIX, os camponeses nordestinos foram facilmente seduzidos pela propaganda de enriquecimento fácil coletando o “ouro negro” da Amazônia, a borracha.

Pode-se dizer que o processo migratório para as bacias dos rios Purus e Juruá ocorreu a partir do início do assentamento dos primeiros núcleos exploratórios do látex (ainda nos anos 1850). No entanto, esse processo só vai tomar maior impulso a partir da segunda metade da década de 1870 (mais precisamente 1877 e 1879), quando a Província do Amazonas decide empreender um projeto de colonização, objetivando a produção agrícola de subsistência e a fixação do homem à terra. É nesse momento que o Nordeste (principalmente o Ceará) enfrenta uma crise econômica-social jamais vista durante toda sua história.

A seca de 1877 destruiu arrasadoramente a atividade agropastoril dos grandes latifúndios escravistas, provocando uma desarticulação na organização do trabalho escravo, tornando-o improdutivo. Como os gastos para a manutenção desses escravos não eram compensados pela sua produtividade, ocorreu, de certa forma, a liberação dessa mão-de-obra: homens “miseráveis”, dispostos a enfrentar qualquer tipo de empreendimento, desde que lhes garantissem a sobrevivência. (CALIXTO, SOUZA, SOUZA, 1985, p. 41-42, aspas dos autores)

Diante dessa situação descrita por Calixto, Souza e Souza (1985), as casas aviadoras e os seringalistas, com os recursos oriundos da venda da borracha para Europa e EUA, desenvolveram uma fortíssima propaganda de enriquecimento fácil por todo o Nordeste, mas sobretudo, na cidade de Fortaleza – CE, com que recrutaram os trabalhadores, trazendo-os até Belém, depois Manaus, onde estes passavam um breve período de aclimatação, eram abastecidos de víveres e instrumentos de trabalho, para então, embarcarem em navios menores (*chatinhas* ou *gaiolas*) subiam os rios Purus e Juruá com destino aos seringais nativos do extremo ocidente do Brasil.

Os seringueiros já chegavam aos seringais acreanos endividados, pois teriam que pagar ao seringalista as passagens do Nordeste até o Acre e os instrumentos e mantimentos recebidos para “cortar seringa” e viver no isolamento das selvas acreanas.

Depois de longa viagem, de mar e rio acima, era desembarcado no barranco do rio no qual se localizava o seringal. Na margem, onde vicejava o “barracão”, sob o domínio do “coronel de barranco”, o trabalhador que, por não ser iniciado no serviço, era chamado de brabo, recebe as primeiras instruções quanto ao trabalho e sobre a nova vida que iria levar daí em diante.

Daí então, era deslocado para o posto de trabalho localizado no “centro”, isto é, para o meio da floresta, instalando-se numa pequena clareira denominada de *colocação*, onde estão as estradas com suas madeiras a ser cortadas, o tapiri para moradia e a fomalha para a defumação.

Como adiantamento, para que pudesse iniciar a produção recebia uma certa quantidade de mercadorias indispensáveis ao seu assentamento e segurança e, também, os instrumentos de trabalho necessários ao serviço de corte, coleta e defumação do látex.

O valor do adiantamento em gêneros era anotado na conta corrente, aberta em nome do extrator, registrando-se nela, também, as despesas de viagem, incluindo-se, algumas vezes, o rateio da comissão paga ao recrutador, o “gato” da época. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.41, aspas e grifos do autor)

O seringueiro inicia sua jornada prezo a cadeia do aviamento por dívida com o *barracão*, posto avançado do sistema capitalista nas selvas acreanas.

Euclides da Cunha (1975) acrescenta:

É natural que ao fim de alguns anos o *freguez* esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impossibilidade de um felá desprotegido dobrando a cerviz a servidão completa. O regulamento é impiedoso: Qualquer *freguez* ou *aviado* não poderá retirar-se sem que liquide todas suas tranzações comerciais ... Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro Barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saudadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalitrantes²⁵ (CUNHA, 1975, p. 25, grifos do autor)

A lógica da reprodução de riquezas no caso dos sistemas de aviamento e dos barracões acreanos, funcionou a partir de uma superexploração da força de trabalho dos seringueiros. Souza (2005) retrata este círculo de exploração da seguinte forma:

... o seringueiro produzia borracha e a entregava ao patrão seringalista para pagar suas dívidas, em que muitos obtinham saldo; o seringalista vendia a borracha para as casas aviadoras de Belém e Manaus, onde parte da produção era destinada somente para pagar a dívida dos instrumentos e mantimentos fornecidos pelas casas aviadoras; as casas aviadoras vendiam a borracha, comprada dos seringalistas e produzida pelos seringueiros, às casas exportadoras de Belém e Manaus. Por fim, as casas exportadoras vendiam a borracha acreana para as indústrias da Inglaterra e dos Estados Unidos. **A borracha era a mercadoria na cadeia de aviamento e matéria-prima das indústrias internacionais.**” (SOUZA, 2005, p. 81, grifo do autor)

²⁵ Texto transcrito do original de 1922, optamos por manter a ortografia da época.

Se, portanto, a borracha se constituía a mercadoria na cadeia do aviamento, o seringueiro, desempenhava função análoga, porém não igual, a do proletário urbano, que por meio de sua força de trabalho agrega valor as mercadorias produzidas, a partir do qual a extração de mais-valor se torna possível.

No caso dos extratores de látex, o processo de exploração de sua força de trabalho se dava tanto pelas excessivas jornadas de trabalho, em torno de 14h a 16h diárias (COSTA SOBRINHO 1992), e também pela sobretaxação dos produtos de primeira necessidade que lhes eram fornecidos pelo Barracão, controlado pelo seringalista. A combinação de preços superfaturados e borracha subfaturada com a qual pagavam suas dívidas, criava uma ciranda de endividamento e dependência contínua, com o qual o dono dos seringais reproduziam o capital investido e aprisionavam os trabalhadores a uma lógica de econômica perversa.

Essa foi a relação de dominação que marcou a entrada do capitalismo nas selvas da Amazônia Ocidental e que por suas particularidades, foi imprimindo tanto nos trabalhadores, como nos patrões, uma subjetividade peculiar, resultante das relações econômicas com características próprias da região, que as diferenciavam das formas predominantes no Brasil e no mundo, na virada do século XIX para XX, o sistema de *aviamento*.

O isolamento na floresta, o distanciamento dos familiares e da terra natal, as moléstias tropicais, as feras, insetos venenosos e/ou transmissores de enfermidades, além da jornada de trabalho extenuante, fragilizaram os seringueiros tanto do ponto de vista econômico, quanto político e psicológico. Realidade captada por José Potyguara, retratada de forma artística no seu romance *Terra caída*.

Na sede do seringal, além da convivência do pequeno aglomerado humano, a presença do rio, com suas águas em constante movimento, é também expressão de vitalidade. Mas, no centro da floresta, condenado à tristeza do isolamento, o homem assiste impassível à sua própria bestialização através de uma existência vegetativa em que a monotonia domina tudo, dando a impressão de que, ali, a vida parou. (POTYGUARA, 2007, p. 138)

Criava-se dessa forma uma subjetividade, que via a aparência das relações que se processavam no seringal de forma invertida, naquilo que diz respeito a relação *autonomia-dependência*. No processo de produção de valor da borracha, o centro gravitacional, a energia propulsora que possibilitava a produção e reprodução em escala ampliada do capital, era a força de trabalho do seringueiro. Todavia, a alienação de seu

trabalho, por meio dos mecanismos já explicitados, criava laços de dominação e de dependência dos produtos de primeira necessidade vendidos pelo barracão, sob o controle do seringalista, para que o seringueiro pudesse manter sua necessidade material mais elementar, além de que,

Os seringueiros conviveram durante décadas com as normas disciplinares impostas pelos primeiros proprietários de seringais, com a obrigação de venderem sua produção de borracha ao barracão do patrão, de adquirirem utensílios de trabalhos, materiais de uso pessoal e alimentos, somente com o seringalista, que também os proibiam de cultivar roçado e de caçar.” (SOUZA, 2005, p. 81)

Essa condição cria a falsa percepção de que era o seringueiro que dependia do barracão, quando em verdade era o inverso. O barracão não se sustentaria sem a exploração da força de trabalho do seringueiro *crystalizada* numa mercadoria: a borracha.

O Imperialismo, apoiado no *sistema de barracão*, distanciou o trabalhador rural famélico, escravo ou semiescravo, do Nordeste, obrigando-o a viver como coletor nas selvas úmidas da Amazônia, embrutecido por relações de produção particularmente servis, baseadas no aviamento de produtos industrializados em troca da força de trabalho dos seringueiros materializada em *pelas*²⁶ de borracha. Dessa realidade, pode-se inferir que o sistema de aviamento sob o qual se fundamentava a estrutura econômica do seringal, estava integrado ao sistema capitalista, por meio do fornecimento de matéria prima e o consumo de produtos industrializados produzidos nos grandes centros urbanos do Brasil, Europa e EUA, portanto, perfeitamente ajustado alógica de dependência e subordinação ao capital internacional, que se verifica ao longo da história econômica brasileira, como assinala Prado Jr, (2012).

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...] Economia de exportação, construída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. (PRADO Jr. 2012, p. 270)

²⁶ *Pelas*, sinônimo de bolas. Por isso no Acre, jogar bola se diz jogar *pelada*.

Esse traço de dominação externa sobre o interesse nacional, como enfatiza Prado Jr. (2012) só se sustentou por meio de brutais formas de exploração da força de trabalho, seja no escravismo ou do aviamento nos seringais da Amazônia.

Todavia, onde há opressão, há luta, mesmo que ela se revele sutilmente nas práticas cotidianas. Mesmo nas condições mais adversas de isolamento, o seringueiro não deixou de fazer resistência um só dia, arranjava sempre meios de driblar as imposições do barracão e minimizar seu sofrimento. Já na primeira crise da borracha após 1912, em muitos seringais foram quebradas as imposições de não poder caçar e cultivar roçados, demonstrando claramente que, o aparente controle da situação por parte do seringalista, encobria variadas formas de resistências.

Esta lógica de exploração deixou marcas profundas na cultura dos trabalhadores e nas elites do Acre.

2.3.2. Os seringalistas, coronéis de barranco, os patrões: aspectos da classe dominante acreana.

Dentro do sistema de aviamento no processo de produção da borracha e reprodução do capital, o *barracão* constituía-se na estrutura de poder local, antítese da *colocação* onde o seringueiro trabalhava e vivia.

Num campo apertado entre a mata e o rio, a sede do seringal é apenas um embrião de povoado, um arremedo de rua paralela ao barranco. Perto do porto, o primeiro casarão de madeira, coberto de zinco, é o armazém. Ao lado, ligado por um trapiche de paxiúba, o escritório ostenta na fachada duas grandes letras vermelhas e já um tanto desbotadas: A. M. – iniciais do coronel Antônio Monteiro. Em seguida, estão as casas de Tiburtino, a do guarda-livros, a escola, o curral e, por último, a residência do proprietário, um bonito chalé de madeira de lei, cercado de varandas.

Por trás, beirando o aceiro da mata, sem preocupação de arrumamento, o engenho, a casa de farinha, a barraca do mateiro, e algumas outras, de trabalhadores do campo. Mais distante, já do outro lado do igarapé, o barracão de hospedagem e o paiol de inflamáveis, prudentemente isolado por uma cerca de arame farpado. (POTYGUARA, 2007, p. 32)

Nesse trecho de seu romance, Potyguara (2007) nos possibilita, a uma só vez, imersão e regresso a realidade das sedes dos seringais acreanos nos tempos de pleno funcionamento do sistema de aviamento, onde o barracão constituía-se no símbolo da concentração da riqueza produzida pelos seringueiros. Exatamente por isso, representavam também, alienação do trabalho dos seringueiros, submetendo esses

trabalhadores a privações de toda ordem e a uma rotina produtiva extenuante, conformando-os a uma vida miserável.

Além do seringueiro, outros trabalhadores exerciam funções auxiliares nesse processo, que apesar de secundárias eram indispensáveis para que a borracha pudesse ser produzida. Tais funções são enumeradas por Costa Sobrinho (1992) da seguinte forma:

Como elos intermediários entre o barracão e a colocação, estavam o comboieiro, que conduzia ao lombo de burros ou outros animais de carga as mercadorias para abastecer o centro, e de lá trazia a produção realizada; e o fiscal, que fiscalizava as atividades de corte, e o desempenho do extrator em sua colocação.

Como fiscal, usualmente se utilizava o mateiro. Profissional de larga experiência, o mateiro realizava o trabalho de abertura das estradas com a identificação das seringueiras, e instruía o extrator quanto ao corte, coleta e defumação, quando este precisava ainda ser adestrado para exercer o ofício.

Em outras atividades auxiliares ocupavam-se os empregados de campo e diaristas como toqueiro, piqueiro, noteiro, caçadores canoieiros, pescadores e mariscadores, flandeiros e até autônomos, como sitiantes ribeirinhos ou barranqueiros que cultivavam as várzeas. (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 33)

Aos trabalhadores que exerciam essas funções citadas por Costa Sobrinho (1992), acrescenta-se a de milícia ou de jagunços, que individualmente ou em grupo, poderiam assumir a qualquer tempo esse papel, a partir de uma determinação do patrão seringalista, a depender dos seus interesse ou intenções coercitivas para manter o seringueiro conformado ao sistema de aviamento, em benefício sempre da máxima exploração de sua força de trabalho.

Para manter os trabalhadores subordinados e *mansos*, como se dizia do seringueiro adestrado na lida da seringa, o poder era exercido de forma dura, autoritária e com severidade que chegava ao extremo de matar aqueles que não se *amansavam*.

O poder de mando e controle concentrava-se no barracão central onde o coronel adquiria características absolutistas de um Rei em seu palácio, lugar do qual emanavam as leis e decisões que regulavam, individualmente e nos mínimos detalhes, a vida econômica e social dos súditos-aviados.

O patrão, para conseguir manter-se com roupagem de senhor absoluto, tendo respeitada sua autoridade e a posse sobre seus domínios, deveria possuir qualidades enérgicas de mando. Tal atitude era compreensível numa sociedade caracterizada pela dominação, como a dos seringais, onde predominavam o elemento alienígena, dispersado por imposição do meio e com ideias de permanência temporária. (RANCY, 1986. P. 83)

Essa feição absolutamente coercitiva do barracão e dos seringalistas, destacadas de forma realisticamente precisas por Rancy (1986) era contrabalanceado por uma postura por vezes sedutora, afável, com a qual os patrões procuravam iludir os seringueiros, apadrinhando alguns de seus filhos em festas de batizados realizadas em dias santos, vez ou outras amparando o seringueiro em uma de suas necessidades, objetivando imprimir uma imagem de “pai” provedor ou de “padrinho” que ampara: por isso, para efeito de uma real caracterização do barracão e dos seringalistas, há que se considerar o que destacam Calixto, Souza e Souza (1985):

Mas o barracão funcionava também como núcleo gerador, estimulador e executor de todo complexo de valores (ideologia), indispensáveis para a reprodução do sistema. Lá eram celebradas festas de caráter profano-religioso em fins de ano, festas juninas, assim como cerimônias de batizado e casamento. Essas últimas aconteceram frequentemente depois de 1920, quando passaram a ser constantes as desobrigas de sacerdotes nos seringais. (CALIXTO, SOUZA e SOUZA, 1985, p. 71)

O barracão procurava construir uma imagem que amenizasse sua dimensão repressora, punitiva, disciplinadora, *patrocinando* momentos lúdicos, de folguedos e de raros, mas possíveis, de provimento de alguma necessidade eventual dos seringueiros e/ou de sua família, sobretudo de saúde, nos casos de adoecimento.

Ao se analisar os estudos de Costa Sobrinho (1992), Rancy (1986), mas também, as contribuições da historiografia crítica do Acre, notadamente, Calixto, Souza e Souza (1985), Martinello (2004) e Souza (2005), comparando-os com as reflexões de Gramsci (2007) do período em que o revolucionário italiano foi submetido ao cárcere na Itália sob o domínio fascista, pode-se inferir que, nos seringais assegurava-se a unidade do sistema de aviação do processo produtivo da borracha, *conformando* o seringueiro a um regime de exploração brutal, por meio do que, o capital de origem internacional se reproduzia em escala ampliada, sustentado pelo binômio *força e consenso* a que se refere Gramsci (2007) ao analisar a vida estatal.

[...] Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia. (GRAMSCI, 2007, p. 33. Aspas do autor)

Essa essência dupla do *Centauro, ferina e humana* como se refere Gramsci (2007), configurava o barracão como uma instituição análoga a um estado em escala reduzida, com feições absolutistas. No topo dessa estrutura de poder encontravam-se os seringalistas, conhecidos no vernáculo acreano como *coronéis de beira de barranco*, sustentados pela base produtivas constituída pelos seringueiros, únicos produtores de valor, e de *mais-valor*, auferido por meio da exploração de seu *sobre trabalho*.

Esse sistema de poder que se estruturou nas florestas acreanas modelou a subjetividade que caracteriza as classes dominantes acreanas, cujo traço distintivo é a ignorância, combinada com autoritarismo e desprezo pela condição humana. Mesmo depois da falência dos seringais, o capital salvo da *debacle* resultante da crise decorrente da concorrência com os seringais de cultivo da Malásia e Ceilão, migrou para outras formas de comércio e atividades agrícolas e seguiu sustentando a existência desse tipo particular de coronelismo, que também se expressou no exercício da governança dos destinos do Acre Território, instituindo uma escola de exercício de poder, a qual segue viva na mentalidade das classes dominantes locais até os dias atuais.

2.4. A luta pelo poder no Acre depois do Tratado de Petrópolis

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1902, em que o governo brasileiro comprou o Acre da Bolívia²⁷, instalou-se uma disputa entre os capitalistas do Amazonas, os coronéis acreanos (seus testas-de-ferro) e das oligarquias agrárias que administravam o Brasil, para saber quem controlaria aproximadamente onze bilhões e meio de Réis²⁸ por ano, oriundos do negócio da borracha.

A questão foi resolvida no Congresso Nacional em 1904, obviamente em favor da União. O Acre passou a ser um *Território* sob a tutela do Governo Federal.

Como a Constituição do Brasil era omissa em questões dessa natureza, importou-se a figura do *Território* da Constituição dos EUA (COSTA, 1973), para legitimar o controle do governo central do Brasil sobre as terras e riquezas recém anexadas, que

²⁷ Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que assegurou a anexação do Acre ao Brasil, “... o Brasil pagou:

de indenização ao Bolivian Syndicate....	Rs 2.366:279\$200	
de indenização à Bolívia.....	Rs 32.080:000\$000”	(CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985, p. 141)

²⁸ “... de 1903 a 1911, produção de borracha do Acre, rendeu ao Tesouro Nacional nada mais, nada menos de Rs 89.892:285\$385” (Ibidem)

passaram dessa forma, a ser geridas pelas classes dominantes do Sudeste que controlavam o poder central da nação.

Os capitalistas que governavam o Amazonas não se deram por vencidos. Várias medidas para reverter a decisão do Congresso foram tomadas. No campo jurídico o Estado do Amazonas chegou a contratar o jurista Rui Barbosa (BARBOSA, 1984) para provar que a decisão tomada pelo parlamento Brasileiro era inconstitucional e, no campo político, passaram a estimular a criação de movimentos e partidos que exigissem a autonomia do Acre e sua elevação à categoria de Estado com independência política. Aspiravam exercer o controle do estado por meios políticos, uma vez que todo o negócio dos seringalistas do Acre era com as casas comerciais, principalmente Amazonas.

Os obstáculos eram grandes para as elites amazonenses. No campo jurídico o problema era político: havia forte unidade dos juristas da capital da República em favor da União. Por outro lado, no campo político, o Amazonas estava isolado das outras unidades federadas, situação agravada pela divisão dos seringalistas do Acre em múltiplas correntes, cada uma advogando interesses de, não mais, que meia dúzia de *coronéis de barranco*.

A questão central da luta entre os capitalistas continuou a ser o controle do capital proveniente da exploração dos seringueiros. Apesar dos esforços dos comerciantes e do governo do Amazonas, o controle sobre as riquezas do Acre seguiu sendo das elites do Sudeste do Brasil.

Utilizando-se da correlação de forças favorável no Congresso Nacional, o Governo Federal sob a Presidência de Rodrigues Alves, fez aprovar a lei que tornava o Acre Território Federal sob administração direta da Presidência da República.

Ninguém usou da palavra para discutir o projeto oriundo da Câmara. Houve até, em certos dias, falta de *quórum* para funcionar o Senado. Mansamente, o projeto foi aprovado a 24 de fevereiro com redação original. O Presidente da República sancionou-o no outro dia, pelo que se converteu na Lei nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. O novo diploma vinha a acudir os interesses imediatos do Governo: ocupar, de *jure*, a região, o mais depressa possível ... (TOCANTINS, 2001, v. II, p. 369)

Dessa forma, e dando consequência ao processo de controle sobre as riquezas das novas terras por meio de Decreto do Poder Executivo nº 5.188/1904, foi instituído a organização administrativa do Território do Acre dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá (TOCANTINS, 2001). Desse período até 1962, o Acre

esteve sob o comando de sucessivos administradores militares, que aqui, zelavam pelos interesses das elites que governavam o país, como se sabe, os cafeicultores paulistas e os pecuaristas mineiros.

Em cinquenta e oito anos de administração federal o utilitarismo foi a marca principal da relação entre a União e o Território do Acre. Nesse período o Território teve cinquenta governadores militares, “em sua maioria do Rio de Janeiro, **desconhecidos do povo e desconhecedores das tradições locais**” (SOUZA, 2005, 174, grifos do autor), desconheciam também, o sofrimento e os interesses dos seringueiros e do povo pobre, assim como não compreendiam, as disputas regionais entre os diversos *Coronéis de Barranco*.

Invariavelmente os mandatários militares entravam em choque com os interesses dos poderosos locais que manobravam a opinião pública contra a administração militar da República. Para se impor diante da hostilidade dos *Coronéis de Barranco* os militares agiam com rigor, silenciando as vozes de protesto.

A alta centralização do Governo Federal na administração do Acre, assim como, o descaso com os serviços públicos – hospitais, escolas, transportes, portos – constituíram-se nos elementos mobilizadores da oposição reunida em diversos círculos de interesses particulares que fundamentavam os movimentos e partidos políticos do Acre, que tinham todos como pano de fundo, o movimento pela autonomia do Acre.

O *movimento autonomista* dispersou-se em vários círculos, cada um representando os interesses econômicos da concorrência entre as várias *empresas* (seringais) por exclusividade comercial e melhores preços ante as casas aviadoras, além de disputas por terras, impediam a unidade dos seringalistas em um único e forte movimento por autonomia do Acre. Apesar de todos terem seus interesses econômicos atingidos pela administração da República, a mesquinhez das elites acreanas era superior a necessidade de união.

Esta fragilidade foi logo captada, o poder central do Brasil que passou a manobrar com os diversos grupos rivais. Segundo o cientista político Homero Costa, até 1945, quando se constituiu a obrigatoriedade de os partidos políticos terem um programa e estatutos nacionais, no Acre existia sete agremiações políticas, assim denominados:

Partido Autonomista do Auto Acre e do Auto Juruá; O Partido Autonomista do Auto Purus (que lutava pela autonomia do Auto Purus em relação ao Auto Juruá); O Partido Progressista (de Cruzeiro do Sul), O Partido Republicano do Acre Federal no Alto Purus (fundado em 1917) e no Auto Acre (fundado em 1918); Partido Evolucionista em

Rio Branco (fundado em 1921) e Partido Construtor Acreano (no Auto Juruá). Estes partidos, alguns dos quais com jornais próprios de circulação periódica, tinham um caráter comum: eram organizados pelas elites dos respectivos locais (seringalista, comerciantes, militares de alta patente etc.) (COSTA, 1992, pág. 47-48).

A crise da borracha iniciada com a suplantação do Brasil pela Malásia como o maior fornecedor de goma elástica para as indústrias europeias e americanas, facilitou ainda mais o domínio político dos militares sobre o Acre, que passaram a cooptar coronéis em crise econômica e seus respectivos partidos para a defesa do governo mediante o financiamento de suas empresas, aqueles que manifestasse opinião divergente frente ao governo, eram impedidos de acesso as facilidades do poder instituído.

Apesar da bandeira autonomista continuar existindo, assim como os diversos interesses a ela vinculada, a partir desse momento foi-se instituindo um bipartidarismo velado: De um lado os coronéis cooptados, que passam defender a tutela federal, sob o argumento de que com a crise da borracha “o Território ‘não tinha condições de se manter economicamente’. Era esse, aliás, o entendimento que tinha também a Associação dos Seringalistas do Acre” (COSTA, 1992, p. 51), ainda que, “essa posição não refletia o pensamento de toda a classe”²⁹ (OLIVEIRA, 2000, p, 38). Como assinala a Profa. Edir Marques de Oliveira (2000), essa forma de analisar a questão não expressava o pensamento de toda a classe dos seringalistas, por outro lado, atesta a falta unidade dos seringalistas acreanos frente a autonomia, divididos entre os que se beneficiavam economicamente do governo do território e agrupados no campo da oposição, os seringalistas e partidos que não reproduziam seu capital com a tutela da União, portanto mantinham firme a bandeira da autonomia.

A margem dessa disputa, a maioria da população que acompanhava o desenrolar dos fatos sem entender os reais interesses em jogo, uma vez que, “A correlação de forças se tratava entre as frações da classe dominante, na luta pela hegemonia. A participação das camadas populares, quando muito, se dava em função da manipulação política e econômica de grupos...” (OLIVEIRA, 2000, p. 40)

A polarização dos interesses em disputa, transferia o palco da política acreana direto para o alto escalão da esfera federal. Essa situação levava as forças antagônicas a adotarem como método principal de luta política o tráfico de influência, ou seja, a forma

²⁹ Estrato do depoimento de Geraldo Mesquita – líder estudantil nos anos 1950 e ex-governador do Acre no período de 1975 a 1979 (SOUZA, 2005, p. 174) – analisando a posição da Associação dos Seringalistas do Território do Acre - ASTA

de eleger o governador interventor era o estabelecimento de uma espécie de leilão para indicar o mandatário no Acre, que por sua vez beneficiaria o grupo de coronéis que mais tivesse “contribuído” para a nomeação do novo governador

A ascensão desses militares na política acreana, em cargos de executivos, se deu também porque não havia nos anos de 1940 a 1950, na região, estruturas partidárias fortes e representativas de trabalhadores e das classes civis dominantes, sem negarmos a existência de partidos importantes em nível nacional. Os civis que assumiram foram nomeados pelos presidentes que se sucediam no país. Muitas vezes eram indicados por algum militar amigo ou uma **liderança local do mesmo partido do presidente**. (SOUZA, 2005, p. 174, grifos do autor)

Dessa forma, o tráfico de influência iniciado nos tempos do Acre Território, sob o controle do Governo Federal deixou marcas profundas na política institucional acreana que ainda podem ser sentidas atualmente.

Por seu turno, o Movimento Autonomista que se ergueu em oposição a administração da União, constituiu-se numa articulação das classes dominantes inconformadas com a impossibilidade de controlar o fundo público decorrente do negócio da borracha. Como firmam os clássicos da historiografia e da sociologia crítica do Acre, com destaque para Calixto, Souza e Souza (1985), Costa Sobrinho (1992), Costa (1992) e Martinello (2004), tal movimento foi constituído e conduzido sem a participação popular no seu núcleo dirigente.

Excluídos dos processos de tomada de decisão, os seringueiros e o povo pobre eram levados a apoiar o movimento autonomista dos *Coronéis*, seduzidos pela ideia difundida pelas classes dominantes locais, segundo a qual, a origem de suas más condições de vida, devia-se a falta de autonomia dos acreanos para gerir os recursos e as políticas públicas do Estado. Propaganda que pode ser sintetizada na frase: “enquanto o governo federal enriquece o Acre empobrece” (SOUZA, 2005, p.166). Sob a ótica dos interesses dos trabalhadores, essa frase emblemática pode ser reconstruída e substituída por: *enquanto as classes dominantes agrárias de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro, que controlam a república e o Território enriquecem, os seringalistas do Acre empobrecem*. Posto que, em termos gerais, tanto sob o governo das oligarquias nacionais quanto das locais, o destino que estava reservado aos trabalhadores acreanos seria o mesmo, seguirem sendo explorados e levando vida miserável.

Em nenhum momento, tais classes dominantes, seja do Acre ou do Sudeste, contemplaram na pauta da disputa pelo poder local, a alteração das relações econômicas

que se processavam nos seringais, muito menos se questionou o poder e o autoritarismo dos *coronéis de beira de barranco*, sempre acima da moral e das leis. Nem podiam, por ser da natureza de classe dos exploradores, encararem a superexploração dos trabalhadores como um fato natural e necessário ao desenvolvimento da sociedade.

Enquanto a borracha do Acre esteve em alta no mercado internacional, o governo do Brasil não cedeu o controle do Território um só dia, apesar de todas as súplicas, conspirações e levantes promovidos pelos seringalistas acreanos.

Apesar disso, os laços econômicos com o barracão e a esperança instintiva que com autonomia do Acre a vida poderia melhorar para o povo em geral, fizeram com que os trabalhadores se posicionassem favoráveis aos seus patrões, aderindo ao movimento autonomista, mesmo sem ter seus interesses de classe contemplados por esse movimento, que veio a se efetivar em 1962, quando o Brasil vivia no plano da política nacional, a tentativa de implantação das reformas de base sob o Governo João Goulart e no econômico, a borracha atingira o seu pior momento

Por fim o governo federal **só aceitou elevar** o Acre à categoria do Estado porque o mesmo não **rendia** mais, grandes quantias em dinheiro para os cofres do país, pois o comércio de sua borracha encontrava-se em baixa. O governo federal não iria largar assim, de repente, uma “mina de ouro” (SOUZA, 2005, p. 171, grifos e aspas do autor)

Com a promulgação da Lei nº 4.070 de 15 de junho de 1962, que enfim elevou o Acre a categoria de Estado, a vida se encarregou de demonstrar que a tão sonhada e propalada melhoria das condições de vida dos acreanos com a autonomia, não passava de um sofisma, ainda que os *coronéis de barranco* que o produziram, não fossem mais as mesmas, pois haviam perdido o poder econômico que sustentava seu orgulho desde a falência dos seringais nativos, decorrentes da perda do monopólio da produção da borracha para os seringais de cultivos da Malásia sob o domínio britânico.

2.5. A quebra do monopólio da borracha e a falência dos seringais nativos do Brasil.

Fica claro que a classe dominante do Acre construiu seu projeto econômico seguindo a tradição da economia nacional desde os tempos do Brasil colônia, ou seja, como “polo dependente e com uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho” (PAULA, 1982, p. 66), atrelada e condicionada pelos interesses sempre imediatos do imperialismo. Ainda que, desde essa época, a borracha tivesse um uso industrial diversificado, a maior demanda vinha do setor automobilístico e neste, a um

ramo da produção: o de pneus. Em termos econômicos, não poderia haver maior fragilidade, ou seja, dependência de um produto destinado a um ramo da produção internacional, colocava toda a base econômica da região absolutamente submissa aos ditames dos capitalistas internacionais.

A situação agravada pelos métodos rudimentares da produção, baseados na coleta manual de látex e em formas artesanais preliminares de beneficiamento das *pelas* de borracha, contrastava com os avanços tecnológicos da produção industrial e a vulcanização da borracha desenvolvida por Charles Goodyear.

Os primeiros seringalistas chegaram às terras acreanas motivados por interesses puramente predatórios, estimulados pela possibilidade de enriquecimento fácil, o que de fato ocorreu. Mas há que se destacar que tal enriquecimento se deu à custa da invasão das terras indígenas e do genocídio dos povos originários da Amazônia Ocidental e do sangue e suor dos seringueiros nordestinos aclimatados à região. A historiografia crítica acreana é rica de exemplos e de farta documentação que comprova que o caráter predatório da economia capitalista trouxe revés não apenas aos camponeses nordestinos que para o Acre foram levados, mas também, as populações indígenas que tiveram suas terras e áreas tradicionais de perambulações, tomadas e submetidas aos interesses e a lógica dos *barracões*.

Os coronéis de barranco, fizeram fortuna com o negócio da borracha num tempo em que imperava o monopólio e a lei do mais forte, um paraíso para o capital se reproduzir tendo como barreiras apenas as leis da natureza. Contudo, os métodos rudimentares e o sistema de aviamento, não foram suficientes para vencê-las, o que obstaculizou o máximo desenvolvimento da produção.

Apesar da precariedade dos meios técnicos e de relações de trabalho contraproducentes, “Em 1892, o Brasil respondia por 61% da produção mundial de borracha” (PAULA, 1982, p. 68), supremacia que só se sustentou nas condições de monopólio, tão logo a concorrência se estabeleceu, o império amazônico da borracha veio abaixo.

Em 1905, quando a produção de borracha era de 35 mil toneladas, a borracha dos ingleses tinha uma produção de apenas 145 toneladas. Mas, surpreendentemente, **em 1910, a produção inglesa já aparecia nos mercados com um total de 8.200 toneladas de borracha**. Em 1913 a borracha inglesa, produzida na Malásia, alcançou um número de quase 48.000 toneladas, superando a produção brasileira que vinha da Amazônia, que só produziu 39.560 toneladas. Estava definitivamente

quebrado o monopólio da borracha da Amazônia e do Acre. (SOUZA, 2005, p. 87, grifos do autor)

O capital inglês, racionalizou a produção de borracha nas suas colônias tropicais da Ásia, por meio da aplicação de ciência e tecnologia, superando as formas rudimentares de extrativismo de baixa produtividade desenvolvido na Amazônia, subordinado a distribuição natural das árvores na floresta, isso implicava que para coletar o látex seguindo o padrão de produção amazônico, os seringueiros precisavam percorrer longas distâncias nas estradas de seringa abertas na floresta, algumas podendo chegar até 30 km de extensão (PAULA, 1982).

Nas colônias asiáticas, o capital inglês penetrou no processo produtivo da borracha, revolucionando-o, introduzindo sua lógica, sua disciplina, seu ritmo, sua especificidade, e justamente essa foi a causa da perda da hegemonia brasileira na produção da borracha. Enquanto a produção asiática deu-se a partir de métodos capitalistas, sendo o excedente gerado no processo mesmo da produção, a produção brasileira baseava-se ainda na dominação do capital mercantil e, por obter seus lucros do fato de ter o monopólio do “barracão” e o poder de estabelecer os preços de compra da borracha do seringueiro, não se interessou em transformar o processo de produção, não interferindo no sistema extrativo, não modificado substancialmente ao longo do tempo. (PAULA, 1982, p. 69, aspas do autor)

Esse processo de quebra de monopólio da produção de borracha teve início com o tráfico de sementes de *seringueiras*, para o Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, onde as mudas foram produzidas em estufas e em seguida, enviadas para as colônias britânicas nas zonas tropicais da Ásia.

Mas coube a Henry Wickham a missão de uma coleta mais numerosa e seletiva da tão cobiçada planta.

Na região entre o Tapajós e o Madeira, nas imediações do Monte Alto, escolheu ele dentre espécies de *hevea brasiliensis* os mais desenvolvidos e ali procedeu a coleta e seleção de mais de 70.000 sementes. (MARTINELLO, 2004, P. 56)

Dessa forma, a quebra do monopólio da produção da borracha brasileira que não foi conseguida pela força das armas, se deu por meio do ardil da espionagem comercial, da biopirataria, com o tráfico das sementes transladadas da Amazônia por volta de 1876 (MARTINELLO, 2004), mas também, pelo desenvolvimento científico-tecnológico. Tão logo esse processo amadureceu, fez-se sentir o peso da “lei da queda tendencial da taxa de lucros” (MARX, 2017b, p.247), desarticulando o sistema de aviação, levando os barracões a falência.

A consequência da falência do sistema de aviação foi o abandono dos seringais pelos seringalistas, que reinvestiram o que restou de seu capital nas praças comerciais de Manaus e Belém, os seringueiros foram abandonados à própria sorte nas florestas acreanas, dos quais, uma parte se adaptou a vida na mata como caçador e coletor, trabalhado para subsistência, mas a maioria migrou para Rio Branco e as pequenas cidades do interior do Acre, outra parcela menor para Manaus e Belém e em raras exceções, um ou outro, conseguiu regressar para o nordeste.

Os anos de 20 e 30 do século XX, constitui-se numa década marcada pela fome, com legiões de seringueiros maltrapilhos vagando pelas cidades do Acre, em busca de pequenos serviços em troca de comida.

Os que abandonavam os seringais e não tiveram a ventura de retornar a seus estados de origem devido a múltiplas dificuldades, não contando nas regiões de extração com núcleos populacionais, que os pudessem abrigar, oferecer mercado de trabalho e assistência médico-hospitalar, dirigiram-se para as capitais estaduais mormente Belém, Manaus e Rio Branco, que literalmente intumesceram.

Com a brusca interrupção de sua vida comercial, sem disporem de lucros das exportações da borracha, estes centros só puderam oferecer miséria, desemprego ou subemprego a toda essa população desesperada que chegavam a estas cidades em levadas de retirantes. (MATINELLO, 2004, p. 65)

No que se refere ao Acre, essa situação de calamidade começou a ser enfrentada pelo poder público somente na década 1940 com a criação das colônias agrícolas e a reabertura dos seringais nativos como esforço de guerra.

Durante o governo Oscar Passos no Acre (1941-1942) tentou-se organizar a produção agrícola e absorver a mão de obra ociosa resultante da falência dos seringais. A iniciativa teve como referência as colônias agrícolas que já existiam nos arredores de Rio Branco e noutros municípios, mas que, no entanto, sem apoio governamental funcionavam precariamente apenas para subsistência dos seus moradores.

O plano de colonização começou nos arredores da cidade de Rio Branco. As terras do seringal Empresa, onde parte da cidade de Rio Branco está situada, foram compradas pelo governo e divididas em vários lotes de 250 x 100 metros. Mas o plano de Oscar Passos foi executado por completo somente no governo de José Guimard dos Santos, em 1947. (SOUZA, 2005, p. 105)

Dessa maneira, o seringal Empresa foi quase todo transformado em colônias agrícolas onde foram assentados os ex-seringueiros e suas famílias. Esse projeto deu origem a oito colônias assim distribuídas:

1. Colônia São Francisco (criada em 1943);
 2. Colônia Apolônio Sales (criada em 1943);
 3. Colônia Alberto Torres (criada em 1946);
 4. Colônia Mâncio Lima (criada em 1946);
 5. Colônia Cecília Parente (criada em 1946);
 6. Colônia Dias Martins (criada em 1946);
 7. Colônia Souza Ramos (criada em 1946);
 8. Colônia Juarez Távora (criada em 1946).
- (SOUZA, 2005, p. 106)

A instituição das colônias agrícolas representou um alento diante da falta de perspectivas econômicas do estado, de uma forma ou de outra, ajudou a matar a fome dos trabalhadores. Porém, a atividade produtiva de algum vulto no Acre só voltou a ser verificada durante a segunda grande guerra a partir de 1942, com a reabertura dos seringais nativos para abastecer a indústria bélica das nações aliadas que combatiam o eixo nazifascista.

2.6. As religiões da floresta: fator de unidade social e resistência econômica e cultural diante da falência dos seringais

Na atualidade, os quinze povos originários do Acre que sobreviveram ao genocídio resultante do contato com o avanço do capital na Amazônia Sul-Occidental brasileira, fazem uso ritualístico e medicinal da ayahuasca³⁰, seja porque esse hábito faz parte de sua cultura ancestral ou porque foi adquirido na relação de alianças com outros grupos étnicos na luta de resistência pela sobrevivência e como meio para reconstituir a cultura e a espiritualidade de seus antepassados, perdida ao longo dos anos de opressão pelo sistema de aviamento dos barracões, como registra Pantoja (2008):

E a emergência dos Kuntanawa guarda ainda um outro elemento de não muito fácil apreensão, um dispositivo intangível e fundamental: a ayahuasca, bebida ancestral e conhecida dos povos indígenas pan-amazônicos preparada a partir de um cipó (*banisteriopsis caapi*) e de uma folha (*psychotria viridis*). É sob a experiência visceral desta bebida tida como sagrada para esses povos que seu Milton e filhos afirmam estar acessando dimensões mais profundas da indianidade Kuntanawa. (PANTOJA, 2008, p. 381)

Em *Os Milton*: cem anos de história nos seringais, a Professora da UFAC Mariana Ciavatta Pantoja deu contribuição fundamental para o reconhecimento, pelos órgãos oficiais brasileiros, da etnia Kuntanawa, tida como exterminada pelas *correrias*

³⁰ Palavra de origem *quechua*, *quíchua* ou *quéchua* uma das línguas mais faladas no império Inca e que segue viva ainda hoje nos Andes boliviano e peruano. Em tradução livre para o português, ayahuasca pode ser entendido como *vinho das almas*, ou *cipó dos mortos (das almas)*. Bebida consumida pelos povos ameríndios dos Andes e da Pan-Amazônia a aproximadamente 5 mil anos, (SILVA, 1983).

patrocinadas pelos seringalistas do Vale do Juruá. No entanto, a partir da luta pela constituição da Reserva Extrativista do Alto Juruá, relativamente protegidos contra a predação do capital, os remanescentes desse povo, notadamente a família do Sr. Milton, se sentiram seguros para iniciar a imersão em sua própria identidade e iniciar a reconstituição de sua cultura ancestral, como afirma Pantoja (2008)

Foi, portanto, na passagem dos anos 90 que os *Milton* conheceram a bebida ancestral da qual a finada dona Regina falava quando contava sobre a cultura de seu povo. As narrativas de dona Regina foram neste contexto lembradas, e provavelmente ganharam novos significados. Hoje, conforme afirmam, tendo a ayahuasca como guia e professora, os Kuntanawa exploram dimensões insondáveis e delas trazem de volta para seu povo pinturas corporais, cânticos e conhecimentos mágicos e etnobotânicos. É sob o comando da ayahuasca, e agora com o apoio de pajés Ashaninkas, que Osmildo prepara-se para ser o pajé de seu povo. Jovens Kuntanawa, netos de seu Milton, aprendem com a ayahuasca e a orientação dos mais experientes a “ouvir” a natureza em rituais ao ar livre e silenciosos. Cantos indígenas são entoados sob a inspiração da bebida ritual, e também das canções ayahuasqueiras dos “parentes” Kaxinawa e Yawanawa. Diante de uma língua quase irremediavelmente perdida, há um esforço de reconstruí-la a partir da memória de dona Mariana, de canções ayahuasqueiras e também da grafia utilizada por outros povos da língua pano. (PANTOJA, 2008, p. 382. Grifos e aspas da autora)

Esse processo de regeneração pelo qual passa o povo Kuntanawa, descrito por Pantoja (2008), é análogo ao vivido também pelos Puyanawa na virada desse século, mas também, e anteriormente nas décadas de 1980 e 1990, pelos Yawanawá e tantos outros povos que haviam perdido ou mantido em estado de latência seus conhecimentos medicinais e espirituais ancestrais, mas que hoje lutam ao mesmo tempo para garantir a manutenção, ou demarcação, de seus territórios, sempre ameaçados pela predação do capital, mas também da sua ancestralidade. Nesse contexto, a ayahuasca tem se constituído no principal meio para assegurar a unidade e identidade étnica desses povos.

A ayahuasca foi também assimilada pelos seringueiros que tiveram contatos amistosos com os povos originários. Esse intercâmbio constituiu-se em elemento dinamizador do surgimento de uma religiosidade genuinamente acreana, cujo fundamento é a reinterpretação (SILVA, 1983) das espiritualidades indígena (ayahuasca) europeia (catolicismo popular) e africana (seus fundadores eram descendentes de africanos escravizados), “podendo ser descrito como resposta às necessidades e pressões do ambiente concreto onde existe” (SILVA, 1983, p. 5), para o autor,

O nordestino fixado, no exílio, teria passado por processos de redescoberta cognitiva, começando pelas incorporações e reorientação de ideias, crenças e símbolos ocultos e explícitos, no encontro de

conjuntos culturais profundamente influenciados por duas civilizações: a primitiva, ameríndia, e a brasileira, ocidental. (SILVA, 1983, p. 7)

Surge, portanto, desse processo de redescoberta cognitiva a que se refere Silva (1983), mediado pelas contradições das formas particulares de alienação do trabalho, no contexto da penetração e consolidação do capitalismo na Amazônia Sul-Occidental brasileira, uma subjetividade e religiosidade que se constituirão como aspecto distintivo e genuíno da cultura acreana, que tem como sacramento a bebida denominada por essas comunidades religiosas de *Daime*³¹.

Essa forma de religiosidade plasmou-se como movimento de resistência cultural organicamente integrada à forma de vida dos seringueiros, cujo núcleo material encontra-se tanto na bebida resultante da decocção do cipó *Jagube* (*banisteriopsis caapi*) e da *Folha Rainha*, retirada do arbusto (*psychotria viridis*), e ainda na maneira de seu feitio, herdado dos povos originários da Pan-Amazônia, assim como, na materialização do movimento social agregador e ordenador dos povos que viviam *na e da* floresta, no momento de desagregação da sociedade fundada na economia da borracha, nos anos 1920, decorrentes das experiências vividas pelo seringueiro negro, Maranhense, Raimundo Irineu Serra, com os seus conterrâneos, os irmãos Antônio Costa e André Costa, no movimento exotérico Círculo Regeneração e Fé – CRF, ocasião em que foram apresentados à bebida sagrada para os povos originários por Crescêncio Pizango (SILVA, 1983).

Dessa maneira, deu-se a passagem da cultura espiritual dos povos originários de natureza rústica para o contexto urbano como *reinterpretação*³² de ambas as culturas sintetizadas noutra completamente distinta, mas que, no entanto, as articula num processo dialético rico e complexo, como destaca Silva (1983):

A passagem vem ocorrendo na Amazônia, de um tipo de cultura para outro, do rústico para o moderno (urbanizado), num macro-contexto marcado pela desorganização das populações dos seringais, apresenta

³¹ Daime - Designação genérica para a ayahuasca usada pelas religiões surgidas no Acre. A palavra origina-se no Hinário de Mestre Irineu onde aparece a expressão “‘dai-me’ ou ‘daime’” (SILVA, 1983, p. 59). *Dai-me*, conjugação do verbo dar na segunda pessoa do plural, na forma imperativa afirmativa: *dai-me força*, *dai-me saúde*, *dai-me luz* e assim por diante.

³² Clodomir Monteiro da Silva na sua Dissertação *O palácio de Juramidán Santo Daime: um ritual de transcendência e despoluição* (1983), relevante pela originalidade e ineditismo, marco na antropologia cultural brasileira, constituindo-se em primeiro trabalho sistemático sobre o tema da religiosidade acreana, nele o autor rejeita as análises que entendem essa forma de culto como *sincretismo*. Para ele, a complexidade e singularidade dessa religião que incorpora e reelabora as diversas culturas presentes na constituição das raízes do povo brasileiro, extrapola a noção de sincretismo ou justaposição de culturas, razão pela qual ele afirma tratar-se o Daime de uma *reinterpretação* das nossas raízes culturais religiosas, sintetizada numa cultura religiosa nova (SILVA, 1983).

peculiaridades relativas aos modelos caboclos e do apogeu. (SILVA, 1983, p. 36. Parênteses do autor)

Nessa passagem, Silva (1983) refere-se, em linguagem um tanto barroca, ao intercâmbio cultural de uma cultura por ele designada de rústica (ameríndia) para o contexto urbanizado ou *moderno* no macro-contexto da crise da borracha, que levou a desorganização do sistema de aviamento que sustentava o seringal e suas relações fundadas na alienação do trabalho do seringueiro relativos aos modelos *caboclo* e *do apogeu*, como *dois momentos da empresa gumífera*.

Mais à frente em sua dissertação, o autor localiza o que nos parece ser um dos aspectos históricos centrais de seu estudo: o caráter agregador da religiosidade da floresta ao se constituir em alternativa viável de resistência à fome para a legião de seringueiros abandonados pelo capital nas florestas acreanas, após a falência da cadeia do aviamento que inviabilizou o funcionamento dos seringais. Diz Silva (1983):

Antônio e André Costa organizaram a partir de um culto familiar do Santo Daime, a rede de reciprocidade, mais tarde repetida no Alto Santo. Nos primórdios de organização do Acre, em plena crise do seringal do modelo do “apogeu” o CRF passou a “agrupar as coisas” a partir da tentativa de “decalcar” inversamente, através dos sistemas simbólicos, “os sistemas de organização” da sociedade global da época, lembrando aqui passagem de DURKHEIM (39:205/2220).

O mutirão (ou “adjunto”) comum entre populações rurais passou a ser norma entre os membros da irmandade, dez anos depois, no grupo que se constituía em continuação ao CRF. MH³³ informa que a faixa de terra da Colônia Alto Santo, por ser grande serviu de “abrigo a muita gente”. Irineu Serra, cedeu graciosamente lotes para quem quisesse cumprir com seu dever de trabalhar a terra “prá sustento de sua família e educação de seus filhos”. Explica que eram mais de 45 famílias. Quando era a chegada a época da broca o mestre juntava “aqueles homens e dizia: hoje é na terra de fulano!” E conclui destacando a boa convivência e mútua ajuda e harmonia da comunidade. A cooperativa agrícola a que se transformou a colônia, segundo informantes na cidade, produzia o suficiente para o consumo da irmandade, abastecendo também o Mercado público Municipal de Rio Branco. No dia 8 de novembro de 1970, depois de ter sido reconhecida de utilidade pública, foi instalado e inaugurado pelo governo estadual, na própria colônia o “posto de Assistência Rural para beneficiamento de arroz denominado ‘Raimundo Irineu Serra’”. (SILVA, 1983, p. 92)

É exatamente essa *rede de reciprocidade*, como afirma Silva (1983), cujo elemento de unidade é o trabalho e a religiosidade que tem como sacramento o Daime, que vai garantir um modo de vida baseado em relações de colaboração recíproca sob a

³³ MH – iniciais do nome do entrevistado.

direção do carismático Raimundo Irineu Serra, legitimado como líder, como organizador e como guia espiritual, razão pela qual será tratado por todos como *Mestre Irineu*. Tais relações se constituíram em torno do *trabalho como mediador de primeira ordem* entre a comunidade e a natureza (MÉSZÁROS, 2011), num intercâmbio orgânico que os salvou da fome, mas também, a cidade de Rio Branco que passou a ser abastecida com produtos orgânicos e frescos produzidos pela Colônia Alto Santo (SILVA, 1983).

A inserção desse tópico na presente exposição se explica por dois motivos fundamentais: o primeiro diz respeito a necessidade de reconhecimento dessa manifestação religiosa como força material, enquanto manifestação da cultura e da subjetividade do povo acreano que a historiografia clássica invisibilizou, tratando-a como tema, *apenas*, da antropologia cultural, quando em verdade é também elemento constitutivo da história do Acre, uma vez que ambos os campos de estudo se interpenetram na dialética da concretude da sociedade.

O outro elemento, relaciona-se com o segundo³⁴ momento da constituição da esquerda no Acre nos anos 1970 e 1980, quando seus protagonistas, *na grande maioria*, tiveram uma postura de rechaço em relação a essa parcela da população acreana, tanto por parte da fenomenologia libertadora Católica, quanto por parte das correntes que reivindicavam a tradição do materialismo histórico-dialético. Seja num caso como noutro, a leitura sobre as comunidades de *daimistas*³⁵ se pautava pelo preconceito, vistos como grupos de pessoas místicas e desconectadas com a vida real. Desconhecia-se a história dessas comunidades e o papel que tinham cumprido para sobrevivência do proletariado acreano ante à miséria e a exploração nos tempos de crise econômica, e o papel que jogavam na contemporaneidade para salvaguardar a cultura milenar dos povos originários do Acre e do nosso continente, mas também, desconhecia-se a contribuição dessas comunidades para o desenvolvimento social, ambiental, cultural e educacional do Acre³⁶.

Tudo isso representou um erro político e histórico, fundamentalmente porque impediu que se percebesse essa parcela da população, que se tornou relativamente numerosa na sociedade acreana, como constituinte do campo de luta geral de resistência

³⁴ O primeiro momento da constituição da esquerda no Acre diz respeito as tentativas de fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, de fundação dos círculos operários e das ligas camponesas iniciativa desbaratada com o golpe de 1964.

³⁵ Expressão pejorativa utilizada pela população acreana para se referir aos seguidores das religiões que usavam o Daime como um sacramento.

³⁶ Todas essas comunidades construíram escolas que professam ensino laico, e que foram encampadas pelo estado, mas também constituíram acervos de memória de suas próprias e histórias e do Estado do Acre, além de que realizam trabalhos socioambiental de relevância reconhecida pela sociedade e o poder público.

ao capital, portanto, parte da frente ampla que se gestava e que viria a se consolidar no futuro.

No campo do materialismo histórico-dialético, ao qual nos referenciamos, nos anos 70 e 80 do século passado, em relação aos adeptos das religiões ayahuasqueiras, nos faltou compreender o que para Marx já estava claro desde seus escritos da juventude. Em *Sobre a questão judaica*, por exemplo, o autor da filosofia da práxis adverte seu antigo mestre, Bruno Bauer, de quem se tornou opositor, que não é verdadeira a compreensão que subordina a emancipação política à emancipação religiosa, ou seja, que para se emancipar politicamente o povo judeu da Alemanha deveria primeiro se emancipar da religião, como pensava Bauer. Quanto a isso, Marx (2010b) o contesta da seguinte maneira:

De acordo com Bauer, o homem deve renunciar ao “*privilégio da fé*” para poder acolher os direitos humanos universais. Observemos por um momento os assim chamados direitos humanos, mais precisamente os direitos humanos sob sua forma autêntica, ou seja, sob a forma que eles assumem entre *seus descobridores*, entre os norte-americanos e franceses! Esses direitos humanos são em parte direitos *políticos*, direitos que são exercidos somente em comunhão com outros. O seu conteúdo é constituído pela *participação na comunidade*, mais precisamente na comunidade *política*, no *sistema estatal*. Eles são classificados sob a categoria da liberdade política, sob a categoria dos *direitos do cidadão*, os quais, como vimos, de modo algum pressupõem a superação positiva e irrefutável da religião, e, portanto, inclusive por exemplo do judaísmo. Resta, então, analisar a outra parte dos direitos humanos, os *droits de l’homme* [direitos do homem], na medida em que são distintos dos *droits du citoyen* [direitos do cidadão]. Entre eles se encontra a liberdade de consciência, o direito de praticar qualquer culto. O *privilégio da fé* é expressamente reconhecido, quer seja como *direito humano* ou como consequência de outro direito humano, a liberdade. (MARX, 2010b, p. 47. Grifos do autor)

Começava aqui a ruptura de Marx com os Jovens Hegelianos de Esquerda e o materialismo vulgar de Ludwig Feuerbach que os inspirava, levando-os a adotar um ateísmo militante que os colocava numa postura análoga a uma religião, inclusive e por algum tempo, entusiasmou Marx e Engels (ENGELS, 2020b). Todavia, o aguçado senso crítico de ambos, levou-os a ruptura com essa corrente, como fica patente nas críticas aos irmãos Edgar e Bruno Bauer e seus seguidores, em *A sagrada família* (MARX e ENGELS 2011), cujo título da obra já anuncia, por meio de ironia fina, que o fundamentalismo ateu com que ambos defendiam suas convicções os levavam a uma conduta mais próxima da religiosidade do que da materialidade científica reivindicada pelos irmãos. A ruptura definitiva com essa perspectiva viria com *A ideologia alemã*, que só seria publicada

postumamente, mas que, no entanto, serviu ao menos para *autocompreensão* de Marx e Engels (MARX, 2008) sobre a relação entre as contradições da vida material em sociedade e a construção da subjetividade das massas.

Essa perspectiva mais alargada do fenômeno religioso, na grande maioria da militância marxista no Acre no final dos anos 1970 até o início dos anos 1990, nos escapava a compreensão, presos que estávamos ao dogmatismo decorrente de uma assimilação limitada e parcial da concepção, segundo a qual, *o materialismo histórico deriva do materialismo dialético por extensão dos princípios do método materialista de investigação da natureza aplicados a análise da sociedade*. Parafraseando Engels (2020), nessa época, em certo sentido, “éramos, momentaneamente, todos feurbachianos” (ENGELS, 2020b, p. 39), obviamente, com as devidas resguardas de tempo, espaço, e principalmente, de capacidade analítica.

No plano da luta geral anticapitalista, só após a desagregação da URSS e do socialismo realmente existente no Leste da Europa, tudo isso começou a ser reexaminado de forma crítica e autocrítica. Por outro lado, no plano nacional e local, a necessidade da unidade dos trabalhadores contra o avanço do neoliberalismo fez ganhar força a tese da frente ampla anti-neoliberal, que, no âmbito estadual, se efetivou com a constituição da Frente Popular do Acre – FPA em 1990. Fato que representou uma viragem na relação e na interpretação dos dois maiores partidos de esquerda, notadamente o PT e o PCdoB, sobre as comunidades tradicionais da ayahuasca no Acre, representadas por seus mestres fundadores, a saber: Mestre Raimundo Irineu Serra (Centro de Iluminação Cristã Luz Universal – Alto Santo), Mestre Daniel Pereira de Mattos (Centro Espírita e Culto de Oração “Casa de Jesus – Fonte de Luz”) e Mestre José Gabriel da Costa (Centro Espírita Beneficente União do Vegetal).

De maneira geral, só depois do advento da FPA e no contexto da luta política, essas comunidades passaram a ser vistas como aliadas da luta geral pela emancipação dos trabalhadores, razão pela qual os principais dirigentes da FPA passaram a manter um diálogo respeitoso com essas comunidades em todo o Estado do Acre, bem como, à espiritualidade dos povos originários.

Após a vitória da FPA, que contou com o apoio importante dos líderes religiosos das comunidades tradicionais da ayahuasca e das mais significativas lideranças indígenas do Acre, essa relação de aliança se aprofundou, razão pela qual a, então, Deputada Federal Perpétua Almeida – PCdoB fez a defesa da institucionalização do uso religioso da

ayahuasca como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro, conforme seu discurso na Câmara Federal:

Já entramos oficialmente com pedido no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com um processo de reconhecimento do uso da *ayahuasca* em rituais religiosos como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

O Ministro Gilberto Gil, da Cultura, recebeu o documento com pedido de representantes dos centros que integram os 3 troncos fundadores das doutrinas *ayahuasqueiras*.

Além de nosso apoio à causa há vários outros defensores como o Governador do Acre, Binho Marques (PT), do Deputado Edvaldo Magalhães (PCdoB), Presidente da Assembléia Legislativa. Temos certeza de que esse reconhecimento garantirá a preservação da doutrina, dos rituais e das manifestações culturais genuinamente brasileiras, além de romper preconceitos e estimular o estudo científico dos efeitos da erva santa. (BRASIL, 2008, p. 33062-33063)³⁷

Nessa mesma linha, por iniciativa do ex-Deputado Estadual Moisés Dinis – PCdoB, foram concedidos títulos de Cidadãos Acreanos aos mestres fundadores das religiões tradicionais da ayahuasca: Raimundo Irineu Serra (maranhense), Daniel Pereira de Mattos (maranhense) e José Gabriel da Costa (baiano), em Sessão Solene da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, realizada no dia 15 de abril de 2010 (MACHADO, 2010), e no dia 30 de julho de 2018, o Governador Tião Viana (PT) sancionou a Lei Estadual nº 3399 que institui no calendário oficial do Estado do Acre o 24 de novembro como o dia estadual da cultura ayahuasqueira (ACRE, 2018).

Tratou-se, pois, de um movimento autocrítico da esquerda acreana, que marcou o rompimento com o sectarismo e dogmatismo, de caráter mais *feuerbachiano* do que marxista, e ao mesmo tempo, representou a reconciliação com as raízes culturais e a espiritualidade ancestral do povo acreano.

Ao nosso entender, um dos pontos, entre tantos outros, que podem ser contabilizados como acertos e conquistas da FPA, reside no alcance da compreensão de

³⁷ O processo foi interrompido no âmbito do Conselho Nacional de Cultura do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, por insuficiências no inventário inicial. Contudo, em reunião realizada no dia 10/11/2023 no Palácio das Secretarias em Rio Branco – AC, com a presença do Presidente do IPHAN, Sr. Leandro Grass, do Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, Sr. Deyvesson Gusmão e do Superintendente do IPHAN-AC, Sr. Stênio Cordeiro de Melo, e das lideranças das comunidades ayahuasqueiras tradicionais representadas, entre outras, por Antônio Alves (CICLU – Alto Santo), Francisco Araújo (Casa de Jesus-Fonte de Luz), e Antônio Gomes (UDV) e do Articulador da Câmara Temática das Culturas Ayahuasqueiras do Conselho Municipal de Cultura de Rio Branco, Jean Freire, além da ex-Deputada Perpétua Almeida, ocasião em que foi assumido o compromisso de retomar o processo de patrimonialização do uso ritualístico da Ayahuasca, inclusive com aporte financeiro para pesquisa visando superar as insuficiências do inventário inicial.

que para as forças revolucionárias em geral, mas sobretudo, para o Partido Comunista, a cultura popular deve ser incorporada, reelaborada e sintetizada num patamar superior, sem o que o movimento revolucionário estará irremediavelmente condenado ao fracasso. Termos atingido essa compreensão representou, sem dúvida, um amadurecimento político e ideológico das forças de esquerda no Acre, mesmo que ainda parcial e com insuficiências frente aos demais aspectos da luta de classes e da realidade social, como veremos mais à frente na presente exposição. Em todo caso, esse tópico se propôs a expor de forma concisa o movimento de *autocrítica na prática* realizado pela esquerda do Acre na relação com as raízes culturais do proletariado acreano, que encontrou na espiritualidade indígena ancestral a fonte de sabedoria para suportar as brutais formas de exploração dos barracões, mas também, força para atravessar a crise da borracha e a desagregação da empresa gumífera, até a reabertura dos seringais durante o período que Martinello (2004) denominou de *A batalha da borracha na segunda guerra mundial*.

2.7. A segunda batalha da borracha

Ao designar sua obra de *A batalha da Borracha da borracha na segunda guerra mundial*, Martinello (2004) situa historicamente a constituição da borracha como matéria-prima de primeira necessidade para a indústria capitalista no âmbito da segunda revolução industrial e do advento da etapa imperialista do capitalismo; nessa contextualização lança um olhar crítico indireto sobre o período da conquista do Acre pelo capital, tendo como meio o empreendimento da borracha. Nas páginas iniciais da referida obra o autor faz uma análise crítica da guerra pela conquista do Acre desenvolvida pelos seringalistas brasileiros pondo na linha de tiro os seringueiros. Esse movimento foi financiado pelas casas aviadoras de Manaus e as casas exportadoras de Belém. O autor busca desconstruir o *mito de revolução*, disseminado pela historiografia oficial positivista a serviço dos padrões seringalista para garantir o funcionamento do sistema de aviamento dos barracões e o controle da borracha, sustentado pela exploração da força de trabalho dos seringueiros.

O ponto central da análise crítica de Martinello (2004) sobre esse período da história do Acre, fundamenta-se sobre a compreensão de que a luta pela posse dessa região, fonte de matéria-prima fundamental para a indústria internacional, teve como ponto crítico as contradições de interesses no âmbito do capitalismo na sua etapa imperialista, razão pela qual compreende que designar aqueles conflitos de revolução, mais do que de imprecisão histórica, é um exagero.

Em todo caso, o que intencionava pela força o *Bolivian Syndicate*, sem sucesso, foi alcançado pela biopirataria praticada por Henry Wickham, a serviço do império britânico, com o famoso roubo de sementes de seringueiras, como explicitamos no tópico anterior, fato que viria a arruinar a empresa gumífera amazônica culminando com o fechamento dos seringais nativos do Acre, que só seriam reabertos nos anos quarenta do século passado no contexto da Segunda Grande Guerra, como veremos a seguir.

2.7.1. A segunda grande guerra e a reabertura dos seringais nativos

Com a falência dos seringais nativos na segunda década do século XX e a agonia econômica do Acre e da Amazônia Ocidental seguiu-se até depois da eclosão da segunda grande guerra em 1939. Com o apoio da Itália e do Japão, a Alemanha avançava assustadoramente sobre os países centrais do continente europeu e desprendia pesado ataque sobre a Inglaterra e a União Soviética. No extremo oriente do planeta, os japoneses tomaram importantes colônias inglesas na Ásia, inclusive a Malásia, que até aquele momento era o maior produtor de borracha do mundo. Esse acontecimento fez soar a sirene de alerta para as nações aliadas em luta contra o eixo nazifascista.

Os avanços tecnológicos industriais fizeram da borracha uma matéria prima cada vez mais demandada, sendo utilizada como base nos mais diversificados ramos da indústria. Diante disso, na conjuntura de guerra,³⁸ essa matéria prima adquiriu importância estratégica, o que levou o Prof. Pedro Martinello considerá-la como verdadeiro “nervo da guerra” (MARTINELLO, 2004, p.83). Com base nessa compreensão, pode-se inferir que a queda da Malásia sob o controle dos japoneses em janeiro de 1941, representou um verdadeiro desastre militar para as forças que lutavam contra a coalizão nazifascista na segunda grande guerra, levando-as a desenvolver um esforço extraordinário para manter os estoques de borracha em patamares seguros para que a indústria dos países aliados não interrompesse suas atividades.

Esse cenário de insegurança frente ao risco de desabastecimento da goma elástica, fez os olhares do mundo voltarem-se para o Acre e a Amazônia meridional e os seus

³⁸ Para Martinello a indústria de guerra está assentada “principalmente em três produtos básicos: o aço, o petróleo e a borracha”. (MARTINELLO, 2004, p. 83)

seringais nativos, praticamente abandonados³⁹ desde que a crise que se instalara nos seringais há aproximadamente vinte anos.

Desse modo, objetivando vencer o bloqueio de acesso a borracha imposta pelo eixo e abastecer a indústria de guerra dos aliados, os EUA iniciaram um plano para reativar os seringais nativos da América do Sul, cujo Brasil se constituía em protagonista principal.

Em janeiro de 1942, teve lugar no Rio de Janeiro a III Conferência de Chanceleres Americanos, esse evento constituiu-se num marco na posição do Brasil frente a guerra, deslocando o Presidente Getúlio Vargas e conseqüentemente o país, de uma postura claudicante frente ao avanço do nazifascismo e de certa simpatia à Alemanha e Itália, para o efetivo apoio às nações aliadas. Um dos resultados dessa reunião multilateral, foi que, seguiu-se uma série de compromissos assumidos entre EUA e Brasil para abastecer a indústria de guerra aliada com matéria-prima brasileira, para tanto, o governo estadunidense ofereceu como contrapartida

... redução dos prazos para a entrega das encomendas de material bélico, material para a construção de Volta Redonda, para o transporte marítimo e rodoviário, financiamento para a produção de matérias-primas estratégicas (ferro e borracha) e arranjos para sua comercialização. (MARTINELLO, 2004, p. 101)

Dando consequência aos entendimentos bilaterais firmados na Conferência entre os dois países, em março de 1942, o Presidente Getúlio Vargas avalizou constituição de um empréstimo com os EUA no valor de US\$ 100.000.000 para o desenvolvimento de produtos e materiais estratégicos, o que ficou conhecido como o acordo de Washington, dos quais, US\$5.000.000 foram destinados para a melhoria da qualidade da borracha natural e a mesma quantia para investimento em saúde na região Amazônica, (MARTINELLO, 2004).

Para a administração desses recursos específicos, a serem aplicados nas regiões extratoras de borracha do Brasil, foram constituídas agências especializadas. Por parte

³⁹ Com base nos estudos de Martinello (2004), Souza (2005) e Calixto, Souza e Souza (1985), pode-se dizer que o Acre sempre manteve alguma produção gumífera, contudo, se comparada com o período áureo da borracha era absolutamente residual.

dos EUA foi criada a Rubber Reserve Company e do lado brasileiro, em julho de 1942, foi fundado o Banco de Crédito da Borracha.⁴⁰

Confiou-se ao Banco de Crédito da Borracha “a exclusividade das operações finais de compra e venda da borracha de qualquer tipo e qualidade” (MARTINELLO, 2004, p. 173). Objetivava-se com essa medida, centralizar a compra e distribuição de borracha para evitar oscilação de preços decorrente das especulações de mercado, o que poderia comprometer o planejamento das nações em guerra, e ao mesmo tempo, intencionava-se a racionalização do processo de extração, dotando-o de avanços técnicos que melhorasse a qualidade da borracha, bem como, dinamizar as relações sociais de produção nos seringais, superando o antigo sistema dos barracões baseados no aviamento. Dessa forma, o financiamento centralizado possibilitava em teoria, o estabelecimento de critérios condicionantes de acesso ao crédito, assim como o controle de seu cumprimento.

A reabertura dos seringais nativos da Amazônia Ocidental foi, pois, uma política de estado durante o governo Vargas, parte constitutiva do esforço de guerra do Brasil, representou um alento para a economia da região e as intenções manifestas pelos organismos estatais em aperfeiçoar as relações de trabalho nos seringais trouxe esperanças de dias melhores à população local.

É inegável que, devido a ação deste agente financeiro (O Banco de Crédito da Borracha), houve uma certa melhoria nas relações econômico-sociais entre o seringueiro extrator e o patrão-seringalista, que passaram a ter, então, um caráter mais monetário, superando aquela fase primitiva da época áurea da borracha, em que as transações eram feitas na base da troca de mercadorias pelo produto. (MARTINELLO, 2004, p. 177)

Objetivando superar o aviamento, o Banco estabeleceu como condição para aprovar o financiamento, o estabelecimento de contratos de trabalho entre o seringalista e os seringueiros, regulamentando o salário e demais aspectos das relações de produção. Intencionava-se com isso instituir nos seringais relações monetárias compatíveis com o estágio de desenvolvimento a que havia chegado o capitalismo até aquele momento. No entanto, Martinello (2004) destaca que essas medidas apesar de progressistas, não foram

⁴⁰ No processo de implementação desses recursos a *Rubber Reserve Company*, seria substituída pela *Rubber Development Corporation – RDC* e o Banco de Crédito da Borracha, depois da guerra, em 1950 foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (MARTINELLO, 2004) e desde 1966, por meio da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, passou a denominar-se Banco da Amazônia S.A. – BASA (<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca> . Acesso em 20/02/2022)

suficientes para alterar as relações com barracão, uma vez que, o dinheiro seguiu longe do alcance dos seringueiros que continuaram comprando a crédito e pagando sua dívida com borracha, mesmo porque, “nos confins dos seringais eram raros os seringalistas que cumpriam o *Contrato*. No geral, prevaleceu ainda o tradicional modo de agir desses homens.” (SOUZA, 2005, p. 92)

Não apenas porque o banco não estava equipado com instrumentos e pessoal para exercer o necessário controle sobre cumprimento dos contratos pelos barracões, mas fundamentalmente, porque é da natureza do capital se reproduzir desmesuradamente, e para isso, adota um comportamento que faz lembrar a água, que para fluir em direção ao mar, procura sempre a menor resistência. No caso do capital, os meios que lhe assegure agregar mais-valor, que só pode ocorrer pelo *sobre trabalho*, razão pela qual, recorre a todos meios, inclusive antiéticos e ilegais, para assegurar sempre a máxima expansão do investimento realizado pelo capitalista individual, que por sua vez, não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento de qualquer sistema, ainda que seja o capitalista, apenas e tão somente, com o seu negócio particular, afinal, toda a lógica capitalista se estrutura na crença de que

... cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo, ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral. A piada não consiste em que, à medida que cada um persegue seu interesse privado, a totalidade dos interesses privados, e, portanto, o interesse geral, é alcançado. Dessa frase abstrata poderia ser deduzido, ao contrário, que cada um obstaculiza reciprocamente a afirmação dos interesses do outro, (MARX, 2011, p. 104).

Segundo Marx (2011), essa perspectiva levada a efeito no processo de produção de valor de troca, acaba por degenerar na guerra de todos contra todos e resulta na negação universal ao invés da afirmação universal, como ele diz. Tal perspectiva capitalista egoísta e limitada, fez com que, na prática, os elementos progressistas presentes na idealização da reabertura dos seringais nativos do Acre e da Amazônia ocidental tivessem sido relegados a meros itens burocráticos a serem vencidos pelos seringalistas em busca de financiamento junto ao Banco de Crédito da Borracha.

Não por acaso, Luiz Ozires da Silva, ao lamentar em tom de denúncia que o Banco de Crédito da Borracha tenha sido criado com parte de seu capital com recursos dos

Estados Unidos, ainda que em proporção minoritária (40%)⁴¹, afirma que a missão do banco “... era financiar os donos dos seringais e comprar deles toda a produção” (SILVA, 1962, p. 112). Portanto, um negócio com garantias integrais para os patrões-seringalistas, que ao reascender a economia local, revigorou as classes dominantes que padeciam de inanição financeira, ressuscitando as relações de exploração dos barracões baseadas na produção sustentada pelo endividamento contínuo do seringueiro.

2.7.2. Novo recrutamento de mão de obra: o soldado da borracha

Com o capital disponível para a retomada da produção gumífera, o problema urgente a ser transposto passou a ser o recrutamento de mão de obra, uma vez que, a disponível na região não era suficiente para produzir na dimensão da demanda internacional.

Com o estabelecimento da concorrência pelos seringais de cultivo do Ceilão e da Malásia, a produção gumífera do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia foi definhando até esgotamento da economia centrada nos *Barracões* e na *alienação* do trabalho dos seringueiros, processo que teve como marco o ano de 1912, quando a produção de borracha das colônias britânicas ultrapassou a do Brasil. Essa viragem na econômica teve grande impacto social na Amazônia Sul-Occidental, caracterizado sobretudo pelo abandono da maioria dos seringais, gerando um êxodo fez a população do Acre encolher a uma média 8,08% ao ano e a do Pará 0,01% ao passo que a do Amazonas cresceu a uma taxa 0,1%, (MARTINELLO, 2004).

QUADRO 3

PERDA DE POPULAÇÃO PARÁ-ACRE NO PERÍODO 1920-1940

ESTADO	1920	1940	Perda de habitantes
Pará	983.507 hab.	944.744 hab.	38.763
Acre	92.379 hab.	79.768 hab.	12.611

Fonte: MARTINELLO, 2004, p. 227

O crescimento da população do Amazonas em pouco mais de 20% nesse período de 20 anos, explica-se pelo fato do estado ter absorvido boa parte do fluxo migratório do

⁴¹ Martinello (2004) destaca que os EUA, por meio da *Rubber Development Corporation – RDC* investiu US\$3.000.000 na fundação do Banco de Crédito da Borracha, equivalente a 40% capital total da agência financeira, além disso, indicou dois dos cinco membros da diretoria.

Acre e dos altos rio, confluindo em grande parte para Manaus, gerando o fenômeno dos bolsões de miséria na periferia da cidade.

Objetivando superar a carência de mão de obra na região, em 1942 foi assinado um convênio entre a *Rubber Development Corporation – RDC* e o Departamento Nacional de Imigração - DNI, com o compromisso de mobilizar e assentar trabalhadores para trabalhar na extração de látex no vale amazônico.

O desconhecimento da realidade amazônica e o excesso de confiança fez com os burocratas encarregados do projeto fizessem projeções absolutamente fora da realidade e propusessem um plano inexecutável.

Assim, tomando-se uma estimativa baseada no relatório da Comissão Baruch, depara-se com a soma mirabolante de 350 mil toneladas de utilidades (utensílios e víveres), 500 mil pessoas a serem removidas para a Bacia Amazônica para se ocupar da batalha da borracha. Estimava-se ainda em 320 mil toneladas a produção da borracha de 1942 a 1946, sendo 200.000 somente nos últimos dois anos... (MATINELLO, 2004, p. 183)

Corrigidos os exageros das projeções iniciais, os números foram redefinidos em 150.000 a 200.000 extratores, oriundos das mais diversas regiões do Brasil, principalmente do Nordeste. Intencionava-se com esse esforço, chegar a 1944 com uma produção anual de 100 mil toneladas de borracha.

Há que se destacar que, durante o primeiro surto da borracha as regiões extratoras de látex natural produziram no máximo 38.547 toneladas por ano, desempenho verificado em 1906, de onde se pode depreender que mesmo as projeções iniciais tendo sido corrigidas para baixo, ainda prevalecia um excessivo otimismo quanto as possibilidades de atingir as metas estabelecidas pelo governo brasileiro e as agências internacionais. De fato, até o final de 1942, chegaram aos seringais nativos 14.484 pessoas, desses, 7.435 eram homens e de 1943 a 1945, foram trazidos para a região gumífera do vale amazônico 20.720 trabalhadores mobilizados pelo esforço de guerra, ao que somaram-se a mais 23.000 pessoas que migraram para região espontaneamente, sem passar pelas agências governamentais, perfazendo 58.148 pessoas assentadas, portanto, muito aquém do projetado, e desses, “pelo menos quinze mil, perderam suas vidas nos seringais e nas brenhas da floresta” (MARTINELLO, 2004, p. 371).

Esses trabalhadores mobilizados para a extração de látex durante a segunda grande guerra, ficaram conhecidos como os *Soldados da Borracha*. Produziram de 1942, (após a assinatura do acordo Washington) até o fim da guerra em 1945, 106.531 toneladas de

borracha, sendo o último ano de maior produção, quando se contabilizou 30.597 toneladas, marca que só seria superada em 1947, quando se extraiu 32.407 toneladas de goma nos seringais da Amazônia brasileira, (FERREIRA FILHO, 1966).

Ao fim da guerra, o legado do investimento para a retomada da produção de borracha na Amazônia foi praticamente nulo. Há que se reconhecer os esforços do governo de Getúlio Vargas por meio de sua equipe técnica, para pôr fim ao ultrapassado e ineficiente sistema de aviamento dos barracões, para substituir o sistema de produção baseado no extrativismo tradicional por uma heveicultura racional, assim como, para humanizar as relações de produção nos seringais, mas contudo, fracassou diante da mesquinhez e do boicote tanto dos comerciantes de Manaus e Belém, quanto dos seringalistas acreanos, “na verdade a intervenção governamental na empresa gumífera nada mais fez do que reforçar o sistema de aviamento” (MARTINELLO, 2004, p. 371), isso porque as classes dominantes regionais sabotaram o que havia de progressista na política governamental de reabertura dos seringais, mobilizaram-se única e exclusivamente para se apropriar dos recursos oriundos dos empréstimos com os EUA, o que toda a nação teve que pagar. Capitalizados, os coronéis de barranco, seguiram fazendo o que sempre fizeram, ou seja, explorar a força de trabalho dos seringueiros. Esses, por sua vez, seguiram como antes, isolados e esquecidos no interior das florestas à margem da civilização e das políticas públicas, subordinados as forças da natureza, aos abusos e tirania dos patrões e invisibilizados pela historiografia positivista.

O símbolo do fracasso e da avareza do sistema de aviamento dos barracões é o fato de em menos de cinco anos após a extinção dos contratos resultantes dos acordos de Washington, o Brasil estava importando borracha natural para abastecer a indústria nacional, os seringais já estavam falidos, hipotecados no Banco de Crédito da Amazônia, que não tinha a quem vender, terras que mais tarde, tornar-se-iam objeto de especulação pelos grileiros e fazendeiros pecuaristas que para a Amazônia Ocidental vieram, estimulados pelos governos pós-ditadura militar de 64, como forma de reduzir as tensões no campo no centro-sul do país e ao mesmo tempo, expandir a frente agrícola.

Esse movimento deu origem a um novo fluxo migratório para o Sudoeste da Amazônia, desta feita, menos intenso que os do primeiro e segundos ciclos da borracha, mas que trouxe grande impacto socioeconômico para a região e fez surgir a figura dos “paulistas”, como eram conhecidos no Acre dos anos 70 do século passado, os brasileiros “compradores de terra” vindos de outras regiões do país, tema que será desenvolvido no tópico seguinte.

2.8. A chegada dos “paulistas”: um projeto da ditadura militar para expansão da pecuária de corte para Amazônia Sul-Occidental

Com o golpe de Estado perpetrado contra o povo e a nação brasileira pela coalizão civil-militar em 1964, abriu-se um novo capítulo na questão agrária nacional. As elites nacionais apoiadas na força do latifúndio, tiveram seus interesses feridos frente política do governo do Presidente João Goulart, que havia assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart intencionava implementar as reformas de base, dentro de um novo projeto nacional de desenvolvimento, entre elas, a reforma agrária. Diante disso, a reação foi violenta dos latifundiários, dos setores retrógrados da Igreja Católica e das forças armadas apoiados e, em certa medida, orientados pelo império estadunidense, a recorrer ao uso da força, por meio de um golpe de estado que interrompeu o mandato do Presidente, seguido de um período de arbítrio dos governos militares.

Uma vez consolidados no poder, os militares procuraram desenvolver uma política de destensionamento dos conflitos agrários, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul do país recorrendo a uma metodologia de governança que combinava pesada repressão aos movimentos sociais, por meio de prisões, torturas e assassinatos e incentivo a ocupação daquilo que eles consideravam “vazios” do território nacional, sobretudo a Amazônia.

Em agosto de 1971, a superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) elaborou um plano de desenvolvimento da Amazônia, **sendo o primeiro** a ser executado entre os anos de 1972 a 1974. Os seus objetivos principais eram: promover o progresso de **novas áreas e a ocupação** das então consideradas áreas vazias na Amazônia. (SOUZA, 2005, p. 98, grifos do autor)

Assim como os primeiros conquistadores europeus das américas não reconheceram a legitimidade dos povos originários como verdadeiros donos da terra, a penetração do capital na Amazônia brasileira Sul-Occidental tão pouco os reconheceu, como fica patente na *conquista do deserto ocidental*, como se referiu João Craveiro Costa (1973) ao processo de ocupação do Acre no primeiro surto da borracha, tampouco, no novo projeto de expansão da fronteira agropecuária no período da ditadura militar, que não reconhecia a legitimidade da posse da terra nem pelos povos originários e muito menos das populações tradicionais, razão pela qual viam na Amazônia um *vazio* a ser ocupado.

A partir dessa compreensão, o governo de ditadura militar recorre a mesma ideia,

segundo a qual, as populações originárias indígenas da região, são selvagens, por essa condição não tem direito a propriedade da terra, pois tal qual a natureza do lugar, estão à disposição da conquista da *ação civilizadora*. Essa mesma perspectiva recai sobre as populações tradicionais (seringueiros, castanheiros e ribeirinhos), que assim como os povos indígenas originários, não tinham autoridade de posse sobre a terra que ocupavam, no caso dos povos indígenas, há milênios⁴².

Sendo assim, ainda que essas populações sejam de brasileiros, suas presenças não contavam para efeito de caracterização como terras ocupadas, por isso, foram consideradas pelo governo militar como *vazias*. Como dito anteriormente, trata-se de uma concepção que expressa os interesses do capital e não um fato objetivo, posto que, sob o primado da realidade empiricamente observável, a Amazônia está ocupada por povos que nela trabalham desde tempos imemoriais, desenvolvendo cultura própria, em alguns casos muito sofisticada, como atestam os *geoglifos* que se encontram na região do baixo Acre que compreende os municípios de Rio Branco-AC, Porto Acre-AC, Acrelândia – AC, Senador Guiomard – AC, Capixaba – AC, Bujari – AC e faz fronteira com Boca do Acre – AM, um mistério a ser compreendido pela ciência contemporânea que só a partir dos anos 2000 passaram a ser melhor estudados (RANZI, 2021).

Com o uso de câmeras fotográficas em drones e da tecnologia LIDAR⁴³, as estradas e caminhos, de vários quilômetros, tornaram-se visíveis, ligando aldeias circulares e geoglifos, o que configura um sistema sofisticado de caminhos terrestres, confirmando o que foi testemunhado pelo Cel. Labre em 1887.

Essa pode ser uma rede caminhos indígenas de milhares de quilômetros, comparável ao conhecido sistema andino, que foi usado para manter coeso o Império Inca. Os dois sistemas eram muito utilizados e possivelmente estavam conectados, fazendo ligação da Amazônia com os Andes. (RANZI, 2021 p. 54 -55)

Sabe-se também que, além da negação da presença milenar e a sabedoria dos povos ancestrais que habitavam a Amazônia Sul-Occidental como estratégia de dominação e ocupação territorial, o projeto de expansão para essa região da fronteira agropecuária

⁴² A julgar pela ação implementada até 2022, pelo governo de Jair Messias Bolsonaro e sua política para os povos indígenas e de sua atuação no congresso para a aprovação do PL 191/2020 que autoriza o garimpo em Terras Indígenas, assim como a ação indiscriminada de madeireiros, atesta que essa perspectiva predatória que dizimou praticamente a totalidade dos povos originários do Brasil, segue em voga nos dias de hoje.

⁴³ LIDAR: (*Light Detection and Ranging*) é um sensor remoto ativo a bordo de plataformas (tripuladas ou não tripuladas) e um método direto de captura de dados, ele possui sua própria fonte de energia, neste caso, uma fonte de luz, o laser. O LIDAR emite feixes de laser na banda do infravermelho próximo (IV) e é capaz de modelar a superfície do terreno tridimensionalmente.

desenvolvido pelos militares no poder, tinha caráter geopolítico, de contenção da resistência democrática à ditadura, pois foi nessa mesma época, que na Amazônia se deu o movimento de oposição armada à ditadura de maior envergadura, conhecido como *guerrilha do Araguaia*, organizada pelo PCdoB, que durou de 1972 à 1974⁴⁴

O plano era, portanto, implantar na Amazônia Ocidental grandes fazendas de pecuária de corte e agricultura extensiva, para isso, buscou-se desenvolver incentivos econômicos que atraíssem empresários do Brasil e estrangeiros para investir seu capital na região. Como parte dessa política, o papel das agências financiadoras foi redefinido e o Banco de Crédito da Borracha, que virou Banco de Crédito da Amazônia após a segunda guerra, mais uma vez mudaria de nome e de objetivos, transformado em Banco da Amazônia – BASA. As linhas de créditos que haviam financiado as empresas extrativistas e mantinham alguns seringais ainda em atividade, foram suspensas, “A intenção era fazer com que os seringalistas falissem em definitivo e colocassem seus seringais dispostos à venda para os pecuaristas das décadas de 1970 e 1980.” (SOUZA, 2005, p. 98)

Essa política objetivava tornar as terras ainda mais baratas e conseqüentemente mais atrativas ao capital, estimulando também a migração de trabalhadores rurais do Centro-Sul para a Região Norte.

Nesse período o Brasil vivia o recrudescimento da violência de estado, considerado o período de maior brutalidade da ditadura militar, com aumento da tortura e morte como instrumento de garantia da hegemonia política do governo. Nesse contexto, o Presidente Emílio Garrastazul Médici nomeou como governador *biônico* do Acre o Professor, Francisco Wanderley Dantas, o *Dantinhas*, tendo atuado no Partido Social Democrático – PSD e após o golpe, tornou-se membro da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, alinhado com a política de Brasília, *Dantinhas* governou o Acre de 1971 à 1974, construiu um plano de governo intitulado “Novo Acre”, cuja centralidade residia em “[...] compatibilização de seu plano de ação com o Plano Nacional de Desenvolvimento de forma a somar esforços na busca de melhores dias para nossa gente [...]” (ACRE, 1972, p. 1). Fundamentado nessa perspectiva, o Governo do Estado ofereceu incentivos fiscais e crédito com juros subsidiados, por meio do Banco do Estado do Acre, buscando atrair investidores que quisessem aplicar seu capital comprando terras no Acre.

⁴⁴ Revista *Guerrilha do Araguaia*: 1972 – 1982, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1982.

Por iniciativa do Governador Dantas, desfechou-se uma ampla campanha de divulgação no sul do País, junto a empresários, decantando em verso e prosa o clima e a fertilidade do solo acreano, os incentivos disponíveis (governos Federal e Estadual), as facilidades do acesso à terra pelo baixo preço de aquisição, com um diferencial de preço entre o Sul e o Acre bastante considerável, e estoques disponíveis. Dessa maneira, entrava em cena, na paisagem acreana, uma nova personagem: “os paulistas” (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 144).

Decorre desse movimento a que Costa Sobrinho (1992) se refere, uma nova onda migratória para o Acre, menos intensa que nos dois ciclos da borracha, mas que teve impacto no panorama social e político do Estado por resultar em conflito entre a mentalidade e os interesses dos habitantes da floresta (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e dos povos indígenas originários) e os empresários pecuaristas vindos do Centro-Sul do país.

Com a falência dos seringais, um número considerável de trabalhadores, não tendo para onde ir, permaneceram em suas colocações, vivendo de uma economia de subsistência como caçadores e coletores dos frutos da floresta, mas também, da extração de borracha que se mantinha como atividade econômica de natureza secundária, além disso, no vale do Rio Acre, a coleta de castanha do Brasil seguia sendo o trabalho mais rentável aos trabalhadores da floresta.

A vida nas condições da floresta venceu na mentalidade desses trabalhadores, uma cultura e valores particulares que dão identidade ao povo acreano e da Amazônia Ocidental, cuja característica principal é a integração com o meio ambiente selvagem, posto que a vida desses homens e mulheres estava estruturada a partir dos ciclos da natureza. Silva 2006, afirma que:

Aí se manifestam as condições cumulativas de experiências do nordestino, no confronto com a realidade amazônica, na formação das condições de viver local, isto é, na formação de um *habitus florestal* a partir da reconstrução social de *sujeitos* portadores de um *habitus sertanejo* (SILVA, 2006, p. 148, *grifos do autor*).

Para os “paulistas” que vieram ao Acre e trouxeram na bagagem a cultura da pecuária, a floresta foi vista como um obstáculo a ser vencido. Desse modo, o que para o acreano nativo – cuja subjetividade havia sido vincada por um século de vida submetida a cultura do extrativismo da borracha e da castanha – representava sua casa e meio de vida, para o pecuarista do Sudeste e do Sul, correspondia a um entrave ao desenvolvimento dos negócios, que dependiam da derrubada da mata para plantar capim e formar as pastagens que iriam alimentar e engordar o gado de corte.

Ao analisarmos a expansão da fronteira agropecuária para o extremo Oeste da Amazônia, nas décadas 70 e 80 do século passado, à luz da historiografia e da sociologia crítica, tanto da regional quanto nacional, o entendimento a que chegamos é que se tratou da manifestação tardia no contexto da Amazônia, do fenômeno descrito por Pires e Ramos (2009) como *modernização conservadora*, que caracterizou o desenvolvimento econômico nacional desde a independência (mitigada) de Portugal, passando pela implantação da República e seguiu-se com revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, repercutindo até os dias atuais. Segundo os referidos autores, o termo foi cunhado pelo sociólogo estadunidense Barrington Moore Junior na análise do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e no Japão, o qual identifica que nesses países as revoluções burguesas foram desenvolvidas “pelo alto”, a partir de um pacto conservador entre as burguesias e os latifundiários para a gestão do Estado e o controle dos seus mecanismos de *força*, por meio dos quais exercem o poder, e buscam também, o estabelecimento do consenso na sociedade.

Portanto, a Modernização Conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. (PIRES e RAMOS, 2009, p. 414)

As revoluções burguesas que seguiram caminho análogo à esse, ou seja, a instituição de um pacto entre a burguesia industrial e comercial e os donos de terra, tiveram como objetivo central o desenvolvimento de uma economia industrial, preservando os interesses econômicos da classe dos latifundiários, excluindo o proletariado e os trabalhadores rurais dos centros decisórios da sociedade de forma a assegurar a maior alienação possível de seu trabalho, dentro dos marcos do desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais concretas de cada país. O resultado, nos casos específicos da Alemanha e do Japão, foi a instituição de sociedades industriais avançadas, mas com uma estrutura política conservadora, gerando um caldo de cultura que possibilitou o surgimento do nazifascismo (PIRES e RAMOS, 2009).

Florestan Fernandes no seu *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (2020), que se tornou um clássico da interpretação da realidade sociológica brasileira, destaca que

os novos tipos de homens que iriam projetar os toscos móveis capitalistas do velho “senhor rural” no horizonte cultural da “burguesia” emergente e que iriam encarnar, portanto, o “espírito burguês”. Esses tipos de homens, malgrado sua variedade e heterogeneidade,

impulsionaram silenciosamente, na trilha de seus êxitos e fracassos, a revolução que pôs em xeque os hábitos, as instituições e as estruturas sociais persistentes da sociedade colonial. Eles se afirmam, num primeiro momento, pelo élan de “modernizar”, compondo-se assim, através de compromissos tácitos, com as elites da “aristocracia agrária”. Mais tarde, porém, evoluem para opções mais definidas e radicais, embora dissimuladas, pelas quais tentam implantar no Brasil as condições econômicas, jurídicas e políticas que são essenciais à plena instauração da ordem social competitiva. Em nenhum dos dois momentos esse “espírito burguês” exige a defesa implacável dos direitos do cidadão. (FERNANDES, 2020, p. 39-40. Aspas do autor).

Desse modo, a revolução burguesa no Brasil se afastou da radicalidade que inspirou a Revolução Francesa de 1789, que se fez fundada nas ideias que se constituíram como paradigmas para a formação dos estados nacionais e a instauração das repúblicas nos países de capitalismo mais desenvolvido, cujo centro de gravidade residia no ideal humanista que concebia o indivíduo como cidadão portador de direitos, consagrados na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. A análise de Fernandes (2020) enfatiza que na realidade brasileira, as mudanças que permitiram a consolidação de uma economia de base predominante capitalista, amalgamou na estrutura econômica nacional e na correspondente superestrutura estatal um elemento revolucionário e outro especificamente conservador, numa constante tensão de unidade e luta entre interesses e perspectivas contraditórias das diversas frações de classes da burguesia brasileira, tutelada e subordinada ao imperialismo e seus ditames emanados dos centros dinâmicos do sistema, unificada por justaposição para repelir da participação no poder e, principalmente, de acesso a maiores parcelas do trabalho alienado, o *inimigo maior*, notadamente o proletariado em sua unidade com os camponeses e demais trabalhadores rurais.

Nos momentos de crise política aguda, em que essa hegemonia esteve sob risco pela luta unificada dos trabalhadores, o bloco de forças no poder não hesitou em recorrer ao autoritarismo e à violência bestial herdada do passado escravocrata, *conservada* como traço distintivo da *modernização* econômico-política implementada pela burguesia brasileira; o golpe contra a nação perpetrado pelos militares em aliança com os setores mais retrógrados da sociedade civil brasileira em aliança subordinada com o imperialismo estadunidense, foi expressão degenerada dessa tradição da história do Brasil. O governo dos militares, instalado após o golpe perpetrado contra a nação em 1964, estava alinhado com a tradição histórica nacional de acomodar no âmbito do poder e da vida econômica nacional *conservadorismo* e *modernização*, ou, como definiria Brandão (2006),

agrарismo e industrialismo, o que se refletiu no autoritarismo da governança, na subordinação dos interesses nacionais aos do imperialismo. Seguindo essa tradição o plano de desenvolvimento e modernização econômica implementados pelos militares no poder estimulou um novo ciclo de penetração do capital na Amazônia, por meio da mineração, extração de madeira consorciado com a agropecuária extensiva para abastecer o mercado interno no primeiro momento, mirando na exportação.

Seja qual tenha sido o caminho que se revelou mais lucrativo em cada região da imensa Amazônia brasileira, o dinamismo econômico proposto pelos militares trouxe no seu bojo os elementos de conservadorismo de nossa tradição histórica. No Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia, a mineração, exploração de madeira para exportação, consorciada a pecuária de corte foi o vetor de desenvolvimento adotado para assegurar a *ocupação* da região e a implementação da *modernização da economia*, cujo objetivo era a reprodução do capital em escala ampliada em detrimento das necessidades sociais da população local.

O aspecto conservador desse empreendimento reside na predação ambiental, perpetrada pelos capitalistas no processo de formação dos novos latifúndios, e na especulação da terra como base de sustentação econômica que possibilitou a implantação das fazendas de criação de gado, impondo às populações tradicionais, por meio do uso da força, a cultura da pecuária, uma vez que os *homens da floresta*, de que trata Silva (2006), não se adaptaram às condições de trabalho como peão de fazenda e não se sujeitaram às novas relações de produção impostas pelos pecuaristas vindos principalmente, do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Decorrente dessa contradição, gerou-se a resistência ao projeto governamental dos anos 1970 de ocupação, por meio da expansão da frente pecuária sobre o que os militares consideravam ser o “vazio amazônico”.

2.9. Tensões e conflitos nas florestas e nas cidades do Acre: berço dos movimentos e partidos populares

As tensões e conflitos entre pecuaristas e trabalhadores da floresta originou novas formas de resistência desenvolvidas por esses últimos, convergindo para a formação de uma frente ampla de luta política, envolvendo trabalhadores das cidades, estudantes, intelectuais organicamente vinculados à causa da emancipação dos trabalhadores e à igreja católica progressista, hegemônica nessa época nos vales dos rios Acre e Purus, pela Teologia da Libertação.

Desde a vinda do Bispo Dom Giocondo Maria Grotti em 1962, o movimento

progressista surgido na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II ganh corpo, mas se tornará efetivo e enraizado no povo após sua morte, em trágico acidente aéreo no município de Sena Madureira, em 28 de setembro de 1971.

Com a morte de Dom Giocondo, foi nomeado em 1972 o Bispo da Prelazia do Acre e Purus, Dom Moacyr Grech da Ordem dos Servos de Maria – OSM; este teve intenso protagonismo na organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, organizações inspiradas na Teologia Libertadora, com opção prioritária pelos pobres. Foram essas organizações da ação católica que contribuíram para o desenvolvimento de uma *proto* consciência de classe.

Dom Moacyr, foi pessoa muito popular em todo vale do Acre e Purus, sempre atento aos problemas do povo, demarcando distanciamento do poder instituído, o que provocou o ódio dos militares e dos latifundiários locais. Sua atuação política foi marcada pela “decidida defesa dos seringueiros, lavradores e índios” (BOFF, 1980, p. 16). Foi Dom Moacyr quem fundou a Comissão Pastoral da Terra - CPT da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, sendo seu primeiro presidente e do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, este não com a função catequizadora, mas de observatório e denuncia dos crimes cometidos contra as populações indígenas (BOFF, 1980).

Outra preocupação de Dom Moacyr foi a formação política e teológica das lideranças leigas das CEBs, por esse motivo fundou, junto com o Pe. André Ficarrelli, um centro de treinamento no bairro da Vila Ivonete, em Rio Branco. Nele os monitores das CBSs e lideranças de grupos de jovens, periodicamente, passavam uma semana internados estudando e tendo aulas com expoentes da Teologia da Libertação, como os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, Frei Beto, Nilson Mourão, Pe. Asfuri, Pe. Destro e Pe. Pacífico. Pode-se dizer que por esses cursos de *análise da realidade* sob a linha da Teologia da Libertação passaram todas as lideranças que, mais tarde, iriam desenvolver as jornadas de luta sindical e estudantil e fundar o PT e o PCdoB no Acre.

Um marco histórico na definição da orientação política da Igreja em favor dos trabalhadores rurais do Acre, foi primeiro encontro da Prelazia do Acre e Purus realizado em 1974.

Nos dias 17 a 21 de junho de 1974, no município de Xapurí, com a presença do provincial Pe. Francisco Carmimeo, realizou-se a primeiro encontro Vicariato⁴⁵ do Acre. O conclave reuniu os Padres da ordem

⁴⁵ Há aqui uma imprecisão na nomenclatura, pois esse encontro a que se refere Costa Sobrinho, foi da Prelazia do Acre e Purus.

dos Servos de Maria e como convidados o Bispo Dom Moacir Grechi e o Pe. Pacífico (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 164).

Esse encontro representou uma verdadeira viragem na questão agrária no Acre e na Amazônia Sul-Occidental brasileira. Nele a Prelazia do Acre-Purus, definiu oficialmente sua posição em favor dos homens e mulheres que viviam *na* e *da* floresta, marcados pela injustiça e a exploração centenária a que eram submetidos desde a penetração do capital nessa região, na segunda metade do século XIX. Esses trabalhadores podiam agora contar com o apoio político, de uma instituição poderosa por sua influência no conjunto da sociedade. Decorrente dessa decisão, as jornadas de luta dos povos indígenas, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, bem como, dos trabalhadores urbanos, passaram a receber apoio material e jurídico da Igreja.

No encontro de 1974 realizado em Xapurí, foi aprovado o documento que definiu as linhas de atuação da Igreja Católica sobre a questão fundiária, ao mesmo tempo em que denunciava a violência que vinham sendo vítimas os trabalhadores rurais da região.

Pouco mais de um ano passados desse encontro, em julho de 1975, foi instalado no Acre a Delegacia da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, “que vinha com o expresso objetivo de organizar os sindicatos rurais nos municípios do Acre.” (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 169).

O economista e assessor da presidência da Contag, João Maia, foi nomeado como delegado sindical com a tarefa de iniciar as articulações para fundar os STR's no Acre (COSTA SOBRINHO, 1992). Nessa tarefa Maia contou com a Igreja Católica como aliada de primeira hora. Dessa aliança resultou a fundação de seis STR's, no período de 1975 a 1977 nos municípios mais populosos do Acre, como demonstra o quadro 4 abaixo.

QUADRO 4
CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DOS STR's NO ACRE

Data	Entidade	Local de realização da assembleia de fundação	Número de trabalhadores presentes
20 de setembro de 1975	STR de Sena Madureira	Colégio Santa Juliana	557
21 de dezembro de 1975	STR de Brasiléia	Salão Paroquial da cidade	890
23 de maio de 1976	STR de Rio Branco	Catedral N. Sra. de Nazaré	1.352
11 de setembro de 1976	STR de Cruzeiro do Sul	Catedral N. Sra. da Glória	797
15 de dezembro de 1976	STR de Tarauacá*	Casa de Raimundo Arcanjo	20
9 de abril de 1977	STR de Xapurí	Colégio Divina Providência	302

Fonte: COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992.

*Arquivos do STR de Tarauacá.

Não foi por acaso que cinco, dos seis STR's fundados, serviram-se dos espaços da Igreja Católica, das Catedrais aos salões paroquiais ou os colégios pertencentes a instituição, foram os locais escolhidos para realizar as assembleias de fundação das entidades classistas. Desse modo, o processo de fundação dos primeiros STR's, em um só bloco, a Teologia da Libertação, trabalhadores leigos e sindicalistas classistas de variadas orientações políticas, numa aliança que marca a primeira forma de expressão da frente ampla no seio dos trabalhadores acreanos, traçando o melhor caminho para enfrentar a ditadura militar e a ameaça de morte pelos jagunços a serviço do latifúndio.

Por intermédio da Tendência Popular do MDB, várias candidaturas com raízes no movimento social foram lançadas nas eleições municipais de 1976 sem sucesso, a exceção de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, eleito vereador de Xapurí, cumprindo mandato de 1977 a 1982.⁴⁶

⁴⁶ Os mandatos dos vereadores eleitos em 1976, que deveriam se encerrar em 1 de janeiro de 1981, foram estendidos por mais dois anos, fazendo com que as eleições marcadas para 15 de novembro de 1980 fossem prorrogadas para 1982. Essa alteração se deu por meio da emenda constitucional número 14, de 9 de setembro de 1980 de autoria do Dep. Anísio de Souza do Partido Democrático Social – PDS do Estado de Goiás e ratificada pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, derivada da mensagem presidencial, de autoria do Presidente João Batista de Figueiredo, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, acatada pelas mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado, submetida a tramitação e votação em sessão conjunta. Tratava-se dos estertores da ditadura militar, por meio dessa manobra, os militares procuravam prorrogar sua permanência no poder. A história

Com a abertura democrática decorrente da lei da anistia promulgada em 1979⁴⁷ os partidos políticos que haviam sido postos na clandestinidade desde o golpe militar de 1964, passaram a desenvolver um maior protagonismo político fortalecidos com a libertação dos presos políticos e o retorno ao país de seus dirigentes e militantes exilados. Essas organizações se ampliaram numericamente, espalhando-se por todo o território nacional, fortalecendo a frente ampla de oposição ao regime militar.

Até 1980, todas essas correntes políticas oposicionistas se amalgamavam na Tendência Popular, bloco político de esquerda que atuava dentro do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido político de oposição, permitido pelo regime de ditadura imposto pelos militares.

No Acre, ao tempo em que na zona rural, com o apoio da Contag e da Igreja Católica, os trabalhadores rurais organizavam-se nos primeiros sindicatos e associações de produtores rurais, nas cidades, sobretudo Rio Branco, foi articulado em 1978 a Associação dos Professores do Acre - ASPAC, que substituiu a antiga União dos Professores Primários do Estado do Acre – UPPEA, “fundada em 25 de junho de 1964, surgiu mais como sociedade de ajuda mútua do que como organização sindical ou paraprofissional” (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 128), entidade que buscava suprir as carências do professorado, que recebiam baixos salários, de contratos precários (*recibados*⁴⁸), os quais, não raro, passavam vários meses sem receber seus vencimentos. Sem abrir mão das reivindicações econômicas e nem da solidariedade que caracterizavam a atuação da UPPEA, a ASPAC assumiu desde sua fundação caráter eminentemente sindical e político, articulando a defesa dos interesses econômicos com o combate à ditadura militar, denunciando seus crimes e abusos. Por essa característica combativa, a entidade dos professores passou a canalizar as lutas populares de todo estado, não tardando em despertar o ódio do governo e dos setores conservadores da sociedade acreana.

Devido ampla capilaridade da ASPAC, que possuía um núcleo em cada cidade do Acre, somado a visão política estratégica de seus dirigentes, a entidade tornou-se uma espécie de *central sindical* para onde convergiram todas as reivindicações e anseios dos

encarregou-se de mostrar a insuficiência desses artifícios frente ao acúmulo de desgaste e desmoralização da ditadura.

⁴⁷ Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

⁴⁸ *Recibado*: designação dada contrato precário e temporários firmados entre o Governo e os professores do Acre, expediente usado pelo Estado nos anos 70 e 80 do século passado.

trabalhadores urbanos. Remonta desse período também, a articulação das primeiras associações de moradores fundadas na capital do Estado, sendo pioneiras as associações do bairro Abraão Alab e Estação Experimental, nos demais bairros surgiam núcleos da teologia da libertação junto com as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's que vinha sendo organizados pela Igreja Católica desde 1970.

Nessa conjuntura de efervescência política, um grupo de intrépidos jornalistas, sob a liderança de Elson Martins e Silvio Martinello, fundam o semanário *Varadouro*⁴⁹, que atuava denunciando os crimes cometidos pelo latifúndio e a ditadura. O jornal dava voz aos trabalhadores e excluídos e atuou de maio de 1977 à dezembro de 1981, e nesse período teve vinte e quatro edições, enfrentando inúmeras dificuldades para sua edição e circulação, que iam da perseguição política à carência de recursos. Marcou época como a voz das selvas contra a opressão capitalista; nas suas páginas estão registradas a forma violenta com que a expansão da pecuária se deu no Acre e região; se constituiu em elemento de unidade de todos os movimentos sociais, razão pela qual os sindicatos e associações classistas, comunitárias e estudantis se constituíram nos seus maiores divulgadores.

No campo das artes, organizaram-se diversos grupos de teatro, que procuravam por meio dessa expressão artística, exercer intervenção política encenando espetáculos teatrais que denunciavam a exploração dos seringueiros, a devastação da floresta para a implantar pastagens e a cumplicidade dos agentes de Estado. Com esse espírito de mobilização política foi fundada a Federação de Teatro Amador do Acre – FETAC em abril de 1978⁵⁰.

Em 1978, o ex-padre e militante da ASPAC, Manoel Pacífico da Costa, conhecido como Pe. Pacífico, juntamente com o também dirigente sindical da ASPAC, Pascoal Torres Muniz, o *Pascoal*, fundaram a primeira célula do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Desse momento em diante, a cena política do movimento social se altera no Acre, a atuação do Partido nas diversas frentes de luta buscava articular as reivindicações específicas de cada categoria à luta geral de enfrentamento à ditadura militar, agitando as palavras de ordem de anistia aos presos e exilados políticos, de liberdade sindical, de associação e de imprensa, eleições diretas para presidente e constituinte livre e soberana,

⁴⁹ Varadouros em linguagem acreana significam estradas, caminhos abertos no meio da floresta para conectar uma *colocação* (“casa” do seringueiro) ou seringal aos demais.

⁵⁰ *FETAC e o teatro acreano*. Org. Federação de Teatro do Acre. Rio Branco: Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil, 2020.

como saída para os diversos problemas vividos pelo povo.

Referenciados na conjugação do binômio luta geral e específica, os militantes do PCdoB atuaram no movimento social acreano, procurando demarcar campo com a fenomenologia libertadora da Igreja Católica, com quem disputavam a hegemonia no movimento social. A atuação do PCdoB foi decisiva na rearticulação do movimento estudantil secundarista e universitário, no movimento sindical urbano, sendo responsável pela fundação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Acre – SEEB, a primeira associação de moradores do Acre no Bairro Abraão Alab e do primeiro movimento organizado de mulheres com perspectiva emancipacionista, o Movimento de Mulheres do Acre – MMA, cuja primeira presidente foi a militante comunista ítalo-brasileira, Izabella Gambatezza, a Iza do MMA. Além disso, o Partido teve papel importante na fundação da ASPAC, tendo o Manoel Pacífico e Pascoal Muniz como presidentes nos primeiros anos de existência da entidade.

O Frei Clodovis Boff, depois de ter por três anos consecutivos passado o segundo semestre no Acre, se afastando a cada ano por seis meses de seus compromissos sacerdotais e acadêmicos na Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio de Janeiro, em 1980 lançou um livro intitulado *Deus e o homem no inferno verde*, no qual narra suas experiências vividas nesse período na antiga Prelazia do Acre e Purus, sob a direção pastoral do Bispo Dom Moacyr Grech. Na referida obra, o Frei da Ordem dos Servos de Maria descreve o Casal Iza e Pacífico da seguinte maneira:

Pacífico e Isa (sic) me convidam para visitá-los. Moram um pouco afastados da cidade, numa casa popular. Encontro Isa em casa. É uma mulher de caráter forte, que pode deixar alguém retraído. Sabe o que quer e o que não quer. Com duas outras companheiras, Silvia e Silvana, mais o Pacífico, estiveram no início de todo o movimento das CEBs no Acre. Ela me fala de sua atual situação depois de casada.

[...]

Então chega o pacífico. Vem de uma reunião com o MDB. Conversamos sobre as perspectivas políticas dele. Tem tudo para ser um grande político e dos bons. É que o pessoal do povo confia nele.

De fato, ele sabe trabalhar com a massa. Quando estudante, tinha o apelido de “Povo”, pois vivia falando nisso. Ordenou-se padre e foi trabalhar no Acre, sua terra. Ele pode ser considerado “o pai das CEBs”, do Acre. Ninguém como ele para animar uma assembléia (sic) para um debate. Quando ainda exercia o ministério sacerdotal, morava numa casinha popular, com outros rapazes, no bairro poeirento de Abraão Alab. Ele levou o trabalho de Comunidades de Base de Rio Branco para outros municípios e até para Rondônia.

Ficou durante muito tempo o número 1 da Coordenação Pastoral, mesmo depois de casado com Isa. Gozava da confiança de todos, até do bispo e do Conselho Presbiteral, a ponto de ser convidado para estar presente em suas reuniões. Depois entrou na política partidária. A

explicação ele a deu numa carta aberta, em meados de 1979. É que sempre teve essa vocação. Tanto mais que na Igreja não havia mais chance para ele exercer o ministério próprio de padre. Assim foi que fundou a Frente Popular, o melhor grupo partidário existente no Acre em nível de povo. (BOFF, 1980, p. 121 -122. Aspas do autor).

O real motivo do afastamento de Pacífico da Igreja, não explicitado na carta pública citada pelo Frei Clodovis (1980), deveu-se ao fato de, àquela época, ter aderido às teses do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, que, por ser organização clandestina, não podia ser publicizado. Dessa forma, a atuação legal do partido se dava por dentro do MDB, por meio da Tendência Popular, a que o Frei se refere como *Frente Popular* – e de fato o era – e no Acre teve no Pacífico, Iza e Pascoal os principais articuladores.

No âmbito da política institucional, a atuação do Partido na sociedade foi laureada com êxitos eleitorais, nas primeiras eleições gerais pós-ditadura, por meio da Tendência Popular do PMDB, o PCdoB elegeu nas eleições de 1982, o Prof. de História Airton Rocha vereador de Rio Branco e Manoel Pacífico da Costa Deputado Estadual. A essa conjuntura, Pacífico ou Pe. Pacífico, como era mais conhecido, já havia se tornado Secretário Político do PCdoB clandestino, função correspondente hoje ao presidente do Partido.

Em 1981, foi fundado no Acre o Partido dos Trabalhadores – PT, com seus quadros oriundos em sua maioria da Igreja Católica, militantes da Teologia da Libertação, mas também os trotskistas da corrente Liberdade e Luta – Libelu, aos quais se somaram os dissidentes do PCdoB, que passaram a se organizar no Partido Revolucionário Comunista – PRC atuando como tendência por dentro do PT. Mais tarde, com a dissolução do PRC e da LIBELU, três correntes passam a integrar o Partido, Movimento por uma Tendência Marxista – MTM, a Movimento por uma Nova Esquerda e a Corrente de orientação trotskista – O Trabalho, que se organizava em torno do jornal *O trabalho na luta pelo socialismo*. Esses são os grupos que estiveram na raiz da fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre.

O PT era hegemônico no movimento dos trabalhadores rurais, uma vez que havia herdado a influência e o peso político da Igreja Católica nessa frente de luta, mas também, disputava com o PCdoB a preeminência no movimento sindical urbano, movimento comunitário (de associação de moradores) e movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário.

O entendimento a que chegamos a partir da análise dos documentos históricos,

das fontes bibliográficas, de depoimentos coletados no processo de pesquisa, sobre a fundação do PT, é que o partido foi o resultado do processo de abertura democrática que reinstituiu o pluripartidarismo,

[...] o regime militar, não resistindo às pressões de amplos setores progressistas da sociedade brasileira, apresentou um projeto de abertura política que concedia anistia aos presos políticos, retorno dos exilados e o restabelecimento das eleições diretas para governador, além da criação de novos partidos políticos. Assim, surgiram o PMDB sucedâneo do MDB; o PDS sucedâneo da ARENA, e mais o PT, PDT e o PTB⁵¹, este recriado com o intuito de ressuscitar o getulismo.

Esses novos partidos políticos foram registrados no Tribunal Eleitoral do Acre, obedecendo à seguinte cronologia: o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Resolução nº 221, de 04 dezembro de 1980; o PDS – Partido Democrático Social – Resolução nº 218, de 25 de novembro de 1980; o PT – Partido dos Trabalhadores – Resolução nº 269, de 27 de outubro de 1981; o PDT – Partido Democrático Trabalhista – Resolução nº 255, de 30 de junho de 1981; o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro – Resolução nº 334, de 30 de julho de 1982. (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985, p. 187 -188)

O advento da Lei nº 6767/1979 que reestabeleceu o pluripartidarismo seletivo no país (os partidos comunistas continuaram proibidos) constitui-se em elemento objetivo que possibilitou surgimento do PT.

Outro fator importante a ser considerado naquele processo e que se soma ao já citado, foi a autocrítica da ação católica no Brasil frente a ditadura militar, passando do apoio ao golpe para a crítica ao regime militar e o fortalecimento dos movimentos sociais. No Acre, essa orientação da Igreja fez com que os seus quadros leigos convergissem para aquele campo político e se tornassem a força social mais numerosa na fundação do Partido.

Por outro lado, a fundação do Partido dos Trabalhadores representou a expressão da compreensão táctica segunda a qual a derrubada da ditadura seria obra exclusiva dos trabalhadores, rejeitava-se com isso, qualquer possibilidade de aliança com as frações da burguesia nacional descontentes com os militares, que se aglutinavam ainda no PMDB. Com isso, o PT nasce demarcando campo com uma táctica mais flexível do PCdoB, PCB, MR-8 e de outras correntes revolucionárias, que buscavam se aliançar num movimento mais amplo contra a ditadura militar no maior partido de oposição, o PMDB.

Nesse período, a luta pela influência no movimento social como um todo, e entre

⁵¹ Esses partidos surgiram com o advento da Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que reestabeleceu o pluripartidarismo no Brasil.

os trabalhadores em particular, girou em torno da polêmica quanto ao posicionamento tático mais efetivo para os trabalhadores, que levasse ao fim a ditadura militar.

Compunha também o cenário político das forças populares na virada dos anos 70 para 80 do século passado a atuação do Movimento Revolucionário 8 de outubro - MR-8, fundado e dirigido pelo psicólogo Everaldo Maia, atuava na Tendência Popular no MDB disputando com os Partidos Comunistas e a partir dos anos 80, também com o PT, a hegemonia no movimento social.

O MR-8 teve intensa participação no movimento dos jornalistas, comunitário e estudantil secundarista. Nas eleições de 1990 um de seus dirigentes elegeu-se deputado pelo PMDB, o jornalista Mamed Said Maia Filho, o Said Filho que junto com seu companheiro de partido João Correia, Sergio Taboada (PCdoB), Marina Silva (PT) e Nilson Morão (PT) formaria a bancada popular de oposição ao governador Edmundo Pinto (PDS)⁵².

A ditadura militar chegou ao fim no Brasil em 1985, que ao final se deu com a eleição, por via indireta, do candidato a presidente das oposições. Por ironia da história, a ditadura caíra por intermédio do instrumento criado para sua perpetuação, o colégio eleitoral, formado pela sessão conjunta da Câmara dos Deputados e o Senado da República.

Com a redemocratização, o país passou a gozar de maior liberdade democrática, apesar disso, persistiram os graves problemas estruturais do Brasil herdados de seu passado escravocrata e de uma industrialização truncada, aprofundados com o governo dos militares que realizaram uma expansão da base capitalista de acumulação, entretanto, *“a expansão capitalista da economia brasileira aprofundou no pós-ano 1964 a exclusão que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo.”* (OLIVIERIA, 2011, p. 118, grifos do autor).

No período do Governo Sarney (1985 – 1990), avançou o processo inflacionário e ampliou-se a luta dos sindicatos por garantia de recomposição das perdas salariais e a manutenção do poder de compra dos trabalhadores. Nesse contexto são convocadas as

⁵² Edmundo Pinto de Almeida Neto, eleito governador do Acre pelo PDS, derrotando no segundo turno, Jorge Viana candidato da Frente Popular do Acre – FPA nas eleições de 1990. Foi assassinado na madrugada de domingo, 17 de maio de 1992, Edmundo Pinto foi morto a tiros por três homens no apartamento 707 do Hotel Della Volpe Garden na Rua Frei Caneca na capital paulista. Os executores e possíveis mandantes do crime, bem como suas motivações seguem, até hoje, ainda não suficientemente esclarecidas.

eleições constituintes para novembro de 1986, o que consolidou o compromisso do novo governo com a revogação da legislação autoritária herdada dos governos militares e a instituição de um novo marco legal, ainda que, marcado por contradições e vacilações do novo governo.

No Acre, nesse mesmo período, os partidos de esquerda seguiam disputando entre si a hegemonia do movimento social, as divergências decorrentes desse ambiente refletiam nas mesas de discussão entre os partidos sobre a possibilidade da constituição de uma frente política para as disputas eleitorais, uma vez que, os que dirigiam as entidades populares eram os mesmos que dirigiam as diversas correntes do PT e PCdoB, que se constituíram nos partidos de maior força entre os trabalhadores e a juventude estudantil. Essas divergências, inviabilizavam a união dessas forças para disputar com a direita, o que Gramsci (2007) denominaria de *grande política*. Dessa forma, via-se o revezamento no poder dos herdeiros dos coronéis de barranco organizados no PMDB e no PDS. O símbolo disso foram as eleições municipais de 1988, em que ambas as forças conservadoras apresentavam um visível desgaste, ensejando a possibilidade da esquerda unida se apresentar como alternativa de poder, com reais chances eleitorais na capital do Acre. Porém, naquele momento as lideranças do campo popular não tiveram a capacidade de superar as divergências e ressentimentos das refregas políticas que se davam no movimento social, expressas invariavelmente por meio de um sectarismo estremado, que marcava a atuação desses Partidos nas diversas frentes de luta social, o que inviabilizava a construção de um programa de unidade em torno de pontos convergentes. O resultado foi a eleição para prefeito de Rio Branco do ex-governador e ex-senador da ARENA, Jorge Kalume, um antigo cacique político, que durante 20 anos serviu a política dos militares no Acre.

O cenário passou a mudar em 1989, com a constituição da Frente Brasil Popular, que uniu PT, PSB e PCdoB em âmbito nacional e levou a chapa *Lula-Bisol* para o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano. O êxito relativo⁵³ dessa aliança indicou a direção política da unidade para a esquerda do Acre. A assimilação dos erros decorrentes do sectarismo que implicou as derrotas recentes, somado a constituição da frente em plano nacional, mesmo que restrita a três partidos de esquerda, e o amadurecimento das lideranças da esquerda acreana, fortaleceu de forma determinante a tese que propugnava

⁵³ Nessa eleição, Fernando Collor de Melo sairia vencedor. Seu governo constituiu-se me marco da implantação do projeto neoliberal no Brasil.

a unidade das forças populares no estado, dando origem a aliança política que viria a denominar-se Frente Popular do Acre, cujo núcleo originário foi formado pelos PT, PCdoB, PCB e PDT.

Essa aliança política teve, na sua origem, caráter não apenas eleitoral, ainda que, desde sua fundação participasse das eleições de forma competitiva como verificou-se em 1990 quando pela primeira vez na história do Acre os partidos de esquerda disputaram o segundo turno das eleições para governo, sobretudo a FPA tinha forte dimensão estratégica, o seu programa de lutas estava marcado pelo projeto de emancipação humana, refletia a influência das lutas populares do último quarto de século no Acre as quais os partidos da frente e suas lideranças estavam enraizadas.

No que diz respeito a luta pelo poder no Acre, FPA representou o que Maia (2009) denominou uma “cunha no bipartidarismo e elegendo outros conceitos norteadores do desenvolvimento como políticas públicas” (MAIA, 2009, p. 237).

Antônio Gramsci (2007) ao analisar a história de Roma, no caso do estabelecimento dos Césares, confrontando-a com a da França nos casos de Napoleão I e Napoleão III, assim como, do moderno estado italiano após a morte de Lourenço de Médici, *o magnífico*, chega à seguinte conclusão:

Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. Quando a força progressista *A* luta contra a força regressiva *B*, não só pode ocorrer que *A* vença *B* ou *B* vença *A*, mas também pode suceder que nem *A* nem *B* vençam, porém que se debilitem mutuamente, e uma terceira força, *C*, intervenha de fora, submetendo o que resta de *A* e de *B*. Na Itália, depois da morte do Magnífico, sucedeu precisamente isto, como sucedera no mundo antigo com as invasões bárbaras. (GRAMSCI, 2007, p. 76)

Em se tratando da política partidária no Acre no período compreendido entre os 10 últimos anos do século passado, a FPA representou a *cunha* a que se refere Maia (2009), é análoga ao que Gramsci (2007) denominou de *cesarismo progressista*.

O elemento progressista da Frente Popular caracterizou-se pelo enraizamento nas lutas sociais e por seu projeto de emancipação humana, superando o desgaste político e o conservadorismo das duas forças que se polarizavam na política acreana desde o advento da ditadura militar no país, que no Acre, foi marcado pela deposição do primeiro governador eleito do Estado, o Prof. José Augusto de Araújo. O PDS, herdeiro da ARENA e o PMDB, que o sucedeu na hegemonia da política acreana nos anos 80 do

século passado, apresentavam um alto grau de desmoralização das suas lideranças, ambas as forças se encontravam em equilíbrio estratégico, ou seja, não conseguiam suplantar uma à outra, ao mesmo tempo, o povo estava saturado de suas práticas clientelistas e corruptas. Diante desse quadro, a unidade das forças populares renovou as esperanças do povo em dias melhores. Quando da fundação da FPA, a adesão popular se não foi unânime, foi certamente, amplamente majoritária.

Essa frente política em pouco tempo de sua existência passou a ser hegemônica pelo Partido dos Trabalhadores e entrou para a história do país como a maior e mais longeva aliança eleitoral já realizada até aqui.

2.10. Frente Popular do Acre – FPA: o amadurecimento da luta e da consciência de classe do proletariado acreano

Além da união do PT, PSB e PCdoB para disputar as eleições presidenciais em 1989, movimento de onde partiu a orientação para que esse mesmo conjunto de partidos envidassem esforços para reproduzir nos estados a aliança nacional, três outros fatores incidiram decisivamente para que a FPA se constituísse, são eles:

1. A elevação da consciência de classes do movimento social organizado;
2. Amadurecimento político dos partidos de esquerda no Acre;
3. Atuação da intelectualidade progressista da Universidade Federal do Acre – UFAC, organicamente vinculada ao proletariado e suas lutas;

Esses fatores se sintetizaram num cenário de aumento da contradição capital-trabalho com o avanço da lógica neoliberal que ganhou força nacionalmente com a vitória de Collor de Melo nas eleições de 1989, agravando o quadro social e político do Acre, castigado com a degradação moral dos governos de direita imersos em corrupção e a incapacidade de apresentar respostas efetivas para o aumento da escalada de violência urbana e rural com raízes no próprio aparelho de estado por meio do que viria a ser conhecido como *esquadrão da morte*, somado a ineficiência e em alguns casos, falência dos serviços públicos essenciais, constantes atrasos nos salários dos funcionários públicos, que junto com o desemprego e fome compunha um cenário caótico no Estado do Acre.

1. A elevação da consciência de classes do movimento social organizado:

As constantes greves, protestos e manifestações denunciavam a violência nas cidades e na zona rural, a inoperância da máquina pública, a corrupção que somados afetavam a vida do povo em todas as dimensões. Tais movimentos

tinham como resposta das autoridades constituídas a indiferença, o que atestava a incapacidade dos governos de direita em solucionar aos graves problemas que corroíam a sociedade acreana. Essa situação vincou a convicção nas lideranças do movimento social que o caráter da luta deveria ser político, que os trabalhadores precisavam empenhar suas energias na conquista do poder político, para controlar a máquina pública objetivando usá-la em benefício da resolução dos problemas vividos pelo povo, e que, mesmo a luta econômica e por reformas sociais, dependia do poder político orientado por um outro projeto de governo, que tivesse os problemas e as dores do povo como centro de gravidade para onde todos os esforços deveriam convergir;

2. *Amadurecimento político dos partidos de esquerda no Acre:*

Organicamente articulados aos movimentos sociais o Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Partido Comunista Brasileiro – PCB e Partido Democrático Trabalhista – PDT, junto com o movimento social aos quais suas principais lideranças estavam vinculadas, foram amadurecendo a postura tática à medida que compreenderam a importância da unidade dos trabalhadores para que esses partidos pudessem tornar-se alternativa de poder no Estado, secundarizando o sectarismo político que marcou a atuação das lideranças desse campo de forças nos anos 80. Como já dito anteriormente, esse movimento de unidade dos partidos de esquerda foi fortalecido pela aliança que se formou em âmbito nacional que uniu PT e PCdoB, uma vez que PCB e PDT não participaram daquela coligação, optaram por lançar candidatura própria para presidente no pleito eleitoral de 1989, mas que, todavia, no Acre, não os impediu de participar da frente com o PT e PCdoB.

3. *Atuação da intelectualidade progressista da Universidade Federal do Acre – UFAC, organicamente vinculada ao proletariado e suas lutas*

Com a criação da Universidade Federal do Acre – UFAC no início dos anos 1970 com a implantação dos cursos de Direito, Pedagogia e Economia, desde seus primeiros dias, uma série de intelectuais dessa instituição referenciados no pensamento de esquerda estiveram ligados aos movimentos sociais do Acre. Mesmo nos momentos de dura perseguição política nos anos 70, sempre estiveram presentes nesses movimentos promovendo formação teórica nas jornadas de estudos, formação sindical, realizando pesquisas sociais de forma

a reescrever a história do Acre na perspectiva da classe trabalhadora, dando voz aqueles a quem a historiografia oficial procurou invisibilizar. Essas iniciativas de produção e popularização da teoria, possibilitou aos dirigentes e militantes do movimento social e aos partidos de esquerda, adensarem de subsídios científicos suas análises da realidade brasileira e local. Pode-se dizer que a ação desses intelectuais deu as lideranças dos trabalhadores, os fundamentos teóricos e científicos que aos movimentos e partidos de esquerda no Acre necessitavam para proceder uma análise crítica da história do Acre e do Brasil, dando aos trabalhadores base teórica para que confrontassem as análises difundidas pelas classes dominantes locais que propagandeava uma história fundamentada nos heróis, na linearidade, na sequência natural dos fatos histórico e principalmente, sem contradições. Dessa forma, a intelectualidade progressista da UFAC, tornou-se um polo de disseminação do pensamento crítico na sociedade acreana e constituiu-se numa das vigas de fundação da Frente Popular do Acre, juntamente com os movimentos sociais urbanos e rurais e os partidos de esquerda.

Esses três pilares⁵⁴ se entrelaçaram organicamente e possibilitaram o surgimento da Frente Popular do Acre – FPA, que posteriormente foi se ampliando com outros movimentos e partidos para além da esquerda. Sendo assim, além das forças políticas e movimentos já citados, compuseram a Frente Popular a Igreja Católica progressista, lideranças indígenas e partidos de diversas orientações políticas e ideológicas, sob a liderança do núcleo de esquerda que em pouco tempo passaria a ser hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

Essa compreensão acerca da fundação da FPA difere tanto das que são apresentadas acriticamente pelas principais lideranças do PT, quanto as que se inserem no campo crítico pela perspectiva multiculturalista, em ambos os casos predominam abordagens unilateralistas que enfatizam aspectos isolados desse processo, tais como, o movimento dos seringueiros, a luta ambiental, a ação católica ou os heróis, levando aos

⁵⁴ Poderíamos citar, como quarto pilar, a ação católica materializada nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, no entanto, a concebemos como partido político *não tradicional*, que atuou na institucionalidade eleitoral de forma indireta, por meio do protagonismo de seus quadros leigos dentro dos partidos legais de oposição: primeiro no MDB e de depois no PT. Mas também, em grande medida, como polo progressista na formação política e elevação da consciência de classe, atuando tanto na UFAC quanto, principalmente, fora dela. Por esse motivo, compreendemos a ação católica inserida tanto no item 2 *Amadurecimento político dos partidos de esquerda no Acre*, quanto no 3 *Atuação da intelectualidade progressista da Universidade Federal do Acre*.

que percorrem esse caminho interpretativo da história recente do Acre a perderem a perspectiva de conjunto que se torna invisível diante da absolutização de aspectos parciais da realidade, como demonstraremos a seguir.

2.10.1. Aspecto parcial 1: o aglutinador das forças de esquerda

A tradição da democracia representativa brasileira foi se constituindo centrada na figura do candidato, ou melhor do indivíduo candidato, como prefere a perspectiva liberal. No Brasil, fundamentalmente vota-se num candidato – majoritariamente da classe dominante – não nos partidos com seus programas, esses são secundarizados diante do imperativo de se dar visibilidade as qualidades do indivíduo na busca pelo voto. Ainda que cada candidato deva ser inscrito num partido, com um programa e estatutos próprios, teoricamente como expressão do pensamento de seus filiados, na prática, poucos são os partidos em que seus membros e candidatos fazem política de forma programática, ou seja, com perspectiva estratégica, pondo no centro da propaganda as questões nacionais, ou os problemas estruturais do Brasil, a maioria dos partidos opta pela política *pragmática* ou, dito de outra maneira, busca-se a resolução dos problemas imediatos dos eleitores em troca de voto, trata-se da conhecida política clientelista, que por sua vez explora o senso de gratidão presente na maioria do povo brasileiro, entre as camadas mais necessitadas do proletariado, desse modo gera-se uma dívida de gratidão a quem o socorreu no momento de dificuldade extrema, sem que da parte do eleitor e muito menos da parte do candidato, se questione quais as circunstâncias estruturais levaram aquele cidadão ou grupo de cidadãos a uma situação de insegurança social, ao ponto de necessitar de assistência de um indivíduo ou corporação. É esse igarapé de águas turvas que hidrata e alimenta o *coronelismo* e o *caciquismo político*, herança maldita de nosso passado escravocrata.

A rarefação do poder público em nosso país contribui em muito para preservar a ascendência dos “coronéis”, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. Mas essa ausência do poder público, que tem como consequência necessária a efetiva atuação do poder privado. (LEAL, 1978, p. 42)

Em que pese Leal ter publicado a primeira edição de seu *Coronelismo enxada e voto* em 1949, tal situação por ele descrita pouco (ou nada) mudou de lá pra cá, sobretudo com o avanço do neoliberalismo e a consequente fragilização do estado e das políticas de proteção social, criando um vácuo ocupado pelas corporações e do mercado que

exacerbam seu poder como reguladores da vida social, o que nos leva afirmar que tal situação predomina na política institucional, e exerce pressão sobre todos os partidos, com os de esquerda não é diferente, razão pela qual os processos políticos aparecem de forma invertida para o senso comum, tende-se a mitificar a figura do candidatos, que por vezes aparece como “pai dos pobres”, como o “provedor”, o “homem bom”, o “homem que faz”, “salvador da pátria”, o verdadeiro “herói”. Dessa forma, invisibiliza-se tanto os processos coletivos quanto a alienação do trabalho que em última instância financia os candidatos da burguesia, ao passo que os problemas são vistos e compreendidos somente na sua dimensão individual e a solução fica, dessa forma, condicionada ao mundo da aparência dos fenômenos na sua manifestação mais imediatamente sensível.

Ao analisar as raízes de nossa revolução burguesa e os fatores que nesse processo implicaram na simbiose do anacrônico com o moderno na formação do estado liberal nacional nos termos que expusemos anteriormente, Fernandes (2020), converge com Leal (1978), ao destacar o poder e os interesses dos senhores de terra, herdeiros de nosso passado escravocrata, na definição do conteúdo e forma da democracia republicana nacional, cujo traço distintivo é a cultura política patrimonialista, clientelista e autoritária no Brasil.

O Acre seguiu a tradição democrática nacional, agregando-lhe aspectos particulares decorrentes das características com que o capital penetrou na região, posto que, diferentemente dos centros dinâmicos da economia nacional que tem na raiz de sua formação econômica o escravismo, integrado de forma dependente e subordinado a uma economia capitalista global, no Sudoeste da Amazônia brasileira desenvolveu-se o sistema de *aviamento*, que como tratamos anteriormente, embora seja diferente, é análogo à escravidão. Sendo assim, no lugar da casa grande como centro do poder local, nós tivemos o *barracão* e no lugar do coronel senhor de escravos, nós tivemos o *coronel de beira de barranco*, que no âmbito do seringal encarnava a lei, além de prover as necessidades de existência de todos que estavam subordinados a ele.

Desse modo, a herança autoritária dos coronéis de barranco acreanos contribuiu para vincar uma mentalidade política fundada no assistencialismo e no poder do indivíduo que tudo pode e tudo faz. FPA, ainda que tenha surgido tendo em seu horizonte estratégico romper com essa cultura política simbolizada na luta contra a “velha forma de fazer política”, ao longo de seus quase 30 anos de existência, dos quais 20 no poder, viu-se presa à teia da tradição política nacional e local. Podemos até afirmar que uma vez

consolidada no poder, passou mesmo a beneficiar-se dessa política clientelista, por meio dos mecanismos de favorecimento pessoais que o governo possibilitava.

Para legitimar tal política, secundarizou-se o objetivo de construir uma *nova forma de fazer política*, que se traduzia fundamentalmente por processos de participação popular, por metodologia que privilegiava os processos decisórios coletivos em detrimento da centralização política, aos poucos, tudo isso foi sendo posto de lado e cada vez mais o poder de decisões foi sendo centralizado na figura do governante. Decorrente desse caminho adotado, e para legitimar a centralização do poder, buscou-se construir e disseminar análises fundamentadas nas aparências, das quais a maior expressão é a que sustenta que tanto o surgimento quanto os êxitos auferido pela FPA, são explicados na propaganda difundida pelos principais dirigentes do PT no Acre, como resultante da ação de um indivíduo: Jorge Viana.

O Professor Marcos Inácio Fernandes expressa essa compreensão na sua dissertação de mestrado que virou livro, intitulado *PT: A expressão política de amor ao Acre* (2018), texto bem escrito, rigoroso na análise dos fatos históricos, honesto e sincero no trato das divergências e disputas no âmbito dos partidos de esquerda no Acre, mas que, apesar disso, no que se refere a origem da FPA não deixa de reproduzir a propaganda predominante no Partido, a qual atribui o papel preponderante de Jorge Viana na unificação dos partidos de esquerda, secundarizando dessa forma, o processo coletivo de amadurecimento desses partidos que culminou na unidade popular. Sobre o papel de Jorge Viana no referido processo, Fernandes (2018) faz a seguinte afirmação:

Ele conseguiu em 1990, além de aglutinar as forças de esquerda, congregar um vasto número de pessoas com especialização técnico-profissional que, além de elaborar um Plano de Governo, passaram para a sociedade uma imagem de competência (saber especializado) ... (FERNANDES, 2018, p. 140)

Expresso dessa forma, somos levados a crer que a construção da FPA, foi resultado da ação de um indivíduo, que *aglutinou as forças de esquerdas* dispersas e que, além disso, congregou *um vasto número de pessoas especializadas*. Induz-se, portanto, a conclusão, que sem a ação desse indivíduo os partidos de esquerda e os técnicos seguiriam dispersos e desorganizados, por essa linha, a FPA jamais existiria sem esse indivíduo com poderes extraordinários para unir as pessoas.

Sem demérito para o excelente trabalho do Prof. Marcos Fernandes, que contribuiu para manter viva a memória das lutas da esquerda e do PT no Acre, o

entendimento a que chegamos, tendo como fundamento de análise o materialismo histórico-dialético, é justamente o inverso. Não haveria o Jorge Viana liderança de massas, expoente do PT e da FPA, se os partidos de esquerda, antes dele, não tivessem amadurecido sua compreensão política e tática, em decorrência das lições extraídas das lutas sociais locais, nacionais e mundial, das derrotas eleitorais e da teoria revolucionária, que levaram esse conjunto de forças concluir que, apesar de suas divergências e contradições, sem a unidade dos trabalhadores, jamais as forças populares de esquerda se tornariam alternativa de poder no Acre e muito menos em plano nacional, nem suas lideranças teriam viabilidade eleitoral.

Também há que se destacar, que essa análise sobre a história da esquerda no Acre, que sobrepõe o indivíduo ao coletivo, o líder político ao partido, não é exclusiva de Fernandes (2018), ela tornou-se hegemônica no PT e se espalhou por outros partidos da extinta FPA. É fruto de uma pesada e repetida propaganda desenvolvida após Jorge Viana ter assumido a Prefeitura de Rio Branco em 1993 e se fortaleceu nos seus dois mandatos de governador do Acre nos períodos 1999-2002 e 2003-2006.

Quem viveu no Acre nesse período teve sua mente atravessada (feito uma radiação) por uma propaganda que renitentemente apresentava Jorge Viana como o grande construtor político, autor de uma *nova revolução acreana*, herdeiro do legado da melhor linhagem dos *heróis revolucionários* do passado. No plano material empírico, a propaganda se apoiava num conjunto de mudanças que se operavam na superestrutura do estado, caracterizada pela ascensão de novas forças políticas ao poder conduzidas por jovens lideranças, entre eles Viana.

... as reformas administrativas, no caso do Acre, atendem a esses dois elementos, isto é, o criativo e o adaptativo, como veremos mais adiante. A reforma da máquina estatal ou dos aparelhos de gestão, como optamos nesse trabalho, ocorreu, de um lado, pela reorganização geopolítica e administrativa em cinco regionais (Juruá, Tarauacá-Envira, Purus, Baixo Acre e Alto Acre), levando-se em conta os aspectos culturais e as potencialidades econômicas de cada regional; e do outro, pela reestruturação administrativa do governo e, concomitantemente, pela modernização da máquina estatal, levado a cabo pela necessidade do resgate do serviço público, que, a rigor, estava totalmente deteriorado por diversas razões... (FRANÇA, 2009. p. 137)

Esse conjunto de mudanças a que se refere França (2009), dava fundamento empírico e sensação de verdade a *publicidade* oficial que explorava exaustivamente a ideia de que Jorge Viana era o grande herói redentor do Acre destruído pela *velha forma de fazer política* desenvolvida pelos políticos do PDS e PMDB.

Contudo, destacamos que a tendência do senso comum de tomar as coisas pelas aparências é condicionada pelas sensações que nossos sentidos provocam na mente ao temos contato sensorial com o mundo objetivo, dando a impressão que a aparência expressa e esgota a compreensão de toda a realidade em sua forma e conteúdo, tende a nos fazer crer que aparência e essência coincidem. Quanto a isso, não é excessivo lembrar que se assim fosse “... toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017b, p. 880).

Apoiados no método de análise do materialismo histórico-dialético, entendemos que as relações sociais são parte constitutiva desse mundo objetivo ao qual nos referimos e, nesse processo, o que fica evidente na percepção imediata, são as ações dos indivíduos que interagem uns com os outros, apreendidos pelo senso comum apenas em sua singularidade imediata, o indivíduo em ação. Explorado e absolutizado por incontáveis sofismas da propaganda eleitoral, (ou se quisermos ser mais fiéis ao pragmatismo americano, usemos a expressão *marketing* político), que procura sempre reificar a aparência como sendo a expressão mais acabada da essência das coisas.

A superação da imediaticidade captada pelos sentidos até se atingir a percepção de conjunto, só nos é possível por meio da razão, ou seja, da análise abstrata dos dados empíricos para além das aparências.

Kosik (2002), apoiando-se no materialismo histórico-dialético, denominou essa dimensão aparente do real, captada pelo senso comum de *pseudoconcreticidade*, onde situa-se as verdades parciais, fragmentárias, que abriga os sofismas de toda natureza. Pertence a essa dimensão:

- O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essências;
- O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da Humanidade);
- O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis*, formas ideológicas de seu movimento;
- O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (KOSIK, 2002, p.15, *grifos do autor*)

Isso posto, quando a propaganda, entendido como *marketing*, focaliza o indivíduo em ação, enfatiza-se tão somente a aparência das relações humanas, ou como diria Kosik (2002), a *práxis fetichizada*, o claro-escuro, verdade e engano da *pseudoconcreticidade*. Nessa perspectiva fica invisível a história social do conjunto dos indivíduos, não se

percebe o movimento das classes nem dos partidos que as representam, fica, portanto, a ideia de que a história é feita por indivíduos isolados, no caso em debate, por uma única liderança, Jorge Viana.

Diante disso, enfatizamos que a realidade não se esgota nas aparências, ou seja, que a essência do processo histórico coberta pela ação naturalizada do indivíduo isolado imediatamente perceptivo, guarda elementos da sua constituição que não são revelados pela individualidade em ação; Ainda que dê a impressão imediatamente captada pelos sentidos, ser uma única lideranças, o construtor da história, ainda que o seja, mas apenas como membro de um coletivo de mulheres e homens que efetivamente muda a realidade e fazem história como um processo social e não individual.

Para que se possa ir além das aparências daquilo que é empiricamente observável, há que se considerar que experiência e razão são objetivamente reais, formam uma unidade contraditória, são polos não excludentes. Só essa compreensão supera a camada das aparências e penetrando a essência dos fenômenos, possibilitando a *reprodução do concreto por meio do pensamento*. Esse entendimento MARX explicita no terceiro tópico (O método na economia política) da sua famosa *Introdução à crítica da economia política* de 1857.

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. (MARX, 2008, p. 258-259)

Antes de prosseguir com a análise dessa síntese metódica de Marx que nos serve de fundamento para análise da relação coletivo-indivíduo no processo da história recente do Acre, vale a pena servimo-nos da interpretação que Saviani faz desse trecho, nos traduzindo didaticamente essa passagem de Marx.

A construção do pensamento ocorre, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. Ou seja: a passagem do empírico ao concreto se dá pela mediação do abstrato.

Diferentemente, pois, da crença que caracteriza o empirismo, o positivismo etc. (que confundem o concreto com o empírico) o concreto não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada do conhecimento. E, no entanto, o concreto é também o ponto de partida. Como entender isso? Pode-se dizer que o concreto-ponto de partida é o concreto real e o concreto-ponto de chegada é o concreto pensado, isto é, a apropriação pelo pensamento do real-concreto. Mais precisamente: o pensamento parte do empírico, mas este tem como suporte o real concreto. Assim, o verdadeiro ponto de partida, bem como o verdadeiro ponto de chegada é o concreto real. Desse modo, o empírico e o abstrato são momentos do processo de conhecimento, isto é, do processo de apropriação do concreto no pensamento. (SAVIANI, 2015, p. 28)

Decorrente desse entendimento, que Saviani (2018), referenciado em Marx (2008), chega à conclusão de que “o indivíduo concreto que é síntese de inúmeras relações sociais” (ibidem, p.40), corresponde assim, ao *concreto pensado* enquanto reprodução abstrata da realidade objetiva, para além das aparências. Desse modo, é possível perceber e compreender que os indivíduos se movem na sociedade condicionados pelo movimento geral das classes sociais e suas relações contraditórias expressas por meio dos partidos, igrejas e movimentos sociais etc., uma vez que, o que nossos sentidos captam de imediato, no cotidiano é a ação dos indivíduos, primeiro nós, depois os outros. O movimento do coletivo, a interação contraditória dos blocos de forças que se movem na sociedade é por demais amplo para ser captado pelos sentidos imediatamente, para percebê-los e compreendê-los, há que se exercer um esforço de abstração racional, esforço esse o qual a maioria se vê impossibilitada de empreender em decorrência da alienação do trabalho na sua dimensão cultural imaterial, condição que torna a massa de homens e mulheres sujeitados à manipulação por meio dos fetiches da propaganda burguesa.

Tendo como fundamento o que explicita Kosik (2002), Marx (2017) e Saviani (2018), entendemos que a compreensão expressa por Fernandes (2018) segunda a qual a FPA seria resultado da ação de um indivíduo que aglutinou as *forças de esquerda e técnicos competentes*, corresponde a aparência dos fatos históricos reificados pelo *marketing* eleitoral, que encobre a essência do processo histórico da luta de classes no Acre, constituído por um movimento contraditório de variadas forças políticas de origem popular, em luta contra a alienação do capital na sua manifestação particular na Amazônia Ocidental, movimento esse, marcado por unidade e luta, que se constituiu a partir de três frentes distintas, inseparáveis e articuladas, quais sejam:

1. O movimento social organizado;
2. Os partidos de esquerda no Acre;

3. A intelectualidade progressista, organicamente vinculada ao proletariado e suas lutas;

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, essas são, pois, as três fontes constitutivas da Frente Popular do Acre – FPA, que como movimento político e frente eleitoral produziu várias lideranças de massa e possibilitou a Jorge Viana disputar o segundo turno das eleições para governador em 1990, ser eleito prefeito de Rio Branco em 1992 e governador do Acre em 1998 e 2002.

Entretanto, ao enfatizarmos a primazia dos processos e do coletivo no fazer histórico, não temos a pretensão de negar a participação nem o papel dos indivíduos na história, se assim procedêssemos, estriamos adotando uma perspectiva antidialéticas, o que intencionamos é tão somente posicionar o indivíduo no seu devido lugar histórico, ou seja, humanizá-lo. *Não sois mito! Homens é que sois!*⁵⁵

Entendemos também que a tendência em absolutizar o indivíduo em detrimento dos processos sociais pertence a tradição do pensamento liberal, como veremos a seguir.

2.10.2. O fundamento burguês do individualismo

Os teóricos do liberalismo clássico ao formularem suas teses econômicas tomaram sempre como ponto de partida, os interesses dos indivíduos na relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza, para a produção e reprodução da vida por meio do trabalho. Dessa forma, as riquezas enquanto excedente do processo produtivo, são naturalizadas e apresentadas como resultantes, em última análise, do esforço individual. Locke, um dos expoentes teóricos que contribuiu para fixar as bases do pensamento liberal, aborda essa questão em seu *Segundo tratado sobre o governo civil*, da seguinte forma:

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou,

⁵⁵ Paráfrase de fragmento do *último discurso*, do filme *O grande ditador* de Charles Chaplin, lançado em 1940.

através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. (LOCKE, 1994, p. 42)

Desse modo, Locke (1994), fundamenta teoricamente a ideia do trabalho como ato individual do homem em sua relação com a natureza, base moral da legitimidade da propriedade privada. Apesar que, nessa mesma obra, reconheça o fato de os indivíduos precisarem intercambiar suas energias não só com a natureza, mas também com outros homens, ou seja, estabelecer relações sociais e de trocas. Entretanto para ele, essas relações são entre indivíduos isolados entre si; escapa-lhe de seu campo de visão o movimento geral da sociedade, o fato de que tais trocas estão social e historicamente condicionadas.

Esse intercâmbio dos homens com a natureza é o ponto de partida para Adam Smith (2010), estabelecer o trabalho como medida de valor. Por sua vez Ricardo (2016), aprofunda e desenvolve essa tese, “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho” (RICARDO, 2016, p. 18)

Karl Marx incorpora superando tanto Smith (2010) quanto Ricardo (2016), no que diz respeito a tese segundo a qual, o trabalho é fonte de valor. Entretanto, onde os teóricos burgueses viam indivíduos isolados, quando muito, ligados por justaposição, o fundador da filosofia da práxis, com diria Gramsci (2011), identificou um intercâmbio organicamente articulado entre toda a sociedade, de onde conclui que “O trabalho que cria o valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato.” (MARX, 2008, p, 54), isso porque é o trabalho social que dá conteúdo ao valor de troca, possibilitando o salto qualitativo resultante do acúmulo de quantidade “... daquele trabalho simples, uniforme, geral-abstrato que constitui a substância de valor permutável.” (Ibidem). É o acúmulo de esforços socialmente articulados materializados na mercadoria, que lhe confere valor de troca. Por sua vez, essa soma geral de trabalho contido na mercadoria tem como unidade de medida básica, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria como valor de uso que é “sua expressão viva quantitativa” (Ibidem)

Esse entendimento de Marx, dá ênfase ao aspecto social do processo de trabalho, como elemento quantitativo que possibilita o salto de qualidade no valor contido na mercadoria, de “valor de uso” para “valor de troca”, constitui-se num dos pontos centrais de superação da concepção burguesa de trabalho, fundada no homem individualizado. Disso decorre a compreensão de que a produção, ainda que possa ser realizada por

indivíduos, de forma isolada, é socialmente determinada, uma vez que tal indivíduo só pode se constituir como produtor de valor, se estiver apoiado numa cultura, num conhecimento sobre os processos produtivos construídos socialmente, dentro de certos condicionamentos históricos, herdado das gerações anteriores por meio da educação que recebeu da sociedade e da família. Também no plano prático imediato, apoia-se sobre um trabalho já realizado pelos seus contemporâneos, aos quais correspondem um conjunto de valores de usos que o indivíduo se serve, por um lado, para se manter vivo produzindo, consumindo insumos ou equipamentos que entram em cena em alguma etapa da “produção individual” em forma de instrumentos de trabalho, de matéria prima, equipamento de proteção individual etc., apoia-se necessariamente na produção de outras pessoas, ou seja, em todos os aspectos do processo produtivo que se tome como objeto de investigação, verificar-se-á um processo social que articula os homens entre si no trabalho, o que torna esse ato exclusivamente humano, essencialmente social.

O caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertence às triviais imaginações do século 18. São robinsonadas⁵⁶ que não expressam, de nenhum modo, como se afigura aos historiadores da civilização, uma simples reação contra um refinamento excessivo e o retorno a uma vida primitiva mal compreendida. Do mesmo modo, *O contrato social*, de Rousseau, que relaciona e liga indivíduos independentes por natureza, tampouco repousa sobre semelhante naturalismo. Essa é a aparência, e a aparência estética somente, das pequenas e grandes robinsonadas. (MARX, 2008, p. 237-238)

Como bem destaca Marx (2008), as análises dos teóricos do liberalismo clássico prendiam-se a forma do movimento da sociedade, viam apenas indivíduos isolados em movimento em sua relação com a natureza, não compreendiam que o próprio indivíduo é um ser social e, por conseguinte, sua produção também o é, de onde se depreende que ninguém faz ou produz nada sozinho, mesmo que esteja isolado dos demais. Os seres humanos intercambiam uns com os outros e com a natureza constantemente, o que faz

⁵⁶ O empirismo inglês foi popularizado não só por textos filosóficos e científicos, mas também por meio de literatura artística, um dos exemplos mais populares desse tipo de propaganda é o romance de aventura *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe (2011), em que depois de um naufrágio, o jovem aventureiro Crusoe, enfrenta as forças da natureza em uma ilha, primeiramente sozinho e depois, passa a ter o apoio do seu coadjuvante *Sexta-feira*, indígena batizado com o nome do dia em que Robinson Crusoe o encontrou. À essa concepção romantizada e fetichizada, valeu a crítica irônica de Marx (2008) em sua famosa *Introdução à Contribuição à crítica da economia política*, adjetivando de *robinsonadas* a visão liberal, segundo a qual o trabalho do indivíduo isolado, tal qual o *Crusoe* de Defoe, é o que gera valor.

dessas trocas um processo social orgânico, que influi metabolicamente na estruturação da sociedade e na constituição do homem como ser social.

Em seus *Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política de Karl Marx*, Engels afirma que:

A Economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar de essas relações estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas. Ainda que um ou outro economista tenha vislumbrado, em casos isolados, essa conexão, foi Marx quem a descobriu na sua relevância para toda a Economia, simplificando e esclarecendo com isso até os problemas mais difíceis que, hoje, até os próprios economistas burgueses podem compreender. (Engels *in* Marx, 2008, p. 284)

Esse aspecto destacado por Engels (2008), enfatiza o fato de Marx ter demonstrado que as relações sociais de produção são fundamentalmente humanas e não simplesmente intercâmbio entre mercadorias, que a força de trabalho é essência humana exteriorizada, objetivada, ainda que, seja apreendida na percepção do capitalista como simples mercadoria com valor de uso e de troca. Trata-se, assim, de outro ponto em que a análise de Marx supera o liberalismo por incorporação. Essa lógica é, pois, a chave para apreender o movimento da história, mesmo porque, Marx e Engels compreendem que para se fazer história, há que se assegurar “... antes de tudo, comida, bebida, moradia, vestimenta e alguma coisa mais. O primeiro ato histórico é, pois, produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção própria vida material” (MARX e ENGELS, 2007, p. 33) o que só pode ser viabilizado pelo trabalho como atividade social vital, constitui-se dessa forma em “...mediação primária ou de primeira ordem da atividade básica produtiva/reprodutiva” (MÉSZÁROS, 2011, p. 213) que não exige a mediação de hierarquias de dominação e subordinação como elemento indispensável ao desenvolvimento humano (MÉSZÁROS, 2011), desse modo a mediação do trabalho ocorre por meio de relações de colaboração recíproca de todos os membros da comunidade.

Nas sociedades baseadas em tais relações de cooperação, no processo produtivo, a concepção do plano teleológico e a execução do trabalho para atingir os fins propostos, é realizado socialmente pelos mesmo atores, o que faz da ação-reflexão-ação um processo organicamente integrado a vida social, ao passo que, a partir do momento em que a sociedade se divide em classes, os processos e as relações sociais de trabalho se tornam complexas e a divisão social do trabalho implica numa clivagem na unidade

planejamento-ação, ou seja, os que planejam controlam e distribuem os frutos do trabalho não são mais os mesmos que o executam. A unidade orgânica da coletividade é rompida dando lugar as divisões entre classes com posições distintas no trabalho e na sociedade, gerando interesses distintos e opostos.

Em termos sociológicos, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, essa divisão se dá entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Marx e Engels localizam a origem e a essência desse antagonismo entre as classes da seguinte forma:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge a divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real - a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc. “puras”. Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entre em contradição com as relações existentes, isso só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes ... (MARX e ENGELS, 2007, 35-36. Destaques dos autores)

A ruptura da sociedade em classes reflete a quebra na organicidade do trabalho, com o apartamento entre a esfera da concepção (planejamento) e execução, nos termos expostos por Marx e Engels (2007), possibilitando assim, que atividade material e espiritual caibam a grupos de pessoas distintas e opostas, não apenas pelo papel que ocupam na produção, mas também, pela cota parte que se apropriam dos resultados do trabalho, ou, dito nas palavras dos fundadores da filosofia da práxis, que “produção e consumo caibam a indivíduos diferentes” (ibidem).

Todavia, essa separação orgânica no processo de trabalho, caracterizado pela contradição entre produção social e apropriação privada, pelo aparecimento das classes com interesses distintos e opostos, cuja gênese encontra-se na escravidão no âmbito familiar, onde mulher e filhos são escravos do homem (MARX e ENGELS, 2007) constituindo-se a primeira forma de propriedade, antes que atinja uma escala social amplificada, como modo de produção característico de toda uma época histórica. Este, por sua vez, só se torna modo de produção geral pelo acúmulo quantitativo no âmbito da produção, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e métodos de trabalho, pelo aumento da população e da produtividade, até atingir o ponto de superar as necessidades vitais básicas. A produção que excede decorrente do aumento da produtividade, torna-se objeto de troca. Desse ponto em diante, subverte-se a lógica do processo produtivo, que se volta

não mais para a satisfação das necessidades básicas vitais, mas para viabilizar as trocas, nesse caso o trabalho torna-se mediação de *segunda ordem*, fundado em meios alienados de produção e “... Apenas um exame crítico radical desse sistema de mediações de segunda ordem historicamente específico poderia mostrar uma saída de seu labirinto conceitual fetichista.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71) Ao trabalho alienado, corresponde o surgimento de uma série de ideias fantásticas, de mitos que justificam como bom, justo e necessário *para todos*, o fato de uma minoria se apropriar dos frutos do trabalho coletivo, ao passo que a maioria se vê privada do gozo e fruição dos resultados dos seus esforços.

Dessa realidade alienada, nascem na mente dos homens os semideuses, os reis, os heróis, como encarnação das manifestações aparentes do movimento real da sociedade cindida em classes, captadas empiricamente como fantasias pelos sentidos do homem isolado, que acredita que essa realidade mitificada seja a essência do movimento real da sociedade. Essa compreensão isola os indivíduos e edifica cadeias mentais que os mantem presos a realidade alienada. Tais formas de pensar limitadas e parciais, compõe o quadro geral de alienação dos frutos do trabalho, são reforçadas e disseminadas pela superestrutura jurídica, política e ideológica do estado que se ergue com a clivagem da unidade orgânica da sociedade a partir de sua divisão em classes.

Dessa maneira, onde existem exploradores e explorados, as classes dominantes apresentam em seu discurso fetichista, duas categorias de seres humanos assim dispostos: de um lado os abençoados, reis, semideuses e heróis, e de outro, sujeitos comuns, súditos, mortais. Em ambos os casos se trata de indivíduos-isolados, tanto as relações sociais que se estabelecem no processo de produção e reprodução da vida material quanto a repartição desigual das riquezas produzidas de onde se originam as classes tornam-se por essa perspectiva invisíveis, como abordaremos a seguir.

2.10.3. Aspecto parcial 2: A política de cabeça para baixo: A tática como fim.

Aqueles que se apropriam individualmente do trabalho coletivo, exercem sua hegemonia pela força resultante da massa de trabalho alienado sob seu controle, a utilizam para controlar a produção, governar, contendo a revolta das classes exploradas e silenciando as vozes discordantes, mas também, por meio da popularização da ideologia mistificadora das classes dominantes, com a qual educam e docilizam os trabalhadores para uma vida subordinada a exploração, assegurando que aqueles que se apropriam da riqueza produzida socialmente, sigam governando a sociedade e dirigindo os processos produtivos sem resistência.

Marx, direcionando sua crítica ao sistema de ideias liberais que compõe o aparato de instrumentos ideológicos de dominação utilizados pela burguesia, descreve as consequências desse processo para os trabalhadores da seguinte maneira:

*A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediate** entre o **trabalhador** (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz a outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2010a, p. 82, grifos do autor)*

É exatamente esse trabalhador imbecilizado pela alienação, conforme descreve Marx (2010) que se torna objeto do encantamento dos fetiches da ideologia burguesa, a qual ele denomina nessa passagem de *economia nacional*. A realidade *enfeitada* entorpece o trabalhador, o fragmenta como classe e impede que este perceba sua condição na divisão social do trabalho, e mais que isso, cria uma espécie de *cortina ideológica* que dificulta aos trabalhadores a compreensão que todo o sistema de produção depende de seu trabalho, está sustentado sobre seus ombros.

Por isso o seringueiro do passado se percebia dependente do *barracão*, acreditava que sem o patrão que lhe aviava os gêneros de primeira necessidade não conseguiria sobreviver na selva. Da mesma forma, na história recente do Acre, os trabalhadores em luta, bem como seus sindicatos e associações e a militância dos partidos populares, foram levados a acreditar que sem a ação do herói salvador Jorge Viana, não haveria Frente Popular do Acre. Trata-se, pois, de uma visão invertida, de cabeça para baixo, pois assim como o seringueiro não compreendia que era o barracão que dependia de seu trabalho, os trabalhadores do presente não foram capazes de perceber que foi a sua união que possibilitou que Jorge Viana se constituísse em liderança de massa e chegasse ao governo. Entretanto, uma vez no poder, subordinou todos aos seus desejos e interesses, tendo como consequência prática a quebra da unidade orgânica com a classe, o sufocamento da unidade e o esboroamento da FPA, cujo significado histórico, sua extensão e profundidade, pode ser medida por meio da derrota acachapante para as forças de direita nas eleições de 2018.

A fragmentação da FPA, subordinada aos desígnios do indivíduo liberal isolado, nos faz lembrar o que salienta José Barata-Moura (1997), a ideologia liberal conduz “...inelutavelmente a fragmentação do homem numa multiplicidade de unidades

monádicas, prosseguindo (sic) interesses e finalidades exclusivamente egoístas, eximidas a formas mais enriquecedoras do registro da relação.” (BARATA-MOURA, 1997, p. 162). Os indivíduos, justapostos na sociedade, não se reconhecem como seres coletivos, os trabalhadores não se percebem como classe, limitando o campo de percepção do sujeito a realidade individual imediata, cujo elemento impulsionador das ações são as necessidades fisiológicas, o instinto de sobrevivência.

Sob certo sentido, pode se dizer que o individualismo burguês conduz o ser humano à situação análoga a dos demais mamíferos da natureza, ou dito de outra forma, “O animal se torna humano, e o humano, animal.” (MARX, 2010a, p. 83). Mais que isso, a produção alienada pressupõe que o homem seja reduzido à sua força de trabalho, e esta, à mercadoria (com valor de uso e de troca), submetida as leis da concorrência. As relações capitalistas de produção, mais do que animalizar os trabalhadores, coisificam-nos pela alienação. Em tais condições o proletariado, tanto quanto a burguesia, competem entre si pela sobrevivência no mercado, cada um buscando a forma mais vantajosa de vender a sua mercadoria – os burgueses para acumular capital, os trabalhadores para repor suas energias e se manterem vivos, trabalhando. Instala-se desse modo, a competição de uns contra os outros, a unidade entre os homens é mais uma vez quebrada, resulta que:

A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários, apesar de agregá-los. Por isso, transcorre sempre um longo período antes que os indivíduos possam se unir, sem contar que para essa união –quando não for meramente local –, os meios necessários, as grandes cidades industriais e as comunidades acessíveis e rápidas, tem de primeiro ser produzidos pela grande indústria; e, por isso, todo poder organizado em face desses indivíduos que vivem isolados e em relações que diariamente reproduzem o isolamento só pode ser vencido após longas lutas. (MARX e ENGELS, 2007, p. 62)

O isolamento leva a perda da visão de conjunto da sociedade, dessa forma, onde há relação entre classes, percebe-se indivíduos justapostos, voltados para dentro de si mesmos, em relações reificadas, a-históricas. Os partidos populares dentro da FPA, não foram capazes de superar essa visão que domina a política burguesa. Ademais, quanto a esse fato, nunca é desmedido repetir que “as ideias dominantes de uma época sempre foram as das classes dominantes” (MARX e ENGELS, 2005, p. 57). Todavia, há que se cercar de cuidados para que nas organizações populares em luta pelo poder popular, ou em seu exercício, as ideias dominantes não sejam a das classes dominantes, há que se priorizar a educação de sua militância para fortalecer as relações de colaboração

recíproca, por meio de metodologia que favoreça a direção colegiada, que possibilite a elevação do nível de consciência de classe.

Aos partidos do núcleo de esquerda da FPA, sobretudo PT por ter se tornado hegemônico, fato que o dotou de maior responsabilidade sobre o futuro do projeto, ignoraram o que nos indica o Prof. Saviani (1991), segundo o qual, política e educação como fenômenos constitutivos da práxis humana, apesar de distintos, são inseparáveis. A especificidade da política reside no dissenso, trata-se, portanto, de prática exercida entre grupos antagônicos que se opõem mutuamente, um tentando vencer o outro. Ao passo que a ação educativa se dá entre não-antagônicos, objetiva-se com essa prática, convencer por meios da persuasão, busca-se a compreensão e o consenso. Isso posto, a unidade dialética entre ambas as dimensões da prática humana é entendida da seguinte maneira:

A dimensão política da educação consiste em que, dirigindo-se aos não-antagônicos a educação os fortalece (ou enfraquece) por referência aos antagônicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política. E a dimensão educativa da política consiste em que, tendo como alvo os antagônicos, a prática se fortalece (ou enfraquece) na medida em que, pela sua capacidade de luta ela convence os não antagônicos de sua validade (ou não-validade) levando-os a se engajarem (ou não) na mesma luta.

A dimensão pedagógica da política envolve, pois, a articulação, a aliança entre os não antagônicos visando a derrota dos antagônicos. E a dimensão política da educação envolve, por sua vez, a apropriação dos instrumentos culturais que serão acionados na luta contra os antagônicos (SAVIANI, 1991, p. 94)

A reciprocidade e a interdependência entre ambas as práticas, se dá obedecendo a hierarquia da educação subordinada à política, uma vez que a primeira depende das dos meios para se efetivar que decorrem das decisões tomadas no âmbito da segunda. Por outro lado, a política depende da educação para a formação de certa subjetividade, de certo nível de consciência, que se dá por meio da difusão e adesão as propostas e ideias das classes e seus partidos, que uma vez assimiladas pela maior parte da sociedade, tornar-se-ão força material, uma vez que “...a teoria também se torna força material quando se apodera das massas (MARX, 2013, p. 157.). Nessa perspectiva, o trabalho educativo por meio da militância cotidiana, somado ao estudo sistematizado das experiências de luta das gerações passadas, da formação de jornais e revistas, da constituição de círculos de cultura, são a base da formação de quadros políticos que comporão o corpo diretivo dos partidos classistas, das organizações sociais as mais variadas, com vistas a emancipação humana, constituem-se em ação educativa da mais alta relevância política.

Ao invés disso, a FPA no poder, optou pela centralização burocrática, cooptação e silenciamento de lideranças e exclusão de tantas outras que manifestavam senso crítico com os rumos adotados pela Frente no poder, que na prática, a cada decisão política, se afastava do projeto popular que lhe deu origem.

Contra os riscos que o poder popular corre, de sucumbir frente as pressões burguesas exercidas pelas ideias dominantes, a FPA também não considerou o que nos alertava Gramsci (2007) em seus escritos do cárcere:

A “organicidade” só pode ser a do centralismo democrático, que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. O predomínio do centralismo burocrático no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes, mesmo que estas sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais. (GRAMSCI, 2007, p. 91. Aspas do autor)

Ao contrário do que nos indica Gramsci (2007), optou-se por reproduzir as mesmas relações de poder da sociedade burguesa, ou seja, pela velha forma de fazer política, fundada no centralismo burocrático, por uma política de gabinete, de “acordos pelo alto”, distante do povo.

Uma vez no poder e visando manutenção de sua hegemonia, a FPA assimilou a escola política dos coronéis de barranco acreanos, passando a vigorar no seu interior a miséria moral da política burguesa, que transforma a tática em estratégia e a estratégia é reduzida a nada. Por essa perspectiva o movimento na sociedade é admitido apenas na alternância de posição, ou de status pessoais, decorrente da luta de uns contra os outros, a história é rebaixada ao “caos das ações individuais e ao que vem se somar ora grandes individualidades que lhe servem de instrumento, ora simples indivíduos enquanto componentes deste último, significa que se introduz no fundamento mesmo da história um *tempo reificado*.” (KOSIK, 2014, p. 11, grifos do autor)

A partir da análise de Kosik (2014), chegamos ao entendimento que o trabalho alienado, sobre o qual se ergue uma superestrutura de poder centralizado e dirigido pelos

que se apropriam de forma privada do trabalho social, é apresentado de forma mítica, como resultante do êxito ou do esforço individual, lançando sob a realidade um manto de mistério que encobre relações sociais de produção fundadas na exploração do trabalho social, escondendo o fato que o poder dos *grandes indivíduos*, “ pode não provir de sua personalidade, de seu espírito ou de seu caráter, mas repousar sobre o poder; sua grandeza está contida no poder que, por alguma circunstância, um indivíduo particular dispõe e graças ao qual ele *faz história*.” (KOSIK, 2014, p. 4). Também esse poder não se constitui a partir do nada, nem da unção divina, mas da expropriação do trabalho social, por meio de mil fios de dominação, e mesmo a *centralização burocrática* do poder (Gramsci, 2007), se constitui ela mesma, numa forma de alienação, a alienação política, por meio da usurpação do trabalho político coletivo de mulheres e homens organizados na luta pela emancipação, que uma vez tendo se tornado força política hegemônica, perde a autonomia frente a vontade de um indivíduo e/ou de um grupo pequeno de indivíduos, que tudo decide, em detrimento da participação do coletivo, verdadeiro construtor do poder popular.

Coerente com a lógica da alienação, o positivismo como método de análise da história do Acre corresponde ao reflexo no plano superestrutural, no plano da consciência, ao sistema de aviamento centralizado no *barracão* enquanto preposto local do capital internacional que concentrava nos grandes centros capitalistas da Europa e EUA, o trabalho alienado dos seringueiros acreanos. Dessa forma, o positivismo buscando manter a unidade no seringal e a produção ativa, incutia na mentalidade do seringueiro a ideia, segundo a qual, o seu trabalho tinha caráter patriótico e que a melhor forma de organização da produção era a que se estrutura no sistema de aviamento, e ainda, se as terras do Acre são brasileiras, deve-se ao fato de por aqui ter se feito uma *revolução gloriosa*, sob o comando do *herói* Plácido de Castro. Tais sofismas mistificadores cumpriram, e seguem cumprindo ainda hoje, o papel de dar um sentido de pertencimento comum a seringalistas e seringueiros, burguesia e proletariado. Esse sofisma encobriria a exploração que se processava mediada pelo aviamento de mercadorias industrializadas em troca do trabalho do seringueiro produtor de borracha, no passado, e desmobiliza o proletariado na luta pela desconcentração do capital, no presente. Na história contemporânea do Acre essa mesma lógica é utilizada para concentrar poder em uma única pessoa, ou num grupo restrito de pessoas, em detrimento do coletivo de trabalhadores que compuseram um bloco de forças contraditórias, mas unidas numa frente ampla que logrou chegar ao poder no Acre.

Esse conjunto de aspectos enfatizados na análise até aqui, auxilia aqueles que não viveram no Acre nos últimos dez anos do século XX e nos primeiros dez anos do século XXI a entender por que, uma vez no poder, a FPA abandonou a historiografia crítica que esteve na raiz de sua constituição, em favor do positivismo que ressalta os heróis como os únicos construtores da história, sempre eles, os indivíduos isolados que tudo sabem, que tudo podem e tudo fazem, que nos *salvaram* no passado distante, tornaram a nos *salvar* no passado recente e que não nos *salvar* no futuro. Essa perspectiva da história implica na adoção de uma postura passiva das massas frente a realidade e os acontecimentos históricos, imobilizando os trabalhadores e suas organizações de luta, que devem aguardar o desfecho vitorioso da atuação dos heróis em ato solo, ou quando muito, esperar o comando do “chefe” para agir na história.

A historiografia crítica que passou a empreender pesquisas nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, reescreveu a história do Acre dando voz aos trabalhadores tirando-os do anonimato, contribuiu com a elevação da consciência de classe do proletariado acreano, nos fez compreender que a história não é estática, petrificada, ao contrário é um processo coletivo, marcado por contradições que lhe dão dinamismo, possui idas e vindas, avanços e retrocessos, e mais, que os trabalhadores unidos podem ascender ao poder.

Ao invés dessa leitura crítica, uma vez no poder, a FPA retrocedeu a mitologia positivista e se abraçou com mentalidade dos coronéis de barranco do passado, passou a contar a história seguindo um esquema linear, dividido em períodos e fases que se sucedem num processo natural e sem contradições, como veremos no tópico a seguir. Todavia, a adoção do positivismo como método de análise história do Acre pelos chefes da FPA, não se constituiu no problema, mas sim, na sua manifestação, posto que, o problema real, a base material real do problema foi o descolamento dos dirigentes da FPA do povo, implicando na perda da unidade orgânica da FPA com a massa dos trabalhadores, em decorrência desse fato, seus chefes recorreram aos sofismas positivistas para justificar a necessidade de sua continuidade no poder, como manifestação do que Gramsci (2007) chamaria de *saturação* política do grupo no poder.

2.10.4. Aspecto parcial 3: o heroísmo na história: mediação entre o positivismo do passado e do presente

O Prof. Marcus Vinicius Neves se constituiu, se não no historiador oficial, certamente, no mais prestigiado e requisitado pelos governos da FPA, tornou-se o maior expoente desse pensamento, que pode ser verificado nos textos *Rio Branco 1882/2005* e *História Política do Acre – 1904/1996* (NEVES, 2018). Nesses artigos as histórias de Rio Branco e do Acre, são divididas em *períodos* constituídos de diversas *fases*, marcadas por um conjunto de fatos ocorridos em determinadas datas, como pode ser visto, por exemplo, nos quadros 5 e 6.

Quadro 5	
Fases da história do Acre, segundo a narrativa positivista oficial da FPA no poder	
1850-1880	Índios e Exploração
1880-1904	Povoamento e Revolução
1904-1945	Território Federal e a Batalha da Borracha
1946-1971	Estado do Acre e Ditadura Militar
1971-1999	Invasão dos paulistas e Redemocratização
1999-2017	Desenvolvimento sustentável
Fonte: NEVES, Marcus Vinicius disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nmX9mnLyN3A . Acesso em 01/08/2022	

O quadro 5 foi montado com base no esquema da aula do Prof. Marcus Vinicius realizada em maio de 2017, disponível na internet no endereço citado no quadro. Aqueles que se dispuserem assisti-la poderão constatar quatro aspectos que nos chamaram atenção, são os seguintes:

- a) A história dos povos indígenas, antes da *colonização* a partir de 1850 não conta para a história do Acre;
- b) Ausência de mediação e transição entre o que o Prof. Neves designa *fases* da história do Acre. Trata-se de uma história que transcorre por *saltos* de uma *fase* para a outra;
- c) A *fase* de 1880-1904 quando aqui chegou o capital e iniciou-se a empresa gumífera é chamado de *povoamento*, corroborando com a tese de João Craveiro Costa (1973), segundo a qual, a região era um grande vazio humano, um *deserto*, a disposição da conquista pela civilização. Concepção que vem expressa no título de seu livro “A conquista do deserto ocidental”, tema já abordado na seção 2.2.2. O termo *conquista* empregado por Costa (1973) dá caráter heroico ao massacre perpetrado contra os povos indígenas na Amazônia brasileira Sul-Occidental, ao passo que, o *Povoamento*, termo empregado por Neves suaviza e humaniza o genocídio patrocinado pelo capital imperialista contra os povos originários da região. No entanto, a chegada dos *paulistas* ao Acre é denominada de *invasão*, o que faz desse fato histórico algo repugnante, por analogia e pela semântica das palavras, torna esse acontecimento pior do que a chegada dos primeiros empreendedores da borracha no segundo quarto do século XIX, que

povoaram a região, supostamente vazia de povos, logo sem conflitos. Todavia, silencia quanto ao fato que tal *conquista*, trouxe a morte para milhares de indígenas, omite por exemplo, que os conquistadores tinham o hábito de invadir aldeias atirando, estuprando e lançavam crianças indígenas para o alto e aparando-as na ponta do terçado, durante as chamadas *correrias* (SOUZA, 2005). A partir de 1999, essa propaganda difundida amplamente no Acre, traz nas entrelinhas do discurso, uma mensagem sutil: *os seringalistas, nossos antigos patrões, acreanos como nós, são aliados. Os paulistas, invasores alienígenas, nossos inimigos.*

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético tanto os seringalistas do passado distante, representados no presente por seus herdeiros, quanto os pecuaristas do passado recente, assentaram seu poder e riqueza sobre o latifúndio e a exploração da força de trabalho do proletariado acreano, seja na condição de seringueiro, castanheiro ou peão de fazenda. Tanto a chegada dos exploradores da borracha como os pecuaristas, invadiram as terras indígenas e, em maior ou menor grau, contribuíram para o genocídio das populações indígenas. Trata-se, pois, do capital com sua força destrutiva, predatória e desagregadora das relações humanas se manifestando de forma distinta em cada momento histórico. Sob o primado da emancipação humana, não há por que, nem como, romantizar nem satanizar nenhuma dessas *fases* da história do Acre, posto que são manifestações aparentes do mesmo fenômeno: o trabalho alienado.

No mesmo tópico, Neves segue a tradição positivista ao designar a guerra imperialista pelo controle da zona extratora de borracha na Amazônia, de *Revolução*. Isso mesmo, com “R” maiúsculo, denotando a grandeza heroica do feito, na mesma linha de Tocantins (2001).

d) A cada uma das *fases* em que a história do Acre foi reduzida, corresponde uma série de datas marcantes e seus respectivos heróis. Decorrente desse positivismo mitológico, temos o seguinte esquema linear:

Quadro 6 Linha hereditária dos heróis acreanos segunda a mitologia positivista					
Newtel Maia, Manuel Urbano, Gabriel de Carvalho	Galvez de Arias, Plácido de Castro	Guiomard Santos	José Augusto	Wilson Pinheiro, Chico Mendes	???
↑ heróis	↑ heróis	↑ heróis	↑ heróis	↑ heróis	↑ heróis
Índios e Exploração 1850-1880	Povoamento e Revolução 1880-1904	Território Federal e a Batalha da Borracha 1904-1945	Estado do Acre e Ditadura Militar 1946-1971	Invasão dos paulistas e Redemocratização 1971-1999	Desenvolvimento sustentável 1999-2017
Fonte: autoria nossa, com base na exposição de Neves disponível em https://www.youtube.com/watch?v=nmX9mnLyN3A . Acesso em 01/08/2022					

Na fala de Neves referente à *fase* 1999-2017, não aparece a citação de nenhum herói. Por isso, e para ser fiel ao seu pensamento, utilizamos as interrogações na linha do tempo dos heróis. Entretanto, esse período corresponde aos governos da FPA e toda a narrativa sugere sutilmente, que se ponha em destaque a “liderança do Governador Jorge Viana, o controle e a dominação exercida por ele nas estruturas de governo e dos partidos” (SILVA, 2010, p. 303), com o objetivo de sacralizá-lo como o novo herói revolucionário, de uma *revolução* que se efetivou apenas como *marketing eleitoral*.

Ainda que nesse período, muitas mudanças progressistas tenham se processado na forma do estado, as novas forças políticas de esquerda que assumiram o governo do Acre a partir de 1999, seguiram reproduzindo a mesma lógica do poder, das assim denominadas *forças conservadoras*; no fundamental, o objetivo final das políticas implementadas não era a emancipação humana e sim auferir dividendos eleitorais com vistas a vencer as eleições que ocorrem a cada dois anos. Resulta dessa compreensão, o entendimento a que chegamos, segundo o qual, a primeira batalha pelo controle da borracha não se constituiu numa revolução, tão pouco se pode afirmar que alterações na máquina do estado, ocorridas na *fase* 1999-2017, também o tenham sido.

Valdir Calixto, Josué Fernandes de Souza e José Dourado de Souza, Carlos Alberto Alves de Souza, Pedro Martinello, Pedro Vicente Costa Sobrinho, Silvio Bez Birolo, Homero Costa, Maria José Bezerra, Clodomir Monteiro e Jacó Píccoli, são alguns dos intelectuais progressistas que nos legaram uma análise crítica sobre o Acre, como uma *história em construção*, com tensões e mediações contraditórias, cujo protagonista é o povo, síntese (ele próprio) de múltiplas determinações. Essa leitura crítica levou o proletariado acreano a se reconhecer como sujeito de seu próprio destino e coletivamente sonhar com outra história, em que os frutos de seu trabalho fossem socializados com todos que dele participam e não ficasse mais concentrado nas mãos dos *heróis*, donos do barracão e/ou do poder. No entanto, recentemente essa perspectiva foi subvertida pelos que se julgam novos coronéis de barranco, que fizeram dos partidos e do poder popular novos barracões, nos alienando novamente, dessa feita, nos alienando politicamente.

Essa perspectiva atomizada do homem-indivíduo, presente na historiografia positivista do Acre, também foi o fundamento da crítica de Feuerbach a religião e ao idealismo de Hegel. Todavia, essa crítica feurbachiana estava impregnada da concepção liberal, herdada da tradição revolucionária francesa, razão pela qual Marx volta sua crítica

contra aquela concepção de homem entendido como ser natural, analisado em suas funções biológicas do indivíduo isolado.

Na sexta tese sobre Feuerbach, Marx demarca campo com essa visão nos seguintes termos:

Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso:

1. a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – *isolado*.
2. por isso, a essência só pode ser apreendida como “gênero”, como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos *de modo natural*. (MARX e ENGELS, 2007, p. 534, grifos dos autores)

A tese segundo a qual a essência de cada indivíduo particular é o conjunto das relações sociais, constitui-se numa das pedras fundamentais do edifício epistemológico de Marx, síntese teórica possível a partir da aplicação do método do materialismo histórico-dialético que incorpora a concepção de Feuerbach que concebe o homem em sua dimensão biológica natural, como um avanço, se comparada com as ideias míticas popularizadas pela ideologia medieval que ainda dominavam a velha Prússia do século XIX, mas ao mesmo tempo, Marx supera a concepção Feurbachiana ao entender que o homem não é só sua dimensão biológica natural, mas também, a síntese das relações sociais e históricas, “não é uma entidade pairante, nem uma universalidade alcançada por abstração” (BARATA-MOURA, 2003⁵⁷). Com isso,

Marx não se limita a repetir a tese um pouco banal de Aristóteles segundo a qual o homem é *zoon politikon*, isto é, que ele vive e *produz* sempre em comum com outros homens, que ele desde o berço está destinado à sociedade sem a qual não poderia sobreviver. Marx supera esta tese e afirma que o homem é *produto* da sociedade, ou seja, que ele é obra da sociedade. (SCHAFF, 1982, p. 80)

O que Schaff (1982) procura enfatizar nessa passagem, a partir da crítica de Marx, é que o homem não só está ligado à natureza enquanto ser biológico, como expresso na concepção de Feuerbach, assim como, também não se trata apenas de um ser político

⁵⁷ A edição eletrônica da Revista do Partido Comunista Português – PCP, que tivemos acesso, não é possível localizar o número das páginas. Disponível em: <https://www.pcp.pt/publica/militant/>. Acesso em 03/08/2022.

como entendido por Aristóteles, mas sim que, o homem é produto dessas relações sociais que se estabelecem no processo de transformação consciente da natureza.

Desse modo, as formas de viver, pensar, a cultura, derivam das relações que se estabelecem na sociedade no processo de trabalho, as quais constituem-se no ambiente social em que as novas gerações serão educadas para que se formem como seres humanos por meio da socialização da cultura e, a partir dela, possam socialmente transformar a natureza pelo trabalho. Dito de outra forma: o trabalho produz cultura e a cultura socializada possibilita o trabalho e ambos os processos articulados e mediados pelas contradições a eles inerentes, constituem a condição ontológica da formação humana.

O indivíduo, portanto, é a síntese social de seu tempo histórico e a história por sua vez, é síntese da ação dos homens, mediada por relações sociais contraditórias. De maneira que, mesmo os grandes feitos individuais trazem em si, a sociabilidade do conjunto da humanidade contida no indivíduo em sintonia com seu tempo sócio-histórico. Por essa compreensão materialista, histórica e dialética, tomar o indivíduo em sua singularidade individual, e a partir disso, explicar seus feitos e sua ação histórica, só é possível por meio de uma abstração metafísica, surreal.

Dessa compreensão resulta que o indivíduo liberal isolado é pura abstração, só existe no plano teórico ou, como imaginação fantástica, como diria Marx (2008) trata-se de *robsonadas* dos teóricos liberais, cujas ideias, nada mais são do que mitos para justificar a posição de domínio e de controle da produção exercida por poucos homens, criam-se imagens fantasiosas de qualidades especiais humanas sintetizadas num indivíduo, dando origem ao *super-homem* como paradigma humano burguês. Trata-se, pois, de um indivíduo a-histórico, “um ser egoísta que age em função de um bem próprio” (FRIGOTTO, CIAVATTA e CALDART, 2020, p. 13), desprovido de humanidade, percebido apenas em sua aparência imediata e não em sua totalidade concreta, como um ser histórico-social.

2.10.5. Aspecto parcial 4: O partido como negação do movimento

Há a visão difundida por segmentos da esquerda acreana, segunda a qual, os partidos de esquerda se inseriram no movimento sindical rural e urbano, num movimento considerado de *fora para dentro*, ou seja, havia um movimento popular sem a participação dos partidos e em algum momento impreciso da história, foi infiltrado pela ação partidária. Ideia expressa por Silva (2010) da seguinte forma:

Quando ocorreu o acirramento dos conflitos, vislumbrou-se uma nova perspectiva de solução para os graves problemas sociais e ambientais existentes na região. Muitos viram nessas vozes uma força social capaz de transformar um modelo secular de exploração. Engajaram-se no movimento seringueiro porque haviam sido contaminados pelo frescor das ideias propagadas por trabalhadores rudes e por índios que, de forma inédita na história acriana, comungavam dos mesmos objetivos. Outros enxergavam nesse movimento a oportunidade de saírem da obscuridade política e se apropriaram do discurso seringueiro como forma de construir um projeto político partidário. (SILVA, 2010, p. 171)

Escapa a essa análise de Silva (2010), o fato que a essa época, as lideranças do movimento eram as mesmas que estavam na direção dos partidos, ou seja, houve um movimento de convergência de dois vetores, um de dentro do movimento em direção a busca do poder político, e outro de fora, representado pelos partidos semiclandestinos, a igreja progressista e os intelectuais de esquerda que viam na organização dos trabalhadores uma força que pudesse suplantar os governos autoritários e por fim ao arbítrio no Acre e no Brasil. Havia portanto, uma vinculação orgânica entre movimento e partido. Não foi o partido que se inseriu no movimento, foram essas lideranças que a partir de meados dos anos 1970, compreenderam que para dar consequência às reivindicações do movimento, era preciso lutar pelo poder político. Diante da estrutura política do Brasil, para que esse intento pudesse se viabilizar, os militantes do movimento social compreenderam que deveriam se inserir nos partidos. Representou, portanto, um amadurecimento político das lideranças do movimento social, a elevação do nível de consciência de classe dos trabalhadores da luta meramente econômica e/ou de luta pela terra, transformando-se em luta pelo poder político sob o controle dos interesses dos trabalhadores.

2.10.6. Aspecto parcial 5: A essencialidade da propriedade privada para o projeto de sustentabilidade

O artista João José Veras de Souza, o João Veras, em sua obra *Seringlidade: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta*, texto que analisa criticamente os governos da Frente Popular a partir do referencial teórico que se insere no campo da teoria crítica *decolonial*, base a partir da qual, tece severas críticas ao projeto de desenvolvimento sustentável, nele o autor apresenta a compreensão que “... A propriedade privada é essencial para o desenvolvimento desde que não alcançada pelos

condenados, desde que concentrada em favor dos neo-seringalistas” (SOUZA, 2017, p. 212).

Para Souza (2017), o projeto de sustentabilidade desenvolvido pela FPA sob a hegemonia do PT, impediu que os povos da floresta, a quem o autor denomina de *condenados da floresta*, tivessem acesso a propriedade da terra e ao mesmo tempo, direcionou os ativos ambientais das Reservas Extrativistas – Resex, para a satisfação dos interesses do mercado de madeira e de gado. Os agentes desses negócios são denominados *neo-seringalistas*, que se apropriam do capital social por meio de políticas públicas “financiada/condicionada pelos agentes multilaterais financeiros prepostos do *sistema mundo moderno colonial*” (SOUZA, 2017, p. 297, grifos do autor).

Segundo o autor, a raiz dessa distorção está na própria concepção das Resex, conclusão que chega após proceder a análise sobre a polêmica que se estabeleceu nos anos de 1985-1986 na direção do Conselho Nacional dos Seringueiros – CSN, quando da definição do projeto de reservas extrativistas e o uso da terra. Na ocasião, três posições foram defendidas no âmbito do movimento dos seringueiros: propriedade privada, condominial e área da União cedida para usufruto dos extrativistas, ao final, acabou prevalecendo a última⁵⁸ (SOUZA, 2017).

As escolhas apresentadas para os seringueiros naquela reunião de Brasília: propriedade privada ou propriedade coletiva, condomínio ou propriedade da União, todas elas amarram o sujeito colonial à lógica do domínio da Colonialidade, posto que todas estão circunscritas à ideia de propriedade capitalista. (SOUZA, 2017, p. 282)

Apesar de concordamos com o sentido geral dessa formulação de Souza (2017), notadamente, no que diz respeito ao fato que ambas as propostas em debate naquela época, se inseriam no âmbito do modo de produção capitalista, nem podia ser diferente, por estarem inseridas dentro da lógica global desse sistema. Entretanto, há que se considerar que, no caso das proposta de Reservas Extrativistas geridas pela propriedade

⁵⁸ De fato, ao final, em 1990, dois anos após o assassinato de Chico Mendes, a chamada e desejada “reforma agrária dos seringueiros”, a reserva extrativista, é tornada norma jurídica com o Decreto Federal n.º 98.897, de 03 de janeiro de 1990, criado para atender à previsão da Lei 6.938/81, no seu Art. 9.º, IV, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Por este decreto, as reservas extrativistas são propriedade da União Federal, cuja exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais será concedida às populações extrativistas mediante contrato de concessão real de uso. [...] Dez anos depois, as reservas migram, no plano legal, para a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Agora, para efeito ambiental, elas são unidades de conservação de usos sustentável voltada para a compatibilização da conservação da natureza com usos sustentável de parcela de seus recursos naturais. (SOUZA, 2017, p. 274)

condominial e como propriedade da União, há algum grau de controle social do usufruto da terra e dos recursos florestais, ao passo que, a distribuição dos lotes como propriedade particular, nenhum controle social é possível sobre o destino e o manejo dos recursos naturais por cada proprietário individual, fica-se a mercê da consciência de cada um, e o que é mais temerário, dos interesses de cada um. Diante disso, os extrativistas menos conscientes, estariam sujeitos a ceder com mais facilidade as pressões econômicas, por meio da especulação da terra, o capital tende a comprar esses lotes, estabelecendo a concentração fundiária.

Ao assumir posição no debate, Souza (2017), opta pela ideia clássica de reforma agrária, ou seja, dividir a terra em lotes e distribuí-la aos que nela trabalham. Parte do princípio que os critérios que prevaleceram no debate tanto no âmbito do CNS, quanto do poder público, foi o de natureza ambiental e não agrário, por isso, defende o direito à propriedade privada da terra para as populações extrativistas, pois no seu entendimento, a exclusão a que essa populações fora historicamente vítimas, se resolveria com a mudança qualitativa da condição de não proprietários, para a de proprietários, Na perspectiva enfocada por Souza (2017) a desconcentração da propriedade fundiária na Amazônia igualaria, pela propriedade, a condição de *colonos e colonizados*.

Afinal, uma reforma agrária então desejada não equivaleria a uma efetiva desconcentração fundiária na Amazônia? Não significaria a concessão/divisão fundiária para todos os proprietários no campo/floresta? Tal efeito não poderia significar a separação entre proprietários e não proprietários e, com isso, os últimos se igualariam aos primeiros, podendo, com isso, afirmar que é igual ao colono? A resposta é não, pois colocaria em questão justamente um dos pilares do regime moderno-colonial, que é a necessária existência entre proprietários e não proprietários e não proprietários, o que significa neste aspecto a manutenção da condição colonial na Amazônia. É que o colonizado não pode se igualar ao colonizador. (SOUZA, 2017, p. 276-277)

O argumento apresentado por Souza (2017) é carregado de grande força discursiva, e ao mesmo tempo em que defende a reforma agrária na Amazônia ao longo de seu livro, no trecho destacado, o autor parte da premissa, segundo a qual, o que torna essa proposta inviável é o fato de essa igualar aqueles a quem o autor denomina de *colonizados*, aos capitalistas proprietários de terra denominados de *colonizadores*. Se assim ocorresse, as estruturas das relações capitalistas estariam quebradas, motivo pelo qual o sistema usa a força dos mecanismos coercitivos que dispõe, para impedir que isso ocorra.

Entendemos que apesar do argumento ser lógico, prende-se aos aspectos formais do problema, não penetra, portanto, em sua essência. A lógica formal que preside a análise, não possibilita alcançar os elementos determinantes das relações capitalistas de produção e acumulação de riquezas.

A compreensão exposta acima nos seus pontos fundamentais, demonstra não compreender o fato que o modo de produção capitalista está assentado sobre a propriedade privada dos meios de produção. Sendo assim, a terra, como meio de produção fundamental, só se constitui em fundamento do capitalismo quando privatizada.

Marx ao analisar a tendência histórica da acumulação capitalista, no capítulo 24 d'O capital, nos auxilia a compreender que a tendência da pequena propriedade privada dissolvida na mão de muitos, à medida que se desenvolve, tende a concentrar-se na mão de poucos.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso. Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção. Assim como a concentração destes últimos, ele também exclui a cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele só é compatível com os estreitos limites, naturais-espontâneos, da produção e da sociedade. (MARX, 2017, p. 831)

Esse modo de produção baseado na liberdade do indivíduo isolado e na propriedade privada, ao atingir certo grau de desenvolvimento, de acúmulo de força material, fruto do trabalho social, dá um salto de qualidade, desenvolvendo novas formas de relação no interior da produção capitalista, e num movimento dialético de renovação e permanência, voltando-se contra si mesmo, revolucionando-se, tornando-se mais complexo à medida que se desenvolve.

Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios

de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. [...] A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (Ibidem)

Dessa constatação de Marx (2017), depreende-se que todo o edifício do sistema capitalista se assenta sobre a propriedade privada dos meios de produção e no trabalho alienado, é pois, o pressuposto de sua existência como modo de produção capitalista, o que Souza (2017) categoriza pelo eufemismo *sistema moderno-colonial*. Portanto, a pequena propriedade não coloca em *questão os pilares desse sistema*, ao contrário, é seu pressuposto, posto que traz em si, a essência desse sistema. A pequena propriedade coloca em questão sim, as bases da propriedade coletiva dos meios de produção, inviabiliza-a, por outro lado, cria as condições para com o seu desenvolvimento, fada a desaparecer para dar lugar a grande propriedade da terra por meio da compra e da grilagem de terras, concentrando-se dessa maneira nas mãos de poucos capitalistas, fazendo aparecer, num segundo momento de seu desenvolvimento, instituindo-se os novos *proprietários e não proprietários*.

O que na verdade inviabiliza a reforma agrária na Amazônia ou em qualquer outra região do Brasil é o fato de o capitalismo em nosso país ter atingido certo grau de seu desenvolvimento sem que se rompesse suas raízes latifundiárias, não sendo mais compatível com formas de propriedades, ainda que capitalista, mas que correspondam ao seu estágio *pré-histórico*. Dessa forma, o capital procura encurtar caminho, para que possa se desenvolver, se expandir mais rápido, busca dar o salto do estágio de propriedade de uso comum (pública ou privada), para o de grande propriedade de empresa agrícola capitalista, sem passar pelo estágio de diversas pequenas propriedades rurais correspondente ao que se chama reforma agrária, estágio de desenvolvimento da propriedade privada, situada por Marx (2017) na *pré-história do capital*.

Ademais, a suposta igualdade entre *todos* os proprietários, instituída por uma reforma agrária, é por assim dizer, apenas formal, aparente, podemos até avançar na comparação e constatarmos certa equivalência no plano da subjetividade, que como *proprietários*, desenvolvam uma mesma consciência burguesa, mas as simetrias param por aí, pois entre os grandes proprietários e os pequenos há diferenças e contradições que o simples fato de serem *todos proprietários* não dissolve. O que queremos enfatizar, portanto, é que o pequeno proprietário de terra não se igualha ao grande proprietário, a

pequena unidade de terra baseado no extrativismo e/ou na agricultura familiar, não se equipara a grande empresa agrícola exportadora de comanditeis (madeira, carne ou grãos), trabalhadores agrícolas, extrativistas, camponeses, pequenos proprietários não se igualam ao grande capitalista. Portanto, *colonizado e colonizador*, para usar os termos de Souza (2017), seguem sendo diferentes, assimétricos, ainda que sejam proprietários. Todavia, esse é apenas o aspecto aparente da questão, a forma com que tais relações se apresentam, pois o que está na essência é que a pequena propriedade é, pois, o pressuposto para o estabelecimento da grande propriedade agrária, da indústria capitalista agrária, faz parte do processo de acumulação primitiva de capital (MARX, 2017).

Se por um lado a propriedade estatal no capitalismo não impede o uso das florestas públicas pelo capital, por outro lado, impõe restrições a especulação da terra e cria algum mecanismo de controle social, o que remete a luta para o âmbito da política, pelo controle da hegemonia da superestrutura estatal, para assegurar maior controle popular das florestas públicas, essa era a perspectiva presente entre as principais lideranças do CNS nos anos 80 do século passado, ao proporem que as terras de uso comum por seringueiros e castanheiros e populações indígenas fossem instituídas como áreas da União cedida para usufruto das populações tradicionais extrativistas.

O Partido dos Trabalhadores – PT esteve no centro desse debate pela influência que os principais dirigentes do CNS tiveram na própria constituição do Partido no Acre, por esse motivo também, o debate ambiental, da propriedade da terra, usufruto racional da floresta e a garantia das condições de vida das populações tradicionais com acesso a saúde, educação, valorização da renda do trabalho, compuseram um dos pilares do programa que originou a FPA, mas que, uma vez no poder, desvirtuou-se, cedeu às pressões do capital internacional; O que no início surge como um projeto emancipador, por insuficiências e equívocos, mas também traições, converte-se no seu oposto, torna-se um projeto a serviço da alienação dos trabalhadores em benefício da reprodução desmesurada do capital, por meio da especulação e da agiotagem das agências de financiamento internacional.

Como afirma Souza (2017), referindo-se as políticas de desenvolvimento do Acre implementadas nos governos da FPA,

O Estado, pelo modelo de gestão moderno-colonial que vem adotando sob a alcunha de *florestania*, passa a ter, como referência fundamental para as suas políticas desenvolvimentistas, os receituários dos prepostos do *sistema mundo moderno colonial* (BID, Banco Mundial, ONGs...),

os quais estão fundados na racionalidade econômica sob o invólucro de ambiental e social;

Como uma das consequências, em razão do modelo pelo qual as reservas vem se formando ao longo do tempo, os indígenas os seringueiros são induzidos e “ensinados” pela políticas de governo a agir como operadores/instrumentos, e assim legitimadores, das experiências científicas e tecnológicas (os saberes modernos e superiores) com as suas pedagogias da destruição legal (com o uso do direito posto) e “racionalidade” (com o uso da ciência posta) da floresta e outros modelos de fazer das florestas os *shopping centers* da natureza, em que os habitantes das reservas - e não os capitalistas “de fora” dela, assumem o ofício de “mercadores desenvolvimentista” [...] (SOUZA, 2017, p. 470. Grifos do autor)

Sendo assim, apesar de termos fundamentos teórico-metodológicos com perspectivas distintas, no que se refere ao balanço das políticas da FPA, estabelecemos com a teoria crítica decolonial, na qual Souza (2017) estrutura sua análise, um diálogo crítico com certo nível de convergência, pois, por caminhos distintos, chegamos a mesma conclusão: que as políticas públicas de desenvolvimento implementadas no Acre pela FPA sob a hegemonia do PT, contribuíram para manutenção do *staus quo* da sociedade capitalista, afastou-se da perspectiva emancipadora que lhe deu origem, tornou-se portanto, um projeto conservador. Esse é, pois, o elemento central que explica sua falência, mas não apenas, há que se contabilizar também a ação externa exercida pelas forças políticas de direita que exerceram uma oposição articulada por todos os vinte anos de governo da FPA, e que após as manifestações iniciadas em junho de 2013 em São Paulo, que se alastraram por todo o Brasil e desembocaram no golpe de 31 de agosto de 2016 contra o povo brasileiro, em que a Presidente Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República, fortaleceu e impulsionou a oposição à Frente Popular do Acre.

2.11. O papel das forças de direita na derrota da FPA

O capitalismo após viver um longo período de estagnação, compreendido do início dos anos 70, passando por todos os anos 80 do século passado (considerados como as décadas perdidas), viveu momentos de relativa euforia com a debacle socialista que teve seu ápice na desagregação da URSS em 1991. A partir desse marco, o imperialismo assume a sua face mais agressiva por meio da hegemonia do neoliberalismo no plano econômico e político liderado pelo império estadunidense que, apoiado no maior arsenal da história e uma poderosa estrutura midiática, impõe a sua estratégia de domínio econômico sobre os povos. O que se viu pelo mundo a fora, nesse período, foi o desmonte dos Estados nacionais, restrição dos direitos trabalhistas, sociais e guerras. A política de

elevação de juros em escala planetária deslocou massas gigantescas de capital da esfera da produção para a da especulação e a economia passou a ser determinada pela lógica do *rentismo*. Os “lobos de Wall Street”⁵⁹ levaram várias nações ao fundo do poço. Por todo o globo a quebraadeira foi geral, jogando milhões de pessoas no desemprego e no trabalho informal.

Não tardou e o colapso atingiu o centro do sistema com a crise das *hipotecas subprimes*⁶⁰ do mercado imobiliário estadunidense, episódio que eclodiu na virada dos anos 2007-2008. Gigantes como a GM - Chevrolet, símbolo do espírito empreendedor estadunidense, maior montadora de automóveis do mundo e a *American International Group Inc.* – *AIG* puseram-se de joelhos pedindo socorro ao Estado e instituições celebradas no mundo da alta finança como o todo poderoso Lehman Brothers Bank, fecharam suas portas. De lá para cá, a situação não tem melhorado em nada e estamos diante da *mais robusta, extensa e insanável crise de superprodução de capitais* (Frigotto, 2012c).

Como é de costume dos capitalistas, eles procuram transferir o ônus da crise para os trabalhadores e as nações enfraquecidas da periferia do sistema, ante a essa situação, só resta aos injustiçados organizar a sua resistência.

No panorama de 15 anos atrás, a vanguarda da resistência mundial estava concentrada no Cone Sul das Américas, tendo como farol a heroica resistência de Cuba. Inspirados na senda do povo cubano e no exemplo de luta emancipadora de Simon Bolívar, teve início na Venezuela a partir de 1999, o primeiro mandato do Presidente Hugo Chavez.

Apoiado numa das maiores jazidas de petróleo do planeta, Chaves fez enfrentamento frontal à política neoliberal e ao imperialismo estadunidense, não sem luta interna. Sob a reação das oligarquias venezuelana e o cerco do imperialismo, a revolução bolivariana segue resistindo. Essa experiência serviu de inspiração a todas as demais nações espoliadas da América do Sul e do mundo, e deram origem a organismos multilaterais como a Comunidade dos Estados Latino – Americanos e Caribenhos -

⁵⁹ *The Wolf of Wall Street* (O Lobo de Wall Street) filme de 2013, dirigido pelo cineasta estadunidense Martin Scorsese com roteiro de Terence Winter, baseado no livro de memórias autobiográficas de Jordan Belfor

⁶⁰ No jargão do mercado financeiro, as hipotecas *subprime* são denominadas em português de “podres” por não possuírem lastro, por isso, não oferecerem garantias de retorno e possuem alto risco de desvalorização.

CELAC e o MERCOSUL, que disseram não aos ditames imperialistas. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Uruguai, completam a corrente da resistência.

Nessa mesma conjuntura, enquanto a economia mundial derretia, impactada pela crise imobiliária dos EUA, o presidente Lula deixou o mundo perplexo ao anunciar a descoberta de uma mega jazida de petróleo que vai do Norte do Espírito Santo até o Estado de Santa Catarina, cobrindo uma área de aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados⁶¹, e mais, que apesar do óleo bruto encontrar-se a mais de sete mil metros de profundidade, abaixo da camada de sal que reveste a crosta terrestre, o Brasil, por meio da PETROBRAS, já possuía tecnologia suficiente para extraí-lo, o que dotaria o país de uma reserva calculada entre 70 a 100 bilhões de barris de óleo. Essa condição faria com que passássemos da 24ª posição entre os países produtores de petróleo e derivados, para a 8ª, ao lado da Venezuela e da Nigéria. Em termos monetários, essa jazida corresponde ao PIB dos EUA, em torno de US\$ 9 trilhões.

Diante desse cenário marcado pela agonia econômica no centro dinâmico do capitalismo, fortalecimento da resistência anti-imperialista e a maior economia da América Latina, na iminência de tornar-se autossuficiente em petróleo, *as luzes de alerta do império estadunidense se acenderam*, razão pela qual, os EUA reativaram a 4ª frota de sua armada, inaugurada nos anos da Segunda Grande Guerra para combater os submarinos nazistas nas águas do Atlântico Sul, foi desativada nos anos 1950, e reativada em *tempos de paz*, em julho de 2008.

Segundo o *Portal Vermelho*, estima-se que a quarta frota da Marinha dos EUA seja composta por:

120 aviões, até 60 tanques, três submarinos nucleares, 12 navios de escolta (cruzadores, contratorpedeiros ou destróieres). O mais surpreendente é a sua capacidade de bombardeio. Sabe-se que qualquer ponto na terra, em nosso planeta, pode ser atacado por um avião americano em até 90 minutos, saindo de um porta aviões, que são as naus capitânicas das frotas navais. Um ataque dessa natureza, ordenado pelo presidente dos Estados Unidos, poderia ocorrer sem que uma aeronave supersônica americana precisasse aterrizarem em terra ou reabastecer. Levanta-se vôo, ataca-se e volta-se à base, no porta aviões nuclear! (MIRHAN, 2008, Portal Vermelho⁶²)

⁶¹ PINTO, Eduardo. A trajetória do pré-sal: a aposta vira realidade. Carta Capital, 17 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-trajetoria-do-pre-sal-a-aposta-vira-realidade/>. Acesso em 23/06/2024.

⁶² MIRHAN, Lejeune. Pra que serve a quarta frota? Portal Vermelho jul. 2008. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/para-que-serve-a-quarta-frota/>. Acesso em 09/06/2024.

Além do poderio bélico descrito por Mirhan (2008), a armada do império possui também um sofisticado aparato cibernético capaz de realizar escutas telefônicas e *hackear* computadores em terra, o que de fato aconteceu, no episódio das escutas telefônicas da presidente Dilma⁶³ e na violação dos computadores da PETROBRAS, fartamente noticiada pela imprensa nacional e internacional a partir da divulgação ao mundo dos documentos secretos dos EUA pelo ex-analista da *National Security Agency* – NSA⁶⁴, Edward Snowden, incidente diplomático que levou o então Presidente Barack Obama, pedir desculpas formais ao Brasil. Ainda que não se possa afirmar que os incidentes de espionagem da Presidência do Brasil e da PETROBRAS, e o fortalecimento da extrema direita, da oposição no congresso, articulada as mobilizações de rua e nas redes sociais contra os governos populares de Lula e Dilma que seguiram-se após esses episódios estejam diretamente relacionados com a articulação da IV Frota da Marinha dos EUA, tampouco se pode negar que esses fatos tenham sincronia e façam parte da mesma estratégia de manter o domínio político e econômico do Império sobre o Cone Sul das Américas onde se articulava a maior resistência à política imperialista.

Essa linha de atuação na política internacional desenvolvida pelos EUA foi denunciada por nós, por ocasião do episódio de *condução coercitiva* do Presidente Lula para depor na sede da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Congonhas em São Paulo em março de 2016. Naquela ocasião publicamos um artigo no portal *Brasil – 247* em que procurávamos enfatizar a correlação entre a ação do imperialismo e a desestabilização nos processos de fortalecimento das democracias e das nações da América Latina, como dissemos,

A crise política do Brasil tem, portanto, um componente de articulação internacional. Assim como, em 1964 o golpe de estado foi arquitetado nos EUA por meio da operação “Brother San”, atualmente, a crise política que vivem as democracias populares da América Latina tem por trás as garras do imperialismo yanque, que manipula a imprensa e age por meio de seus sócios subordinados presentes nos bancos centrais desses países, na superestrutura do judiciário e no parlamento, por meio dos partidos conservadores e de extrema direita. (MONTYSUMA, 2016, p. 3)⁶⁵

⁶³ BRID, Sônia e GREENWALD, Glenn. Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma. Portal G1/ FANTASTICO. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/documentos-revelam-esquema-de-agencia-dos-eua-para-espionar-dilma-rousseff.html>. Acesso em 11/06/2024.

⁶⁴ *National Security Agency* – NSA, em português: Agência de Segurança Nacional – ASN, como é denominado o principal ramo da espionagem do império estadunidense.

⁶⁵ MONTYSUMA, Hildo. A rearticulação da IV Frota da Marinha estadunidense, o PL 131/15 de José Serra e a ameaça de golpe no Brasil. Portal Brasil – 247, março de 2016. <https://www.brasil247.com/blog/a->

O que pretendíamos destacar na época e que retomamos agora, é o fato de haver uma articulação entre o declínio econômico relativo do imperialismo, suas crises econômicas, em contraste com uma postura soberana das democracias populares no Sul das Américas e o fortalecimento econômico regional que emergiu na última década do século XX, com maior protagonismo mundial do Brasil; Diante dessa conjuntura, a reação dos EUA tanto em 1964 quanto na quadra 2008-2016 foi a sabotagem com vistas a desestabilização política do país, de maneira a criar o ambiente para o golpe de Estado, deslocando as forças progressistas do poder em benefício de seus sócios subordinados, prepostos de seus negócios na América Latina.

O que se viu foi que todos esses acontecimentos desembocaram, no golpe parlamentar – empresarial – midiático que destituiu a Presidenta Dilma e se concluiu com a prisão arbitrária do Ex-presidente Lula em 7 de abril de 2018, resultado de um julgamento parcial onde o Ministério Público e o Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, combinaram a condenação e sentença do réu, episódio que entrou para história do Brasil como a *farça da Operação Lava-Jato*, a exatos sete meses antes da votação do primeiro turno das Eleições que elegeria os deputados, senadores, governadores e o novo presidente do país.

As eleições de 2018 no Brasil, se realizaram dentro deste quadro da conjuntura internacional marcado, por um lado, pela crise estrutural e sistêmica do capitalismo e, por outro, pela luta de resistência dos povos contra a tendência do imperialismo de jogar o ônus dessa crise sobre as costas dos trabalhadores e nações empobrecidas do planeta. No plano nacional, o país encontrava-se fraturado pela divisão interna, vítima da política do ódio e do uso da mentira como arma de propaganda disseminada em larga escala pelas redes sociais, com sua infraestrutura estatal em processo acelerado de desmonte, depois de dois anos de governo antinacional de Michel Temer, que agia no centro do poder do país contra o povo, para favorecer a oligarquia financeira internacional e nacional.

A primeira eleição de Lula, em 2002, representou do ponto de vista geral, um freio na implementação da política neoliberal em nosso país e a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional, com valorização da renda do trabalho, democratização da sociedade brasileira por meio de cumulativa mobilidade social, redução das desigualdades sociais, modificação e democratização de muitos espaços de privilégios das camadas médias e altas de nossa sociedade: como universidades públicas, transporte aéreo e centros de consumo.

A política de juros baixos, a valorização do trabalho, fortalecimento das relações comerciais sul-sul e com os BRICS, nos blindou temporariamente dos efeitos danosos da crise de superprodução de capitais, mas que hoje, atinge com toda intensidade os chamados países de economia emergente.

Dessa situação pode-se depreender o seguinte, enquanto os efeitos da crise não haviam se manifestado no Brasil com toda a força e em toda a plenitude, a burguesia nacional mantinha uma certa tolerância ante as medidas democratizantes dos dois mandatos do presidente Lula, seguido pela Presidenta Dilma, posto que, ao longo dos 14 anos em que esse projeto foi desenvolvido, tanto a fração industrial da burguesia nacional, quanto os banqueiros, ampliaram seus ganhos de capital e multiplicaram seu patrimônio, mas tão logo os efeitos da crise se fizeram sentir de forma mais intensa nos centros dinâmicos da economia Nacional, não tardou o afloramento do ódio e o recrudescimento da oposição movida pelas classes endinheiradas.

Essa contradição se agravou com o aprofundamento, no Governo da Presidenta Dilma, da linha política iniciada por Lula em 2003, mas que, todavia, manifestava-se de forma mais tênue, de enfrentamento no campo macroeconômico das forças conservadoras e ao estrato dominante do sistema capitalista contemporâneo, a oligarquia financeira.

Por sua vez, o imperialismo utilizando seus tentáculos internacionais, procurava fomentar crises nos países não alinhados com seus interesses. México, Venezuela, Argentina, Colômbia, Bolívia e o Brasil, foram vítimas de espionagem, sabotagens e movimentos golpistas. No Brasil, essa trama do imperialismo foi fundamental para alimentar a política do ódio da burguesia entreguista e sócia subordinada do capital financeiro internacional, utilizando-se de seus agentes nos meios de comunicação de massas, no Banco Central, na superestrutura do judiciário e no parlamento brasileiro em aliança com as igrejas neopentecostais adeptas do farisaísmo da *teologia da prosperidade* e do *domínio*, para solapar a democracia e a independência nacional com vistas a assumir o controle político da Nação.

A “operação lava-jato”, que foi diuturnamente propagandeada pela internet e nos telejornais jornais em horário nobre e que hoje comprovou-se, ter se tratado de uma farsa, foi o mote usado para desgastar a Presidenta Dilma e a imagem de Lula, como se a corrupção no Brasil tivesse sido inventada pelo PT e ao mesmo tempo, calaram-se frente a outros escândalos, como por exemplo, os que envolviam o PSDB no caso dos trens do metrô de São Paulo e do HSBC.

Foi nesse cenário de crise aguda do sistema capitalista internacional e de luta de classes renhida no Brasil, que se deram as eleições de 2018. Nunca se viu um processo eleitoral tão politizado e com tanta nitidez das posições em disputa como nesse pleito, com um elemento novo, que teve papel decisivo: *a mentira em larga escala como arma política*, fenômeno que na língua do império estadunidense se denomina *fake News*⁶⁶. Os conteúdos falsos foram disseminados pelas redes sociais e pelos aplicativos de grupos de conversação, além de robôs que disparavam mensagens em massa, atingindo milhões de pessoas, artifício amplamente utilizado pela direita fascista para influir no processo eleitoral em favor de seus candidatos. No plano Nacional, esse processo desequilibrou aquela disputa em favor do candidato fascista Jair Bolsonaro que derrotou o candidato da unidade popular Fernando Haddad, por um percentual de aproximadamente 10% dos votos válidos.

No Acre, tivemos mais uma eleição de costas para o que acontecia no Brasil e o mundo, o debate eleitoral ficou circunscrito à nossa paróquia. A FPA que sempre teve dificuldade para realizar o debate sobre a questão Nacional, mais uma vez deixou essa questão a cargo do *horário eleitoral* no rádio e TV o que se refletiu na forma como conduziu suas candidaturas à Presidente, notadamente Lula e Dilma e por último, em 2018, com Fernando Haddad.

É bem verdade que desta feita, tivemos um dado novo, uma onda nacional e internacional de ultradireita que também impactou fortemente a política no Acre. Do nosso lado, a campanha de Haddad ficou restrita a uns poucos militantes e não teve visibilidade, o que rendeu a maior votação proporcional pró- Bolsonaro no País nas eleições daquele ano. O maior sintoma da falta de cuidado para com essa questão foi a ausência de material de propaganda nos comitês, problema que só foi resolvido na reta final da campanha do primeiro turno. Todos os esforços da Frente Popular nas eleições

⁶⁶ Fake News - em português notícias falsas, eufemismo para mentira.

de 2018 estavam voltados para garantir a continuidade no Governo conquistado há vinte anos, todavia, o candidato da oposição de direita, Gladson Cameli (PP)⁶⁷, sairia vencedor daquela eleição já no primeiro turno, derrotando Marcos Alexandre do PT.

Um elemento a se considerar, é que após esse processo, nunca houve entre os principais partidos da esquerda na Frente Popular do Acre, um debate sistematizado sobre as causas desse fenômeno, muito menos as medidas para superá-lo. Na época, as explicações mais recorrentes dada pelos principais dirigentes dos Partidos da FPA, sobre a derrota da Frente Popular se restringiram a dois aspectos, o principal de natureza externa: a onda neofacista que varreu o mundo chegou ao Acre e destruiu o projeto popular de governo; O segundo aspecto, expresso pelo argumento bastante repetido, que dizia respeito a uma imprecisa e indefinida, *fadiga de poder*, que nós interpretamos como se fosse um cansaço de governar. O entendimento a que chegamos a partir dessa interpretação é o seguinte: para os principais dirigentes, dos maiores partidos da esquerda acreana, a FPA perdeu as eleições em 2018 porque depois de vinte anos no poder, *cansou de governar, fadigou-se*.

Trata-se, pois, de uma lógica *metafísica*, e como tal, não rompe a barreira das aparências do fenômeno, se circunscreve nos limites da *lógica formal*, esgota-se na *forma*, nas *aparências*. Para explicitar melhor esse ponto de vista, analisemos então a primeira parte da formulação, os *fatores externos*, considerado o elemento primordial da mudança de poder no Acre, identificados como os *avanços do pensamento de direita no mundo e no Brasil, decorrente das transformações e da crise do capitalismo*.

Para lançar luzes sobre essa questão, recorreremos aos escritos de Mao Tse-tung (2004) *Sobre a prática e sobre a contradição*⁶⁸ de 1937. Nos referidos textos o revolucionário chinês sustenta que “[A] causa fundamental dos fenômenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenômenos.” (MAO, 2004, p. 41), ao contrário da concepção metafísica de mundo que acredita que os diferentes fenômenos têm suas mudanças provocadas pôr um impulso exterior. Mas com isso ele não nega a existência de causas externas as mudanças, das contradições externas que implicam nas transformações, que tais contradições operam por meio das *contradições internas* dos fenômenos, essas sim, as contradições fundamentais.

⁶⁷ PP – Partido Progressista

⁶⁸ Textos escritos para uma série de conferências a partir de 1937 para o Instituto Político e Militar Antijaponês de Yenan, constituído para enfrentar a invasão Japonesa à Manchúria a partir de 1931.

Assim, a dialética materialista combate energeticamente a teoria da causa externa, da impulsão exterior, característica do materialismo mecanicista e do evolucionismo vulgar metafísicos. É evidente que as causas puramente externas são apenas capazes de provocar o movimento mecânico dos fenômenos, isto é, modificações de volume, de quantidade, não podendo explicar porque os fenômenos são duma diversidade qualitativa infinita, a razão por que passam duma qualidade a uma outra. Com efeito, mesmo o movimento mecânico, provocado por uma impulsão exterior, realiza-se por intermédio das contradições internas dos fenômenos. ... (MAO, 2004, p. 41 – 42)

Mais à frente ele explicita essa tese de forma didática, recorrendo a exemplos da natureza e da luta de classes, mais precisamente a que se dá entre dois exércitos, que nos parece análogo às circunstâncias que levaram à derrota da Frente Popular do Acre:

Mas será que a dialética materialista exclui as causas externas? De maneira nenhuma. Ela considera que as causas externas constituem a condição das modificações, que as causas internas são a base dessas modificações e que as causas externas operam por intermédio das causas internas. O ovo que recebe uma quantidade adequada de calor transforma-se em pinto, enquanto que o calor não pode transformar uma pedra em pinto, já que as respectivas bases são diferentes. ... De dois exércitos em luta, um vence e o outro é derrotado: isso é determinado por causas internas. A vitória é devida ou ao poderio do exército ou à justeza de vistas do seu comando; a derrota deve-se ou à fraqueza do exército ou aos erros cometidos pelo seu comando. É por intermédio das causas internas que atuam as causas externas. (Ibidem, p. 43 – 44).

Essa compreensão de Mao (2004), se articula e é coerente com a que Marx (2011 e 2008) sistematiza sobre o método da economia política onde ele afirma que quando *mais ou menos* os elementos singulares do modo capitalista de produção foram fixados, “começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial.” (MARX, 2011, p. 54). Como analisamos no tópico 1.2. *Método de análise como fundamento dos procedimentos de investigação*, o ponto de partida da análise deve ser o concreto empírico, ao passo que o ponto de chegada deve ser o concreto pensado, “isto é, a apropriação pelo pensamento do real concreto” (SAVIANI, 2015, p. 28). Desse modo, os dirigentes da esquerda acreana ao analisarem a derrota da Frente Popular, tomando como *fator determinante* os elementos externos, como a crise geral do capitalismo e o recrudescimento do fascismo, incorrem no mesmo erro dos economistas burgueses do século XVII, que explicavam o capitalismo sempre por seus aspectos gerais “o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.,” (MARX, 2011, p. 54), essa perspectiva genérica, não permite superar as aparências e mergulhar na essência

do fenômeno, pois, por esse caminho, as *representações volatilizam-se em determinações abstratas*, razão pela qual Marx (2011), propõe como ponto de partida e de chegada as determinações mais simples que tragam em si a síntese das múltiplas determinações sociais, por isso, em Marx o ponto de partida e de chegada da análise da sociedade capitalista é a *mercadoria*, produto do trabalho social que lhe imprime *valor de uso e valor de troca*.

No nosso caso, para que se possa compreender a derrota da FPA, temos que tomá-la como objeto de análise no seu desenvolvimento histórico, nascimento, apogeu e derrota, compreendendo suas contradições e sínteses internas singulares como mediações, por meio das quais operam as contradições gerais do capitalismo, compreendendo suas contradições internas como as principais, pois foram elas, em última análise, que determinaram seu sucesso e fracasso, agindo como mediação das contradições gerais do capitalismo por meio das quais influíram sobre seu desenvolvimento histórico particular.

Diante da tese dos fatores externos como determinante da derrota da FPA, notadamente *as contradições e a crise geral do capitalismo*, interpelamos seus defensores com o seguinte questionamento: Sendo os *fatores externos* o elemento determinante do fim da experiência do governo de esquerda no Acre: por que esses mesmos *fatores* não determinaram também, o fim do governo de esquerda do Maranhão, onde Flávio Dino se reelegeu pelo **Partido Comunista** no primeiro turno das mesmas eleições de 2018 em que fomos derrotados no Acre? Por que no Piauí, que se encaminha para completar 24 anos de governos do PT, essa experiência de governança não teve fim com a onda nazifascista que assola o país? Por que os *fatores externos* que derrotaram a Frente Popular do Acre, não impediram a eleição em 2018 de Fátima Bezerra (PT), numa aliança de esquerda que segue governando até hoje o Estado do Rio Grande do Norte? E, também, por que *a crise geral do capitalismo e a onda de extrema direita que assola o mundo* não tirou do poder o PSB que há treze anos governa a Paraíba? E, ainda, por que esses mesmos *fatores externos* não derrotaram o PT na Bahia, que tal qual o PSB na Paraíba, governa o estado há 13 anos?

Diante desses questionamentos, os defensores *dos fatores externos* como determinantes da derrota da FPA, se traem nos seus argumentos e respondem afirmando *que a realidade de cada estado precisa ser analisada a partir de suas particularidades*. O que nos faz retornar ao ponto zero da questão, ou seja, quais as contradições internas da FPA que possibilitaram seu nascimento, apogeu e derrota?

Diante dessa questão, adquire centralidade a tese de Mao (2004), segundo a qual as *contradições internas* ao objeto de análise devem ser tomadas como as principais, isso porque, são elas que possibilitam as mudanças qualitativas, as viragens históricas, as revoluções, sínteses das variadas determinações resultantes da interpenetração e da mediação com as *contradições externas*, razão pela qual ele afirma que “o ovo que recebe uma quantidade adequada de calor transforma-se em pinto, enquanto que o calor não pode transformar uma pedra em pinto” (Ibidem).

Outra explicação recorrente nos discursos das lideranças da Frente Popular para explicar sua falência é a “fadiga de poder”. Expressão vaga e de múltiplas significações e interpretações, que no nosso entender, foi utilizada mais para não se aprofundar na análise dos nossos erros e insuficiências, mas, principalmente, para não enfrentar a realidade que

De dois exércitos em luta, um vence e o outro é derrotado: isso é determinado por causas internas. A vitória é devida ou ao poderio do exército ou à justeza de vistas do seu comando; a derrota deve-se ou à fraqueza do exército ou aos erros cometidos pelo seu comando. É por intermédio das causas internas que atuam as causas externas. (MAO, p. 44).

Ou seja, a tese da *fadiga de poder*, é na verdade uma fuga das responsabilidades, opta-se por esse caminho para que os *comandantes* da FPA não tenham que prestar contas de seus erros aos comandados e ao povo, nos termos explicitados por Mao (2004). A *fadiga de poder* revela, ainda que de forma indireta, um outro problema a ultra centralização do poder que veio acompanhada da ausência de uma política de renovação de quadros que possibilitasse alternância nos diversos níveis da administração, inclusive e principalmente no cargo de governador, o que pela tese da *fadiga de poder*, levou os dirigentes terem que governar até se *cansar*, até se sentirem *fadigados*, *extenuados*, diante disso, passarem o poder para a direita.

Diante do exposto até aqui, entendemos que a tese da *fadiga de poder*, busca suspender o debate sobre por que os dirigentes da FPA não permitiram uma política de renovação que lidasse e/ou respondesse ao problema da *fadiga*? Por que não houve uma política de educação das massas que as imunizasse ao avanço da ideologia conservadora na sua vertente *neofascista*? Por que se negligenciou a luta de ideias que blindasse o povo acreano dos *fatores externos*, ou seja, da *crise do capitalismo e o avanço da onda neofascista*?

A tese da *fadiga do poder*, se constitui assim, num sofisma por meio do qual se

procura convencer a militância de esquerda no Acre que o poder cansa e diante do cansaço, é natural que haja alternância e que novas forças assumam o comando do Estado, no caso do Acre, a direita.

Essa *biologização* da discussão do poder por meio da tese da *fadiga*, não permite que se questione por que as forças de esquerda, diante do *cansaço* não puderam ser substituídas por outras igualmente de esquerda, ou de extrema esquerda, que tivessem necessariamente que dar lugar a direita, como ocorreu no Acre.

Diante do exposto, consideramos os argumentos que sustentam a tese dos *fatores externos* e da *fadiga de poder* insuficientes e incoerentes para explicar os motivos da falência da FPA. Para superar as insuficiências dessas análises, há que se realizar o *detour* proposto por Kosik (2002) de maneira que se transpasse a barreira das aparências a que esses argumentos se prendem, e penetrar na coisa em si, mergulhando nas contradições internas da FPA e dos Governos sob sua direção, partindo de um referencial marxista, para que se possa compreender as múltiplas determinações dessa experiência de governo popular na Amazônia, tomando suas contradições internas como as principais, que ao fim e ao cabo, foram as que determinaram seu surgimento, desenvolvimento, vitória e derrota. Todavia, tal tarefa só pode ter êxito se for realizada coletivamente, porque necessita de múltiplos olhares dos diversos atores que tomaram parte nessa experiência, também por ser esforço de grande envergadura e por não se constituir no nosso objeto de investigação, mas que, entretanto, se articula a ele, apresentamos aqui, notas indicativas para a realização, cujo núcleo reside no *método* de análise e interpretação da realidade.

2.12. O positivismo e a derrota da Frente Popular do Acre

A Frente Popular do Acre – FPA na sua origem, além dos partidos de esquerda que a fundaram (PT, PCdoB, PCB e PDT) reunia também lideranças dos povos indígenas do Acre, sindicalistas do movimento dos trabalhadores rurais, militantes dos direitos humanos, lideranças dos movimentos comunitário, estudantil (secundaristas e universitários), Igreja Católica progressista e professores da UFAC organicamente vinculados aos interesses dos trabalhadores. Posteriormente, o Partido Socialista Brasileiro – PSB e o Partido Verde – PV, passariam a compor o núcleo de esquerda da Frente ocupando o espaço deixado pelo PCB que se dissolveu, passando a denominar-se Partido Popular Socialista – PPS, permaneceu por algum tempo na Frente Popular, mas foi pouco a pouco movimentando-se para posições de centro-direita antes de romper definitivamente com a FPA. Também o PDT passou a oscilar entre o poio e oposição as

posições da Frente Popular, afastando-se do círculo de forças políticas que fundaram a Frente Popular.

Essa frente ampla foi dirigida por um núcleo de esquerda que se fundamentava politicamente na historiografia crítica sobre o Brasil e o Acre, nas lutas do movimento social urbano e rural e nas lições das lutas do proletariado internacional, base da qual construiu-se um projeto de desenvolvimento econômico regional, referenciado nas particularidades da cultura da Amazônia brasileira na sua porção Sul-Occidental, dando origem nos anos de 1990 ao instrumento de luta pelo poder político, construído por um amplo campo de forças, sob a direção da esquerda que tinha como elemento comum o enraizamento nas lutas populares.

A necessidade de passar em revista a história do Acre numa perspectiva dialética, ainda que de forma tópica, no período delimitado a partir da penetração do capital na Amazônia Occidental no terceiro quarto do século XIX, até os dias atuais, justifica-se pela necessidade de demarcar campo com as interpretações positivistas da história do Acre, que realçam fatos, datas e heróis, mitificando o indivíduo isolado e invisibiliza as classes e os conflitos entre elas. Essa maneira de interpretar a história impossibilita ver o povo como o verdadeiro agente do processo histórico. Essa análise positivista faz parte do currículo escolar oficial no Acre, várias gerações são educadas na repetição por várias décadas de uma história fantástica, mitológica.

Outro aspecto que nos levou a empreender essa análise, foi a necessidade de rever os fundamentos da história crítica, que a partir dos anos 80 do século passado passaram a pesquisar e reescrever a história do Acre numa perspectiva dialética, dando voz ao povo, realçando as classes em luta e as contradições no movimento histórico, contradições essas, ausentes na análise factual do positivismo, que narra a história como uma sequências de *fases* estanques, que se desenvolve por saltos, sem transições, numa sequência natural e linear de uma para a outra.

A historiografia crítica fortaleceu as posições classistas no sindicalismo urbano e rural o Acre, contribuiu para a elevação do nível de consciência dos trabalhadores acerca do seu papel histórico na sociedade e constituiu-se num dos pilares da construção da FPA, que uma vez no poder, abandonou essa perspectiva em favor do positivismo que predominou na *publicidade* governamental sobre a história do Acre nos 20 anos de governos da Frente Popular.

A análise crítica sobre a história do Acre que enfatizamos, foi posta na periferia do debate nos partidos e no governo, para refutá-la utilizou-se o argumento pragmático

de que para vencer eleições há que se fazer propaganda das lideranças, posto que, o povo vota em pessoas não em programas. De fato, uma das dificuldades de se combater o pragmatismo é que ele parte de uma base material objetiva, contudo, trata-se de um método de análise que se esgota na aparência dos fenômenos, não possibilita, penetrar na essência da realidade. Como indica Kosik (1976),

Como as coisas não se apresentam ao homem diretamente tal qual são e como o homem não tem a faculdade de ver as coisas diretamente na sua essência, a humanidade faz um *détour* para conhecer as coisas e a sua estrutura. Justamente porque tal *détour* é o único caminho acessível ao homem para chegar à verdade, periodicamente a humanidade tenta poupar-se o trabalho desse desvio e procura observar *diretamente* a essência das coisas (o misticismo é justamente a incapacidade do homem de conhecer a verdade). Com isso corre o perigo de perder-se ou de ficar no meio do caminho, enquanto percorre tal desvio. (KOSIK, 2002, p. 27)

Impossibilitados de compreender a profundidade e extensão dessa reflexão de Kosik (1976), as lideranças da FPA, passaram da propaganda eleitoral ao culto aos heróis, reduziu-se a política à *marketing*, limitando-se a forma desprezou-se o conteúdo da política para a emancipação dos trabalhadores, a tática eleitoral assumiu o comando e a estratégia saiu do horizonte da política, o pragmatismo tomou o lugar da política programática.

Essa visão *fantástica* da história limitada ao campo da publicidade, objetivava ganhar a subjetividade do eleitorado realçando os feitos individuais das lideranças da FPA, constitui-se num movimento de negação da teoria, como é próprio do pragmatismo; no plano político, invisibilizou-se o povo como sujeito histórico, a perspectiva da luta de classes foi substituída pela disputa entre indivíduos pelo poder.

A consequência prática, dessa análise histórica positivista transposta para a ação política é que, “o indivíduo atomizado, assim que se realiza, produz-se necessariamente a não-razão” (KOSIK, 2002, p. 103). No caso do Acre, a não-razão a que se refere Kosik (2002) se materializou no afastamento FPA, e suas lideranças fetichezadas, do povo. Esse mesmo povo que por sucessivas eleições reconduziu PT e a FPA ao poder, não se reconhecia mais em seus dirigentes, não havia sob o ponto de vista do imaginário popular, mais razão da continuidade desse projeto de poder. O mito tornou-se não-razão, levando a todos à miséria moral em que nos encontramos.

2.13. O legado da FPA: para além das análises antinômicas

Na exposição que fizemos até aqui, visando situar historicamente o nosso objeto de investigação, enfatizamos as contradições e as sínteses que a luta de classes produziu ao longo do tempo nas condições particulares do Acre, cujo ponto mais relevante se deu com a constituição da Frente Popular do Acre – FPA, como resultado do amadurecimento da consciência de classes do proletariado da Amazônia Sul-Occidental brasileira. Apreciamos, ainda que sumariamente, os dez anos de acúmulo de lutas dos trabalhadores no período de 1975 a 1985, culminando com a constituição da FPA em 1990 e seus vinte anos de governo no Estado, de 1999 a 2019. A ênfase crítica que empreendemos na interpretação desse momento da história do Acre pode levar aos leitores menos atentos entenderem que consideramos os governos da FPA como sendo constituídos “apenas de erros”, o que seria uma incoerência com o materialismo histórico-dialético que utilizamos como método condutor do presente estudo. Ao contrário, evitamos exatamente as análises antinômicas que concebem a FPA e seus feitos como “pura positividade” ou “pura negatividade”.

A propósito dessas visões antinômicas da história recente do Acre, já as abordamos, com a devida crítica, na conclusão do livro *Trabalho docente: crítica a partir da tradição marxiana* publicado em 2020, resultado das investigações que fundamentaram nossa Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Educação Letras e Artes – CELA da Universidade Federal do Acre – UFAC. Naquele trabalho destacamos que na avaliação dos governos da FPA sobressaiam duas visões conservadoras que se confrontavam como opostos excludentes.

No que se refere ao seu legado, existem duas visões, que, apesar de opostas, são igualmente conservadoras. A primeira é caracterizada por um pessimismo anacrônico e saudosista que, ao analisar as realizações da FPA, só encontra erros, não consegue identificar avanços e conquistas sociais decorrentes das políticas adotadas a partir da ascensão dessa frente política ao poder em 1998.

Tal visão é anacrônica e saudosista porque anseia que a história do Acre caminhe para trás, num movimento que faça retornar para o centro do poder as forças políticas que governaram o estado desde a sua fundação até o fim dos anos 1990.

A outra visão, igualmente reacionária, mas que se fundamenta em interesses opostos à primeira, é a que concebe os feitos políticos da FPA como sendo constituídos apenas por acertos. Essa visão é reacionária, porque almeja a eternização de uma mesma força política no poder sem corrigir seus erros e insuficiências na condução dos rumos do estado. (MONTYSUMA, 2020, p. 224 – 225)

A primeira visão fundamenta a posição política da extrema direita no Estado e a segunda é difundida principalmente pelo PT e as forças políticas que orbitam no seu entorno e o apoiam no Acre, é reacionária também, porque mostrou-se refratária, reativa a qualquer crítica que viesse pela esquerda objetivando a renovação das práticas políticas e o ajuste do curso do projeto, toda e qualquer tentativa nesse sentido era encarada como uma *ameaça ao projeto* em curso.

A perspectiva do materialismo histórico-dialético não nega os avanços ocorridos no Acre durante os governos hegemônicos pelo PT, tão pouco deixa de observar os erros, impasses e insuficiências dessa experiência. Precisamente nesse aspecto, ou seja, na incapacidade da FPA suplantar seus erros é que reside a gênese ontológica do esgotamento dessa experiência de governo popular na Amazônia Ocidental.

A disputa política polarizada com a extrema direita, que em sua propaganda negava tudo que dissesse respeito as políticas públicas implementadas pelos governos do PT na Frente Popular, levou a FPA a desenvolver uma propaganda em sentido oposto, mas análoga à da direita, ou seja, enfatizar que tudo que o governo fazia era acertado, desse modo, procurava a todo custo ocultar erros e insuficiências na sua ação. Essa polarização gerou na política acreana uma disputa bicolor, “azul” contra o “vermelho”, reacomodando o velho bipartidarismo, marca distintiva da cultura política local, contra o qual a FPA se bateu em seu nascedouro.

Nessa conjuntura, a ação política da extrema direita procurava desmerecer e macular a materialidade do legado positivo da Frente Popular, dos avanços civilizacionais incorporados ao patrimônio cultural do povo acreano, resultado das ações em todas as áreas do poder público; por outro lado, o marketing político dos governos dirigidos pelo PT, em sentido oposto, enfatizava exatamente tais avanços, ocultando os erros cometidos nos processos, dos quais, o que consideramos ser mais grave por sua natureza estrutural, foi a inversão da polaridade na articulação governo-partidos-movimento social. O governo subsumiu os partidos e por meio deles neutralizou a ação da militância no movimento social, o polo gravitacional do tripé de sustentação da FPA no poder passou a ser o governo, invertendo-se a lógica que a fez se tornar alternativa de poder, ou seja, a centralidade e primazia das demandas do proletariado como o elemento impulsionador da política, captadas pela relação orgânica dos partidos com o povo por meio do movimento social. Isso posto, ignorou-se e, em certo sentido, criou-se mecanismos de poder que impediam o debate pela militância partidária e pelo movimento social, sobre os erros e

insuficiências, cometidos nessas ações nas instancias de governo. Sob o pretexto de que tal debate poderia favorecer a ação da oposição de direita.

A materialidade dialética da vida se encarregou de mostrar, de forma didaticamente dura, que o sufocamento do debate no âmbito da esquerda, ao invés de fortalecer FPA no poder, matou a alma da militância, levou ao seu afastamento do povo e os erros não sanados se tornaram mais agudos. Diante desse cenário, a extrema direita se fortaleceu, portanto, a metodologia de condução política adotada pelos dirigentes da FPA no Governo teve o efeito contrário ao que se almejava: aquilo que se pretendia ser um remédio que garantiria longevidade política aos governos da FPA se revelou um veneno.

Nessa perspectiva, o último grande ato de propaganda dos êxitos dos governos do PT foi o livro *Acre, o voo da águia*, assinado pelo Prof. José Fernandes do Rêgo⁶⁹ com apoio e coautoria de Tião Viana⁷⁰ e Gilberto Braga de Mello⁷¹. O livro, publicado em 2015, centra-se na exaltação dos feitos do primeiro mandato do Governador Tião Viana, mas nos capítulos 1, 2 e 3 traz um resumo da história da FPA, com destaque para o protagonismo do PT nesse processo, além do balanço positivo das realizações dos dezesseis anos de governo, onde são pontuadas as principais realizações. Num dos trechos do capítulo III, pode-se ter uma noção da ideia geral que os autores desejavam propagandear:

São inúmeros os feitos. Em conjunção com o Judiciário, o Ministério Público e o Poder Legislativo, o Governo enfrentou e desmantelou o crime organizado, restabelecendo o Estado de Direito. Fez valer o interesse público no âmbito do Estado. Impôs uma nova ética no ato de governar, coibindo a corrupção.

Sobretudo, fortaleceu a autoestima e a identidade do povo acreano, valorizando a sua vigorosa história como obra de inteligência, coragem e virtuosidade de seus povos tradicionais. Contribuiu fortemente para criação de uma consciência coletiva e de valorização da floresta e defesa do ambiente natural.

Unificou o povo do Acre em torno de um projeto de desenvolvimento com fundamento na sua cultura, sua identidade e nos recursos da floresta. Contribuiu, de forma determinante, para dar um sentido não só ambiental e natural à floresta, mas especialmente sociocultural.

⁶⁹ José Fernandes do Rêgo, o Prof. Rêgo, como é mais conhecido, foi o último vice-governador do Acre pela ARENA 1979-1983, cujo Governador foi Joaquim Falcão Macedo, tio dos futuros governadores Jorge e Tião Viana, ambos pelo PT.

⁷⁰ Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, o Tião Viana, último governador do Acre pelo PT na Frente Popular, governou o Acre por dois mandatos consecutivos de 2011 a 2014 e de 2015 a 2018.

⁷¹ Gilberto Braga de Mello, publicitário, dono da *Cia de Selva*, empresa de marketing e propaganda que controlou os contratos de publicidade do estado durante os 20 anos em que o PT governou o Acre.

Diante do desmonte a que foi submetido o aparato do Estado, restaurou a destroçada máquina administrativa, criou capacidade de planejamento e de financiamento dos investimentos públicos, melhorou os serviços públicos, adotou políticas públicas de incentivo à pequena produção, geração de renda e emprego. Especialmente, recuperou e fortaleceu a produção extrativista. (RÊGO, 2015, p. 35)

Ainda que, num ou noutro aspecto, a descrição feita acima pelo Prof. Rêgo possa ser objeto de controvérsias, no fundamental ela é realista. De fato, a ascensão da FPA ao poder representou uma virada de página na história do Acre e trouxe grandes conquistas ao seu povo. Num futuro, o ainda não realizado balanço dessa experiência, o texto do Prof. Rêgo poderá ser um ponto de partida daquilo que se poderá denominar êxitos da FPA. Entretanto, qualquer um que tenha vivido esse período, constata facilmente que nos dezesseis anos de governo analisados cumularam-se erros e insuficiências, por isso, é de se estranhar que na presente análise esse aspecto da realidade não esteja presente. O texto bem escrito, ricamente ilustrado, impresso em papel de primeira qualidade, apresenta uma realidade sem contradição, estas só viriam a revelar seu conteúdo três anos depois dessa publicação, quando o PT perdeu as eleições para governo, para o senado, não elegeu nenhum deputado federal e elegeu apenas dois deputados estaduais.

Outro legado da FPA que permanece como *gérmen do novo* foi a própria organização, unidade e enraizamento dos trabalhadores e seus partidos no meio do povo, esse aspecto é citado no texto *Acre, o voo da águia*, de forma periférica, enfatizando a ação de indivíduos isolados, consentâneo com o método positivista, traço marcante e distintivo das análises oficiais dos dezesseis anos abordada na referida obra, mas também em sintonia com a própria prática das forças que hegemonizaram o poder no Acre, para quem o movimento social, a partir já do primeiro governo de Jorge Viana, passou a representar um obstáculo a ser superado e não um ponto de referência para formulação e implementação das políticas públicas.

Contrariamente a essa perspectiva, entendemos que a organização do movimento social, a unidade dos partidos de esquerda em articulação com a intelectualidade progressista, tanto da Universidade Federal do Acre – UFAC, quanto da Igreja Católica⁷²,

⁷² Gramsci (2004), analisa o papel da Igreja Católica na formação dos intelectuais tradicionais na Itália, bem como sua internacionalização, a serviço das classes dominantes tanto na idade média quanto moderna, razão pela qual tomamos, na presente análise, essa instituição como sendo por excelência de formação intelectual. Todavia, o Concílio Vaticano II representou, por assim dizer, uma inflexão da Igreja em favor dos pobres; das teses desse concílio inspiradas no humanismo e solidarismo cristão, emergiu a Teologia da Libertação que fundamentou a ação católica no Acre desde a chegada do Bispo Dom Giocondo Maria Grotti (Ordem dos Servos de Maria - O.S.M.) em 1961, e a pós sua morte em 1971, substituído pelo Bispo Dom

deu origem a um movimento orgânico e contraditório (de unidade e luta) que culminou na FPA, se tornou no maior legado para os trabalhadores do Acre e, ousamos dizer, constituiu-se em contribuição de valor universal, pois é na unidade popular que reside o *gérmen do novo*. Mas dialeticamente, e por mais paradoxal que seja, o que se afirma como o elemento de valor universal e estratégico da FPA, sua positividade portanto, é ao mesmo tempo, o principal ponto de crítica pela esquerda da própria Frente Popular, pois à medida em que esse bloco de forças se tornou hegemônico no poder institucional, afastou-se do que constituiu sua essência, de onde provém sua gênese, ou seja, o povo organizado em luta pela emancipação do trabalho alienado. Resumidamente, o que estamos a dizer é que o elemento essencial da afirmação da FPA, o que lhe deu conteúdo e forma como instrumento de luta pelo poder político, foi ao mesmo tempo sua negação, pois, quando no poder, afastou-se de sua essência, degenerou e faliu.

É, pois, nesse contexto, no âmbito das políticas públicas de reforma do aparelho de estado no Acre, a partir da ascensão da FPA ao poder, que se situa nosso objeto de investigação, notadamente o projeto de educação profissional por meio da implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, que está, assim, situado num contexto histórico como síntese de múltiplas determinações, não paira solto sobre a sociedade, nem surgiu do acaso. O que nos propomos com esse trabalho é analisar quais circunstâncias possibilitaram o surgimento dessa autarquia vinculada formalmente à Secretaria de Estado de Educação, mas dotado de autonomia administrativa e financeira. Procuramos investigar e identificar quais os fundamentos políticos, econômicos, filosóficos e epistemológicos subsidiaram as tomadas de decisão dos agentes públicos no processo de sua construção e implantação, enfatizando as contradições e mediações de tal processo.

Sobretudo objetivamos entender por que, a Frente Popular do Acre, optou por reproduzir o modelo dual de educação, expresso por meio da separação das escolas profissionalizantes das de formação geral? Por que o governo da Frente Popular optou por não levar em consideração a rica produção teórica e as experiências práticas da esquerda, campo de luta ao qual aquela aliança política estava inserida, de unificação educacional da formação geral e preparação para o trabalho? Por que, mesmo sob a liderança do Presidente Lula, que empreendeu esforços para implementar um projeto de

Moacyr Grechi (O.S.M.) continuador de sua ação católica voltada para a politização dos trabalhadores por meio dos ensinamentos de Cristo contidos no *Novo Testamento*.

unificação educacional, no Acre a FPA sob a hegemonia de seu partido optou por seguir a orientação do governo anterior de cunho neoliberal que, por meio do Decreto n.º 2208/97, institucionalizou a separação entre educação básica e profissional? Essas são perguntas que nos inquietam, constituem-se no ponto de partida e de chegada de nossa investigação, conduzida pelo método materialista histórico-dialético, com o qual trataremos os dados da investigação.

3. A REORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ACRE NO GOVERNO DA FPA

Este capítulo trata da reorganização da Educação Profissional ocorrida no Acre com a ascensão da FPA ao poder, que culminou em 2005 na fundação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional - IDM. O foco da exposição recai sobre as contradições históricas do Acre, a partir da perspectiva do método materialista histórico-dialético, como explicitada nos capítulos anteriores, enfatizando suas mediações com a reestruturação capitalista operada nos últimos vinte anos do século XX, que alterou a organização da vida social e implicou em profundas consequências para o embate de ideias, cuja centralidade se deu em torno da disputa pela subjetividade dos trabalhadores, configurando um movimento que se irradiou dos centros dinâmicos do capitalismo indo até a periferia do sistema.

A ênfase que damos a esses aspectos justifica-se pelo caráter determinante que tiveram na constituição dos interesses em conflito que marcaram o contexto da implementação da reforma da educação profissional no Brasil e no Acre. Por esse motivo, não poderíamos prosseguir nossa exposição sem uma análise, ainda que breve, das contradições gerais do sistema capitalista e as mediações delas, decorrentes das quais se articulam as reformas educacionais implementadas no mundo e no Brasil, como parte constitutiva das periódicas reengenharias do sistema, que buscam responder às demandas decorrentes das crises cíclicas de superprodução de capital, objetivando assegurar a sobrevivência do sistema, mas também e principalmente, a reprodução do capital em escala sempre ampliada, configurando-o como um sistema mutante, nas palavras de Marx (2011, 2017a), a *contradição em processo*, estruturado sobre o trabalho alienado. É, pois, sob esse primado, que a análise e exposição desse capítulo se desenvolverá.

3.1. A Escola de massas: síntese da contradição em processo

A compreensão a que nossos estudos nos conduziram nos permite afirmar que os diversos modos de produção e reprodução da vida, sempre se processaram articulando a dimensão econômica da sociedade a da educação, ou seja, em toda a história da humanidade a relação trabalho-educação se desenvolve de maneira indissociável na concretude da vida social, de maneira que, a partir da divisão social do trabalho e da instituição da sociedade cindida em classes distintas e com interesses opostos, o processo de preparação para integração nas relações sociais de produção ocorre com frequência em “alguma outra instituição que não a própria produção em que se efetivou esse processo” (ENGUIA, 1989, p. 105).

Essa educação preparatória que se processava – fora, mas organicamente vinculada à produção – nas sociedades primitivas se dava por meio dos jogos, das fratrias de adolescentes, nos ritos de iniciação sob a responsabilidade dos adultos ou anciãos do clã ou aldeia (ENGUIA, 1989). Já na economia feudal da Europa, a família era a principal instituição educativa de iniciação ao trabalho; por seu turno, a escola sob os auspícios da Igreja, não podia oferecer ao camponês medieval mais que doutrinação religioso (Ibidem).

As revoluções burguesas na Europa superaram as relações feudais de produção, mudaram radicalmente o modo de organização da vida social, substituindo o isolamento familiar da vida no campo pelos aglomerados humanos nas cidades, como afirma Saviani (2007): “o eixo do processo produtivo desloca-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, que converte o saber de potência intelectual em potência material.” (SAVIANI, 2007, p. 158). Essa nova realidade altera as noções de tempo e espaço, ocasionando profundos impactos na subjetividade, reorganizando a vida sob uma nova cultura, ditada pelo ritmo da produção em escala industrial.

A revolução que se processou no âmbito da produção, com a substituição da manufatura pela maquinaria exigia uma superestrutura estatal de novo tipo, visto que o arcabouço absolutista erguido para legitimar e perpetuar as relações feudais de produção já não correspondiam ao dinamismo das relações econômicas mercantis e, menos ainda, ao da produção industrial. Essa é, portanto, a contradição geral que marcou a época das revoluções burguesas, à qual se articulava a contradição secundária das novas relações sociais estabelecidas entre burgueses e proletários trazidas no bojo da produção industrial sob a hegemonia liberal, que viria assumir a condição de contradição principal, com a

derrota do absolutismo feudal e a instituição dos estados nacionais unificados fundados sobre o modo de produção capitalista.

Essas mudanças radicais não teriam sido possíveis sem a revolução na ciência e na técnica de produção, às quais corresponderam a uma outra revolução: a do campo educacional, cujo centro gravitacional passou a ser a instituição da escola de massas. Chegamos a esse entendimento com base no que afirma Saviani (2007), segundo o qual: “à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação.” (SAVIANI, 2007, p. 159); nessa mesma linha de compreensão Frigotto (2009), diz que “[A] gênese histórica da escola se dá, especialmente, ao longo do século XVIII, dentro do mesmo processo de emergência da ciência moderna e da ascensão da burguesia como classe social hegemônica.” (FRIGOTTO, 2009, p. 131).

Entretanto, a emergência da escola de massas conforme descrito por Saviani (2007) e Frigotto (2009), não ocorreu por meio de uma “evolução natural”, mas como resultado de um processo histórico contraditório e dinâmico, onde a própria instituição escolar se constituiu, ao mesmo tempo, como resultado e mediação dessas contradições que marcaram as revoluções que consolidaram a burguesia como classe social hegemônica na sociedade. Mas, também na contemporaneidade, a escola segue sendo o reflexo dessas contradições sociais, o que a torna, a um só tempo, em objeto e ambiente onde ocorrem as disputas de classes.

Pela ótica do materialismo histórico-dialético, esse movimento social é a materialização da *lei de interpenetração dos contrários*, ou *unidade e luta dos contrários* (ENGELS, 2020), que opera no conjunto da sociedade capitalista a partir dos seus elementos constitutivos. Por sua vez, tais elementos trazem em si as particularidades dessa época histórica, agindo uns sobre os outros, gerando tensões entre as forças que se polarizam, produzindo o movimento social de onde resulta um conjunto de sínteses, conformando o estado. A escola moderna é, pois, uma dessas sínteses históricas.

Destacamos esse aspecto metodológico na presente exposição porque ele nos possibilita entender a escola como unidade constituída de um conjunto de elementos singulares, síntese do movimento contraditório geral da sociedade a qual está organicamente articulada. Conformada, entretanto, como uma particularidade, ou seja, como uma instituição com características que lhe dão identidade e a distingue das demais com as quais a educação escolar se vincula no passado e/ou no presente.

Desse modo, a essência das contradições da escola como instituição não se encontram exclusivamente nas suas singularidades, como se fosse uma unidade isolada do todo social, mas ao contrário, sua essência reside nas suas particularidades, ou seja, na articulação das singularidades de suas contradições às das relações sociais de produção que condicionam o modo de produção capitalista, do qual a educação escolar é parte constitutiva, modo de produção esse cuja contradição geral expressa-se pela produção social *versus* apropriação privada do resultado do trabalho, ou para usar as palavras de Engels (2015) referindo-se ao modo de produção capitalista:

Efetou-se a divisão entre os meios de produção concentrados nas mãos dos capitalistas, de um lado, e o produtor reduzido à posse de nada além de sua própria força de trabalho, de outro. A contradição entre produção social e apropriação capitalista aflorou como antagonismo entre proletariado e burguesia. (ENGELS, 2015, p. 308)

Por sua vez, a produção social alienada pelo processo de apropriação capitalista, se estrutura a partir do que Marx (2017a) denominou de antítese imanente à mercadoria, ou seja, a contradição entre valor de uso e valor (de troca), que se manifesta na forma de:

(...) trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. (MARX, 2017a, p. 187)

O que torna a categoria mercadoria como ponto de partida e de chegada para o método de análise de Marx (MARX, 2008, 2011) é o fato dela ser síntese de múltiplas determinações, a unidade do diverso que contém de forma sintética a contradição fundamental sob a qual se estrutura todo o modo de produção capitalista, notadamente a contradição entre valor de uso e valor de troca. Dessa contradição fundamental imanente da mercadoria irradiam suas *formas desenvolvidas de movimento* (Ibidem), que determinam as relações sociais governadas pelo capital, as quais atravessam todas as instituições submetidas a esse modo de produção.

A escola é, pois, uma das instituições que derivam dessas *formas desenvolvidas de movimento* resultantes da antítese da metamorfose da mercadoria (MARX, 2017a); surgiu na modernidade burguesa, estruturada sob o legado das culturas passadas, mas como demanda direta do processo capitalistas de produção, razão pela qual só se pode compreender as contradições que se manifestam na escola voltando o olhar para as

contradições fundantes desse sistema que, também, a conformam como totalidade concreta, síntese de múltiplas determinações.

Na análise que desenvolvemos em “A reforma educacional no Brasil como reflexo da reestruturação capitalista global” (LIMA e MONTYSUMA, 2018), enfatizamos que a reengenharia contemporânea do capital tem por elemento propulsor a *lei da queda tendencial da taxa de lucro* (MARX, 2017b). Os capitalistas buscam alternativas para contra-arrestar os efeitos danosos da referida lei, cuja saída clássica é o investimento de capital em ciência e tecnologia, cristalizado em trabalho morto, ou seja, produzindo máquinas de alta performance que dispensam trabalho vivo (força de trabalho). Dessa forma, altera-se a composição orgânica do capital, com vistas a reduzir o tempo de trabalho socialmente *necessário* e elevar o tempo de trabalho socialmente *desnecessário*, ampliando-se as taxas de mais-valor absoluto e relativo. A *receita* aplicada em larga escala e por todo o globo terrestre redundava em abundância de capital e crises, ou seja, o *remédio* transforma-se em *veneno*.

Esse movimento sistêmico do capitalismo repercute sobre toda a sociedade, sendo a educação diretamente impactada, pois sobre os processos educativos, sobretudo os de natureza escolar, estrutura-se um conjunto de estratégias vinculadas aos interesses econômicos e ao modelo de sociedade dos grupos hegemônicos, objetivando massificar uma gama de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis para que se possa educar os consumidores dos novos produtos postos no mercado, mas também, habilitar os trabalhadores para executar as novas demandas produtivas de forma competente e flexível. (LIMA e MONTYSUMA, 2018, p. 103-104)

Entretanto, essa leitura não pode ser tomada num sentido crítico-reprodutivista, nos termos analisados por Saviani (1991), trata-se de empreender uma análise que atravesse o véu das aparências da realidade educacional, para que se possa a partir da apreensão da realidade objetiva, tomada no âmbito da teoria como *concreto pensado*, base para que se possa “construir um pensamento educacional contra-hegemônico antagônico, combatendo a internalização e a consciência de subordinação dos valores mercantis mediante uma teoria e práxis educativa emancipadora.” (FRIGOTTO, 2009, 134)

Por essa razão, nosso objeto de investigação⁷³ não pode ser analisado desarticulado da reestruturação produtiva operada na virada do século XX para XXI, pois nela reside a chave heurística, que nos possibilita entender tanto os fundamentos quanto

⁷³ *Interesses e tensões na implantação da educação profissional no Acre nos anos 2000.*

os interesses que moveram a reforma educacional que, no Acre, sob o governo da FPA, culminando na implantação de uma autarquia para *gerenciar* a educação profissional com autonomia pedagógica, administrativa e financeira, ainda que, formalmente vinculada à Secretaria de Estado de Educação, caminho que, ao nosso ver, distanciou-nos da perspectiva contra-hegemônica e emancipadora a qual se refere Frigotto (2009), porque condicionou a educação da juventude aos interesses do mercado, ao se adotar a orientação neoliberal do MEC, herdada do governo Fernando Henrique, desprovida de qualquer análise crítica. Ao analisar os documentos que atestam e registram esse percurso, as decisões tomadas nesse processo, confrontados com nossas memórias decorrentes dos debates que tomamos parte no âmbito da SEE nos anos 2000, chegamos ao entendimento que o caminho adotado pelos dirigentes da FPA foi consciente, deu-se no início do governo e manteve-se coerente consigo mesmo durante a elaboração do Plano de Estruturação da Educação Profissional – PEP até sua implantação.

3.2. Os primeiros passos na reorganização da Educação Profissional no Acre sob a orientação do Decreto 2208/97

A ascensão da FPA ao poder teve como marca dos seus primeiros dias no governo o revolvimento do entulho conservador herdado dos governos anteriores. Todas as áreas de governo foram submetidas à crítica reformadora do novo bloco de forças no poder. Na Educação não foi diferente, as primeiras medidas tomadas pelo Secretário de Educação Arnóbio Marques foram: promover o inventário da estrutura geral da Educação, convocação de todos os funcionários para recadastramento visando imediata lotação nas escolas e elaboração de um plano emergencial para os primeiros cem dias de governo.

A segunda medida provocou polêmica e tensão, pois feriu os interesses de muitos funcionários que estavam há anos sem exercer suas funções, muitos dos quais, trabalhando e morando noutros estados da Federação, situação que acarretava falta de professores nas escolas, ao mesmo tempo, sobrecarregava a folha de pagamento da educação.

A solução encontrada foi lotar todas as pessoas nas escolas, incluindo os técnicos que exerciam suas funções no prédio da Secretaria, excetuando-se os diretores e

*gerentes*⁷⁴ recém nomeados. Apesar dos inúmeros protestos e reclames de perseguição política, a medida foi efetivada e por alguns meses do primeiro ano de governo da FPA parte significativa dos esforços da SEE foram carreados para a implementação dessa medida.

Do ponto de vista da administração, o aspecto positivo desse processo foi a drástica redução na desproporção entre o número de alunos e o de professores, bem como, a diminuição de contratos temporários precários, o que implicou em economia na folha de pagamento. O efeito negativo sentiu-se de imediato no âmbito da política, pois a partir dessa ação, a marca de *governo perseguidor* foi plasmada no imaginário popular pela propaganda da oposição, ainda que do ponto de vista geral esse problema tivesse sido mitigado por outras realizações do governo. Entretanto, efetivamente a caracterização de governo autoritário nunca foi removida.

Em relação especificamente ao nosso objeto de investigação, a consequência foi a remoção da pequena equipe que até aquele momento estava trabalhando na reforma do Ensino Médio e Educação Profissional que, uma vez transferida para as escolas, levou consigo a memória do que já se havia acumulado de discussão e encaminhamentos visando a implantação da reforma da Educação Profissional, implicando em um relativo atraso nos trabalhos da nova gestão, levando a redobrar os esforços para se apropriar por outros meios das informações e da lógica dos processos desenvolvidos até aquele momento.

Nos procedimentos adotados pela nova equipe para se informar do conteúdo da reforma em curso, pôde-se contar apenas com as informações contidas nos dois *Termos de Referência* que habilitavam a SEE acessar os recursos iniciais para a construção dos planos de reestruturação do Ensino Médio e Educação Profissional. Tais planos constituíam-se em pré-condição para o Estado receber o financiamento oriundo do empréstimo internacional contraído pelo Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 1997⁷⁵.

⁷⁴ Desde o início desta tese manifestamos com base em Paro (1999), os fundamentos com base nos quais consideramos ser inadequada a transposição acrítica de nomenclaturas do mercado para designar as funções de direção no âmbito educacional. Contudo, essa forma revelava desde o princípio da gestão da FPA qual o conteúdo seria hegemônico ao longo de todas as administrações, contra o qual nos batemos e fomos vencidos.

⁷⁵ No segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 24 de novembro de 1997, foi “assinada uma operação de crédito de US\$ 250 milhões entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o comprometimento de US\$ 250 milhões a título de contrapartida

Foi nesse cenário que, em 1999, se iniciou no Acre o trabalho de reforma da Educação Profissional durante o primeiro governo da Frente Popular, tendo como marco normativo a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, mas, sobretudo, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentou os artigos de 39 a 41 da referida Lei, que segundo Ramos (2001), definiu o conteúdo e a reforma da Educação Profissional brasileira naquela conjuntura. O caminho adotado de regulamentar esses artigos por meio de Decreto Presidencial ao invés de um Projeto de Lei deveu-se a “aprovação da nova LDB com caráter minimalista, tornando essa medida necessária, pois o poder executivo poderia fazê-lo por decreto, como tal ocorreu” (RAMOS, 2001, p. 146).

Além desse aspecto destacado por Ramos (2001), tal medida possibilitou ao Governo Federal regulamentar os artigos referentes à Educação Profissional imprimindo-lhe o conteúdo neoliberal que caracterizou as políticas públicas desenvolvidas nos dois governos de Fernando Henrique, uma vez que, sem precisar passar pelo Congresso Nacional, evitava-se o risco de fazer concessões que distanciassem esse projeto do foco almejado, notadamente: implementar uma base curricular centrada na formação de competências que atendesse às novas demandas do mercado em transformação e aprofundar a dualidade educacional por meio da separação da formação geral, oferecida no Ensino Médio, da preparação para o trabalho por meio da Educação Profissional.

Essa perspectiva foi formalmente expressa e incorporada como política educacional por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional, as DCN-EP, legitimada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CEB nº 16, que faz uma apreciação das bases legais e pedagógicas da proposta do MEC de novas DCN-EP, em que se pode ler:

O mundo do trabalho está se alterando contínua e profundamente, pressupondo a superação das qualificações restritas às exigências de postos delimitados, o que determina a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado em competências por área. Torna-se cada vez mais essencial que o técnico tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir itinerários profissionais, com mobilidade, ao longo de sua vida produtiva. (BRASIL/CNE/CEB, Parecer nº16, 1999, p. 10)

Por um lado, essa concepção expressa no Parecer nº 16/99 do CNE reconhece que a reestruturação produtiva do limiar do Século XXI adquiriu um ritmo e profundidade que alterou qualitativamente o modo de produção capitalista, sem, entretanto, romper e/ou superar os liames do conteúdo e formas de exploração da força de trabalho e reprodução do capital que lhe dão identidade. Subordinada, portanto, a esses condicionantes, a reforma da Educação Profissional constitui-se como parte do movimento do capital, pois, sempre que novos padrões produtivos são implantados, estes exigem um novo perfil de trabalhador e de consumidor; desse modo, a teoria do capital humano com as características analisadas criticamente por Frigotto (2010)⁷⁶ teve que ser reformulada e atualizada para satisfazer as demandas da Terceira Revolução Industrial.

A tese da *mobilidade profissional ao longo da vida*, de que trata o parecer, significa em termos práticos, ou *pragmáticos* - para ser adequado ao fundamento filosófico da reforma - dotar o trabalhador da capacidade de se *reinventar*, ou seja: mudar constantemente de profissão, diante do recrudescimento do desemprego estrutural, agravado pelas constantes recomposições na organicidade do capital, em escala de tempo cada vez menor, decorrente da robotização, das novas tecnologias da comunicação e da informação que, somadas à flexibilização da legislação trabalhista, fazem profissões desaparecer da noite para o dia, exigindo do trabalhador alta capacidade adaptativa se quiser fugir do desemprego, que na atual quadra histórica atinge ares de dramaticidade para milhões de desalentados⁷⁷ do capital.

Por outro lado, o Parecer Nº 16 apresenta uma análise crítica à formação profissional de base rija, instituída pela reforma educacional dos anos 1970 no Brasil por meio da Lei 5692/71 e pelo Parecer CFE nº 45/72, ao mesmo tempo em que enaltece a perspectiva da formação flexível proposta nas novas Diretrizes para Educação Profissional; nesse sentido, trata-se de uma crítica adaptativa da educação tecnicista à nova conjuntura e não superadora das formas capitalistas de exploração da força de

⁷⁶ No seu *A produtividade da escola improdutiva*, (que já tornou-se um clássico da pedagogia histórico-crítica), Frigotto (2010) caracteriza a teoria do capital humano da seguinte maneira: “A observação de que o somatório imputado à produtividade do estoque de capital físico e estoque de trabalho da economia, ao longo de determinado tempo, explicava apenas uma parcela do crescimento econômico desta economia levou à hipótese de que o resíduo não explicado pelo crescimento do estoque de capital e de trabalho poderia ser atribuído ao investimento nos indivíduos denominados analogicamente capital humano. Este resíduo engloba o investimento em educação formal, treinamento, saúde etc.” (FRIGOTTO, 2010, p. 50)

⁷⁷ *Desalentados* entendidos como os trabalhadores que veem seu posto de trabalho desaparecer e na condição de desempregados não conseguem mais arrumar trabalho.

trabalho, razão pela qual entendemos ser correta e precisa a caracterização dessa como atualização da teoria do capital humano, por meio da pedagogia das competências, nos termos expressos nos referidos documentos, como a *pedagogia da exclusão*, conforme a conclusão a que chegou Saviani (2013) caracterizando-a como:

... neoprodutivismo, nova versão da teoria do capital humano que surge em consequência das transformações materiais que marcaram a passagem do fordismo ao toyotismo, determinando uma orientação educativa que expressa a “pedagogia da exclusão”. Em correspondência, o neoescolanovismo retoma o lema “aprender a aprender” como orientação pedagógica. Essa reordena pelo neoconstrutivismo, a concepção psicológica do sentido de aprender como atividade construtiva do aluno, por sua vez objetivada no neotecnicismo, enquanto forma de organização das escolas por parte de um Estado que busca maximizar os resultados dos recursos aplicados na educação. Os caminhos dessa maximização desembocam na “pedagogia da qualidade total” e na “pedagogia corporativa”. (SAVIANI, 2013, p. 442. Todas as aspas do autor)

Essa síntese que nos traz Saviani (2013) é de grande importância para nossa análise porque traduz teoricamente os fundamentos das políticas educacionais implementadas no Brasil no limiar do século XXI, as quais a FPA não teve o necessário senso crítico para se contrapor por meio da resistência ativa. Ao invés desse caminho, o bloco de forças no poder que governou o Acre optou por incorporar a linha político-pedagógica neoliberal do Governo Fernando Henrique ao seu projeto de governo, como se fora *boa, justa e necessária* à emancipação dos trabalhadores, concepção que poderá ser visto na apreciação que faremos dos documentos nos tópicos seguintes.

3.3. A competição pelos recursos: um *fetich*e econômico-pragmático a serviço da dualidade educacional

No primeiro mandato da FPA, de janeiro de 1999 a janeiro de 2003, o trabalho de reestruturação da Educação Profissional foi todo dedicado ao diagnóstico da realidade econômica do Estado, inventário da estrutura educacional herdada das administrações passadas, definição dos cursos a serem empreendidos, bem como, do público prioritário a ser atendido. Essa análise culminou no Plano de Estruturação da Educação Profissional – PEP, aprovado pelo Conselho Diretor do PROEP. Nele foi prevista a construção em Rio Branco de três unidades educativas que, juntas, totalizaram o valor de R\$ 4.661.237,00, conforme o quadro 7:

Quadro 7		
Investimento em Escolas de Educação Profissional (em R\$) aprovado pelo Conselho Diretor do PROEP		
Centro de Formação Profissional da Floresta	Rio Branco	2.176.209,00
Centro de Formação Profissional em Serviços	Rio Branco	1.021.827,00
Centro de Formação Profissional em Saúde	Rio Branco	1.463.201,00
Fonte: Relatório das Atividades do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/relativ2000.pdf . Acesso em 27/06/2022.		

Após a aprovação do PEP do Acre, a SEE se viu diante do desafio de executar os recursos disponíveis o mais rápido possível, pois, segundo propaganda disseminada em tom de alerta pelos consultores do BID e os técnicos do MEC, os recursos do PROEP eram *competitivos*. Na linguagem bancária adotada no âmbito do Programa significava o seguinte: a unidade federada que conseguisse executar seu programa de investimentos na totalidade na data prevista, se habilitaria a receber mais dinheiro, que seria retirado daqueles Estados que não conseguissem gastar os recursos até aquele momento. Essa condição empurrava as Secretarias de Educação de todo o país para o pragmatismo, instituído a partir de uma espécie de *corrida do ouro* em busca dos recursos oriundos do empréstimo contraído pelo Governo do Brasil com o BID.

Essa lógica fazia parte de um *fetichê* a serviço da dualidade educacional, pois se articulava com o Decreto nº 2208/97, nos termos explicitados no tópico anterior, na medida em que o MEC, por meio de seus técnicos e consultores, orientava as Secretarias de Estado de Educação a instituírem autarquias com autonomia administrativa e financeira para gerir os recursos do Programa, pois, segundo era disseminado nas palestras e seminários realizados sob os auspícios da UNESCO, mas sobretudo nas conversas informais, a execução por dentro da estrutura das Secretarias implicava em esbarrar entraves burocráticos que marcavam a execução físico-financeira da estrutura estatal, o que significaria correr o risco de atrasar a execução do projeto, ou seja, perder dinheiro.

A adoção desse caminho estimulado pelo MEC/BID/UNESCO ensejava a possibilidade de tais autarquias passarem a gerir não apenas os recursos, mas também a política de Educação Profissional dos Estados de forma autônoma e desarticulada da Educação Básica, subordinadas tão somente as demandas do mercado. Por meio desse mecanismo, Educação Profissional e Educação Básica caminhariam como linhas paralelas, atualizando e aprofundando o dualismo educacional que marca a história

educação brasileira, instituindo amarras de natureza econômica que assegurassem a efetivação dos fundamentos do Decreto nº 2208/97.

Ainda que a adoção de autarquias para gerir a Educação Profissional não fosse uma exigência legal para acessar os recursos do PROEP, a adoção dessa metodologia competitiva criou um imperativo objetivo a ser considerado pelas unidades federadas, particularmente para o Acre, que na época encontrava-se com reduzida equipe de trabalho tanto no Ensino Médio quanto na Educação Profissional, constituiu-se em verdadeiro obstáculo a ser transposto, sob pena de perder os recursos para os Estados mais bem estruturados.

Diante desse cenário, instalou-se no âmbito da SEE um fórum de discussão entre os seus Gestores para decidir qual caminho seguir: 1 – manter a Educação Profissional como uma *Gerência*, subordinada à Diretoria de Ensino Médio ou, 2 – Instituir uma autarquia com autonomia administrativa, financeira e pedagógica para gerir a Educação Profissional, conforme indicava forte mente o MEC.

Durante os debates que se seguiram, nossa posição esteve sempre pautada pela perspectiva da unidade educacional, contudo nos faltou força argumentativa no âmbito da SEE para contrapor a materialidade do pragmatismo posto pelo MEC por meio da competição econômica entre os Estados.

Aliás, a dificuldade em vencer o pragmatismo reside justamente no fato desse método ser firmemente pautado pela materialidade da vida e dos interesses particulares, mesmo que seus objetivos alcançados se esboroem rapidamente, trazendo, invariavelmente consequências desastrosas para a coletividade humana. Essa foi justamente a conclusão a que chegou Engels em seus estudos, publicados postumamente sobre a designação genérica de *Dialética da natureza* (ENGELS 2020a), constituído de um conjunto de textos, muitos dos quais inconclusos. Num dos textos dessa publicação, intitulado *Humanização do Macaco pelo Trabalho*. Ao analisar os efeitos do utilitarismo burguês, ele afirma:

Entretanto, não fiquemos demasiado lisonjeados com nossas vitórias humanas sobre a natureza. Cada vitória até leva, num primeiro momento, as consequências com que contávamos, mas, num segundo e num terceiro momentos, tem efeitos bem diferentes, imprevistos, que com demasiada frequência anulam as primeiras consequências. (ENGELS, 2020a p. 348)

Essas implicações indesejáveis da ação humana predatória sobre a natureza são ainda mais graves quando se somam as suas consequências sociais, como nos adverte

Engels (2020) ao analisar as formas predatórias assumidas pelo capital na produção de valor de troca, como *mediação de segunda ordem* (MÉSZÁROS, 2011) entre humanos e natureza.

Dessa forma, a produção de valor de troca, ou simplesmente *valor* nos termos de Marx (2017^a), busca reproduzir o capital de maneira desmesurada, sem nenhum tipo de amarra material ou moral, se fundamenta na filosofia utilitarista, imediatista, cujas raízes mais profundas se encontram no método empirista exposto em ocasião inaugural em *Novo órgãoon*, base filosófica do liberalismo econômico inglês; nesse texto Francis Bacon (2014) afirma em um de seus aforismas que “a natureza é conquistada pela obediência; e aquilo que para o pensamento é uma causa, para a prática é como uma regra”, (BACON, 2014, p. 47), ou seja, para conquistá-la, deve-se primeiramente compreender suas leis e depois submeter-se a elas. Entretanto o pragmatismo contemporâneo converteu a máxima de Bacon em *subordinar a natureza e a sociedade aos interesses de reprodução ilimitada do capital*.

Desse modo, o pragmatismo que se propôs aprofundar o empirismo inglês, ao invés disso, deformou seus princípios e o degenerou em filosofia da ação, *pragma*⁷⁸, sem compromisso com objetivos teleológicos humanitários. Na contemporaneidade o capital rentista mergulhou a humanidade na mais profunda, extensa e insanável crise de abundância de capital. Diante disso, atualizou os fundamentos do pragmatismo dando origem ao *neopragmatismo* que se constitui no plano econômico com agravamento do desemprego estrutural, especulação financeira, guerras, miséria e pandemias; e no âmbito político, constituiu-se em chave que abre a porta para o novo fascismo.

No Acre, essa circunstância se agravava porque o conjunto da direção da SEE não foi capaz de perceber que a tese do *recurso competitivo* se constituía numa *armadilha* pragmática que levava ao dualismo educacional, portanto, não percebeu-se também o significado estratégico para emancipação dos trabalhadores da disputa posta entre o projeto de educação dualista em oposição à escola unitária.

Notadamente, o que estava em jogo naquele momento era aprofundar o dualismo educacional consubstanciado numa formação técnica rasa, votada para adestrar os trabalhadores para assumir funções subalternas na produção, mantendo-os também, longe dos centros de poder, em contraste com uma formação humanista sólida

⁷⁸ *Pragma*: do grego “prática”, “negócio”.

que possibilita aos filhos da burguesia assumirem funções de comando na produção e superestrutura estatal, reificando divisão de classes.

Por outro lado, tinha-se a possibilidade de utilizar os recursos destinados tanto para o Ensino Médio quanto para a Educação Profissional, para implementar um projeto educativo centrado na *unificação educacional* numa perspectiva *omnilateral*, ou seja, que preparasse os jovens para “o exercício profissional, por meio do desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.” (GRAMSCI, 2004, p. 33), mediado por uma análise crítica da sociedade, que lhes assegurasse tanto a base para o prosseguimento dos estudos em nível superior quanto o exercício das funções de comando na produção e nas instancias de poder estatal.

Esse foi o debate que marcou o fim do primeiro e o início do segundo mandato da FPA no âmbito da SEE sobre os rumos da etapa final da Educação Básica, debate esse que só se concluiria em meados do segundo mandato, já sob a égide do primeiro governo Lula.

3.4. O primeiro governo Lula: reacendem-se as esperanças da unificação educacional no Acre

O triunfo da Frente Popular em âmbito nacional nas eleições de 2002, em termos políticos gerais fortaleceu as posições e o projeto da FPA, que também se sagrou vitoriosa naquelas eleições, confirmando a confiança do povo nos rumos da política estadual, que agora poderia contar com o apoio integral do Governo Federal liderado por Lula, “um velho amigo do Acre”, como se dizia durante a campanha eleitoral, o que de fato aconteceu, pois, em nenhum outro período da história do Acre, se viu por aqui tantas obras federais sendo executadas a um só tempo, assim como a presença de tantos Ministros no Estado.

Na área da educação ganhou força a esperança de que o governo Lula que se iniciava rompesse a lógica do estado mínimo, que prevalecia desde o governo Collor e que recrudescera nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Durante esses dez anos passados, aprofundou-se a dualidade educacional, o currículo nacional foi ajustado à lógica neotecnicista subordinado às demandas do mercado, tendo como critério de aferição de resultados as avaliações em larga escala, que estabeleceram a métrica do *gerenciamento de qualidade total* como critério para diferenciar as escolas boas das más; no bojo dessa política se fortaleceu o movimento privatista da educação.

De fato, durante o primeiro governo Lula (2003-2006), houve um movimento progressista no MEC contido pelos limites impostos pela *Carta aos Brasileiros*⁷⁹, que manteve amarras políticas com a orientação do governo anterior. Foi nesse movimento de unidade e luta que as novas forças sociais no poder buscaram mudar a orientação do MEC, intencionando dentro dos limites impostos pela conjuntura política, sintonizá-la aos anseios populares.

Nesse esforço, dentre as diversas frentes de luta desenvolvidas no âmbito institucional da educação, a que se deu em torno da revogação do Decreto nº 2208/97 teve importância estratégica para nosso objeto de investigação, porque alterou a essência do projeto político-pedagógico da etapa final da educação básica que vinha sendo implementada até aquele momento no país.

Diante desse fato reavivaram-se as esperanças de que também no Acre no debate sobre esse tema ganhasse outro rumo na SEE e retornasse para o campo popular, ou seja, que se fortalecesse a tese do projeto de unificação educacional expresso por meio da bandeira da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

Até aquele momento, início do segundo governo de Jorge Viana (2003-2006), a SEE mantinha um debate sobre o rumo a seguir na etapa final da educação básica, mas sem uma definição formal, ainda que o Secretário Arnóbio Marques por diversas vezes tenha manifestado sua simpatia pela criação de uma autarquia para *gerenciar* o projeto de Educação Profissional, já indicava a tendência ao estabelecimento da hegemonia da dualidade educacional no projeto da SEE. Contudo, a essa época, os fundamentos dessa tese ainda não estavam suficientemente estruturados, uma das razões pelas quais, no plano de governo para a reeleição de Jorge Viana, as propostas para Educação Profissional no Acre centraram-se no aspecto quantitativo, versando apenas sobre a ampliação de matrículas nas três unidades educativas previstas, que estavam em vias de aprovação da liberação dos recursos pelo Conselho Diretor do PROEP, como se pode ler a seguir:

- Expandir gradativamente a oferta de ensino profissionalizante nos três Centros em implantação: Escola da Floresta (técnico florestal, agro-florestal e agro-industrial), Centro de Ensino Profissional de Serviços

⁷⁹ A carta aos brasileiros (LULA, 2002) foi lançada com o objetivo de tranquilizar a fração rentista da burguesia nacional associada ao imperialismo, que se encontrava *nervosa* com a iminente vitória de Lula naquelas eleições e via nessa possibilidade um perigo a saúde dos seus negócios. “O documento, de conteúdo ambíguo, ao mesmo tempo em que critica a orientação macroeconômica adotada por Fernando Cardoso, compromete-se em não desfazer os compromissos por ele assumidos com a banca internacional.” (MONTYSUMA, 2020, p. 120)

(comunicação, informática e gestão) e Centro de Ensino Profissional de Saúde; (FPA, 2002, p. 21)

No que se refere ao Ensino Médio, o programa da FPA limita-se a afirmar que “[O]s projetos de reforma do ensino médio também serão mantidos e intensificados, dando ênfase para a formação do professor e a autonomia pedagógica da escola.” (FPA, 2002, p. 19) e em “Continuar assegurando vagas no Ensino Médio para todos que concluem o Ensino Fundamental” (Ibidem, p. 21)

Desse modo, com economia nas palavras, a FPA apresentou à sociedade um programa de governo com propostas de natureza apenas quantitativa quanto à matrícula na etapa final da Educação Básica e à Educação Profissional. Essa opção deveu-se por um lado à exigência da propaganda, entendido nesse caso como *marketing eleitoral*, que impunha a necessidade de um texto minimalista, sem ousar assumir compromissos futuro para “dialogar com o povo”, mas também, essa linha de abordagem refletia em grande medida o nível de acúmulo de debate no interior da SEE quanto ao conteúdo e os rumos para essa etapa da educação.

Uma definição clara só viria a ocorrer em meados do segundo Governo de Jorge Viana entre os anos 2004 e 2005, quando se fez opção pela separação da Educação Profissional do Ensino Médio, por meio da implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional – IDM. Desse modo, o Governo Acre, hegemonizado pelo PT, se colocou na contramão do Governo Federal, dirigido pelo mesmo Partido. Assim, enquanto o MEC estava revogando o Decreto 2208/97 e apoiando os Estados na execução de projetos de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, no Acre a opção feita foi em sentido contrário, ou seja, a manutenção da orientação neoliberal dos tempos do Ministro Paulo Renato e do Presidente Fernando Henrique Cardoso que separou a Educação Profissional da Educação Básica.

Como se deu esse processo no Governo da FPA e quais os argumentos procuraram justificar esse caminho, é o que veremos no tópico seguinte.

3.5. Os argumentos que fundamentaram a opção pelo projeto dual de educação no Acre

Desde o primeiro governo Jorge Viana, o Secretário Arnóbio Marques instituiu no âmbito da Secretaria de Educação um fórum de caráter consultivo, auxiliar ao Secretário para tomadas de decisão quanto ao rumo geral da política educacional no

Estado do Acre. Esse ambiente de discussão foi genericamente denominado de *Fórum de Gestores da SEE*, que embora não tivesse caráter deliberativo, tinha forte peso nas tomadas de decisão do Secretário. Sem dúvidas, tratou-se de uma iniciativa progressista no que se refere a gestão pública, pois é raro verificar nos gestores públicos sob o capitalismo esse tipo de despojamento do poder, ainda que relativo, em benefício de uma direção coletiva.

Nesse ambiente de direção colegiada tiveram início as primeiras discussões sobre a reforma do Ensino Médio e Educação Profissional, nele por diversas vezes fizemos a defesa da necessidade de a SEE somar-se aos esforços dos educadores e estudantes brasileiros pela constituição de um projeto unitário de educação que assegurasse à nossa juventude, a um só tempo, formação humanística sólida e preparação para atividade produtiva por meio da qualificação profissional, sem descuidar da necessária análise crítica sobre as relações de produção no capitalismo sustentadas no trabalho alienado.

Diante dessa posição, contrapunha-se sempre um certo silêncio, misto de dúvida e indiferença, ou o argumento que com o passar do tempo foi ganhando cada vez mais força no âmbito da SEE, segundo o qual a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio representaria um retrocesso, pois tratava-se do retorno aos preceitos instituídos pela ditadura militar por meio da Lei nº 5692/71 e que *o atual Governo do Acre havia fechado os últimos cursos*.

Esse entendimento dos dirigentes da Secretaria de Educação do Acre, no início dos anos 2000, expressava a confusão decorrente de uma leitura superficial do verdadeiro significado e objetivos do ensino técnico implementado pelos governos militares nos anos 1970, que embora tivesse sido organizado concomitante e dentro do antigo ensino de *segundo grau*, que correspondia ao atual Ensino Médio, não tinha nenhuma relação com o paradigma da *escola unitária* centrado na formação omnilateral, humanística geral, propedêutica e técnica, pelo contrário, são propostas diametralmente opostas.

Em verdade, ambas as perspectivas educativas em nada se assemelham, pois a profissionalização compulsória dos governos da ditadura tratou-se de um projeto de formação voltado para atender as demandas do mercado, aquecido pela política de investimentos estatais em obras de infraestrutura, associado a atração de empresas multinacionais, produtoras de bens de consumo duráveis, para investir seu capital no Brasil, gerando uma pressão sobre o estado brasileiro por mão de obra qualificada, barata

e dócil e na medida das necessidades de reprodução do capital imperialista instalado no país.

Resultou desse processo um modelo de formação profissional rasa, sem base científica adequada, no qual o currículo propedêutico teve sua carga-horária reduzida e *justaposto* ao de formação técnica. Tal projeto não representou uma inovação do governo militar, tratou-se, pois, da materialização do projeto burguês de educação nas condições da realidade brasileira nos anos setenta e oitenta, pois, como destaca Ramos (2001):

Observamos, então, que o projeto burguês de educação, desde o final do século XVIII, já é fortemente marcado pela concepção de educação para as massas como fator de racionalização da vida econômica, da produção, do tempo e do ritmo do corpo. Em outras palavras, a educação do trabalhador, no projeto burguês, é subsumida à necessidade do capital de produzir a força de trabalho como mercadoria. (RAMOS, 2001, p. 31)

Entretanto, os objetivos almejados por tal projeto de educação, que representou atualização do projeto burguês de educação nas condições sociais e históricas do Brasil dos anos 1970, nos termos a que se refere Ramos (2001), materializou-se por meio da profissionalização compulsória e da maneira como foi implantado, gerou críticas de todos os setores, até mesmo entre o empresariado que, em última instância, seria o maior beneficiário. De acordo com o que nos diz Cunha (2000), estes se mostraram insatisfeitos com a formação profissional oferecida no *Segundo Grau*, pois esse projeto não qualificava suficientemente os profissionais na medida do que necessitava o mercado e, por outro lado, gerou insatisfação também nos estudantes, que ao final dessa etapa de estudos não se viam suficientemente preparados para o ingresso nas universidades, na sua maioria, contidos pela barreira do vestibular.

A propósito dessa segunda linha crítica, Cunha (2000) afirma que a profissionalização compulsória e universal no *Segundo Grau*, visava também:

conter a demanda de candidatos para o ensino superior, de modo a encaminhá-los para um mercado de trabalho supostamente carente de profissionais habilitados, mercado esse que se supunha capaz de absorver esse contingente adicional de técnicos e auxiliares técnicos (CUNHA, 2000, p. 54).

Por essa razão a rede de escolas particulares se negou a aderir à profissionalização e seguiu oferecendo ensino de caráter propedêutico aos que pudessem pagar, assegurando dessa forma a reprodução da dualidade educacional, ou seja, ensino de formação geral humanística que preparava os jovens para o ingresso nos cursos universitários, oferecido

pelas escolas privadas e ensino de formação técnica para os filhos dos trabalhadores na rede pública de ensino.

Esse quadro de descrença geral somado à insuficiência de recursos financeiros para manter e equipar as escolas, além da carência de profissionais qualificados para as diversas áreas técnicas, levou ao fracasso a política de profissionalização empreendida pela ditadura militar, como resume Cunha (2000).

Por seu turno, o projeto de Educação Profissional integrado ao Ensino Médio se fundamenta noutras bases, parte do princípio de que na ontogênese da formação humana encontra-se a relação trabalho-educação. Nessa concepção é seminal a compreensão explicitada por Saviani (2007):

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154)

Há que se destacar que essa formulação de Saviani (2007) se refere à formação humana em sua gênese histórica, portanto, em condições de vida comunal, portanto, de trabalho socializado entre todos que participam dele. Nesse sentido, entende-se o trabalho como mediação de primeira ordem (MÉZÁROS, 2011) entre humanos e natureza voltado para a produção de valor de uso, nesse processo, trabalho-educação constitui-se numa relação orgânica humanizadora.

Entretanto, com a complexificação dos processos de trabalho há o aumento da produção para além da satisfação imediata das necessidades de existência humana, assim chamada produção excedente. Desse ponto histórico em diante, surge o trabalho não mais voltado para produzir *valor de uso*, isso significa um salto de qualidade no processo e nas relações de trabalho, que passa destinar-se prioritariamente à produção de *valor de troca*, adquire assim, caráter de *mediação de segunda ordem* (Ibidem).

Decorre desse processo a divisão da sociedade em classes, em termos genéricos, entre proprietários e não-proprietários. Rompe-se, assim, a unidade orgânica trabalho-educação, possibilitando a partir desse momento histórico, poder-se falar em trabalho e educação como processos separados com autonomia relativa entre ambos.

A instituição do trabalho como *mediação de segunda ordem* é sustentada e ao mesmo tempo sustenta a divisão da sociedade em classes com interesses distintos e opostos. Essa divisão, por sua vez, só se mantém por meio da alienação dos não-proprietários, estes se veem privados de usufruir os frutos de seu trabalho, tanto na dimensão material quanto imaterial.⁸⁰

Há que se destacar também, a incapacidade da direção da SEE na sua maioria, de compreender que a pedagogia das competências e as metodologias ativas mantêm os fundamentos do velho tecnicismo, atualizado às condições da reestruturação produtiva liderada, naquela conjuntura, pelo modelo japonês de produção flexível; tratou-se, pois, do advento do neotecnismo.

Por tudo que foi dito até aqui, fica evidente que o ideário de unificação educacional que dá substância à proposta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional difere no conteúdo e na forma do projeto tecnicista e neo-tecnista, como concluem Ciavatta e Frigotto (2006):

O conceito de educação do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas. Essa concepção distancia-se dos cursos breves de educação profissional – a exemplo do PLANFOR –, descontextualizados de uma política de desenvolvimento, geradora de trabalho, emprego e renda, e de políticas sociais que sinalizem a melhoria de vida da população e a mudança de rumo na falta de perspectiva para jovens e adultos desempregados. Distancia-se, também, das reformas educativas em curso no ensino médio técnico, com seus cursos breves modulares, com a redução do saber e da técnica às questões operacionais, com valores pautados pelo individualismo e pela competitividade exigidos pelo mundo empresarial. A educação do cidadão produtivo onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos. (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2006, p. 68)

Como dissemos, a incapacidade de perceber essas distinções entre os dois ideários educativos, nos termos explicitados por Ciavatta e Frigotto (2006), tornou a SEE no governo da Frente Popular vulnerável à captura pelos fetiches e armadilhas do discurso neo-tecnista da pedagogia das competências e das metodologias ativas, apresentadas como *quinta-essência* da renovação na educação escolar.

⁸⁰ Como já explicitado aqui, entendemos como produto imaterial do trabalho: a ciência, tecnologia, arte e todas as demais manifestações da cultura.

Essa foi, pois, a perspectiva que se consolidou ao longo do tempo ao ponto de se tornar convicção, como atesta os anais do *Primeiro encontro Estadual de Educação Profissional: construindo uma Política Pública de Educação profissional*, realizado em Rio Branco em 2005, que analisaremos no tópico seguinte.

3.6. O Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional: Um marco da política de educação da FPA

Em 22 de junho de 2005 foi realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, uma Audiência Pública presidida pela então Deputada Naluh Gouveia (PT), para discutir a política de Educação Profissional para o Acre. Nela tomaram assento, além dos deputados, o Conselho Estadual de Educação – CEE e os dos gestores públicos e privados que, na ocasião, expuseram suas propostas para melhoria e expansão do ensino profissionalizante no Acre (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005).

Em decorrência da referida Audiência, a Gerência de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação – GEPRO/SEE realizou, nos dias quatro e cinco de outubro do mesmo ano, o Primeiro Encontro de Educação Profissional do Acre, as ações do encontro foram norteadas pelos seguintes objetivos:

- 1) conhecer e debater a Educação Profissional do Acre; 2) consolidar a proposta de Lei Estadual da Educação Profissional; 3) estabelecer parcerias para integrar as ações de Educação Profissional no Estado do Acre no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável definido pelo Estado; 4) criar o Fórum Permanente de Educação Profissional. (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 9)

Pela centralidade política que teve o referido Encontro para definição e implementação da nova Educação Profissional no Acre, no contexto da Reforma da Educação Profissional em curso no país desde o final dos anos 1990, ele se reveste de importância central para a análise de nosso objeto de investigação: *A implantação do Instituto Dom Moacyr no Estado do Acre no contexto da reforma da educação nos anos 2000*.

Por essa razão, tomamos os anais do referido encontro sistematizados por Sousa, Macedo e Paiva (2005), como o principal, mas não o único, documento para efeito de uma apreciação da política da FPA para a Educação Profissional no Acre, como se segue nos tópicos seguintes.

3.6.1. O relatório do evento: uma apreciação introdutória

Ainda que o Plano de Educação Profissional do Acre - PEP⁸¹ (ACRE, 2000) possa ser considerado a pedra fundamental da política de formação profissional da FPA, o verdadeiro marco fundacional dessa política viria a ser instituído cinco anos depois da aprovação daquele documento, com a realização do Primeiro *Encontro Estadual de Educação profissional: Construindo uma Política Pública de Educação Profissional* (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005).

Naquela ocasião, as teses e diretrizes político-pedagógicas que apareciam no PEP de forma indicativa, quando da realização do referido evento, encontravam-se consolidadas no âmbito da SEE. Contudo, como se pode inferir a partir do título do encontro, até aquela data, não haviam se consolidado como políticas públicas. Há que se destacar que o ponto alto desse encontro foi apresentação da minuta do projeto de lei do que viria ser, no futuro próximo, o Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, em torno do qual gravitaria toda a política de Educação Profissional da FPA, o que analisaremos mais adiante.

Sob a direção da antiga Gerencia de Educação Profissional – GEPRO/SEE, era chegado pois, o momento de explicitá-la e iniciar o *diálogo* com o conjunto da sociedade.

O Relatório Geral desse encontro, base de nossa análise, está dividido da seguinte forma:

Apresentação: registro das saudações ao encontro, considerações sobre a relatoria e as falas da mesa de abertura;

Palestras: A Política Nacional de Educação Profissional - Balanços e Perspectivas; As novas diretrizes Curriculares da Educação Profissional; O desenvolvimento regional sustentável e as tendências da Educação Profissional; A política de Educação Profissional do Governo do Acre;

Salas temáticas: Legislação da educação pública no Acre; A realidade do sistema “S” na Educação Profissional do Acre; A Educação Profissional no contexto das políticas públicas da juventude; O papel da formação profissional nas políticas de

⁸¹ O PEP foi construído como exigência do PROEP para acessar ao financiamento oriundo do endividamento externo decorrente do acordo MEC/BID, que promoveu a reestruturação da etapa final da educação básica no Brasil.

cidadania e inclusão social; Perfil do Mercado de Trabalho, no Acre, hoje; O desafio da atualização tecnológica das escolas de educação profissional;

Encerramento dos trabalhos: registro das falas de encerramento;

Anexos: O programa; Tabela matrícula por gênero; Questões orientadoras do debate; Proposta de criação do fórum permanente de Educação Profissional; Poema ecologia.

Para efeito de apreciação crítica, tomaremos em destaque as falas do então Gerente de Educação Profissional, que depois tornar-se-ia o primeiro Diretor Presidente do IDM, o Sociólogo Irailton Sousa. Nossa opção por esse recorte se justifica pelo peso político de sua representação, pois naquele evento falava tanto pelo governador Jorge Viana, quanto pelo Secretário Arnóbio Marques que lideravam a política de governo da FPA para a educação, mas também, porque suas declarações sintetizavam as convicções formadas a partir do acúmulo de discussão no âmbito da SEE. Traziam, dessa forma, a posição que se por um lado não era unânime, seguramente, foi a que se tornou hegemônica ao longo dos debates na Secretaria de Educação.

3.6.2. A assimilação da orientação neoliberal na estruturação da política de Educação Profissional do Acre durante os dois governos de Jorge Viana

Diante do exposto, é de grande relevância o que revela o relatório da primeira palestra proferida pelo Gerente da GEPRO no referido Fórum. Após sua exposição, seguiram-se três blocos de intervenções e perguntas do plenário, no segundo bloco, aparecem duas intervenções que mereceram ser apreciadas pelo conteúdo crítico que elas trouxeram e pelas respostas reveladoras que ambas suscitaram.

Na primeira pergunta, um professor faz a seguinte interpelação:

Para que um profissional seja produtivo, deve estudar pelo menos oito anos. Os argumentos apresentados são mais de natureza quantitativa. Sou da Escola Floresta e vejo quantidade de investimento nesta Escola. Tomando como exemplo Cuba, podemos ver que a Educação Profissional é uma equipe ampliada, e *se é um dogma que o profissional não possa ficar de forma fixa isso constitui-se num aspecto negativo*. E, já que o Estado irá abrir concurso para o serviço público devemos ver a possibilidade de inserir concurso para o serviço público devemos ver a possibilidade de inserir o pessoal da Educação Profissional. Temos na Escola da Floresta problemas que passam pela questão ambiental. Mas adianta investir tanto em questões ambientais diante de problemas maiores, que envolvem inclusive a saúde? *Acredito que o profissional deve ter sim plano de carreira*. (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 64. Grifos nossos)

Certamente a fala do professor da Escola da Floresta é movida pela insegurança das condições de trabalho precarizada, marcada pela restrição dos direitos trabalhistas e a incerteza quanto ao seu futuro profissional, mas também, pelo fato dos professores do IDM, assim chamados *mediadores*, não receberem os benefícios do plano de carreira do magistério, razão pela qual no final de sua intervenção ele assevera: “Acredito que o profissional deve ter sim plano de carreira” (Ibidem). Naquela ocasião a fala do professor dialogava, por um lado, com a realidade presente na vida do conjunto dos trabalhadores que, como ele, estavam submetidos à superexploração por novas relações de trabalho emergentes da reestruturação capitalista sob o signo do Toyotismo, consubstanciado na flexibilização dos padrões produtivos e consolidado pela propaganda e a legislação neoliberal. Por outro lado, sem que imaginasse, estava a antecipar um problema que se revelaria com toda a crueldade treze anos depois, com o fim do governo do PT, todos os assim chamados *mediadores* foram demitidos com vários meses de salários atrasados e sem receber direitos trabalhistas, fato fartamente noticiado pela imprensa acreana⁸².

Em seguida um estudante, também da Escola da Floresta, fez uma pergunta em tom de reivindicação:

Vimos que os professores do Estado tiveram prioridade na questão do vestibular⁸³. Após, concluirmos nossos cursos técnicos existe algum projeto, por parte do Governo, que garanta nosso acesso ao nível superior como tiveram os professores? (Ibidem)

Para além do debate sobre a viabilidade ou não da instituição de critérios que facilitassem o acesso dos egressos dos cursos técnicos ao ensino superior, o que destacamos dessa questão trazida ao debate pelo referido aluno é a explicitação do desejo da juventude trabalhadora de ingressar na Universidade, portanto, de trabalhar e estudar.

Essa fala, expressa de forma simples pelo aluno da Escola da Flores, é eloquente porque desnuda o sofisma propalado pela propaganda neoliberal que ao jovem trabalhador não interessa o ensino superior, que apenas a formação técnica atende aos seus anseios de vida.

⁸² BADARÓ, Leônidas. Mediadores e terceirizados do IDM protestam por salários atrasados. **AC24horas** – Sítio de notícias do Acre, Rio Branco, 22/03/2019. Disponível em: <https://ac24horas.com/2019/03/22/mediadores-e-terceirizados-do-idm-protestam-por-salarios-atrasados/>. Acesso em 13/09/2023.

⁸³ O aluno da Escola da Floresta se refere ao Programa de Formação de Professores, convênio celebrado entre a SEE e UFAC para formar em nível superior todos os professores leigos da rede pública estadual de ensino.

A resposta dada a esses questionamentos pelo Gerente da Educação Profissional do Acre revelou uma absoluta sintonia com o pensamento neoliberal, senão, vejamos o que disse Sousa:

Acredito que essa questão de pessoal é uma discussão bem interna. Temos que observar e entender bem o que acontece no mundo do trabalho. *Todas as pessoas correm atrás de garantias e seguranças. Precisamos entender que vivemos uma crise, em que o Estado não tem mais possibilidade de crescer.* Anualmente o INSS tem um déficit de 30 milhões de reais. Boa parte dos recursos que cobre esse déficit é proveniente da arrecadação pública. Nem todos poderão ser servidores públicos, pois é difícil manter uma quantidade grande de servidores. *Esse negócio de que o serviço público vai crescer é errado.* Não acho que deva crescer essa expectativa de serviço público para alunos da Educação profissional. Falamos ontem com o Governador sobre a contratação temporária para a Educação Profissional. Há essa possibilidade através de Leis que passaram na Assembleia Legislativa. *Nós sempre deixamos claro para os servidores da Educação Profissional que o regime de contratação é temporário.* A Educação Profissional não trabalha com competências como as da Educação Básica. Nosso processo é complementar, então não temos essa incumbência. *Nossos cursos possuem duração de um ano e cinco ou seis meses, e oferece formação para o mundo do trabalho, para atuar de maneira adequada como profissional e como cidadão.* (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 64-65. Grifos nossos)

O discurso do Gerente da GEPRO estava em consonância com o que havia de mais novo em termos da reestruturação produtiva neoliberal no alvorecer do século XXI e com a pedagogia neo-tecnista. Esse alinhamento do Governo da FPA com a pragmática neoliberal pode ser atestado pelo que afirma Antunes (2020), referindo-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho:

A implantação de programas de qualidade total, dos sistemas just-in-time e kanban, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, PLR), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais, possibilitou a expansão intensificada da reestruturação produtiva no Brasil, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2020, p. 122-123)

A tese do estado mínimo, nos termos registrados por Sousa, Macedo e Paiva (2005), incorpora no âmbito da máquina pública a mesma lógica que passara a presidir a produção com o advento da terceira revolução industrial, com as características descritas por Antunes (2020). Constitui-se, assim, em parte da estratégia do novo capitalismo em crise de abundância de capital, que não tendo mais como se resolver pelos caminhos clássicos, procurou na nova conjuntura ampliar suas taxas de

crescimento por meio da *liofilização*⁸⁴ do trabalho que se traduz no plano da produção, em flexibilização dos processos, de modo a assegurar a intensificação da exploração da força de trabalho, com aplicação da menor quantidade de trabalho vivo em benefício da maior concentração de trabalho morto e, no plano macro econômico, se expressa por meio do rentismo (capital portador de juros), ou dito de outra forma, retira-se investimento direto na produção para aplicar na ciranda financeira em busca de ágio para sua reprodução de maneira desvairada. Essa tendência que Antunes (2020) denomina de *liofilização*, entendido como a busca do capital por encurtar seu processo de reprodução ampliada, entrando diretamente na circulação *suprimindo* a etapa da produção, foi antecipada por MARX (2017) sinteticamente da seguinte maneira:

Comprar para vender, ou, mais acuradamente, comprar para vender mais caro, D-M-D', parece ser apenas um tipo de capital, a forma própria do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Eventos que ocorram entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, não alteram em nada essa forma de movimento. Por fim, no capital a juros, a circulação D-M-D' aparece abreviada, de modo que seu resultado se apresenta sem a mediação ou, dito em estilo lapidar, como D-D', dinheiro que é igual a mais dinheiro, ou valor que é maior do que ele mesmo. (MARX, 2017, p. 231)

O que a teoria econômica Marx (2017), fundamentada na vida material desse sistema, demonstrara por variadas formas é que ainda que essa lógica tenha se materializado ela se move sem sustentação de bases materiais, uma vez que o fundamento do valor é o trabalho, o capital que se valoriza sem passar pela produção, em verdade, se desvaloriza, razão pela qual ocorrem as crises de queda nas taxas de lucro, que se reveste para o trabalhador arrocho salarial, perda de direitos, desemprego em massa, e implicando em pesado ônus de vidas humanas por todo o planeta pela *pandemia de fome e guerras*.

A essa reengenharia do processo de reprodução ampliada do capital desdobrou-se na redução do estado, que, em algumas áreas, implicou em verdadeiro desmonte dos serviços públicos, para que os capitalistas possam avançar sobre o fundo público e ao mesmo tempo, ocupar o vácuo deixado pelo Estado explorando comercialmente os

⁸⁴ Liofilização: expressão que designa novas técnicas usadas para desidratar um produto sem alterar as suas propriedades, evitando o que ocorre por exemplo, com a secagem por calor ou por ar que alteram a sua estrutura. Antunes (2020) utiliza essa expressão por analogia, para o qual, “flexibilidade liofilizada é aquela que aglutina o menor contingente de trabalho vivo e concentra o maior volume de trabalho morto.” (ANTUNES, 2020, p. 108)

serviços essenciais privatizados; é o caso das áreas da saúde, da educação e da assistência e previdência social.

Tomamos como referência para análise esse diálogo ocorrido durante o 1º Encontro de Educação Profissional do Acre por seu caráter emblemático, e por sintetizar a contradição com a qual as lideranças do *Governo da Floresta*⁸⁵ se depararam na gestão do Estado: de um lado a necessidade de desenvolver políticas públicas inclusivas, que elevasse os padrões de vida dos trabalhadores, com geração de emprego e renda, sintonizadas com as necessidades do proletariado acreano e consentâneas com o ideário que originou a FPA.

Tais necessidades, por sua vez, se chocavam com a realidade de Estado pobre, dependente financeiramente do Fundo de Participação dos Estados - FPE e de base produtiva pouco desenvolvida. Ao invés de enfrentar tal contradição sob o primado dos interesses dos trabalhadores, reconhecendo impasses e insuficiências decorrentes das particularidades do capitalismo na Amazônia brasileira Sul-Occidental e sem abandonar a perspectiva histórica, os dirigentes da FPA se rederam ao discurso e à lógica neoliberal do estado mínimo, como se tal ideário representasse a única alternativa frente ao que, Fukuyama (1992) denominou de *o fim da história* e um outro mundo não fosse possível.

A defesa do estado mínimo como meio de conter os anseios sociais, associada a uma formação profissional aligeirada, desprovida dos fundamentos humanistas, adequada as demandas do mercado e as suas mutações, realizadas por profissionais sem formação pedagógicas, regidos por contratos precários, sem identidade profissional com o magistério, constituiu-se no paradigma de Educação Profissional que seria implementado pelo futuro Instituto de Educação Profissional - Dom Moacyr em gestação naquele seminário.

Essa posição representou, pois, a manifestação na política de Educação Profissional, a angústia que Maia (2009) afirma ter tomado conta da direção da FPA, por ter se percebido incapaz de propor saídas progressistas diante das contradições do Estado no capitalismo.

Na leitura das propostas de gestão, dos arranjos administrativos dos governos da Frente Popular, entendemos que há uma angústia e uma sensação de incapacidade por parte dos dirigentes, por saberem que, nos meandros do capitalismo, não conseguirão responder às necessidades

⁸⁵ Os dois governos de Jorge Viana pela FPA, se autodominaram *Governo da Floresta*, num apelo de marketing, para simbolizar uma gestão comprometida com o desenvolvimento de uma economia sustentável de base florestal.

básicas a que se propõem, ao mesmo tempo em que não agem para superar essas angústias e incapacidades.

Os arranjos produtivos propostos, em que pese a linguagem ecológico-ambiental que as cerca, são também formulações que reforçam um modo de vida comandado pelo mercado, isto é, pelo viés do capitalismo. Nesse sentido, nem mesmo as questões ecológico-ambientais vêm sendo equacionadas, pois não faz parte da natureza do capitalismo sentimentos de comiseração, nem com o homem, nem com o ambiente em que se desenvolve. (MAIA, 2009, p. 315)

A postura dos dirigentes da FPA, a que se refere Maia (2009), diante da complexidade dos problemas que se apresentavam na gestão governamental se traduziu na busca por acomodar e/ou conciliar interesses contraditórios inconciliáveis e que reclamavam soluções progressistas, ou seja, em última instância, de conteúdo *popular*.

É, pois, essa crise de identidade e/ou de paradigmas no interior do Governo Popular, que Maia (2009) denomina *angústia* da FPA, e como ela se manifestou na política de Educação Profissional é que explicitaremos nos tópicos seguintes tendo como base os registros do Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional.

3.6.3. A opção pela dualidade educacional

Como não poderia deixar de ser, o diapasão político neoliberal do encontro direcionou a realização das salas temáticas. Na sala que se intitulou *Legislação da Educação Profissional Pública do Acre*, coordenada por Irailton Sousa, o Gerente da GEPRO explicitou o fundamento político-pedagógico que daria norte à Educação Profissional no Acre.

[...] vivemos um período de grande riqueza, visto que a LDB 9394/96 nos dá abertura, com possibilidades diversas para a Educação Profissional. Em 1998, foi publicado o decreto, 2208, que proibia qualquer tipo de integração do Ensino Médio e Educação Profissional. Essa medida foi tomada durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. No Governo Lula, criou-se nova possibilidade de abertura para a Educação Profissional: o currículo integrado entre Ensino Médio e Educação Profissional. *No Acre, optamos pelo modelo subsequente de formação, no qual o estudante faz o Ensino Médio desenvolvendo competências pertinentes à Educação Básica e, posteriormente, cursa a Educação Profissional.* (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 74. Grifos nossos)

Pelo relato de Sousa, Macedo e Paiva (2005), a priorização de Educação Profissional subsequente ao Ensino Médio, que, traduzindo em termos populares, significa que os alunos deveriam primeiro cursar o Ensino Médio, para depois ingressar num dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Estado, significou a materialização

da proposta de escola dual a que nos referimos ao longo deste estudo. Tratou-se, portanto, de uma opção consciente, amadurecida ao longo dos cinco anos passados até a realização do referido encontro.

Esse caminho dual aparece desde o esboço do PEP, onde se pode ler: “a organização curricular do ensino técnico ganha características próprias e independente do Ensino Médio, apesar de manter-se articulada e complementar o mesmo” (ACRE, 2000, p. 86). Tal perspectiva dos Gestores da SEE se desenvolveu na interação com o MEC durante a gestão Fernando Henrique-Paulo Renato e chegou ao ponto de amadurecimento, transformando-se em convicção no momento de implantação do IDM, no primeiro Governo Lula, como o próprio Relatório ressalta, portanto, em plena vigência do Decreto 5154/2004, que reorientou a política de Educação Profissional, abrindo a possibilidade de um projeto unitário de educação.

Nesse ponto, verificou-se, no Acre, um afastamento teórico-político-programático do Governo Federal, ainda que, no mesmo período (2003-2005), ambas as esferas de governança estivessem sob a direção do mesmo bloco de forças políticas.

Em plano nacional, apesar das adversidades herdadas dos dois anos do governo Collor (1990-1992) e oito de Fernando Henrique (1995-1998 e 1999-2002), período que marcou a história do Brasil pelo quase total desmonte do Estado Nacional, mesmo com correlação de forças adversas, ou tenuamente favorável aos trabalhadores, a depender do ponto de vista que se olhe, situação que levou a edição da *carta aos brasileiros*, que representou um comprometimento do governo Lula em manter a política macroeconômica anterior. Apesar de tudo isso, houve no MEC/SEMTEC no primeiro Governo Lula (2003-2006), um movimento de resistência ativa pela mudança de rumos na política educacional, cuja culminância foi a edição do Decreto da Presidência da República nº 5154 de 23 de julho de 2004.

Desse modo, enquanto o Governo Lula estava envidando esforços em âmbito nacional para a edificação de um projeto de unificação educacional na etapa final da Educação Básica, no Acre, o Governo Jorge Viana optou pelo caminho contrário, não apenas do Governo Federal dirigido pelo seu partido, o PT, mas principalmente, no sentido oposto aos anseios dos trabalhadores organizados e do pensamento educacional mais avançado e organicamente a eles vinculado.

Os argumentos que fundamentaram o caminho adotado no Acre para a reestruturação da Educação Profissional são de natureza supostamente técnica, como mostra o relatório de Avaliação do PEP 2000 (ACRE, 2007):

Assim, com objetivo de fortalecer as políticas públicas de educação Profissional no Acre, garantindo autonomia pedagógica e financeira, principalmente versatilidade na captação e aplicação de recursos, e visando expandir as ações de formação para todos os municípios do Acre, foi criado o *Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi*, por meio da Lei Estadual nº 1.695, de 21 de dezembro de 2005 (ACRE, 2007, p. 4. Grifos dos autores)

Esse documento de avaliação do PEP – ACRE, avalia tanto o documento quanto a efetividade das políticas decorrentes dele, foi construído para subsidiar o planejamento estratégico do IDM, criado em 2005, logo após o Primeiro *Encontro Estadual de Educação profissional*, que estamos a analisar.

A ideia central da argumentação que justifica o caminho adotado é de natureza supostamente *técnica*: dotar o Estado de “versatilidade na captação e aplicação de recursos” (Ibidem). Supõe, por meio dessa tese, que um projeto fundado na unificação educacional da etapa final da Educação Básica enfrentaria dificuldades para captar e aplicar os recursos para seu desenvolvimento. Portanto, pelo que se pode inferir a partir dessa lógica argumentativa, não poderia haver outro caminho para o Acre, a não ser aderir ao caminho da dualidade proposta pelos governos neoliberais de Fernando Henrique.

Com isso, inverte-se a hierarquia da relação política-técnica, pois, se na dinâmica social a técnica está subordinada à política, no olhar dos gestores da FPA sobre a Educação Profissional, havia que se relativizar a política em detrimento da técnica. Ou, dito de outra forma: assegurar a agilidade na operacionalização dos processos passou a ser o fim almejado, com isso, encurtou-se o horizonte estratégico que dá fundamento à grande política, perdeu-se assim, a conexão orgânica com a luta pela emancipação dos trabalhadores, gênese da Frente Popular.

Entretanto, um olhar mais cuidadoso sobre a questão da implantação do IDM revela que o deslocamento da política do centro diretivo da ação de governo em detrimento da técnica é apenas formal, posto que a justificativa apresentada é um sofismo erguido para encobrir o verdadeiro objetivo político, fortalecer a dualidade educacional a serviço dos interesses do mercado, nesse caso, vale a máxima: *a técnica está a serviço da política*.

Diante do que explicitamos até aqui, surge a seguinte indagação: *Por que essa disparidade entre a orientação do Governo Lula, liderado pelo PT e o Governo Jorge*

Viana, do mesmo Partido, no que se refere à política para a etapa final da Educação Básica?

Pelas evidências verificadas nos documentos analisados e pela vivência que tivemos nesse processo, chegamos ao entendimento de que a resposta à essa indagação tem uma dupla dimensão: nacional e local.

No que se refere à dimensão nacional, os dirigentes da SEE não compreenderam os fundamentos ontológico-históricos que embasaram o decreto do Presidente Lula nº 5154/2004, confundindo-os com os que deram embasamento à Lei 5.692/1971, promulgada pelo Presidente Médici;

Por outro lado, no plano estadual, a pedagogia das competências herdadas do Governo Fernando Henrique se revelou mais apropriada ao fortalecimento dos vínculos políticos estabelecidos entre os dirigentes da FPA e os herdeiros dos *coronéis de barranco* e os novos pecuaristas do Acre. Os adversários de outrora, as classes dominantes agrárias do Acre, tornaram-se aliados, movidos por seus interesses econômicos, na sua maioria, passaram a apoiar os governos do PT, financiando as suas sucessivas campanhas eleitorais. Nesse sentido, quando o Gerente da GEPRO afirma “[O] mercado é quem demanda para as escolas a necessidade de formação” (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 74.), em se tratando de Acre, o *mercado* é controlado exatamente pelos capitalistas a que nos referimos, que por sua vez, por meio das instituições do assim chamado sistema “S”⁸⁶ influíram decisivamente sobre a política de Educação Profissional no Acre.

Dessa maneira, o movimento geral do capital expresso nas políticas neoliberais no plano internacional e nacional encontrou mediação educativa na particularidade do Instituto Dom Moacyr, um dos inúmeros meios ao qual se articulou à dinâmica do mercado na singularidade do Acre.

No plano pedagógico a lógica de reprodução ampliada do capital se expressa por meio da pedagogia das competências que se desdobra na didática das metodologias ativas, ambas fundamentadas no pragmatismo norte-americano, definido por

⁸⁶ O que se convencionou chamar de sistema “S” é composto por: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest), todas instituições geridas pelos patrões.

Arismendi⁸⁷ (1965) como a *filosofia do imperialismo*, como veremos a seguir, por meio de uma digressão, com o intuito de estabelecermos as conexões entre as contradições desse debate no âmbito pedagógico e suas mediações com as contradições gerais do modo de produção capitalista em sua fase imperialista.

3.6.4. O Pragmatismo norte-americano: a filosofia do imperialismo

Após a derrota da revolução de 1905 na Rússia, desencadeou-se a reação czarista contra o movimento operário, agindo em duas frentes: pesada violência contra os dirigentes do Partido Operário Social-Democrata Russo – POSDR. Noutro flanco, procurava desmoralizar o marxismo por meio de ostensiva propaganda da ideologia burguesa. Nesse cenário de pesado ataque reacionário, uma série de dissensos estabeleceram-se no movimento operário russo, entre eles, sobre a objetividade ou não da verdade, e em consequência, da viabilidade ou não das teses de Marx e Engels.

A propaganda reacionária, procurando desconstruir as bases do materialismo histórico-dialético, passou a divulgar em larga escala as teorias da nova moda em termos de filosofia da ciência. O movimento que se tornou conhecido como empiriocriticismo e empiriomonismo, cujos expoentes foram o físico austríaco e filósofo Ernst Mach, o químico e filósofo alemão Wilhelm Ostwald, o filósofo francês Richard Avenarius, o matemático, físico e filósofo francês Henri Poincaré. Além desses, procurou-se também, *requentar* o sistema de ideias seiscentistas do Bispo Anglicano irlandês George Berkeley, conhecido por seu idealismo subjetivista.

Diante do cerco e da desarticulação do comando do movimento operário castigado por mortes, prisões e exílio, essas teses reacionárias ganharam simpatia de alguns líderes influentes do movimento, entre eles Alexander Bogdanov e Viktor Tchernov. Essa conjuntura levou Lênin no exílio na Suíça, passar nove meses em pesquisas na Biblioteca de Genebra e no Museu Britânico para, em 1908, concluir o livro *Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*, publicado no ano seguinte.

Essa obra constituiu-se ao mesmo tempo num vigoroso indicador de rumo teórico-revolucionário para o movimento operário não só da Rússia, mas do mundo todo,

⁸⁷ Alcira Legaspi de Arismendi – pedagoga, professora de educação infantil, Secretária de Educação do Comitê Central do Partido Comunista do Uruguai – PCU, esposa do histórico Secretário Geral do PCU, Rodney Arismendi, ambos fundadores da Frente Ampla do Uruguai que uniu toda a esquerda uruguaia.

além de atualização e enriquecimento do marxismo, seu vigor revolucionário, profundidade teórica e assertividade científica mantém-se, naquilo que é fundamental, atuais até hoje, passados 124 anos de sua primeira edição, o que a torna um clássico da literatura mundial.

Na referida obra, Lenin (1982), traz uma nota de rodapé sobre o pragmatismo, de valor heurístico para a compreensão de seu conteúdo. Leiamos:

Eis mais um exemplo de como as correntes amplamente difundidas da filosofia burguesa reacionária de fato utilizam o machismo⁸⁸. Talvez a “última moda” da filosofia americana mais recente seja o “pragmatismo” (do grego *pragma*, ato, ação; filosofia de ação). É talvez do pragmatismo que as revistas filosóficas mais falam. O pragmatismo ridiculariza a metafísica tanto do materialismo como do idealismo, exalta a experiência e só a experiência, reconhece a prática como único critério, invoca a corrente positivista em geral, apóia-se especialmente em *Ostwald, Mach, Person, Poicaré, e Duhem*, no fato de que a ciência não é uma “cópia absoluta da realidade”, e... de tudo isto deduz muito tranquilamente um Deus para fins práticos, só para a prática, sem nenhuma metafísica, sem sair de modo nenhum dos limites da experiência (cf. William James, *Pragmatismo. Um Novo Nome para Algumas Velhas Maneiras de Pensar*, Nova York e Londres 1907, p. 57 e 106 especialmente – N. Ed.). A diferença entre o machismo e o pragmatismo, é do ponto de vista do materialismo, tão mínima e insignificante como a diferença entre o empiriocriticismo e o empiriomonismo. Comparem, quanto mais não seja, a definição de verdade de Bogdánov e dos pragmatistas: “A verdade é para o pragmatista um conceito genérico que designa na experiência toda a espécie de valores de trabalho (*working-values*) determinados” (LENIN, 1982, p. 258 – 250, *destaques do autor*).

Como destaca Lênin (1982), o pragmatismo corrobora com o positivismo no seu projeto de transpor para as ciências sociais os mesmos procedimentos de investigação usado nas ciências da natureza sem as devidas mediações, isso porque ambos os métodos burgueses negam que a sociedade tem leis próprias que se desenvolvem com contradições particulares, numa dinâmica qualitativamente distintas dos fenômenos naturais. Ademais, o pragmatismo é averso a qualquer perspectiva teleológica, apenas a ação para fins imediatos serve como meta.

Apesar de, em *Materialismo e empiriocriticismo*, Lênin estar voltado para as contradições do movimento operário na Rússia, sua análise não fica presa ao contexto nacional, pois, ao longo de todo o texto, faz mediações com o desenvolvimento do capitalismo e seus desdobramentos na luta de ideias no cenário internacional.

⁸⁸ Machismo – lê-se mach + ismo, pronúncia *makismo*. Relativo à Ernst Mach.

A longa nota de rodapé que transpusemos acima, tratando do pragmatismo não é por acaso, segue a lógica da mediação entre as contradições do capitalismo na Rússia com as que se operam no plano internacional, mesmo porque, a essa época o pragmatismo que nasceu nos Estados Unidos da América a partir dos escritos principalmente de Willian James, Charles Pierce e John Dewey⁸⁹, já havia se espreado pela Europa como a filosofia da nova etapa do capitalismo: o imperialismo.

E, também, havia fortes indícios que os partidos proletários revolucionários não estavam imunes à sua *radiação* destruidora, foi o caso do Partido Operário Social-Democrata Alemão, maior partido proletário de seu tempo, principal núcleo dirigente da segunda internacional, havia sido contaminado por essa filosofia reacionária. Nessas condições tornou-se objeto de manipulação do imperialismo, cujo ponto mais decadente foi o episódio da votação dos créditos de guerra no parlamento alemão às vésperas do conflito que a história registra como a Primeira Grande Guerra da era contemporânea. Tal votação passava, necessariamente, pela Segunda Internacional, uma vez que o Partido Operário era força decisiva no parlamento Alemão, mas que, no entanto, capitulou diante da pressão pragmática, pois dos cento e onze deputados do Partido, apenas Karl Liebknecht votaria contra os créditos para financiar a guerra imperialista protagonizada pela Alemanha.

Essa guerra, por seu caráter imperialista, representou uma mudança qualitativa na história dos conflitos entre as nações, porque inaugura a etapa das guerras como mecanismo endógeno do capitalismo para recompor as taxas de lucro perdidas com as crises cíclicas de superprodução de capital. Daí por diante, a guerra somada à extração do mais-valor e ao rentismo, passa a figurar como mecanismo de reprodução do capital em escala ampliada. Fato que Lênin, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e outros revolucionários, partindo de uma análise materialista histórico-dialética, perceberam; razão pela qual se lançaram na luta pela paz. Também não foi por acaso, que a Revolução Bolchevique de 1917 a destacou como uma de suas bandeiras principais ao lado de *pão*

⁸⁹ Não inserimos Richard Rorty na relação dos principais filósofos pragmatistas, não apenas porque a essa época ele ainda não havia nascido, mas por considerar que suas análises se afastam do pragmatismo clássico. Enquanto para James, Pierce e Dewey o tema da verdade parte de esquemas conceituais prévios e situa-se no âmbito da epistemologia, para Rorty a verdade coloca-se no campo da semântica e da lógica, razão pela qual, Ramos (2003) o considera como pertencente ao campo do *neopragmatismo*: “Em outras palavras, para os neopragmatistas, a teoria da verdade seria uma teoria do significado, ou uma *teoria semântica da verdade*, deixando de fazer sentido uma distinção entre epistemologia – que cuida de *como sabemos* – e ontologia – que cuida da *essência do que sabemos* – que seria a dimensão *não-lingüística* do mundo. (RAMOS, 2003, p. 104. Grifos da autora)

e *terra*. Desse modo, desde o advento da fase imperialista do capitalismo a paz converteu-se bandeira revolucionária, nem que para assegurá-la se tenha que fazer a guerra aos patrões, guerra às burguesias nacionais em cada país. Essa lógica dialética escapou ao campo de visão de Karl Kautsky e a maioria do Partido Operário Social-Democrata Alemão, pois encontravam-se com visão turvada pelo pragmatismo, razão pela qual tornarem-se objeto de manipulação do imperialismo.

Diante desse quadro geral de total abandono do materialismo histórico-dialético pelo núcleo dirigente da Segunda Internacional e de recrudescimento da opressão capitalista em sua etapa imperialista, era chegada a hora da constituição de um partido proletário de novo tipo, o *Partido Comunista*⁹⁰, cujas bases teórico-práticas foram sistematizadas por Lênin no conjunto de sua obra teórica, como síntese resultante do confronto dos fundamentos do legado de Marx e Engels com a nova realidade de desenvolvimento do modo de produção capitalista e a crise do movimento operário.

O pragmatismo como filosofia do ganho imediato e da vantagem individual conduz o sistema capitalista em sua fase imperialista como uma *toupeira*⁹¹, que cava um buraco sempre mais fundo e escuro em busca do lucro e da reprodução ampliada do capital de forma ilimitada, sem levar em consideração a degradação da vida humana por meio das mais aviltantes formas de opressão e de rapinagem sobre as nações.

A base moral dessa filosofia é o êxito individual e seu critério de verdade é o *sensacionalismo*, com destaca Arismendi (1965). Mas a professora de educação infantil e revolucionária uruguaia vai mais fundo nas suas descrições do pragmatismo:

Su Dios, es el dólar.

La medida del hombre no es el hombre mismo, sino su capacidad para ser um triunfador, para hacerse un lugar – así fuere a codazos – en la jungla de los grandes intereses y sentarse en la mesa de la oligarquía del dinero.

⁹⁰ Dentre os vários textos de Lênin que conformaram uma teoria sobre o Partido, destacamos a tríade: *que fazer? As questões palpitantes de nosso movimento* (LENIN, 1988), lançado em 1902; *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* (LENIN, 1987) de 1917; *O Estado e Revolução: o que pensa o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução* (LENIN, 2007), também de 1917, esses dois últimos escritos no fogo da luta contra o revisionismo no interior da Segunda Internacional, liderados por Karl Kautsky e as famosas *Tese de Abril* lançadas em 17 de abril de 1917.

⁹¹ Expressão refere-se à lógica com que opera o capital, utilizada pelo Prof. Luiz Gonzaga Beluzzo do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.: “As Grandes Transformações foram operadas nos subterrâneos da Grande Modernização. A *velha toupeira do capitalismo* e de seus negócios não só redefiniu em poucos anos a distribuição espacial da produção, do comércio e dos fluxos de capitais, como cavou os buracos em que iriam soçobrar as credences sobre a eficiência dos mercados autorregulados no provimento de informações para os agentes racionais e otimizadores.” (BELUZZO, 2013, p. 34) Nesse trecho o autor refere-se à reengenharia do capital que desembocou na crise 2007-2008, conhecida como crise das hipotecas *subprime*.

Esa concepción del mundo, es la filosofía del pragmatismo, que habla del hombre para reducirlo a la nada. (ARISMENDI, 1965, p. 54)⁹²

Essa lógica pragmatista, conforme descrita por Arismendi (1965), leva a humanidade inevitavelmente à degradação humana pela fome endêmica e ao esgotamento dos recursos naturais resultante da ação predatória sobre a natureza, cenário esse, agravado por guerras fomentadas em várias partes do planeta para queimar o capital excedente, imobilizado pela superacumulação.

A única ocupação teórica a que se presta o pragmatismo é a de justificar as medidas que conduzam à ampliação dos ganhos de capital, salvaguardando o objetivo de produzir para acumular e especular.

Diante das crises de abundância de capitais é a lógica pragmática que direciona as reengenharias da produção, repetindo e aprofundando a velha fórmula: redução do tempo de trabalho socialmente *necessário*, em benefício da ampliação do tempo de trabalho socialmente *desnecessário*, que desemboca na dispensa de trabalho vivo (mão de obra) e aumento do trabalho morto (objetivado na forma de máquinas de alta tecnologia), amplificando dessa forma o mais-valor relativo e absoluto, gerando a superexploração da força de trabalho ativa e agravando, de forma dramática, o desemprego estrutural.

A reestruturação produtiva, que produz a redução do trabalho socialmente necessário, cria a possibilidade da redução da jornada de trabalho sem redução de salário e, a rigor, até de seu aumento. Por um lado, essa realidade enseja liberação de tempo para a fruição do trabalhador, ou como diria Nosella (2012), possibilidade de avanço civilizacional transformando o *labor* burguês em *poiésis socialista*⁹³ do trabalhador. Por outro lado, essa potência criadora e emancipadora humana é desperdiçada pelo pragmatismo em função da cegueira pelo lucro imediato e a qualquer custo, tornando-o prisioneiro da ciranda que move o capitalismo: crises – reestruturação produtiva – ganhos relativos e temporários de capital – superprodução – novas crises.

⁹² “Seu Deus é o dólar.

A medida do homem não é o próprio homem, mas a sua capacidade para ser vencedor, de conseguir um lugar para si – mesmo que com dificuldade – na selva dos grandes interesses e sentar-se à mesa da oligarquia do dinheiro.

Essa concepção do mundo é a filosofia do pragmatismo, que fala do homem para reduzi-lo a nada.” (ARISMENDI, 1965, p. 54)

⁹³ Poiésis entendida como o trabalho que se converte em essencialmente político, criativo, combativos, de solidariedade, ... isto é... enquanto ação social, complexa e criativa. (NOSELLA, 2012, p. 50)

No entanto, deve-se considerar que em cada novo giro dessa ciranda macabra o processo de expropriação do proletariado se intensifica, portanto o movimento passado de reprodução do capital nunca é exatamente igual ao presente, se sintetiza no binômio renovação e permanência. Todavia, o elemento de permanência, caracterizado pela superexploração da força de trabalho e aumento dramático do desemprego, aprofunda-se e agrava-se cada vez mais, o que explica a situação assustadora de miséria a que estamos submetidos.

Nesse cenário de crise de superprodução de capital, as guerras constituem-se em mecanismo de *válvula de escape*, para aliviar a pressão. A lógica anti-humana desse processo visa queimar o capital objetivado sobrando, para fazer girar a máquina capitalista travada pela abundância. Para isso, a filosofia pragmática age no sistema utilizando-se dos meios de comunicação de massa sob seu controle, e na contemporaneidade, impulsionado pela internet, redes sociais e jogos eletrônicos que funcionam como *glândula excretora de ódio*, que embriaga as pessoas e os povos lançando-os na violência urbana, rural e no abismo da guerra, na esteira desse cenário inaugura-se o neocolonialismo protagonizado pelas superpotências militares do Planeta.

Por tudo isso, mas também, por sua própria condição de vida revolucionária, Antônio Gramsci (2011), quando foi submetido ao cárcere fascista por ordem do tirano Benito Mussolini, empreendeu em um de seus famosos cadernos⁹⁴ uma reflexão sobre o pragmatismo que segue a linha crítica de Lenin (1982), com a diferença que Gramsci adiciona uma pitada de ironia ao comparar o filósofo pragmatista norte americano William James ao alemão Georg Hegel. Como é próprio do estilo literário de Gramsci tomar figuras emblemáticas de uma cultura e seu pensamento para analisar a alma nacional de um povo, assim ele procedeu com James e Hegel. Sendo assim, o revolucionário sardo começou sua análise da seguinte maneira: “Se é verdade que toda filosofia é uma ‘política’ e que todo filósofo é essencialmente um homem político, tanto mais isso vale para o pragmatista, que constrói a filosofia ‘utilitariamente’ num sentido imediato.” (GRAMSCI, 2011, p. 270. Aspas do autor). De onde conclui que essa lógica pragmatista tem validade e aceitação mais entre países de origem anglo-saxão onde a vida cultural cotidiana é mais aderente, o que segundo ele, não se aplica à realidade dos

⁹⁴ Trata-se do caderno nº 17 escrito nos anos de 1933 – 1935. (GRAMSCI, 2011)

povos que tiveram a vida cultural e a religião cindidos desde o Renascimento e à Contrarreforma (GRAMSCI, 2011). Nessa linha ele continua:

O filósofo “individual”, de tipo italiano ou alemão, está ligado a “prática” mediamente (e, frequentemente, a mediação é uma cadeia de muitos anéis); o pragmatista quer se ligar a esta prática imediatamente e, na realidade, revela-se desta forma que o filósofo de tipo italiano ou alemão é mais “prático” do que o pragmatista, que julga a partir da realidade imediata, frequentemente vulgar, enquanto o outro tem um fim mais elevado, coloca o objetivo mais no alto e, desta forma, tende a elevar o nível cultural existente ... (GRAMSCI, 2011, p. 270 – 271).

Nessa passagem, Gramsci (2011) faz duas distinções importantes: a primeira diz respeito à diferença entre ser *prático* e *pragmático*, onde a primeira perspectiva de ação se constitui em *mediação* entre a realidade como se apresenta empírica e imediatamente aos homens, ainda que tomados como o *filósofo individual*, e os seus objetivos de caráter teleológico, o que coloca tais objetivos *mais no auto*, ao passo que a visão pragmática julga a partir da *realidade imediata, frequentemente vulgar*, o que a vincula a epistemologia do senso comum desprovido, nesse caso, de seu “núcleo válido (o bom senso)” (SAVIANI, 1993, p. 5).

Seguindo essa mesma linha, Gramsci (2011) faz ainda uma segunda distinção entre o pragmatismo de James e o espírito prático de Hegel:

Hegel pode ser concebido como o precursor teórico das revoluções liberais do século XIX. Os pragmatistas, na melhor das hipóteses, contribuíram para criar o movimento do Rotary Club ou para justificar todos os movimentos conservadores e reacionários (para justificá-los de fato e não apenas por distorção, polêmica, como é o caso de Hegel e do Estado prussiano). (GRAMSCI, 2011, p. 271).

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que Gramsci (2011) desmascara a hipocrisia e o cinismo da filantropia liberal, que rouba do trabalhador a essência do seu trabalho por meio da alienação, para em seguida fazer demagogia distribuindo migalhas aos miseráveis, para com isso, aliviar de suas consciências burguesas o *peso* da responsabilidade por concentrar riqueza e socializar a miséria. Também nos indica que o pragmatismo justifica todos os movimentos “conservadores e reacionários” (Ibidem), e com isso, se constitui na *chave* que abriu as portas para o nazifascismo na Europa e fê-lo espalhar-se pelo globo, levando terror e morte por onde passava nos anos 30 e 40 do século passado, assim como na atualidade, em que vemos surgir fenômeno análogo, com o neofascismo personificado em Donald Trump nos EUA, Jair Bolsonaro no Brasil,

Volodymyr Zelensky na Ucrânia e Benjamin Netanyahu em Israel e Javier Milei na Argentina.

Essa breve análise que fizemos do pragmatismo como filosofia do imperialismo, com base nas indicações de Lênin (1982), Gramsci (2011) e Arismendi (1965) se justifica por dois motivos: primeiro porque, assim como o Partido Operário Social-Democrata Alemão nos anos 1914 encontrava-se já corroído pelo pragmatismo, a FPA recentemente também o foi. Premida pelas regras do financiamento privado de campanha eleitoral e apoiada numa frágil base teórica contra-hegemônica, caracterizada mais pelo ecletismo do que por uma teoria revolucionária, a Frente Popular no poder, logo cairia nas redes do pragmatismo. Segundo porque, é no pragmatismo em sua versão atualizada, o neopragmatismo, que encontramos o fundamento filosófico da pedagogia das competências e das metodologias ativas, adotadas no projeto pedagógico do Instituto Dom Moacyr, como veremos a seguir, mas antes, passemos em revista as mediações entre essa *filosofia da ação imediata* e a educação.

3.6.4.1. Pragmatismo e educação: fortalecimento da pedagogia humanista moderna

O fim da Segunda Grande Guerra da era contemporânea, em 1945, criou um cenário apocalíptico na Europa arrasada pelos bombardeios, mas ao mesmo tempo, essa destruição ensejou a possibilidade de realização de grandes negócios, pois a escassez é o melhor dos mundos para o capitalismo. Com o fim do conflito, foi instituída a Organização das Nações Unidas – ONU como organismo multilateral de conversações entre os países em substituição a falida *Liga das Nações*.

Um pouco antes disso, em 1944, diante da perspectiva do fim da guerra em função do avanço do Exército Vermelho da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS na frente leste em direção à Berlim, somado a tomada da Normandia pelos EUA à oeste, configuraram o enfraquecimento e a derrota eminente do eixo nazifascista. Nesse cenário, teve início em julho de 1944 a conferência de Bretton Woods que criou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, além do Acordo Geral de Tarifas e Comercio, que mais tarde daria lugar a Organização Mundial do Comercio – OMC. Tratava-se, pois, dos preparativos e da organização econômica para a reconstrução da Europa, no imediato pós-guerra, como de fato se deu.

Outra importante decisão decorrida desse acordo foi a quebra do padrão Libra-Ouro, substituído pelo padrão Dólar-Ouro como moeda internacional. Essa virada no

plano macroeconômico representou um marco no estabelecimento da supremacia estadunidense nas relações comerciais no plano internacional.

A Segunda Grande Guerra, ao queimar o capital sobrando, fez girar novamente as rodas da máquina global da economia capitalista, travada pela abundância de capital. Todavia, a reconstituição do parque industrial da Europa, destruído pelas falências dos anos 30 e a guerra dos anos 40, não poderia ocorrer sem pesados investimentos estatais e sem o capital dos EUA, país emissor da nova moeda de referência internacional, que a emprestou literalmente à peso de ouro, para financiar a reconstrução do velho mundo. Ao nosso entender, essa foi a conjuntura que fortaleceu e consolidou a política keynesiana⁹⁵ do estado de bem-estar social, assentada no plano econômico sobre o modelo fordista de produção e no político no anticomunismo, decorrente do medo do avanço da influência da URSS, fortalecida com a vitória sobre o nazifascismo.

Nos anos que vão de 1945 até a segunda metade da década de 1960, o mundo capitalista viveu a euforia com altas taxas de crescimento econômico, movidas, sobretudo, pelo esforço de reconstrução da Europa que passou a demandar recursos de todos os setores, com os Estados Nacionais injetando pesados investimentos na economia, quase toda a mão de obra disponível foi mobilizada.

Esse cenário de quase pleno emprego, elevação do consumo em todos os ramos e setores da produção, gerou um clima de euforia que levou os economistas designarem esse período como os *anos dourados* do capitalismo. Entretanto, embora a *era de ouro* tenha se constituído em um fenômeno mundial, “a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo — os que viviam em países para cuja pobreza e atrasos os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos.” (HOBSBAWM, 1995 p. 204), mesmo porque, distribuição justa das riquezas não faz parte da natureza do capitalismo.

A tecnologia da base produtiva desse período seguiu sendo o modelo fordista pré-guerra, aprofundada pelos aperfeiçoamentos científicos para atender ao aumento da demanda. Como descreve Saviani (2013), esse padrão,

apoiava-se na instalação de grandes fábricas operando com tecnologia pesada de base fixa, incorporando os métodos tayloristas de racionalização do trabalho; supunha a estabilidade no emprego e visava à produção em série de objetos standardizados, em larga escala,

⁹⁵ Keynesianismo – relativo à John Maynard Keynes, economista britânico que defendia fortes investimentos públicos como indutor do desenvolvimento nacional.

acumulando grandes estoques dirigidos ao consumo de massas (SAVIANI, 2013, p. 429).

A essa realidade econômica descrita por Saviani (2013), articulam-se dois fatores ideológicos, estratégicos para o sucesso da hegemonia burguesa: o primeiro diz respeito à necessidade de um senso comum *empreendedor*, desenvolver um *espírito ativo* entre os trabalhadores; e o segundo diz respeito a realçar os valores da *liberdade individual*, expressos por meio das realizações pessoais, dando vazão aos desejos individuais como a máxima realização do projeto burguês de sociedade e de *cidadão*.

Dessa forma, em nenhuma outra época da história do capitalismo, esse sistema, guiado pelo valor de troca como mediador geral da sociedade, esteve tão próximo de atingir seu desiderato humano, cujo a ênfase recai, como dissemos, sobre o *individuo isolado*. Tal perspectiva impede que se veja que “[L]a existência del hombre es así esencialmente social y su principal actividad es el trabajo”⁹⁶ (ARISMENDI, 1965, p. 57). O trabalho entendido, portanto, em sua dimensão ontológica, em seu caráter social e histórico.

Apesar disso, o projeto educativo burguês por meio de mecanismos de *força e consenso*, abstrai de suas análises a dimensão social, presente na ontogênese humana mediada pelo trabalho e, a partir desse primado, promove uma educação para a massa do proletariado de modo a conformar uma subjetividade direcionada a perseguir como projeto de vida, unicamente, seus interesses privados, resultando sempre na máxima concorrência entre os trabalhadores, como bem destaca Marx (2011), no melhor de seu estilo, com refinada ironia:

Os economistas expressam isso do seguinte modo: cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral. A piada não consiste em que, à medida que cada um persegue seu interesse privado, a totalidade dos interesses privados, e, portanto, o interesse geral, é alcançado. Dessa frase abstrata poderia ser deduzido, ao contrário, que cada um obstaculiza reciprocamente a afirmação do interesse do outro, e que desta *bellum ommium contra omnes*⁹⁷, em lugar de uma afirmação universal, resulta antes uma negação universal. (MARX, 2011, p. 157-158. Destaque do autor)

⁹⁶ “[A] existência do homem é, portanto, essencialmente social e sua atividade principal é o trabalho” (ARISMENDI, 1965, p. 57).

⁹⁷ Guerra de todos contra todos. Thomas Hobbes, “De Cive”, em *Opera philosophica* (Amstelodami, apud J. Blaeu, 1668), p. 7; Thomas Hobbes, “Leviatan, sive de materia, forma, et potestate civitatis ecclesiasticae et civilis”, em *Opera philosophica*, cit., p. 64-6, 72 e 83.

Essa conjuntura econômica descrita por Saviani (2013) e guiados pelo projeto liberal de homem, cujo paradigma de sucesso é atingir o máximo do interesse privado, como descreve Marx (2011), que durante o apogeu do *estado de bem-estar social*, ganhou força a tendência educacional fundada na *concepção humanista moderna*, que se popularizou como *novo* projeto educacional burguês, rivalizando com a *concepção humanista tradicional*, dominante como paradigma de educação escolar desde as revoluções burguesas e a instituição dos Estados Nacionais unificados na Europa.

Essa *nova pedagogia*, apesar do termo e de ter ganhado força na euforia dos anos dourados do capitalismo, figurava já nos escritos de “Rousseau, também Pestalozzi e Froebel” (Saviani, 2012) como crítica ao intelectualismo da pedagogia tradicional. Essa observação de Saviani, converge com a análise de Arismendi (1965), que por sua coerência e força argumentativa, merece aqui ser reproduzida. Diz a autora:

En el auge de las llamadas “escuelas activas”, que existen desde finales del siglo XIX y principios del XX, se distinguen varios elementos. El primero, de carácter material, corresponde a las exigencias planteadas por el apogeo de la industria, la concentración capitalista en grandes empresas y la complejidad de los procesos tecnológicos relacionados con la producción y la transición para el período imperialista. Eso trae como consecuencia que en la enseñanza se planifiquen las relaciones de la escuela con las destrezas laborales necesarias así aparecen las denominadas “escuelas del trabajo” entre las que se destaca la de Kerschesteiner. El segundo, corresponde a la influencia en la filosofía, de todas las corrientes que atacan la razón a las que se le atribuyen la impotencia. Ya vimos como el irracionalismo, el positivismo y el pragmatismo florecen casi simultaneamente em esse período. Esas corrientes poseen un rasgo común: aprovechan las insuficiencias del racionalismo abstracto y del “intelectualismo” – que hacen del hombre una “realidad” conceptual, más que un hombre vivo y actuante – para exaltar el instinto, la intuición, las “vivencias psíquicas” o una presunta naturalización “bio-social”, de cualidades innatas del individuo, y los contraponen a la razón (calificada al estilo de Bergson de tosca herramienta para penetrar la realidad vital).⁹⁸ (ARISMENDI, 1965, p. 119)

⁹⁸ No surgimento das chamadas “escolas ativas”, que existiram no final do século XIX e início do século XX, vários elementos devem ser distinguidos. A primeira, de natureza material, corresponde às exigências suscitadas pelo auge da indústria, pela concentração capitalista nas grandes empresas e pela complexidade dos processos tecnológicos relacionados com a produção, desde a transição para o período imperialista. A consequência disso é que no ensino se considera a relação entre as competências escolares e de trabalho, surgindo assim as chamadas “escolas de trabalho”, entre as quais se destaca a de Kerschesteiner. A segunda corresponde à influência na filosofia de todas as correntes que atacam a razão e lhe atribuem impotência. Já vimos como o irracionalismo, o positivismo e o pragmatismo floresceram quase simultaneamente nesse período. Estas correntes têm um traço comum: aproveitam-se das insuficiências do racionalismo abstrato e do “intelectualismo” – que fazem do homem uma “realidade” conceitual, em vez de um homem vivo e atuante – para exaltar o instinto, a intuição, as “experiências psíquicas”. uma suposta naturalização

Optamos por reproduzir essa extensa passagem de Arismendi (1965) porque nela estão contidos três aspectos que consideramos centrais para a análise que empreendemos até o momento, assim como as que se seguirão. O primeiro aspecto que destacamos é que a autora explicita o pragmatismo como a filosofia do capitalismo em sua fase imperialista, em convergência com Lênin (1982) e Gramsci (2011). O segundo, diz respeito ao fato que o pragmatismo não supera a falsa dicotomia razão *versus* experiência que marca a polarização entre o racionalismo e o empirismo, muito pelo contrário, não só mantém como aprofunda a perspectiva desse segundo método até degenerá-lo na ação para fins imediatos. O terceiro aspecto que julgamos ser importante destacar é que a roupagem *nova* desse movimento educacional, não é tão nova assim, aspecto também presente na análise de Saviani (2013).

O que, de fato, representou uma novidade foi o panorama econômico e político caracterizado por Lênin (1987) em *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*, conjuntura essa sustentada na filosofia pragmática, com consequentes desdobramentos no âmbito pedagógico, sobretudo a partir dos textos educacionais de John Dewey. Eis, pois, os fatores que possibilitaram que movimento por uma *Nova Escola* ganhasse força entre os educadores, sendo assumido depois, como política pública num grande número de países, inclusive no Brasil, pós-revolução de 1930.

A concepção humanista moderna de educação, mais conhecida no Brasil na expressão do movimento por uma *nova escola*, assenta-se nas seguintes bases pedagógicas sistematizadas por Saviani (2012):

centralidade do educando, concebendo a escola como espaço aberto à iniciativa dos alunos, que, interagindo entre si e com o professor, realizam a própria aprendizagem, construindo seus conhecimentos. Ao professor cabe o papel de acompanhar os alunos, auxiliando-os em seu próprio processo de aprendizagem. O eixo do trabalho pedagógico desloca-se, portanto, da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos aos métodos e processos de aprendizagem, do professor para o aluno, do esforço ao interesse, da disciplina à espontaneidade, da quantidade à qualidade. Tais pedagogias configuram-se como uma teoria da educação que estabelece o primado da prática sobre a teoria. A prática determina a teoria. (SAVIANI, 2012, p. 72)

A partir do que nos diz Saviani (2012), entendemos que a hegemonia da tendência pedagógica humanista moderna na prática escolar brasileira se deu numa relação

“biossocial” das qualidades inatas do indivíduo, e contrastá-las com a razão (qualificada no estilo de Bergson como uma ferramenta rudimentar para penetrar na realidade vital). (ARISMENDI, 1965, p. 119)

antinômica com os fundamentos pedagógicos da tendência humanista tradicional, se repelindo mutuamente, ainda que ambas se referenciem na mesma perspectiva liberal individualista do ser humano e se manifestem na prática escolar em *justaposição*.

Tomando por base a síntese que nos apresenta o fundador da Pedagogia Histórico-Crítica, construímos o seguinte quadro antinômico da relação entre essas duas tendências pedagógicas liberais:

Quadro 8

Antinomia pedagógica liberal: tradição *versus* renovação

Tendência Pedagógica Humanista Tradicional (Escola Tradicional) Eixo do trabalho pedagógico	Tendência Pedagógica Humanista Moderna (Escola Nova) Eixo do trabalho pedagógico
Ênfase na compreensão intelectual	Ênfase na atividade prática
Ênfase nos aspectos lógicos	Ênfase nos aspectos psicológicos
Ênfase nos conteúdos cognitivos	Ênfase nos métodos e processos de aprendizagem
Centralidade no professor	Centralidade no aluno
Prioridade ao esforço	Prioridade ao interesse
Valorização da disciplina	Valorização da espontaneidade
Prioridade na quantidade	Prioridade na qualidade
Ênfase na teoria	Ênfase na prática

Fonte: quadro construído por nós, com base no que diz Saviani (2012).

Como é próprio dos métodos liberais, e o pragmatismo não foge à regra, a realidade é apreendida de forma parcial e dicotomizada, reificando a lógica do filósofo grego pré-socrático Parmênides de Eléia, fundada na antinomia *ser* ou *não ser* (FERRINGTON, 1961). Por tal compreensão do real, a verdade só pode estar em um dos polos que se repelem mutuamente, nunca em ambos. Essa perspectiva antinômica, é metafísica porque está taxiada ao fundamento segundo o qual o *ser* é *imutável*. Portanto, *é* ou *não é*. Desse raciocínio decorre o princípio do *terceiro excluído*: o *ser* está sendo e um dia deixará de ser. Essa possibilidade é excluída porque ela pressupõe contradição, movimento, historicidade, numa palavra: a *dialética*, que supera a antinomia por incorporação dos seus polos falsamente excludentes.

A propósito da metafísica parmenidiana, compreendemos ser dialeticamente coerente a assertiva de Konder (2008):

De maneira geral, independentemente das intenções dos filósofos, a concepção metafísica prevaleceu, ao longo da história, porque correspondia, nas sociedades divididas em classes, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já está funcionando, sempre interessadas em “amarrar” bem tanto os valores e conceitos como as instituições existentes, para impedir que os homens cedam à tentação de querer mudar o regime social vigente. (KONDER, 2008, p. 9. Aspas do autor)

A partir do que explicita Konder (2008), entendemos que a burguesia está presa ao proletariado por necessidade, pois sem os produtores não pode manter seus privilégios, condição que lhe arrasta a empreender como classe, o esforço para eternização do *status quo*. Diante desse fato histórico, e guiados pela lógica do materialismo histórico-dialético, chegamos ao entendimento que a conservação das relações sociais de produção assentadas na exploração da força de trabalho do proletariado se constitui no fio condutor da dicotomia metafísica presente nas perspectivas das pedagogias liberais, seja na sua vertente *tradicional*, tanto quanto na sua versão *renovadora*, cada uma sintonizada com os interesses burgueses em cada tempo histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Portanto, com base no que expõe Saviani (2012 e 2013), chegamos ao entendimento de que o pragmatismo norte-americano se constitui no fundamento teórico metodológico da tendência pedagógica humanista moderna, com base no qual seus signatários propagandearam a suposta efetividade e superioridade das metodologias ativas na *construção* do conhecimento sobre os métodos tradicionais de *ensino* na educação escolar.

3.6.4.2. Metodologias ativas: fábrica de *robinsonadas*

O pragmatismo como corrente filosófica, no âmbito educacional, critica o diretivismo e intelectualismo da escola tradicional, a uniformização dos métodos de ensino para todas as matérias e todos os alunos, combate a exigência do imobilismo e a excessiva disciplina durante as aulas, razão pela qual direciona sua artilharia teórica contra o professor.

A crítica à concepção da escola tradicional perpassa toda a obra de John Dewey, filósofo que formulou as teses pragmatistas de maneira mais direcionada para a educação. Em *Educação e Democracia: introdução à filosofia da educação*, obra publicada pela primeira vez em 1916, o autor refere-se aos fundamentos metodológicos da escola tradicional da seguinte maneira:

Esta filosofia é eloquente sobre o dever do professor de instruir os discípulos — e é quase silenciosa sobre seu privilégio de aprender. Dá grande vulto à influência do meio intelectual sobre o espírito — e esquece a circunstância de que o meio subentende a participação pessoal em uma atividade comum. Exagera mais do que o razoável as possibilidades de métodos conscientemente formulados e empregados e não dá o devido apreço ao papel das atitudes e disposições vitais e inconscientes. (DEWEY, 1979, p. 77 – 78)

O que Dewey (1979) enfatiza é a relatividade do papel ativo do professor no processo educativo, ao tempo em que defende a necessidade de maior espaço para dar vazão ao exercício da intuição e das atividades criativas dos alunos, razão pela qual a pedagogia pragmática defende o primado das *atividades* no processo de educação. A ênfase dada a esse fundamento fará dele o traço distintivo da Tendência Humanista Moderna, razão pela qual ao defender a renovação da escola, tratará fundamentalmente da adoção de novos procedimentos na prática escolar, propondo a utilização das assim chamadas *metodologias ativas*.

Essa nomenclatura justifica-se pela adoção da ação, da experimentação, pela vivência pessoal de interação com o meio natural e com as pessoas no processo de construção dos conhecimentos em oposição às metodologias centradas na exposição oral dos professores, nas leituras e memorização dos textos, que caracterizam a Tendência Humanista Tradicional, razão pela qual Dewey proporá um processo educativo centrado na experiência, que ele define da seguinte maneira: "Aprender da experiência" é fazer uma associação retrospectiva e prospectiva entre aquilo que fazemos às coisas e aquilo que em consequência essas coisas nos fazem gozar ou sofrer. (DEWEY, 1979, p. 153, aspas do autor). Para o autor, essa perspectiva implica em duas consequências para a educação:

1) A experiência é, primariamente, uma ação ativo passiva; não é, primariamente, cognitiva. Mas 2) a medida do valor de uma experiência reside na percepção das relações ou continuidades a que nos conduz. Ela inclui a cognição na proporção em que seja cumulativa ou conduza a alguma coisa ou tenha significação. Os que recebem instrução nas escolas são habitualmente considerados como se adquirissem conhecimentos na qualidade de puros espectadores, de espíritos que absorvem os conhecimentos pela energia direta da inteligência. A própria palavra aluno quase chega a significar uma pessoa que não está a passar por experiências frutíferas, senão que está a absorver diretamente os conhecimentos. (DEWEY, 1979, p. 153)

Para o autor, o caráter cognitivo da experiência no ato educativo está subordinado à *significação* desse ato para o indivíduo que a vivência, o que pode ser entendido como as finalidades imediatamente interessadas ao sujeito cognoscente e o grau com que estas repercutem na subjetividade. Por outro lado, a didática tradicional conduz na direção oposta, ou seja, à passividade com que a escola procura submeter os educandos que, para Dewey (1979), é a fonte dos problemas escolares, disso decorre o esgotamento das energias de alunos e professores, que passam a maior parte do tempo tentando assegurar a quietude da turma e punindo os desvios que inevitavelmente ocorrem.

Destacamos que apesar de Dewey reconhecer, em algum grau, o caráter social da *atividade*, como por exemplo a linguagem, que do ponto de vista prático só pode ocorrer e se desenvolver em sociedade. Entretanto, para os pragmatistas, essa *atividade*, seja ela desenvolvida socialmente ou não, só adquire sentido e significado no âmbito da sensação individual, posto que, “[H]já, contudo, uma distinção válida entre o conhecimento, que é objetivo e impessoal, e o pensamento, que é subjetivo e pessoal.” (DEWEY, 1979, p. 325). Nessa perspectiva, o desenvolvimento da cognição é um processo cujo centro gravitacional se dá em torno do seu significado para o indivíduo. Por isso, ao se propugnar a liberdade para a ação no âmbito da escola, trata-se, pois, da liberdade do indivíduo.

O capítulo 22 da referida obra traz o sugestivo título, *O indivíduo e o mundo*. Nele, Dewey (1979) localiza as origens remotas do pragmatismo no empirismo inglês, ocasião em que estabelece uma análise comparativa com o racionalismo francês e os processos educativos no contexto do capitalismo mercantil; dele destacamos a seguinte passagem:

Ao mesmo tempo em que evoluía na França esta filosofia racionalista, a Inglaterra apelava para o interesse pessoal do indivíduo, com o fito de assegurar a unidade exterior dos atos que derivavam das isoladas fontes das consciências. ... A educação devia incutir nos indivíduos a compreensão de que a não interferência nos sentimentos alheios e certo grande interesse positivo pelo bem-estar dos mesmos eram necessários para uma pessoa poder tentar com segurança atingir a própria felicidade. Deu-se muita importância, entretanto, ao tráfico mercantil como meio harmonizador do procedimento dos indivíduos. Nesse tráfico cada qual visa satisfazer suas próprias necessidades, mas só pode auferir benefícios fornecendo alguma comodidade ou prestando serviços a outrem. Desta maneira, visando o aumento de seus próprios estados de consciência agradáveis, uma pessoa contribui para esse mesmo estado das outras. (DEWEY, 1979, p. 330)

No texto acima, pode-se perceber de forma clara como o autor recita a velha cantilena liberal, já devidamente tratada por Marx (2011) com o rigor e a acidez peculiar de sua crítica ao liberalismo vulgar, segundo o qual a soma dos sucessos individuais implicará, necessariamente, no sucesso de toda a coletividade. Esse silogismo que parte de falsas premissas esconde o fato de que a busca da satisfação das necessidades individuais degenera numa guerra de egos. Tal perspectiva invisibiliza o caráter educativo da disciplina e da coerção, por essa razão, propõe uma educação não diretiva, guiada pelos desejos instintivos do indivíduo isolado, intencionando formar por meio da escola e em escala industrial, uma sociedade de muitos **Robinson Crusoe**.

A partir dos pressupostos filosóficos da Tendência Humanista Renovada que destacamos, chegamos à compreensão que na essência das metodologias ativas encontra-

se o individualismo burguês, como pode ser atestado no que destacamos como exemplo do pensamento de John Dewey, um de seus maiores teóricos, ao que acrescentamos ainda as seguintes palavras:

Mas a essência da exigência de liberdade é a necessidade de condições que habilitem o indivíduo a dar sua contribuição pessoal aos interesses de um grupo, e a compartilhar as atividades deste de tal modo que sua orientação social seja o resultado da própria atitude mental do indivíduo, e não uma coisa imposta por meio da autoridade. (DEWEY, 1979, p. 332)

Com base nesses fundamentos, explicitados por Dewey (1979), o movimento escolanovista propõe uma educação fundada na liberdade individual, entendendo o ato de pensar como essencialmente pessoal, fundado na iniciativa intelectual, independência na observação, invenção judiciosa, livre prática de movimentos físicos, liberdade para investigação e experimentação “para tentar realizar as suas ideias sobre as coisas, e descobrir o que poderá fazer com os materiais ou recursos disponíveis”. (DEWEY, 1979, p. 333). Relativiza-se nessa proposta as experiências passadas do conjunto da humanidade, bem como, seus significados para o presente, o foco da escola deve ser criar um ambiente propício para a ação e experimentação cujo critério de verdade é o êxito na ação objetivando fins imediatos.

Essa perspectiva despreza o saber escolar e se orienta apenas pela “norma pragmática em matéria moral de que aquello que es “útil” es bueno y justo” (ARISMENDI, 1965, p. 61, aspas da autora)⁹⁹, dessa maneira a pedagoga e revolucionária uruguaia denuncia o rebaixamento do processo educativo escolar pela desvalorização do pensamento teórico, tido como coisa sem utilidade direta.

Essa tendência, ao se apropriar de estudos referentes da psicologia infantil, da fisiologia e da biologia, produziu no âmbito educacional uma série de conclusões distorcidas, como diz Arismendi:

Sobre esta base – psicologia infantil, fisiologia e biologia – luego se fueron acumulando verdades a medias y tergiversaciones de descubrimientos y experimentaciones, a los cuales se les daba explicaciones teóricas erróneas. Así, para el maestro desinformado, la “actividad”, en el proceso de aprendizaje, se volvía oposición a tarea destinadas a consolidar los conocimientos y el educar se transformaba,

⁹⁹ “norma pragmática em questões morais de que aquilo que é “útil” é bom e justo” (Arismendi, 1965, p. 61 aspas da autora).

entonces, em la negacion del enseñar. (Arismendi, 1965, p. 120 aspas da autora).¹⁰⁰

Tal perspectiva enfatizada por Arismendi (1965), se coaduna com a reprodução da dualidade educacional presente nas sociedades de classes e que o capitalismo na sua etapa imperialista, longe de superar, radicaliza tornando-a ainda mais aguda.

Aos trabalhadores não interessa o esvaziamento dos conteúdos escolares em nome de uma suposta liberdade individual de experimentação, posto que essa abordagem pedagógica nos priva do acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade, indispensável para o exercício das funções dirigentes na sociedade, mas também porque o processo de humanização passa necessariamente pela aquisição, pelas novas gerações, desse patrimônio cultural, não sendo possível se efetivar guiado apenas pelos instintos da *natureza humana inata*.

Nesse aspecto, são de grande relevância as conclusões a que chegou Antônio Gramsci (2004) nos seus estudos do cárcere, expressos tantos nas *cartas* aos familiares e a seus camaradas, mas também em seus famosos *cadernos* reunidos e sistematizados por Manacorda (2008), a partir dos quais conclui que “permitir que a criança se desenvolva extraindo caoticamente do ambiente geral todos os motivos da vida” (MANACORDA, 2008, p. 91), implica em renunciar a educar, que pode ser entendido também como atitude permissiva diante da formação dirigida pelos influxos da casualidade da relação dos educandos com o ambiente.

Em sentido inverso ao proposto pelas metodologias ativas, educar significa coerção entendida como direção do processo educativo, denominado também no universo lexical de Gramsci no cárcere como *conformismo*. Sendo assim, educar é conformar uma certa postura física e moral, com base na realidade material e social, mas também na história e na cultura acumulada pela humanidade ao longo dos tempos. Interessa de forma estratégica ao proletariado, na sua luta pela emancipação da opressão capitalista, se apropriar de tudo quanto a humanidade tenha produzido de progressista no sentido humanizador, e a educação escolar é o meio mais adequado para esse fim.

¹⁰⁰ Nesta base – psicologia infantil, fisiologia e biologia – acumularam-se então meias-verdades e deturpações de descobertas e experiências, às quais foram dadas explicações teóricas errôneas. Assim, para o professor desinformado, a “atividade”, no processo de aprendizagem, tornou-se oposição a uma tarefa voltada para a consolidação do conhecimento e educar foi então transformada na negação de ensinar. (Arismendi, 1965, p. 120 aspas da autora).

Por isso Gramsci (2004), no sentido oposto a pragmática não-diretivistista das metodologias ativas, quanto ao processo de educação da juventude, faz a seguinte afirmação:

Lida-se com adolescentes, aos quais é preciso fazer com que adquiram certos hábitos de diligência, de exatidão, de compostura até mesmo física, de concentração psíquica em determinados assuntos, que só se podem adquirir mediante uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos. Um estudioso de quarenta anos seria capaz de passar dezesseis horas seguidas numa mesa de trabalho se, desde menino, não tivesse assimilado, por meio da coação mecânica, os hábitos psicofísicos apropriados? Se se quer selecionar grandes cientistas, ainda é preciso partir desse ponto e deve-se pressionar toda a área escolar para conseguir fazer com que surjam aos milhares ou centenas, ou mesmo apenas dezenas, de estudiosos de grande valor, necessários a toda a civilização (não obstante, podem-se obter grandes melhorias nesse terreno com a ajuda dos subsídios científicos adequados, sem retornar aos métodos pedagógicos dos Jesuítas). (GRAMSCI, 2004, p. 46. Parênteses do autor)

Gramsci (2004) apresenta aqui uma síntese, no melhor da tradição dialética, superando por incorporação ambos os polos da contradição, que as tendências pedagógicas liberais manifestam na prática escolar como antinomia pelas perspectivas pedagógicas tradicional e renovada.

Enquanto a pedagogia renovada em sua crítica à escola tradicional a nega por completo, Gramsci (2004) faz a distinção entre os aspectos oligárquicos da pedagogia tradicional e seu núcleo humanista clássico, necessário à emancipação do proletariado.

A crise da escola tradicional relaciona-se com a própria crise do capitalismo, estruturado no sistema de classes, nas hierarquias, no desemprego e na degenerescência das condições de vida dos trabalhadores; institui um modelo de escola dual, que reifica a divisão de classes, com um ensino diferenciado para ricos e pobres. Por sua vez, a pedagogia renovada ao criticar a educação enciclopédica da escola tradicional, que professa um saber *desinteressado demais*, propõem um novo projeto de ensino *interessado demais*, voltado para fins práticos imediatos, desprezando a cultura universal construída socialmente com as marcas históricas de cada época, nesse projeto educacional, advoga-se a primazia da liberdade individual sobre o caráter educativo da coerção da tradição escolar.

A partir disso, *escola nova* apresenta-se como pretensamente democrática, no entanto, “só é destinada a perpetuar as diferenças sociais” (GRAMSCI, 2004, p. 49). A escola tradicional era conservadora porque se propunha a manter a estrutura de classes da

sociedade capitalista, não pelos seus métodos de ensino. Por seu turno, a Escola Nova apesar de apresentar um discurso democrático, aprofundava a diferença de classes invisibilizando o caráter social da opressão e das divisões de classes no capitalismo justificando pelas diferenças naturais, além de radicalizar o dualismo educacional, privando os trabalhadores do acesso aos conhecimentos universais indispensáveis à sua emancipação. Como diz Gramsci (2004), no parágrafo 2 do caderno do cárcere nº 12:

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica por seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola próprio destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escola profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 2004, p. 49)

Essa formulação gramsciana sintetiza o projeto de escola unitária do trabalho, que já estava pintada com cores vivas na URSS, inspirada no princípio educativo do trabalho. Nesse projeto equilibra-se, de forma justa, tanto ação como a reflexão, pensamento abstrato e intervenção criadora na realidade, em suma, teoria e prática. Entretanto, para Gramsci, a edificação desse modelo de escola não se restringia às condições sociais de hegemonia do proletariado, na sociedade socialista, podia e devia ser perseguida desde logo nas condições de vida e de luta do proletariado no capitalismo. Sendo assim, a escola constitui-se em mais um campo de disputa pela hegemonia, em mais uma das trincheiras de luta dos trabalhadores configurando, portanto, o que ele denominou de *guerra de posição*.

Entretanto, apesar da pedagogia renovada centrada nas metodologias ativas ter um caráter conservador, alinhada com os interesses do imperialismo, não foi capaz de sustentar sua hegemonia educacional, instituída na *era de ouro* do capitalismo de bem-estar social, quando confrontada pelos avanços tecnológicos da URSS consubstanciado no lançamento do primeiro artefato humano na órbita da terra em 1957, o satélite Sputnik, assim como, não resistiu à nova onda de abalos do sistema capitalista decorrente da superprodução de capital, que se expressou dessa vez na *crise do petróleo* dos anos 1970.

A nova conjuntura fez surgir questionamentos, pela direita, sobre a efetividade do projeto escolanovista, incapaz de responder às novas demandas de acúmulo de capital e

da luta de ideias no contexto da chamada *guerra fria*, que dividiu o mundo, genericamente, entre duas grandes áreas de influência: um bloco capitalista, sob a hegemonia dos EUA e outro socialista, sob a liderança da URSS. Nesse cenário, a Tendência Humanista Renovada perde força, cedendo espaço para a emergência do projeto tecnicista de educação fundado na racionalidade produtiva e na teoria do capital humano, segundo a qual, entre outros fatores que elevariam a produtividade do capital, a educação figura como o principal, “concebida como produtora da capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Nesse sentido, é um investimento como outro qualquer.” (FRIGOTTO, 2010, p. 51)

Essas mudanças, tanto na macroeconomia internacional, quanto seus rebatimentos no âmbito educacional, como destaca Frigotto (2010), tiveram importantes repercussões na América Latina e no Brasil em particular, pelo papel destacado na geopolítica da região, aspecto que analisaremos brevemente a seguir.

3.6.4.3. A efêmera vida do tecnicismo no Brasil e a emergência dos governos neoliberais, do neotecnicismo e o neoescolanovismo

A crise internacional que eclodiu a partir de 1970, em função da subida vertiginosa do preço do petróleo no mercado internacional, colocou em *xequê* a hegemonia econômica estadunidense. Em virtude dessa situação, por um lado, e apoiado na maior armada do planeta, por outro, os EUA subverteram o acordo de Breton Woods, quebrando a paridade U\$1,00 = 1 onça de ouro, desde então, deixou de haver correspondência entre a emissão de dólar e os estoques em ouro na casa da moeda estadunidense. Ou seja, em termos concretos, o pragmatismo norte-americano ao quebrar a paridade dólar-ouro, resolveu o problema da alta no preço do barril de petróleo com papel e tinta, emitindo moeda, sem se preocupar com o seu lastro em ouro. Não sem consequências para o mercado global, mas para contra-arrestar os efeitos danosos dessa medida para sua economia, o império estadunidense lançou mão de maior controle sobre as políticas econômicas dos países sob sua influência direta, sobretudo os da América Latina, subordinando-os aos seus ditames.

Eduardo Galeano, no posfácio da edição comemorativa dos sete anos transcorridos do lançamento do seu *As veias abertas da América Latina*, chama atenção para o domínio econômico e político exercido pelo império norte-americano sobre os países da América do Sul. Nessa região, nas décadas de 60 e 70 do século passado, as empresas multinacionais sediadas nos EUA realizaram investimentos módicos na região,

em torno de 12 % de seu capital global, em troca de lucros fabulosos (GALEANO, 2017), fato que levou o autor a concluir que:

frequentemente esses 12 por cento de investimento que vêm das casas matrizes não são senão o resultado de transferência de maquinário já usado ou simplesmente reflete a cotação arbitrária que as empresas impõem por seu *know-how* industrial, às patentes e às marcas. *As corporações multinacionais não só usurpam o crédito interno dos países onde operam, em troca de um aporte de capital bastante discutível, mas como também multiplicam suas dívida externa (sic).* (GALEANO, 2017, p. 383 – 384. Grifos do autor).

Nessa mesma linha, o autor continua:

O Citibank não figura como candidato em nenhuma chapa nos raros países latino-americanos em que ainda se realizam eleições; e nenhum dos generais que exerce as ditaduras se chama Fundo Monetário Internacional. Mas qual é a mão que executa e qual é a consciência que ordena? Quem empresta, manda. Para pagar, é preciso exportar mais, e é preciso exportar mais ainda para financiar as importações e fazer frente à hemorragia de lucros e *royalties* que as empresas estrangeiras drenam para suas matrizes. (GALEANO, 2017, p. 384).

Como já se tornou quase senso comum, tal realidade de espoliação das nações latino-americanas descrita por Galeano (2017), foi sustentada por ditaduras sanguinárias, orquestradas e apoiadas politicamente e materialmente pelos EUA, fato também registrado na referida obra.

Nesse contexto, há uma reorientação da política educacional que se reflete na estrutura das escolas, do currículo e nos fundamentos didáticos, redirecionados para satisfazer as novas demandas do mercado, alteradas por mudanças ocorridas no âmbito da crise internacional do capital e da reestruturação produtiva dela resultante.

O Brasil, por sua condição de nação capitalista dependente (FERNANDES, 2020), se subordinou as orientações vindas dos EUA e aplicou o seu receituário reorganizando sua base econômica produtiva, assim como, toda a superestrutura estatal à ela subordinada, conduzido por uma política de restrição absoluta da participação política da sociedade, consubstanciada numa ditadura sanguinária que prendeu, torturou e matou centenas de opositores, como já descrito no tópico 2.7 desta Tese.

Nesse contexto marcado pelo produtivismo, fundamentado na racionalização taylorista da produção e na teoria do capital humano, a ditadura militar no Brasil implantou a profissionalização compulsória por meio da Lei nº 5.692/1971, projeto que enfrentou resistência de toda a sociedade. Os trabalhadores o criticaram porque não vislumbravam nele a possibilidade de superação da sua condição de classe explorada no

capitalismo e porque a unificação educacional, nos termos em que foi implementada, não superou a dualidade presente na estrutura educacional brasileira. Mas a reforma educacional desagradou também a burguesia nacional, que viu de uma hora para a outra seus filhos obrigados a frequentar uma escola profissionalizante que, igualmente, não atendia seus interesses de classe, mesmo porque, na divisão do trabalho dessa sociedade injustamente desigual, não lhes cabe as tarefas manuais. Soma-se a esses dois aspectos um terceiro, enfatizado por Kuenzer (2000): “por razões variadas, a euforia do milagre não se concretizaria nos patamares esperados de desenvolvimento pretendido” (KUENZER, 2000, p. 30). Dessa forma, o projeto de Educação Profissional dos militares, sob a orientação do império estadunidense, resultou num fracasso total, razão pela qual sua vida foi relativamente curta.

Quatro anos após a promulgação da Lei 5.692/1971, haveria uma flexão na sua implementação, como atesta o parecer do nº 76/1975 do Conselho Federal de Educação – CFE, que principia suas conclusões da seguinte forma:

1º - O ensino de 2º grau, visando à formação integral de adolescentes, deverá conciliar a educação geral e a qualificação para o trabalho.

2º - Os concluintes desse grau de ensino deverão estar aptos a:

- a) Prosseguir seus estudos;
- b) Ingressar no trabalho, por ter adquirido uma habilitação básica ou parcial, completando a parte operacional de sua formação no emprego. (BRASIL, 1975, p. 40)

Como se percebe, admitiu-se a formação geral justaposta à qualificação para o trabalho, *conciliando* e não articulando uma à outra. A pressão do conjunto da sociedade fez a ditadura recuar no seu projeto de profissionalização compulsória e geral, o que viria a se efetivar plenamente com a Lei nº 7044/1982, que admitiu a formação geral propedêutica, como parte da preparação para o trabalho deixando a cargo das escolas, adotarem ou não, a habilitações profissionais, como se pode ler em seu Art. 4º, § 2º: “À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau¹⁰¹, *poderá* ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino.” (BRASIL, Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982. Grifo nosso). A essa altura, a ditadura no Brasil encontrava-se absolutamente desmoralizada e já não conseguia fazer frente à pressão que vinha de todos os setores da sociedade, razão pela qual abdicou da compulsoriedade e da obrigatoriedade geral de profissionalização no ensino de 2º grau.

¹⁰¹ Nomenclatura adotada na época correspondente a etapa final da educação básica, hoje designada como Ensino Médio.

Por outro lado, a própria realidade econômica havia sofrido alterações, pois a crise que se iniciou no princípio dos anos 1970 com a alta do preço do petróleo se desdobraria, pela primeira vez desde 1929, em inflação combinada com estagnação econômica, se arrastaria por toda a década e se tornaria aguda e sem solução ao longo dos anos 1980. Essa depressão econômica só encontraria resposta satisfatória para os interesses de reprodução do capital no início dos anos 1990, com a ampliação de novos mercados consumidores decorrentes da queda do muro de Berlim e a desagregação da União Soviética.

Mas principalmente, sem o contraponto material e político representado na experiência do socialismo nos países do Leste da Europa, que se constituiu em alternativa ao capitalismo e serviu de proteção aos direitos trabalhistas e sociais em todo o globo, abriu-se a possibilidade do estabelecimento, ainda que temporariamente, de um mundo unipolar. Nesse cenário, ganharam força as teses neoliberais¹⁰², desprezadas desde o fim dos anos 40 do século XX.

Quase vinte anos antes da crise do socialismo no Leste europeu, marco a partir do qual se pode dizer que se estabeleceu a hegemonia mundial desse novo capitalismo, desenvolveu-se no Chile o primeiro laboratório neoliberal. Sob a inspiração da *Escola de Chicago*, liderada pelo ultraliberal Milton Friedman, a ditadura de Augusto Pinochet iniciada no fatídico 11 de setembro de 1973, empreendeu os programas de “desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos” (ANDERSON, 1995, p. 19). Posteriormente, países centrais da economia mundial adeririam ao caminho do *ultraliberalismo* a partir da ascensão ao poder de governos de extrema direita, como o caso da Inglaterra, com Margaret Thatcher a partir de 1979, Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos e Helmut Kohl na Alemanha em 1982.

O desequilíbrio na correlação de forças mundial, após adesão de três superpotências mundiais ao projeto neoliberal e a desagregação da URSS, impulsionou o avanço dessa tendência, de maneira que, em menos de uma década de 1990, as teses do

¹⁰² “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde impera o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, as vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria.” (ANDERSON, 1995, p. 9)

novo capitalismo espalharam-se por todo o planeta, o que levou Anderson (1995), concluir que:

o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se a sua norma. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. (ANDERSON, 1995, p. 23)

Precisamente, essa *inevitabilidade do neoliberalismo* a que se refere Anderson (1995), se constituiu no elemento mais poderoso de sua propaganda, cuja síntese mais bem acabada é a tese do *fim da história* (FUKUYAMA, 1992). Propaganda essa que levou para a vala lodosa da desesperança vasto contingente do que se convencionou chamar esquerda tradicional. Lideranças e partidos respeitados na luta popular e de esquerda abandonaram a perspectiva histórica e de classe e se *adaptaram* à nova ordem mundial, ainda que apresentando, aqui e acolá, elementos de criticidade ao sistema.

Nessa conjuntura, as teses monetaristas dessa corrente se efetivaram como política em quase todos os países que passaram a implementá-las, uns com mais, outros com menos êxito.

No caso da América Latina, constituiu-se um fórum de discussão organizado pelo *Institute for International Economics* sediado em Washington, que contou com a participação do Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial, Departamento do Tesouro dos EUA e a elite dos economistas liberais latino-americanos. As diretrizes traçadas nesse encontro ficaram conhecidas como o *consenso de Washington*. Conforme descrevem MARGHERITIS e PEREIRA (2004), o referido *consenso* se estabeleceu em torno de dez premissas ultraliberais:

A orientação dominante para as reformas econômicas dos últimos vinte anos recebeu o título de “Consenso de Washington” por parte do economista John Williamson. (...) Os instrumentos propostos eram: 1) disciplina fiscal; 2) reordenação das prioridades da despesa pública; 3) reformas fiscais; 4) liberalização fiscal de forma a atingir taxas de juro positivas determinadas pelo mercado; 5) taxas de câmbio competitivas determinadas pelo mercado; 6) liberalização das importações; 7) promoção do investimento externo direto; 8) privatização de empresas estatais; 9) desregulamentação; 10) garantia de direitos de propriedade seguros. (MARGHERITIS, e PEREIRA, 2004, p.95. Aspas dos autores).

No bojo desse *receituário*, se reeditou de forma atualizada a teoria do capital humano como componente estratégico para a elevação dos ganhos de capital, como

afirmou em visita ao Brasil¹⁰³ o principal ideólogo do *consenso de Washington*, John Williamson:

Educação. O capital humano é fundamental em criar a habilidade de ganhar um salário bom em uma economia moderna. Ninguém tem dúvidas de que isso vai ficar cada vez mais verdadeiro, e que no futuro mais e mais gente vai precisar de oportunidades para voltar à escola a fim de renovar sua educação durante a sua carreira. O Brasil (em particular) fez um progresso impressionante em termos de aumentar o número de crianças que vão à escola nesses últimos anos, mas ainda enfrenta um grande desafio em termos de melhorar a qualidade do ensino. (WILLIAMSON, 2003, p. 8)

Como se vê, a nova versão da teoria do capital humano, como explicitada por Williamson (2003), vem sincretizada com a mitologia de que a educação é fator de elevação dos padrões de vida e mobilidade social, por meio do que o autor denomina de *ganhar um salário bom*. Essa premissa esconde o seguinte fato: ainda que isso se verifique em alguns casos, não é garantia para a ampla maioria da população, submetida às condições de restrição da empregabilidade decorrente da reestruturação produtiva e o rentismo, que desloca gigantescas somas de capital da esfera da produção para a da especulação, condição que gera abundância de mão de obra ociosa e fragiliza o poder de pressão dos trabalhadores, somado ao desmonte do sistema de proteção social. Isso implica em arrocho salarial aos que conseguem emprego, mesmo que, com extenso currículo escolar seus ganhos salariais, corroídos pela degradação geral das condições de vida, que afeta a todos.

Nessa nova realidade, e buscando sair da crise de estagnação da produção que se somava altas taxas de inflação, agravando o quadro geral, o capital desenvolveu novos padrões produtivos, cuja marca essencial se traduz na palavra *flexibilização*, processo esse que Antunes (2020), define da seguinte maneira:

Em seus traços mais gerais, é possível dizer que a empresa da era da *flexibilidade liofilizada* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e *descontinuidade* em relação ao empreendimento taylorista e/ou fordista. Ela se estrutura com base em uma organização do trabalho que resulta da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional; desenvolve uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à deslocalização produtiva, à terceirização (dentro e fora das empresas); utiliza-se do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”; além de incentivar, de todos os modos, o “envolvimento participativo” (...) (ANTUNES, 2020, p. 107. Destaques do autor)

¹⁰³ Palestra apresentada à Faculdade Armando Álvares Penteado – FAAP, em São Paulo, 25 de agosto de 2003.

Por meio desses novos processos produtivos descritos por Antunes (2020), os padrões rijos que caracterizaram o modelo industrial taylorista-fordista foram substituídos por novos, de natureza flexível, que reduziram ou mesmo eliminaram todo trabalho que não cria valor, como por exemplo, as atividades de acompanhamento e controle de qualidade, que passaram a ser exercidas pelos próprios trabalhadores ligados diretamente à produção (ANTUNES, 2020).

Essa reengenharia da produção passou a exigir um novo perfil cognitivo do trabalhador, em função disso, o processo de educação e seus fundamentos didáticos haviam que ser redefinidos para satisfazer a demanda do novo capitalismo, razão pela qual a burguesia internacional, por meio do controle que exerce sobre a UNESCO, organizou, em 1993, uma comissão internacional para repensar a educação e estabelecer novos paradigmas e metas para o futuro, para o século XXI.

Essa comissão foi presidida pelo banqueiro francês Jacques Delors e produziu o relatório intitulado *Educação: um tesouro a descobrir* (DELORS, 2010), que ficou também conhecido como *relatório Delors*; nele foram lançados os quatro pilares para a educação do século XXI: *Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*.

Esses fundamentos embasaram a reforma da educação no Brasil, financiada pelo acordo MEC/BID, constituindo-se nos pilares sobre os quais se sustentaram tanto a aprovação da Lei nº 9394/1996, assim como as novas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio e da Educação Profissional.

Desde o Relatório Delors, passando pelas novas Diretrizes Curriculares brasileiras, verifica-se uma crítica tanto ao tecnicismo quanto à escola tradicional. Essa crítica parte do fato de que vivemos num “mundo em rápida transformação” (DELORS, 2010, p. 13), de onde se conclui que a velha escola já não mais atende aos desafios da contemporaneidade. Seguindo essa linha, o MEC propôs novas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional – DCN-EP, ratificadas pelo CNE por meio do Parecer da Câmara de Educação Básica nº16/1999, no qual consta o seguinte:

O desenvolvimento de competências profissionais deve proporcionar condições de laborabilidade, de forma que o trabalhador possa manter-se em atividade produtiva e geradora de renda em contextos socioeconômicos cambiantes e instáveis. Traduz-se pela mobilidade entre múltiplas atividades produtivas, imprescindível numa sociedade cada vez mais complexa e dinâmica em suas descobertas e transformações. (BRASIL, 1999, p. 19)

Como explicitado tanto no relatório Delors (2010), quanto no Parecer CNE/CEB nº 16/1999, parte-se do princípio de que vivemos uma conjuntura mundial marcada por mudanças intensas num ritmo cada vez mais acelerado, contudo, os documentos não explicitam como nem porque isso acontece, se quedam na constatação das aparências do fenômeno. Não entram no mérito que esse movimento é motivado pelo recrudescimento da tendência do capital de revolucionar constantemente sua base produtiva, implica em desaparecimento e surgimento de novas ocupações; ao mesmo tempo, é resultante do aperfeiçoamento do maquinário por meio do investimento em ciência e tecnologia, o que, por sua vez, provoca a dispensa de mão de obra, como consequência da redução do tempo socialmente necessário e aumento do tempo de trabalho socialmente desnecessário voltado para produção de mais-valor.

Esse movimento restringe ao mínimo possível a participação do trabalho vivo na produção, exigindo dos que seguem empregados sempre mais e novas especializações. Por outro lado, essas inovações tecnológicas aumentam exponencialmente os desempregados, jogando a maioria no desalento de não conseguirem mais se reinserir no mercado de trabalho formal, o que impõe aos trabalhadores a necessidade de se adaptar constantemente à essas mudanças.

Desse movimento sistêmico e global do capital, resultou uma *crítica conservadora* ao paradigma tecnicista de educação, como expressa o referido parecer:

A revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da educação básica quanto da educação profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas.

É preciso alterar radicalmente o panorama atual da educação profissional brasileira, superando de vez as distorções herdadas pela profissionalização universal e compulsória instituída pela Lei Federal nº 5.692/71 e posteriormente regulamentada pelo Parecer CFE nº 45/72. (BRASIL, 1999, p. 19)

Trata-se de uma crítica adaptativa ao novo capitalismo, não avança na perspectiva da denúncia do aprofundamento da alienação trabalho social, nem da brutal concentração de renda, assim como omite que a reestruturação produtiva que provocou degradação das condições de vida, menos ainda propõe a superação da alienação do trabalho. Circunscreve-se, apenas, à reorganização do currículo escolar, adaptando-o às novas exigências do capital.

Na essência, se reveste no aprofundamento da dualidade educacional por meio da mudança do paradigma educacional centrado no ensino de conteúdos educacionais, para o desenvolvimento de competências, cujos fundamentos são de natureza adaptativa e operacional, sintetizados na diretriz do *aprender a aprender e aprender a fazer*.

Retoma-se assim, no plano pedagógico, o fundamento escolanovista, e no didático, as metodologias ativas, atualizados para atender os condicionantes da reestruturação do trabalho, que necessita um novo tipo de cidadão produtivo, com novas capacidades cognitivas e operacionais, razão pela qual a reorganização curricular constitui-se na expressão do neoescolanovismo e do neoconstrutivismo, este último como fundamento para a construção de competências, que Ramos (2003) descreve como:

o desenvolvimento psicológico dos indivíduos equivaleria ao desenvolvimento de mecanismos adaptativos do comportamento humano ao meio material e social – as competências cognitivas, sócio-afetivas e psicomotoras – por meio das quais os indivíduos *constroem* seu conhecimento. (RAMOS, 2003, p. 99)

Com base nessa análise crítica de Ramos (2003), entendemos que o neoconstrutivismo constitui-se na base teórica que fundamenta as metodologias ativas que visam a construção das competências cognitivas, afetivas e emocionais à uma realidade econômica marcada pelo desemprego. Acredita-se que essas competências, por seu turno, possibilitam a formação no cidadão produtivo das capacidades adaptativas necessárias para lidar com a instabilidade do mundo em *constante mudanças*.

Entretanto, diferentemente dos anos 1950, em que o movimento escolanovista defendia metodologias ativas no ambiente escolar, voltado para a formação de trabalhadores numa conjuntura de expansão da economia, em que quase toda a mão de obra disponível foi mobilizada. Na reestruturação *toyotista*, concentrou-se a produção em plantas industriais otimizadas, com número restritos de operários, transferindo parte dos investimentos do capital da esfera da produção para a da circulação, subordinada também à mesma lógica de redução da força de trabalho, exigindo do proletariado competência e flexibilidade para operar nessas novas condições de produção. Esse fato fez com que a pedagogia das competências, voltada para atender às novas demandas do capital, se traduzisse em termos práticos “na formação para o *desemprego*.” (MONTYSUMA, 2020, p. 152). Por isso, esse projeto educativo é também categorizado por Saviani (2013) como *pedagogia da exclusão*:

Configura-se, então, nesse contexto, uma verdadeira “pedagogia da exclusão”. Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos

cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. (SAVIANI, 2013, p. 431. Aspas do autor)

A lógica pragmatista da *pedagogia da exclusão*, como descrito por Saviani (2013), educa para introjetar o individualismo, já presente na sociedade burguesa, de maneira que este se sinta responsável pelo que está socialmente estabelecido como padrão de sucesso ou fracasso pessoal. Na conjuntura de rarefação de emprego formal, o sucesso seria então, atingir a almejada empregabilidade.

Contudo, há a possibilidade de tornar-se empresário de si mesmo, para o qual, mais recentemente, foi instituído no ordenamento jurídico estatal a figura do *microempreendedor individual*, ou a prestação de serviço a uma plataforma de empresa virtual, controlada por aplicativos, abrindo novas possibilidades de negócios gerenciados pelo próprio indivíduo. Entretanto, se diante dessas possibilidades o sucesso não for alcançado, esse fato deve ser atribuído exclusivamente a (in)competência pessoal (SAVIANI 2013). Esse é, portanto, o paradigma societário da pedagogia das competências e das metodologias ativas preconizado pela UNESCO para o século XXI, adotado pelos governos neoliberais do Brasil na segunda metade dos anos 1990, por meio da reforma do Ensino Médio e Educação Profissional, financiado pelo acordo MEC/BID.

Aqui encerra-se nossa digressão. Mas, antes de retornarmos aos aspectos centrais da nossa análise, faz-se necessário um esclarecimento sobre o porquê utilizamos esse recurso, correndo o risco de tornar o texto enfadonhamente prolixo. Optamos pelo risco, primeiro, por nossas limitações, que as assumimos sem nenhum constrangimento. Mentes mais criativas certamente teriam encontrado outro recurso muito mais efetivo.

Segundo, porque precisávamos acrescentar elementos histórico-críticos ao debate sobre o projeto de Educação Profissional numa perspectiva popular, que foram negligenciados pelos dirigentes da FPA, no que se refere à interpretação do significado político-pedagógico da pedagogia das competências e das metodologias ativas, implementadas pelos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, assumidas acriticamente pelo Governo do Acre, como pode ser atestado pela fala do Governador Arnóbio Marques, na abertura do Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional: “Temos buscado garantir uma formação básica e *ativa*, assim como, um Ensino Profissional de qualidade. ... e vamos

precisar de profissionais qualificados, de jovens que trabalhem com autonomia” (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 17, grifo nosso).

Terceiro, não vislumbramos outra maneira de desfazer o emaranhado de confusões teóricas e políticas expressas nos textos e nas falas dos reformadores da Educação Profissional, não só do Acre, mas também em âmbito nacional. Na esperança de que possamos auxiliar aqueles que tiverem compromisso com a construção de um outro mundo possível, disposição e paciência para ler o texto até aqui, possam ao menos, e de uma vez por todas, entender que o projeto de integração do Ensino Médio à Educação profissional não é igual nem análogo ao modelo tecnicista que foi desenvolvido por meio da Lei 5692/1971, em verdade são opostos. O projeto de unificação educacional, cuja expressão possível foi o Decreto do Governo Lula 5154/2004, se fundamenta no compromisso ético-político com a emancipação humana do trabalho alienado, portanto, sua essência é anticapitalista, ao passo que o cerne da reforma educacional implementada pelos governos Fernando Henrique, a qual o Acre aderiu no segundo governo Jorge Viana (2003-2006), é de cunho capitalista, ou melhor dizendo, representa a atualização no âmbito educacional ao novo capitalismo, cuja expressão teórico-política é o neoliberalismo; apesar de criticar o projeto tecnicista implementada nos anos 1970, representou sua atualização, por isso, foi corretamente caracterizada pela literatura educacional histórico-crítica, como *neo-tecnicista*.

Resulta, pois, dessa confusão o acontecimento paradoxal do Governador Acre, sustentado por um bloco de forças cujo núcleo dirigente era constituído por partidos de esquerda, de origem popular, com marcada atuação contra hegemônica, ao propagandear a *formação ativa*, o ter feito, como critério de qualidade. De fato, o é na perspectiva dos interesses do mercado, mas não dos trabalhadores, com os quais o governo da Frente Popular deveria ter se mantido organicamente vinculado.

Essa linha pedagógica expressa na fala do Governador Arnóbio Marques¹⁰⁴, na abertura do Primeiro Encontro de Educação Profissional, se replicaria ao longo daquele seminário e em quase todos os documentos do IDM, desdobrando-se em políticas educacionais efetivas, como por exemplo, no Programa Educação Permanente, no qual se afirma que “[A] execução do Currículo por Competências requer o uso de Metodologias Ativas.” (ACRE, 2009, p. 19), com que se procurou justificar a necessidade

¹⁰⁴ Arnóbio Marques foi eleito Vice-Governador do Acre cujo titular era Jorge Viana (2003-2006) e também acumulava o cargo de Secretário de Educação, nessa ocasião estava exercendo temporariamente o cargo de Governador.

de atividades práticas e dinamismo didático, como sinônimo de atualização mais elevada dos padrões educativos. Embora essa proclamação possa soar discursivamente eloquente, trata-se, na verdade, de um sofisma para legitimar os interesses do mercado no âmbito educacional.

Por esse motivo, ao rejeitar o projeto de unificação da Educação Profissional ao Ensino Médio proposto durante o primeiro Governo Lula, por imaginar que isso representaria um retorno ao velho tecnicismo, e ao fazer opção pelo projeto legado do governo Fernando Henrique Cardoso, centrado nas diretrizes do Decreto nº 2208/97, a política de educacional do Acre para a etapa final da educação básica dirigiu-se no sentido contrário ao discurso de seus dirigentes, ou seja: procurando fugir do velho tecnicismo, agarrou-se ao novo-tecnicismo.

Essa perspectiva educacional se fundamentou teoricamente no relatório Delors (2010); objetivava, portanto, traduzir para a realidade acreana os quatro pilares da educação para o século XXI, como veremos a seguir.

3.6.5. Os quatro saberes para o século XXI como sofisma de uma formação autônoma

Dando prosseguimento à análise dos anais do Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional, retomamos o debate ocorrido em torno dos fundamentos pedagógicos que subsidiaram o Projeto de Lei que, dois meses e meio depois, seria aprovado pela Assembleia Legislativa do Acre, sob o número 1.695, de 21 de dezembro de 2005, que criou o Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional do Acre. Retomamos dando ênfase ao debate transcrito na sala temática intitulada *Legislação da Educação profissional Pública do Acre*, coordenada pelo Gerente da GEPRO, Irailton de Lima Souza.

Como já tratado no item 3.5.3. *A opção pela dualidade educacional*, a separação da Educação Profissional da etapa final da Educação Básica no Acre foi implementada nos governos da FPA, assentada sobre os quatro pilares da educação para o século XXI.

Esse engajamento neo-tecnista pode ser atestado a partir da resposta do Gerente da Educação Profissional da SEE à quarta pergunta que lhe foi feita:

Como está contemplada a capacitação do ser humano, enquanto ser integral, na política estadual de Educação Profissional?

Resposta: A educação profissional, proposta pelo Estado do Acre, contempla o desenvolvimento dos saberes, considerados os quatro pilares da educação – Saber Conhecer/ Saber fazer/ Saber Conviver/ Saber Ser. A sociedade necessita de profissionais autônomos. Na

Educação Profissional trabalhamos com uma formação mais ampla. (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 86-87)

Como se pode perceber a partir do relatório de Sousa, Macedo e Paiva (2005), não se tratou de uma simples adesão, mas de uma opção intencional e planejada, objetivando formar o cidadão produtivo *autônomo* e adaptável as condições de trabalho *liofilizado* por meio das constantes reengenharias da produção, que alteram funções e fazem desaparecer outras tantas, agravando o desemprego estrutural. Essa é, portanto, a característica da pós-modernidade capitalista, que os reformadores da educação, orientados na concepção de Delors (2010), designam pelo eufemismo um *mundo em mudanças*.

Não se trata de uma mudança em sentido genérico ou natural, posto que a mudança é o modo de existir da matéria, nesse sentido, tudo muda. Mas sim, de transformações específicas, histórica e socialmente determinadas. São as que se operam no modo de produção capitalista em sua fase imperialista, manifesta por meio da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal, às quais a educação das novas gerações deve se subordinar diante das imposições do mercado, como se pode ler no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI:

é imperativo impor o conceito de educação ao longo da vida com suas vantagens de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. É a ideia de educação permanente que deve ser, simultaneamente, reconsiderada e ampliada; com efeito, além das necessárias adaptações relacionadas com as mudanças da vida profissional, ela deve ser uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir. (DELORS, 2010, p. 12)

Decorre dessa concepção a prescrição a partir das demandas do mercado, de uma educação que, se imaginava, pudesse desenvolver as competências básicas que o cidadão produtivo do século XXI necessitaria para adquirir a autonomia necessária que lhe possibilitasse acompanhar as mudanças em curso, realizadas em prazos cada vez mais curtos, dada a dinâmica dos avanços científicos e tecnológicos alcançados pelo capitalismo no início desse século, que seguem se desenvolvendo, o que para Ramos (2001), significa que a autonomia almejada,

precisaria estar ancorada em competências intelectuais que dêem acesso à significados sobre o mundo físico e social, possibilitando sustentar a análise, a prospecção e a solução de problemas, associadas à capacidade de tomar decisões, à adaptabilidade a situações novas, à arte de dar sentido a um mundo em mutação. (RAMOS, 2001, p. 132)

Apesar do discurso pós-moderno dessa concepção, explicitado criticamente por Ramos (2001), levar ao entendimento de que se tratava de uma autonomia num sentido progressista, o que seduziu muitos trabalhadores e educadores para a necessidade de dotar os indivíduos de novas competências flexíveis, em verdade, não passou de um sofisma do mercado, cujo objetivo era capturar a subjetividade do trabalhador, a partir da subordinação de sua empregabilidade ao compromisso com o sucesso dos negócios sustentados na amplificação exponencial da alienação do seu trabalho.

Para tanto, a racionalidade técnica precisa estar articulada com o caráter abstrato da formação humana (RAMOS, 2001) para que o cidadão produtivo possa se *conformar* tanto para uma vida marcada pela privação de direitos na sociedade dividida em classes, quanto a uma postura dócil diante da exploração de sua força de trabalho na atividade produtiva, de maneira que o trabalhador adote uma atitude colaborativa, sendo “parceiro” do patrão para o bem da empresa.

Isso se traduz na assimilação por parte do trabalhador do sentido de pertencimento à empresa, uma vez *conformada* essa mentalidade, esses passam a ver os problemas da empresa como sendo seus, as dificuldades do patrão como suas próprias dificuldades, razão pela qual se vê forçado por sua própria consciência a mobilizar as *competências adquiridas* na educação escolar e na empresa para, de forma *autônoma e criativa*, encontrar saídas para superação dos impasses que obstaculizam o desenvolvimento dos negócios, nem que isso implique trabalhar mais e ganhar menos, abrir mão de direitos e assumir novas obrigações em troca da empregabilidade, ou como afirma Antunes (2020), do *privilégio da servidão* para não ser jogado na vala comum dos milhões de desempregados e de desalentados no Brasil e no mundo.

O desemprego, que faz parte da estrutura do capitalismo, é produzido pelo desenvolvimento científico-tecnológico que, como já foi explicitado, altera a composição orgânica do capital, o que se traduz na substituição de pessoas por máquinas, processo que é impulsionado pela concorrência intercapitalista e/ou para se adaptar às crises de superprodução de capital. Essa dinâmica interna do capital também não foi compreendida pelos reformadores da educação no Acre, para os quais o desemprego é resultante do aumento nominal do salário dos trabalhadores, como expresso nas palavras da Gerente de Mobilização para o Trabalho, Heloisa Pantoja:

O aumento de salário-mínimo (houve dois em 2004) comprometeu a sustentabilidade e permanência do próprio empregador no mercado, de forma a não acompanhar o aumento das taxas de inflação e juros altos

e a redução da oferta de vagas (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 129)

Essa fala revela a limitação da análise circunscrita apenas às aparências do movimento do capital. Essa compreensão, não percebe o que ocorre na essência da dinâmica capitalista, muito menos as articulações entre essência e aparência, levando a erro de interpretação e a uma conclusão que inverte a relação de causa e efeito sobre os processos que produzem ao desemprego estrutural. A partir do silogismo desse raciocínio pode-se concluir, ilusoriamente, o seguinte: *se os salários não forem mais reajustados cessará o desemprego*. Ainda que tal conclusão não seja afirmada, o conjunto da argumentação conduz a esse ponto de chegada e se insere na lógica de defesa dos interesses do mercado, em prejuízo para os trabalhadores, base social que deu origem a FPA e que, até aquele momento, sustentava politicamente o Governo.

Essa perspectiva burguesa dos reformadores da Educação Profissional, no período em que Frente Popular governou o Acre, se articulava harmonicamente à crítica conservadora presente nos documentos nacionais da reforma educacional neo-tecnista, cujo objetivo era negar os procedimentos pedagógicos centrados no ensino dos conteúdos educacionais resultantes dos processos sociais e históricos, desenvolvidos pela humanidade, como síntese do trabalho. Nesse processo o essencial é a apropriação do legado civilizacional das gerações passadas para que se possa utilizá-los no momento presente, resguardando devidas mediações entre as contradições sócio-históricas contemporâneas e as vividas no passado, como meio indispensável para alcançar avanços civilizacionais, fundado em novas relações sociais.

A crítica conservadora à educação implicou na adoção da pedagogia das competências, assumidas como política pública pelo Governo do Acre, nos termos expressos nos registros de Sousa, Macedo e Paiva (2005). Constituiu-se num movimento institucional, que se propôs adequar as diretrizes gerais neo-tecnista da educação às contradições locais, cuja essência encontra-se no objetivo de alterar o polo gravitacional dos processos pedagógicos escolares, substituindo ensino de conteúdos educacionais no Ensino Médio e no âmbito da Educação Profissional, dos modos de fazer, em favor da construção de competências e habilidades, como descreve Kuenzer (2000):

Estas demandas, a partir da substituição gradativa dos processos rígidos, de base eletrônica, pelos de base flexível, de base microeletrônica, tem deslocado o conceito de formação dos modos de fazer para a articulação entre conhecimento, atitudes e comportamentos, com ênfase nas habilidades cognitivas, comunicativas e criativas. Ou, para usar a expressão corrente, trata-se agora não apenas

de aprender conhecimentos e modos operacionais, mas de “*saber, saber fazer, saber ser e saber conviver*”, agregando saberes cognitivos, psicomotores e socioafetivos. (KUENZER, 2000, p. 16. Grifos e aspas da autora)

Essa concepção pedagógica é a expressão da filosofia da ação, atualizada a partir da incorporação das novas exigências da reestruturação produtiva *toyotista*, dentre as quais, inclui-se a necessidade de um novo perfil de trabalhadores dotados de competências cognitivas, criatividade, e autonomia para tomar decisões adequadas aos novos padrões produtivos, mas também, que lhes possibilite adaptação às mudanças que se processam com mais intensidade, em intervalos de tempo cada vez menores.

No Acre, a reforma da Educação Profissional implementada pelos governos da Frente Popular foi fortemente marcada pelo ecletismo de concepções pedagógicas, sobretudo no que diz respeito a um amalgama das concepções que vão de Paulo Freire e a pedagogia das competências, como se fossem em tudo e por tudo complementares, sem se demarcar claramente as convergências e as diferenças e contradições entre ambas as perspectivas, o que degenerou na negação do papel social do Professor.

3.6.6. O professor é substituído pelo mediador da aprendizagem

Na sala temática que tratou da atualização tecnológica das escolas de Educação Profissional, coordenada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, aparece uma tendência que será incorporada pelo Instituto Dom Moacyr de Educação profissional: substituir o professor pela genérica figura do *mediador da aprendizagem*. Aferra-se a uma das funções do processo educativo, a mediação, torna-se absoluta e a partir disso, nega-se a função social do professor, como se sua existência obstaculizasse a mediação. Essa compreensão aparece no debate da seguinte forma:

Se o computador exigiu uma adequação da aula, dos materiais didáticos e da dinâmica, a vídeo conferência exige uma mudança na atuação do próprio professor, *que passa a ser um mediador do processo*, ao mesmo tempo em que opera equipamentos bastante sofisticados. (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005, p. 134. Grifos nossos)

Ou seja, por meio dessa análise mitificada pelo *fetichismo* tecnológico, não havia *mediação* na educação escolar antes do advento das tecnologias da informática e das tecnologias da comunicação e da informação, posto que, só depois disso é que o professor passou a ser um *mediador*, um mecanismo, uma peça, uma coisa, análogo a um chip, um cabo ou uma câmera.

Dessa forma, o papel social do professor é esvaziado, reduzido à condição de *coisa*, o *mediador*, ou aquele que executa a *mediação da aprendizagem*. Entendida dessa forma, a atividade docente é confundida com aquilo que Ciavatta (2016), ao analisar os métodos metafísicos da pesquisa científica, critica por reduzirem a categoria mediação a “instrumento analítico de medição quantitativa do comportamento de um fenômeno” (CIAVATTA, 2016, p. 225), apesar de tratar-se de análise crítica do método na pesquisa científica, cabe perfeitamente a distorção referente ao lugar que o professor ocupa no processo educativo e na sociedade.

Subverte-se a natureza semântica da categoria mediação, que no âmbito educativo tem caráter central; contudo, diferente e oposta ao empregado pela pedagogia neotecnista. Saviani (1993), fundamentado no materialismo histórico-dialético, concebe a educação como uma “atividade mediadora no seio da prática social global” (SAVIANI, 1993, p. 127), a partir desse entendimento o autor toma a categoria mediação como central para explicitar a natureza da educação escolar, que no modo de produção capitalista se constitui na educação por excelência. Razão pela qual as outras formas de educação são definidas pela negatividade, pelo *não*: Educação *não*-formal, *não*-sistemática, *não*-escolar e assim por diante (SAVIANI, 1993).

Por ser atividade mediadora entre a realidade posta e a almejada, ou dito em termos práticos, entre uma sociedade dividida em classes, fundada no trabalho alienado e uma sociedade sem classes organizada em torno do trabalho socializado, a educação na perspectiva de Saviani, tem na prática social humana ponto de partida e de chegada, como ele explicita no texto manifesto da pedagogia histórico-crítica, o livro *Escola e Democracia*:

Daí porque a prática social foi tomada como ponto de partida e de chegada na caracterização dos momentos do método de ensino por mim preconizados. É fácil identificar aí o entendimento da educação como mediação no seio da prática social. Também é fácil perceber de onde retiro o critério de cientificidade do método proposto. Não é do esquema indutivo tal qual formulado por Bacon; nem é do método experimentalista ao qual se filiava Dewey. É, sim, da concepção dialética de ciência tal como o explicitou Marx no “método da economia política” (SAVIANI, 1991, p. 83)

Tanto na perspectiva de Ciavatta (2016) quanto na explicitada acima por Saviani, (1991 e 1993) a mediação é categoria central de análise no método materialista histórico-dialético, como tal, indispensável para a compreensão e explicitação da educação escolar no seio da sociedade capitalista.

O não entendimento desses fundamentos, somado à influência dos interesses do mercado e ao ecletismo teórico metodológico resultante do amalgama do pragmatismo norte-americano inspirado em John Dewey com a fenomenologia de Paulo Freire, levou os dirigentes educacionais da FPA a fundarem o Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional – IDM, sob o primado da redução do professor à condição de *mediador da aprendizagem*, categoria utilizada de maneira imprecisa e confusa, mas que foi disseminada na política de Educação Profissional do Acre, como atestam todos os documentos pedagógicos do IDM, a exemplo do Plano Estadual de Educação Profissional e Tecnológica 2009-2016, no qual se pode ler:

Os Referenciais Pedagógicos propuseram a adoção de uma nova concepção de “professor”, apresentando o conceito de “mediador” - que deixa de ser apenas o detentor do conhecimento, ou aquele profissional dedicado somente à “transmissão” do saber, da “profissionalização” e se transforma no intermediador da aprendizagem. O mediador promove a construção do conhecimento juntamente com os educandos, valorizando suas experiências, seus traços sócio-culturais e desenvolvendo sua auto-estima.

O conceito de mediador, central na proposta curricular da rede do Instituto Dom Moacyr, traz a imagem de um profissional comprometido com a educação em seu sentido mais amplo, formando pessoas íntegras, capazes de aplicar suas habilidades tanto no desenvolvimento de empreendimentos como na resolução de problemas sociais. O mediador envolve os educandos no processo coletivo de aprendizagem, desde o planejamento das atividades até o processo de avaliação. (ACRE, 2009, p. 47. Aspas dos autores)

Essa concepção revela uma visão preconceituosa em relação ao papel do professor na educação escolar, resultante da assimilação sem as devidas mediações históricas e pedagógicas das críticas desferidas contra a escola tradicional pela pedagogia humanista moderna, que desloca o centro do processo educativo do professor para o aluno, como analisamos nos itens anteriores. Por isso, destacamos que não é verdadeiro que o professor seja o detentor do conhecimento, mas por outro lado, é correto que professor e alunos não se encontram no mesmo nível de compreensão da realidade, disso decorre a diferenciação entre ambos no processo educativo, pois enquanto o primeiro tem uma compreensão *sintética* sobre a realidade, ainda que precária, o segundo a apreende de forma *sincrética* (SAVIANI, 1991).

Entendemos ser justo e necessário negar o autoritarismo, a relação mecânica entre professor e aluno, marcada por repetições burocráticas e extenuantes, a desvinculação da realidade social, bem como, a falta de conexões históricas na transmissão dos conteúdos que marca a pedagogia humanista tradicional. Mas a validade dessa crítica não implica,

necessariamente, negar o professor, como se essa postura autoritária fosse consequência de sua existência, como se não fosse possível, em nenhuma circunstância, haver professores democráticos, criativos, que se sirvam de metodologias que possibilitem a participação numa relação dialógica.

Trata-se de mais uma das formas de manifestação da metafísica *parmenidiana* que implica em tomar a realidade a partir de antinomias – *ser ou não ser* – negando-se a possibilidade de *ser e não ser* ao mesmo tempo, armadilha lógica da qual os métodos liberais não conseguem se desvencilhar, debatendo-se no âmbito educacional no paralelismo pedagogia tradicional *ou* pedagogia renovada, na qual caíram os reformadores da Educação Profissional no Acre, atraídos pelo discurso pseudodemocrático da pedagogia das competências, versão atualizada da pedagogia renovada.

Essa perspectiva metafísica referente à educação e as metodologias de ensino, levou os dirigentes da FPA incorrerem em três equívocos na definição do professor e seu papel no projeto de Educação Profissional, que, somados aos demais aspectos gerais e específicos já analisados anteriormente, contribuíram para o seu distanciamento do projeto omnilateral de formação humana.

O primeiro diz respeito à relação democracia e educação. Nesse aspecto, a metafísica das análises dos gerentes da Educação Profissional os conduziu a uma concepção idealista dessa relação, ao situá-la apenas no âmbito restrito da sala de aula, marcada historicamente por uma relação antinômica professor-aluno, onde ao professor cabe o papel de opressor e o aluno de oprimido, nesse sentido, para que haja democracia, o opressor deve ser extirpado da relação em benefício da libertação do oprimido. Essa visão simplista e, diríamos, distorcida, da fenomenologia freiriana baseada na dialética do senhor e do escravo de Hegel, não lhes permitiu compreender que a articulação entre democracia e educação está para além dos muros da escola, envolve a própria prática social na qual professores e alunos estão inseridos, posto que a educação não se justifica por si, mas como *mediação* no seio da prática social global (SAVIANI, 1991).

Portanto, não se trata apenas, do estabelecimento de uma relação dialógica entre professor aluno, em que o ponto de vista do aluno seja considerado, mas sim, de estabelecer um processo educativo que os possibilite a apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos para o exercício do trabalho, como condição de garantia da produção e reprodução da vida, portanto, como mediação de primeira ordem, mas também, o instrumental teórico-prático para superação das formas capitalistas de trabalho

alienado, mediação de segunda ordem entre humanos e natureza, que os embrutece e degrada suas condições de vida. Além disso, esse processo educativo deve, concomitantemente, assegurar uma formação humanista geral associada à educação física e das artes, que lhes possibilite uma formação ampla, que além da preparação para o trabalho, os qualifique também para o prosseguimento dos estudos em nível superior e o exercício das funções dirigentes da produção e do Estado. Só garantido esses fundamentos pode-se falar em educação democrática e de democracia na educação, projeto esse que não pode ser atingido pelo *não-diretívismo*, o que torna o professor imprescindível.

Por não entenderem a democratização da escola pública por esse primado, os *gerentes* educacionais da FPA ao instituírem o IDM acreditaram, idealistamente, que estavam democratizando a Educação Profissional proclamando solenemente a abolição do professor na sala de aula, substituindo-o burocraticamente, “por decreto”, pelo *mediador da aprendizagem*.

O Segundo equívoco diz respeito a *coisificação* do professor, a partir da sua redução a um dos aspectos da função docente, o que trouxe consequências para vida profissional desses trabalhadores, posto que, essa forma de designar os profissionais do magistério no IDM, antecipava o conteúdo das relações de trabalho precarizadas, pois a alteração da nomenclatura implicou na mudança nas relações de trabalho entre o estado (empregador) e o docente (empregado), uma vez que o assim denominado *mediador da aprendizagem* não existe no ordenamento jurídico brasileiro. Não consta, sequer, no guia de ocupações do Ministério do Trabalho.

Por isso, esses trabalhadores não estavam amparados pelo arcabouço jurídico de proteção aos profissionais do magistério, conquistado com tanto esforço pelos professores e suas entidades classistas que desenvolveram jornadas de lutas memoráveis para assegurar direitos básicos a esses profissionais, aos quais, os fundadores da Frente Popular estavam vinculados, como por exemplo: Manoel Pacífico, Pascoal Muniz, Célia Pedrina, Almerinda Cunha, Marcos Afonso, Marina Silva, Naluh Gouveia e Edvaldo Magalhães, para citar apenas os que adquiriram maior visibilidade social no Acre.

Sendo assim, o *mediador da aprendizagem* caiu na categoria de trabalhador precarizado, contratado temporariamente pelo tempo que durasse a carga horária da disciplina, sem direito às férias remuneradas, décimo terceiro salário e, principalmente, sem identidade profissional ou vinculação classista, fator que vulnerabilizava esses trabalhadores com consequências para seu trabalho docente, uma vez que “participação

na organização sindical dos docentes de modo a potencializar as lutas coletivas” (SAVIANI, 2010, p. 209) em torno de uma boa formação inicial em cursos de licenciatura e de condições adequadas de trabalho que, somadas às lutas econômicas, contribuem não apenas para a formação política, mas também, pedagógica do profissional do magistério.

Para justificar esse caminho adotado, o IDM busca inspiração teórica em Paulo Freire, mais precisamente em sua crítica à postura assumida pelo professor na escola tradicional, tomada de forma generalizada, como *negação a todo e qualquer professor* de forma indiscriminada, sem compreender que a crítica freiriana é historicamente determinada, se dirige à uma determinada postura, em uma determinada concepção de educação, hegemônica em um tempo histórico específico e que persistiu anacronicamente na contemporaneidade de maneira injustificada.

Por essa razão, como dissemos em *Trabalho docente: crítica a partir da tradição marxiana* (MONTYSUMA, 2020), o fundador da Pedagogia Libertadora, em sua obra *pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*,

não só admite a necessidade do *professor*, como advoga que sua missão é a de *ensinar a pensar*, mais que isso, a *pensar certo*. Contudo, o que o autor indica é que o professor deve assumir uma postura *crítica*, para isso, além dos conteúdos, deve ensinar também a *pensar* (MONTYSUMA, 2020, p. 67)

O que enfatizávamos naquela ocasião e reafirmamos agora, é que Paulo Freire não só reconhece o professor como agente de mudança social, como destaca que sua função principal é *ensinar a pensar certo* (FREIRE, 1996, p. 26). Portanto, no nosso entender, não há correspondência entre os textos de Freire e a interpretação dada pelos fundadores do IDM que justifique, com base na sua concepção do trabalho docente, a *abolição* do professor em favor de um abstrato e indefinido *mediador da aprendizagem*.

O terceiro equívoco que destacamos quanto à conceituação do profissional docente como *mediador da aprendizagem*, no processo de implantação do IDM, diz respeito às implicações para a formação e profissionalização docente, uma vez que, por não se tratar de um professor, profissional que possui um estatuto que rege a categoria e as atividades do magistério, com exigência de formação mínima em cursos de licenciatura em nível superior, qualquer um pode cumprir esse papel, desde que tenha o mínimo de conhecimento técnico operacional sobre os conteúdos constantes no programa dos cursos técnicos e que possa explanar a respeito deles, sendo dispensável a formação pedagógica.

Compreendemos esse caminho como um equívoco, porque o processo de formação humana, fundado em compromissos ético-políticos com a emancipação dos trabalhadores, não pode fazer concessões no plano teórico à ideologia do mercado. Mas os reformadores da Educação Profissional no Acre foram mais longe, renunciaram à própria teoria na formação do profissional docente ao substituir os professores pelos *mediadores da aprendizagem*. Desse modo, não consideraram o que nos indica Frigotto (1996), quando enfatiza que o educador deve ter, além do domínio dos conhecimentos técnicos e científicos, uma consciência social e compromisso político-democrático com a emancipação humana do trabalho alienado, por meio de uma formação teórica e epistemológica. Tarefa que só pode ser desenvolvida nos cursos de licenciatura em nível superior, não podendo ser delegada a sociedade em geral, nem ao mercado educacional que comercializa diplomas e certificados em cursos aligeirados (FRIGOTTO, 1996). Com base nesse fundamento o autor adverte que:

Sem uma sólida base teórica e epistemológica, a formação e profissionalização do educador reduz-se a um adestramento e a um atrofiamiento de possibilidades de, no âmbito ético-político, analisar as relações sociais, os processos de poder e de dominação e, portanto, de perceber a possibilidade de trabalhar na construção de uma sociedade alternativa. (FRIGOTTO, 1996. p. 95)

Só tem sentido a análise que Frigotto (1996) para aqueles que, como o autor, têm compromisso ético-político com a emancipação humana, não só da opressão do trabalho alienado, mas de todas as outras formas de sujeição dele decorrente. Trouxemos, pois, essa reflexão para nossa análise não por acaso, mas porque ela nos remete aos fundamentos que deram origem à própria FPA, como resultado do amadurecimento político do proletariado acreano, o melhor e maior produto da luta popular, mas que no entanto, num dado momento de sua história, notadamente após sua ascensão ao Governo do Acre, a partir de 1999, por uma série de concessões no campo da teoria e da política, submeteu às políticas públicas sob sua governança aos interesses do capital, o mesmo que oprime, embrutece e ceifa a vida humana por miséria ou bala, como os casos emblemáticos de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, apenas para citar dois exemplos locais, entre tantos outros do Acre e do mundo.

Salientamos ainda que essa reflexão de Frigotto (1996) nos faz lembrar que os interesse do mercado, ou para usar uma expressão que se tornou um mantra no IDM, *as demandas do mercado*, são incompatíveis com a emancipação humana, ao contrário, elas necessitam cada vez mais e vorazmente amplificar a exploração humana e, como

consequência inevitável a opressão, razão pela qual um governo popular não pode se referenciar nas *demandas do mercado*, mas sim, nas demandas sociais. Ainda que no atual estágio civilizacional estejamos sob a hegemonia e ditadura do capital um projeto de educação comprometido com a superação do trabalho alienado, de resistência ativa, deve ser socialmente referenciado.

A consequência da não observação desse primado no governo da FPA, no que se refere a política de Educação profissional, foi a submissão dos trabalhadores do magistério à condição aviltante de *mediador da aprendizagem*, cujas características são profissionais não licenciados, não sindicalizados e de contratos temporários, o que os coloca em condições análogas ao do *precariado*, definido pelo economista britânico Guy Standing (2014) da seguinte maneira:

Em qualquer caso, a divisão entre mão de obra remunerada e empregado assalariado, e ideias de ocupação, se dissolve quando consideramos o precariado. O precariado tem características de *classe*. Consiste em pessoas que tem relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. Sem um poder de barganha baseado em relações de confiança e sem poder usufruir de garantias em troca de subordinação, o precariado é *sui generis* em termos de classe. Ele também tem uma posição de status peculiar, não se encaixando em alto status profissional ou em atividades artesanais de médio status. Uma forma de explicar isso é dizendo que o precariado tem “status truncado”. E, como veremos, a sua estrutura de “renda social” não se mapeia perfeitamente conforme velhas noções de classe ou ocupação. (STANDING, 2014, p. 25-26).

Esse profissional super explorado, mantido por relações de trabalho baseadas na informalidade e na *confiança do patrão*, como descreve Standing (2014), não exige uma sólida formação, ainda que alguma formação seja exigida, para o qual o mercado educacional fornece certificação de baixo custo, essa é a lógica que atende às *demandas do mercado* às quais o *mediador da aprendizagem* está submetido, mesmo a pompa com que foi apresentado como o que assegurará a democratização da educação, não foi capaz de esconder o vexame porque todos fomos submetidos quando, no último ano do último Governo da Frente Popular, tiveram que acampar às portas do Palácio do Governador para poder receber seus salários há meses atrasados, como dissemos no tópico 3.5.2., revelando o verdadeiro conteúdo da substituição do professor pelo *mediador da aprendizagem*, despedido de qualquer sofisma retórico pseudo-pedagógico.

Por isso, entendemos que essa política adotada no âmbito da Educação Profissional no governo da FPA constitui-se num dos elementos que a distanciaram da resistência ativa do proletariado que levaram a sua fundação no início dos anos noventa do século passado, mas que, no entanto, em 2018 sucumbiu, corroída pelo pela adoção acrítica dos fundamentos do neoliberalismo no plano da economia política, do pragmatismo estadunidense no plano filosófico, no âmbito pedagógico da pedagogias das competências e no plano da didática, das metodologias ativas.

3.7. A Lei nº 1695 de 2005: Criação do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi.

Após os debates ocorridos no Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional, no qual a linha político-pedagógica foi traçada, o Governador Jorge Viana encaminhou à Assembleia Legislativa a Mensagem Governamental Nº 778 de 8 de dezembro de 2005, contendo o Projeto de Lei que “Cria o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional como Autarquia Estadual e dá outras providências” (ACRE, 2005)

A referida Mensagem do Governador Jorge Viana se fundamenta na exposição de Motivos do Secretário de Educação Arnóbio Marques, e ambos se baseiam num sofisma, qual seja: que a característica singular que diferencia a educação profissional das demais atividades de ensino “exige tratamento próprio e adequado às suas peculiaridades, especialmente no que diz respeito à adoção de processos gerenciais que lhes assegure maior autonomia visando a condução de suas práticas formativas” (ACRE, 2005, p. 3), de onde se conclui que necessariamente deva ser desenvolvida apartada da etapa final da educação básica, como conclui o documento mais adiante, em sua exposição de motivos:

9. Na proposta, são dispostas as competências institucionais da Superintendência, sendo relevante destacar, em face do seu papel de órgão condutor dos assuntos ligados à área de educação profissional, aquelas relativas ao poder de elaboração e execução de política e do plano estadual de educação profissional; prevendo para isso, entre outras, a competência de realizar contratos, parcerias, convênios, ou outros acordos, visando à promoção da Educação Profissional no Estado. Tal medida visa garantir à educação profissional condições institucionais compatíveis com a dinâmica do mundo produtivo, em particular, com a volatilidade do mercado de trabalho no contexto atual, marcado pela globalização econômica e por profundas transformações tecnológicas. (ACRE, 2005, p. 6)

A exposição de motivos do Secretário de Estado de Educação, Arnóbio Marques, que embasa a mensagem Governamental que propõe a Lei que criou o Instituto de Educação Profissional com autonomia administrativa, financeira e pedagógica da Educação Básica, parte do princípio de que para haver um célere processo de gestão da *elaboração e execução de política e do plano estadual de educação profissional; prevendo para isso, entre outras, a competência de realizar contratos, parcerias, convênios, ou outros acordos*, necessariamente tais procedimentos devessem ocorrer numa autarquia autônoma em relação à SEE. Esse sofisma seria desmentido pela própria dinâmica da vida que se encarregou de mostrar que a rapidez que se esperava não seria garantida com a simples separação da estrutura da SEE, como atesta o Relatório de Gestão do IDM 2003-2006, que aponta como um dos *fatores críticos na execução dos programas*: recursos, tempo e dificuldade na execução dos convênios, sobretudo no que diz respeito à contrapartida estadual (ACRE, 2006, p. 45-46).

Por outro lado, e por tudo que foi analisado até aqui, consideramos absolutamente verdadeiro o segundo trecho do parágrafo 9 da exposição de motivos do Secretário de Educação, quando afirma que tal medida visava ajustar a Educação Profissional do Acre à *dinâmica do mundo produtivo, compatível com a volatilidade do mercado de trabalho, a globalização econômica e as transformações tecnológicas*. Nesse aspecto reside o verdadeiro objetivo da implantação de autarquia para *gerir* a Educação Profissional desarticulada da etapa final da Educação Básica e subordinada aos interesses do mercado.

Sob essa ótica, a Mensagem Governamental Nº 773/2005 transformou-se em Projeto de Lei Nº 182/2005, que tramitou em regime de urgência, dando entrada na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Acre no dia 8 de dezembro de 2005, numa quinta-feira, portanto último dia legislativo e sendo aprovado na referida Comissão no dia 13 subsequente, terça-feira, primeiro dia de trabalhos legislativos, sendo levado ao Plenário e submetido à votação pela Mesa Diretora no dia 14 de dezembro do mesmo ano e aprovado na mesma Sessão.

Durante a rápida tramitação do Projeto de Lei, antes de sua aprovação final, foi apresentada e aprovada no dia 13 de dezembro uma Emenda Modificativa Nº 33, que alterou a Ementa do Projeto dando a seguinte redação: “Cria o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional DOM MOACIR (sic) GRECHI, e dá outras providências” (ACRE, 2005, p. 21). A inserção do Bispo Dom Moacyr no nome da nova autarquia visava homenagear aquele que inscreveu seu nome na história do Acre como o grande artífice da esquerda acreana, por isso, merecedor de todas as honrarias dos que se

orientam por uma perspectiva humanista de emancipação dos trabalhadores do jugo da exploração do trabalho alienado. Todavia, se Dom Moacyr, que foi consultado para autorizar o uso de seu nome para designar o Instituto de Educação, soubesse do *conteúdo* a que se prestaria a referida Instituição, dificilmente teria permitido que seu nome a ela tivesse sido associado, pois a sua história nos permite afirmar que suas ideias não coadunavam com os interesses do mercado.

Dessa maneira, no dia 21 de dezembro de 2005, o Governador Jorge Viana Sancionou e publicou a Lei Nº 1.695 que criou o *Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir* (sic) *Grechi*.

Após a derrota da Frente Popular do Acre, em 2018, o Governador eleito, Gladson Cameli, desenvolveu uma série de alterações no Instituto, entre elas a retirada do nome *Dom Moacir Grechi*, que desde 18 de julho de 2019 passou a denominar-se Instituto de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC, mudança ocorrida por meio do Decreto Governamental Nº 3.316/2019. Apesar de ter sido substituído pelo Decreto Nº 6.129 de 09 de junho de 2020 e revogado pelo de Nº 11.281, de 18 julho de 2023, a alteração na designação da autarquia foi mantida, invisibilizando o nome e a história de Dom Moacyr, como forma de apagar o legado da FPA, no entanto o que é essencial foi mantido, a salvaguarda dos interesses do mercado, de onde se pode inferir que, quanto a isso e mantidos os dissensos, ambos os projetos convergiram.

CONCLUSÃO

Como pode ser atestado a partir do capítulo 2. *Raízes do proletariado na Amazônia Sul-Occidental: opressão, massacres e resistência*, buscamos ao mesmo tempo, reafirmar o materialismo histórico-dialético como método de análise e interpretação da história do Acre e demarcar campo com o positivismo de direita, mas sobretudo com a sua versão utilizada por setores da esquerda na Frente Popular do Acre – FPA. Ainda que não exista *positivismo de esquerda*, esse método de interpretação da história e da sociedade ganhou força com a conquista do Governo do Acre nas eleições de 1998 pela FPA; tal perspectiva centra-se numa análise histórica que realça os feitos de indivíduos isolados e os avanços civilizacionais são apresentados como resultado da ação de *heróis* e o *povo*, o verdadeiro sujeito da história, é invisibilizando.

Com essa perspectiva, buscamos nos referenciar em autores da historiografia crítica acreana, mas também da sociologia, da antropologia e da educação que nos serviram de fundamento para a construção da convicção de que o povo pode tomar a

história em suas mãos e construir um mundo novo. Buscamos mostrar as contradições do capitalismo na sua penetração na Amazônia Sul-Occidental, bem como, suas conexões e mediações com as que se processam no centro do sistema, para que se possa compreender a formação histórica do Acre com suas particularidades, situando a luta de resistência do proletariado local que culminou na formação da Frente Popular do Acre – FPA, como síntese mais avançada do amadurecimento político dos trabalhadores na luta contra a opressão do capital, configurado como bloco de forças heterogêneo, nucleado pela esquerda sob a hegemonia do Partido dos Trabalhadores – PT. Esse bloco de forças governou o Acre por vinte anos e deixou um legado de conquistas e avanços civilizacionais para o povo do Acre, mas também, ao longo desse percurso, acumularam-se erros, insuficiências e traições, o que configura um processo contraditório marcado pelo par dialético *renovação e permanência*.

Essa análise nos fez chegar à conclusão de que a luta nacional pelo estabelecimento de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, expresso na aliança nacional formada em 1989 entre PT, PSB e PCdoB para disputar as eleições presidenciais, desencadeou uma orientação nacional para que esse mesmo conjunto de partidos se aliassem no âmbito dos estados, movimento que no Acre somou-se a três outros fatores que incidiram decisivamente para que a FPA se constituísse, são eles:

1. A elevação da consciência de classes do movimento social organizado;
2. Amadurecimento político dos partidos de esquerda no Acre;
3. Atuação da intelectualidade progressista da Universidade Federal do Acre – UFAC, organicamente vinculada ao proletariado e suas lutas;

Esses fatores se sintetizaram num cenário de aumento da contradição capital-trabalho com o avanço da lógica neoliberal que ganhou força nacionalmente com a vitória de Collor de Melo nas eleições de 1989, agravando o quadro social e político do Acre, castigado com a degradação moral dos governos de direita imersos em corrupção e a incapacidade de apresentar respostas efetivas para o aumento da escalada de violência urbana e rural, com raízes no próprio aparelho de estado por meio do que viria a ser conhecido como *esquadrão da morte*, somado a ineficiência e em alguns casos, falência dos serviços públicos essenciais, constantes atrasos nos salários dos funcionários públicos que, junto com o desemprego e fome, compunha um cenário caótico no Estado do Acre.

Consideramos que a FPA, com seus êxitos, erros e insuficiências, é resultado direto da luta dos trabalhadores e *não de indivíduos isolados*. O que intencionamos, portanto, é enfatizar que o povo não precisa de heróis, são os heróis que precisam de um

povo entorpecido pela mitologia em forma de história para que possam se manter vivos nas mentes das massas populares alienadas de tudo.

A apreciação que fizemos até aqui da política da FPA, em geral, e da Educação Profissional, em particular, desenvolvida pelos governos da FPA no contexto da formação histórica do Acre, se inspirou e procurou seguir a mesma lógica desenvolvida primeiramente por Lênin (1969), no texto *Em doze anos*¹⁰⁵; nele, o líder Bolchevique tenciona a luta de ideias em torno do tema espontaneidade e a consciência política, no sentido oposto ao defendido por Plekanov, Martínov e a corrente economicista no movimento operário russo, que, movidos por distorções teóricas, haviam *vergado* a direção da luta para a direita, razão pela qual criticavam duramente, acusavam Lênin de desvios *esquerdistas* pelo texto *Que fazer?* dentre outros publicados no periódico *Iskra*.

Esses ataques não tiveram resposta imediata, porque centravam-se na periferia da argumentação Leninista exposta no *Iskra*, cuja prioridade naquele momento era a unificação do movimento operário em torno de uma direção consequentemente revolucionária que fizesse vitoriosa a revolução proletária. Todavia, após a revolução burguesa de 1905 na Rússia e passado algum tempo desde a organização dos primeiros círculos operários, o movimento dos trabalhadores havia atingido um nível de maior maturidade política, razão pela qual Lenin reuniu numa coletânea intitulada *Em 12 anos* o conjunto de textos que marcaram a polêmica entre as correntes do Partido Operário Social-Democrata Russo – POSDR naquela conjuntura. No prefácio da referida Coletânea, Lenin (1969) faz um acerto de contas com as *críticas* desferidas contra ele e os *iskristas*, abordando a situação da seguinte maneira:

(...) De aquí se desprende claramente que la controversia era esencialmente, entre los iskristas y los economistas, quienes combatian *lo que habían de común* entre ¿qué hacer? y el proyecto de programa. Ahora bien, tampoco em el II Congreso pensé erigir en algo “programático”, en principios especiales, mis formulaciones hechas en ¿qué hacer? Por el contrario, empleé la expresión de enderezar todo lo torcido que más tarde se citaría tan a menudo. Em ¿qué hacer?, dije (véase las actas del II Congreso del POSDR de 1903, Ginebra, 1904) que hay que enderezar todo lo que há sido torcido por los “economistas” y precisamente por ello, porque tratamos siempre de enderezar

¹⁰⁵ Prefácio a uma coletânea de textos publicada em 1907 em que, como o próprio título indica, foram escritos ao longo de doze anos, em momento que combinava pesada repressão czarista e intensa luta de ideias no movimento operário russo, no período pré-revolucionário. Esses textos publicados no periódico bolchevique *Iskra* consubstanciam não apenas a linha revolucionária dos bolcheviques, embrião do Partido Comunista da Rússia, mas o sucesso do próprio movimento operário que culminaria com a grande revolução em 1917.

energicamente todo lo que ha sido torcido, nuestra “línea de accion” será sempre la más derecha.

El significado de estas palabras es claro: ¿qué hacer? rectifica em forma polémica el economicismo, y seria erróneo juzgar el folleto desde cualquier outro punto de vista.¹⁰⁶ (LENIN, 1969, p. 119-120. Grifos e aspas do autor)

Baseado nessa metodologia e forma de posicionamento de Lênin diante dos excessos à direita cometidos pelos economicistas na formulação da linha política do movimento proletário russo, e se vendo em situação que lhe pareceu análoga, Althusser (1978) recorre à mesma solução argumentativa para justificar suas posições assumidas num conjunto de textos com os quais polemizou com os teóricos do movimento comunista internacional, que, após o XX Congresso do PCUS, buscavam fundamentar uma viragem à direita, supostamente embasados no que interpretavam ser o humanismo do “jovem Marx”.

Como seus textos foram duramente criticados em sentido oposto, atribuindo-lhe a marca de desvio *esquerdista*, de *dogmatismo*, Althusser (1978) respondeu aos seus detratores citando Lênin da seguinte maneira:

Sabemos que alguns anos após *O que fazer?* e para responder à crítica das fórmulas, Lênin replicava pela teoria da curva do bastão. Quando um bastão está curvado num mau sentido, dizia Lênin, para corrigi-lo, isto é, para que ele volte e se mantenha reto, é preciso inicialmente curvã-lo no sentido oposto, impor-lhe com a força do punho uma contra curvatura durável. (ALTHUSSER, 1978, p. 136. Grifos do autor)

Dermeval Saviani, por sua vez, em *Escola e Democracia*, apoia-se em Althusser¹⁰⁷ para citar Lênin de forma indireta a partir do capítulo 2: *Escola e Democracia I: A teoria da curvatura da vara*, como meio para balizar suas posições referente à luta política travada entre os partidários da *escola tradicional* e *escola nova* pela hegemonia da educação brasileira, antes de expor a sua síntese histórico-crítica, diz Saviani (1991):

¹⁰⁶ (...) Disto fica claro que a controvérsia era essencialmente, entre os iskristas e os economicistas, que lutavam contra o que tinham em comum entre o Que fazer? e o projeto de programa. Agora, no II Congresso também não pensei em construir em algo “programático”, em princípios especiais, as minhas formulações feitas sobre o Que fazer? Pelo contrário, usei a expressão de endireitar tudo o que está torto e que mais tarde seria citado com tanta frequência. Em Que fazer? eu disse (ver ata do II Congresso do POSDR de 1903, Genebra, 1904) que devemos endireitar tudo o que foi distorcido pelos “economicistas” e justamente por isso, porque sempre tente endireitar energeticamente tudo o que está torto, nossa “linha de ação” será sempre a mais reta.

O significado destas palavras é claro: o que fazer? Retifica polemicamente o economicismo e seria errado julgar o panfleto de qualquer outro ponto de vista.

¹⁰⁷ Saviani referenciou-se na edição de 1977 do referido texto de Althusser.

Ela [a teoria] foi enunciada por Lênin ao ser criticado por assumir posições extremistas e radicais. Lênin responde o seguinte: “quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto” (SAVIANI, 1991, p. 48-49. Aspas do autor)

Fiz questão de trazer esse encadeamento cronológico do aparecimento da *teoria*, ou *alegoria*, *curvatura do bastão* (ALTHUSSER, 1978) ou *da curvatura da vara* (Saviani, 1991), primeiro para dissipar uma confusão muito comum aos leitores desatentos – que não são poucos – de *Escola e Democracia* de Saviani, qual seja: atribuírem a ele a autoria dessa alegoria, quando o próprio Saviani afirma que utilizou “uma expressão tomada de empréstimo a Lênin de ‘teoria da curvatura da vara’ (Althusser, 1977: 136-138)” (SAVIANI, 1991, p. 69. Aspas e parênteses do autor), ainda que, como vimos acima, Lenin não use exatamente as expressões utilizadas por Althusser (1977) *curvatura do bastão*, e por Saviani (1991) *curvatura da vara*, salvo as variações derivadas das traduções, o sentido empregado por Lenin (1969), Althusser (1977) e Saviani (1991) pode ser considerado o mesmo, qual seja: quando um debate e/ou a luta política é distorcido e desvia do seu verdadeiro rumo, não basta vergá-lo para o rumo certo, é preciso trazê-lo para o lado oposto, para que, a argumentação funcione como um sistema de pesos e trações, possa-se chegar ao centro direcional correto.

Em segundo lugar, essa *alegoria* serviu-nos também de referência, porque entendemos que a ênfase empreendida em nossa análise sobre os aspectos que consideramos *insuficiência*, *erros*, e sob o ponto de vista estratégico, *traições* ocorridas durante a experiência de vinte anos de governo da FPA pode, igualmente, ser confundida com uma análise extremista, unilateral, esquerdista, “que tomamos tudo que foi feito nos governos da FPA como constituído só de erros”, “como pura negatividade”.

Em verdade, não se trata disso, aliás já afirmamos que as análises antinômicas sobre os governos da Frente Popular se constituem em posições anacrônicas (pela direita) e reacionárias (pela esquerda), tivemos oportunidade de discorrer mais demoradamente sobre isso em *Trabalho docente: crítica a partir da tradição marxiana* (MONTYSUMA, 2020), não consideramos ser o caso de repeti-lo aqui, mas em todo caso, nesta ocasião reafirmamos a *envergadura da vara para esquerda*, enfatizando os erros, posto que, durante todos esses vinte anos de governança da Frente Popular sob a hegemonia do PT, a direção da luta foi sendo vergada para a direita, justificando esse movimento pelos êxitos e acertos auferidos no período em que nos tornamos governo. Usamos a expressão *nos tornamos*, por nos reconhecermos partícipes dessa história, mesmo que na periferia,

sem direito a voz e voto nos estreitos círculos decisórios do poder, não nos excluímos desse processo, razão pela qual consideramos essa uma análise autocrítica, mas também crítica. Ademais, mesmo as derrotas trazem alguma positividade se os derrotados tiverem a capacidade de tirar lições do processo de luta que os levou ao fracasso, pois “... há que tirar daí a respectiva lição e modificar as ideias de maneira a fazê-las concordar com as leis do mundo objetivo, podendo-se desse modo chegar a converter o fracasso num triunfo” (MAO, 2004, p. 14), por isso Mao Tse-Tung afirmava que "A derrota é a mãe da vitória" (Ibidem), pois abre-se a possibilidade da elevação do nível de compreensão da realidade, desde que se tenha a capacidade de assimilar as lições decorrentes dos erros.

O elemento da crítica reside, justamente, sobre a denúncia do capitalismo que se sustenta sobre o trabalho alienado e a degradação das condições de vida do proletariado, regime do qual só se pode esperar miséria, fome e guerras para a classe produtora, em contraste com a riqueza e opulência concentrada na mão de poucos, dos que nada produzem. Mas também, nossa análise crítica volta-se para aquilo que consideramos erro estratégico, fundamentalmente no que se refere à subestimação alimentada pelos dirigentes da FPA, sobre a malignidade do capitalismo para os trabalhadores, nesse sentido, nossa análise é também autocrítica. Quanto a isso, há que se fazer uma ressalva importante: os níveis de responsabilidades entre os que dirigiram e controlaram os processos de governança não são os mesmos da militância que não participou das tomadas de decisão, apenas executou o que havia sido decidido em círculos herméticos do poder, inacessíveis aos que estavam no patamar do povo.

Compreendemos que nesse ponto se localiza a antítese, pela esquerda, à tese posta pelos grupos hegemônicos nos governos da FPA, que durante vinte anos negligenciaram a luta de ideias anti-capitalistas, enfatizando apenas os acertos e vitórias parciais e conjunturais, alguns desses, verdadeiros erros *embalados em papel de presente*. E, ao fim e ao cabo, acreditamos que foram os nossos erros que nos levaram à derrota, razão pela qual advogamos a tese segundo a qual devemos concentrar nossas atenções prioritariamente sobre eles, e isso, não significa necessariamente negar os acertos e as conquistas populares desse período, contudo, a vida mostrou a relatividade e o alcance deles, triturados que foram a partir da grande derrota de 2018.

Quanto à perspectiva do que consideramos erros, há que se fazer uma distinção de caráter metodológico, posto que, a direita e extrema-direita também criticam e seguem apontando *erros* no legado da FPA, mas há uma diferença qualitativa entre a perspectiva de direita e a que expusemos ao longo dessa tese, posto que, aquilo que eles consideram

erros da FPA, nós consideramos acerto, e vice-versa. Para nós o maior erro estratégico foi repetir o que constatou Florestan Fernandes em meados da década de 1970, sobre as insuficiências da esquerda brasileira:

Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida.

(...) a causa principal consiste em ficar rente à maioria e às suas necessidades econômicas, culturais e políticas: pôr o Povo no centro da história, como mola mestra da Nação.

(...) O que devemos fazer não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas intelectuais possuem outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um estado fundado na dominação efetiva da maioria (FERNANDES, 1976, p. 245-246)

Esse processo de emancipação popular, a que se refere Fernandes (1976) no final do trecho destacado acima, não se efetiva sem um sólido processo de formação política das massas, na linha das *11 teses sobre educação e política* com a qual Saviani (1991) fecha seu texto manifesto da pedagogia histórico-crítica. Passa também pelo projeto de unificação educacional, que articule de forma equilibrada educação para o trabalho e formação humanística geral, consubstanciado no projeto de educação *politécnica*, voltada para a formação *omnilateral* de novas mulheres e de novos homens, construtores de um *novo mundo* possível. Todavia, no Acre, quando tivemos em nossas mãos as condições materiais e políticas para implementar esse projeto, optamos por seguir a cartilha neoliberal, repetindo a cantilena neo-escolanovista da pedagogia das competências e implementamos uma educação para satisfazer as *demandas do mercado*, como diriam os técnicos do IDM, e não às demandas sociais.

Esse desvio à direita na política educacional, no nosso entender, se explica pela perda dessa dimensão estratégica da luta ressaltada por Florestan (1976), por parte dos dirigentes da FPA no governo; constituiu-se no erro fundamental e maior, dele decorreram todos os demais. A falta de perspectiva nacional, a incapacidade de estabelecer as mediações entre as contradições do capitalismo com as particularidades com que se manifestavam no âmbito do Estado com as que se processavam no plano nacional e internacional, desconectou nosso projeto estadual da luta nacional e a partir dele, também da luta internacional.

O Acre passou a ser concebido como uma *ilha*, bastando-se em si; a política foi conduzida como se os dirigentes estivessem sempre olhando para os próprios pés, isso se refletiu na adoção de uma linha de atuação em que a estratégia passou a ser o próximo passo, ou a próxima eleição. As dificuldades do povo, os obstáculos a serem vencidos não eram analisados em suas conexões com a realidade política nacional e o nível do embate da luta de classes no Brasil, razão pela qual, apesar de termos vencido cinco eleições para Governo, só tivemos êxito uma vez para Presidente, quando Lula se elegeu pela primeira vez em 2002. Entendemos que esse fato reflete a negligência com que a FPA e seus dirigentes trataram a importância do debate com o povo sobre a realidade nacional. Quando dispúnhamos do controle dos instrumentos de propaganda de massa, não os utilizamos para educá-las numa outra perspectiva societária, que alargasse a visão do povo, de maneira que esse pudesse perceber as mediações entre o projeto local e nacional.

Esse fato em si já revelava problema de natureza estrutural em nosso projeto local, pois nada mais, nada menos que o rumo para onde estávamos remando estava errado. Ainda que se possa buscar explicação para essa desarticulação com o projeto nacional de desenvolvimento nas condições insulares do Acre, pelas características de sua formação histórica, que o manteve a maior parte de sua existência como unidade da Federação geograficamente isolada, pois só se podia chegar a sua Capital por barco ou avião, distante das capitais¹⁰⁸ e dos centros econômicos do país, com economia pouco desenvolvida do ponto de vista capitalista, sem indústria e com uma agricultura igualmente precária, gerou uma subjetividade particular no povo, que se traduz num certo bairrismo, numa maneira acreana de viver e ver o mundo, difícil de descrever com palavras, mas que pode ser traduzido pelo adjetivo *acreanismo*. Em linhas gerais, pode-se dizer que esse adjetivo significa que o acreano se basta em si.

Tudo isso pode ser usado para explicar a desarticulação ou a falta de coerência entre o projeto nacional de desenvolvimento propugnado pelas forças de esquerda para o país nessa quadra histórica e o que se desenvolvia no Acre, mas, definitivamente, não a justifica. Mesmo porque, já na primeira experiência de gestão da FPA, quando em 1992 ganhamos a prefeitura de Rio Branco, no que se constituiu em ensaio geral para governarmos o Acre, compromissos históricos com a própria esquerda local foram quebrados, como por exemplo: a extinção do Conselho Político da Frente Popular, como

¹⁰⁸ Rio de Janeiro e Brasília.

órgão de governança colegiado formado pelos partidos, centrais sindicais e movimento social, ao qual o Prefeito deveria estar politicamente subordinado.

Sendo assim, a extinção do Conselho Político da FPA, ainda no âmbito da governança municipal de Rio Branco, foi nossa primeira manifestação de soberba. A vitória, ou o êxito parcial, foi o suficiente para que nos afastássemos das advertências de Fernandes (1976), para que retirássemos o *Povo do centro da história, como mola mestra da Nação*, para que nos erguêssemos acima dele e nos percebêssemos e nos autoproclamássemos lutadores *pelo* povo, deixando assim de sermos lutadores *com* o povo. Reside aqui, o início da nossa ruína, *a perda da organicidade com o povo*.

A extinção do Conselho Político da FPA para governar a Prefeitura de Rio Branco foi um duro golpe para a manutenção da unidade da aliança, mas não chegou a feri-la de morte; seguiu forte, cinco anos depois ganharíamos a eleição para o governo com o mesmo bloco de forças. No entanto, apesar de mais uma vitória eleitoral, a essência que direcionaria nossa política já estava estrategicamente comprometida.

Entendemos que a raiz dessa desarticulação entre as dimensões nacional e estadual do nosso projeto político, somada à quebra dos vínculos orgânicos com o proletariado, tem raízes para além de um suposto bairrismo, ou *acreatismo*. Reside mesmo na falta de perspectiva histórica, na descrença na possibilidade de emancipação dos trabalhadores do trabalho alienado, a luta pelo socialismo deixou de ser *a meta* para os principais dirigentes da FPA (se é que em algum momento foi). Nesse ponto, não se pode confundir estratégia de governo com a estratégia dos partidos e dos dirigentes, que é o verdadeiro combustível das mudanças estruturais, pois os planos de governo são para quatro anos, portanto a estratégia do governo estará sempre condicionada por esse limite de tempo relativamente curto. Contudo, os partidos e seus dirigentes devem sempre olhar mais à frente, com perspectiva mais alargada, tendo a gestão do Governo, com suas limitações temporais, como meio para objetivos de mais longo prazo, conectando as ações do presente às do futuro projetado, em que o centro seja o fortalecimento do estado-nação com democracia política e social, condição indispensável ao socialismo, que por sua vez, constitui-se em ponto de chegada, em objetivo estratégico, mas também, ponto de partida como estágio superior para o início à grande transição ao comunismo.

Tudo isso foi deixado de lado, razão pela qual a história foi maltratada, assumiu-se análise positivista como método legitimador de nossa permanência no poder por meio da mitificação de fatos e pessoas, desumanizando-as, erguendo-as acima da classe (do proletariado), acima da militância aguerrida e sofrida dos nossos partidos populares, que

se constituíram a partir da articulação orgânica com as lutas pela emancipação dos trabalhadores, articulação essa que uma vez selada a alianças entre os diversos partidos populares, ampliada com outras forças e personalidades progressistas, para além da esquerda, constituiu-se em alternativa real de poder para a massa de trabalhadores e da juventude pobre do Acre, alimentando nossas esperanças de dias melhores.

No entanto, o povo organizado, fonte e energia do poder popular, foi paulatinamente substituído pela ação de indivíduos pretensamente *autossuficientes*, que por mais que tivessem capacidades admiráveis para ação política, para a oratória, para o planejamento e/ou para ação, para gerir o estado, seguiam sendo humanos, e como tal, se constituíram como síntese social de seu tempo histórico e jamais teriam chegado à posição de poder sem a participação decisiva e insubstituível do povo. A história, por sua vez, é síntese da ação social humana impulsionada pelas contradições que interpelam a humanidade cotidianamente, e de variadas formas, a superá-las. Diante do exposto, entendemos que mesmo os grandes feitos individuais trazem em si a sociabilidade contida no indivíduo como síntese de seu tempo.

A partir dessa compreensão, entendemos que o *indivíduo isolado* construtor e senhor da história é pura metafísica, só existe no plano teórico, ou como imaginação fantástica. Como diria Marx (2008), trata-se de *robsonadas* dos apologistas do liberalismo, que mitificam o indivíduo para justificar a posição de domínio e de controle da produção social, exercida por poucos homens. Criam-se imagens fantasiosas das qualidades gerais humanas sintetizadas num indivíduo, dando origem aos heróis como paradigma humano liberal, responsáveis pelo fazer histórico, legitimado pelo método positivista de interpretação da história e das relações sociais.

Essa visão *fantástica* na análise da história sustentada pelo positivismo, se somou ao pragmatismo, à negação da teoria revolucionária no plano político e ambos invisibilizaram o povo, negando-o como sujeito histórico. Resultou dessa simbiose metodológica liberal a desarticulação da FPA de suas bases populares e a perspectiva da luta de classes foi substituída pela disputa entre indivíduos pelo poder.

Além disso, o pragmatismo usado como método aplicado à política levou os dirigentes da FPA ao ativismo desenfreado, que não os permitiu (nem eles se permitiram) *levantar a cabeça, olhar para frente e ver a direção para onde estavam conduzindo a FPA e o Governo*; dessa maneira o horizonte político se encurtou, voltou-se para o aqui e agora, o projeto deixou de ser a construção da nação e do estado, deixou de ser a emancipação dos trabalhadores e passou a ser o projeto eleitoral da próxima eleição.

Sendo assim, quando os dirigentes da FPA falavam “o nosso projeto” estavam dizendo: “a minha eleição ou reeleição”, e tão somente, o povo foi deixando de se ver no tal *projeto*, pois o horizonte estreitou-se tanto que só comportava o candidato, não cabia o povo. Em linhas gerais, pode-se dizer que a tática foi erguida à condição de *fim em si* e a estratégia esboroou-se, ou dito em linguagem filosófica, tratou-se da subsunção da estratégia pela tática.

Do ponto de vista teórico-prático, a FPA guiou-se pelo ecletismo metodológico burguês: no plano da análise da história predominou o positivismo e no âmbito da política, o pragmatismo. Esse hibridismo de direita, que foi crescendo com o passar dos anos no interior dos partidos da Frente, até se tornar hegemônico na formulação da política da FPA, asfixiou e enfraqueceu tanto a fenomenologia humanista libertadora, quanto o materialismo histórico-dialético, materializado no cerco e isolamento de seus representantes tratados como *ameaça ao êxito do projeto*, desdobrando-se no deslocamento dessas lideranças para a periferia dos centros decisórios dos partidos e do governo. Criou-se a partir dessa nova realidade as condições para que a Frente se tornasse na prática cada vez menos *popular*.

Essa realidade, produto da concepção do indivíduo isolado implicou naquilo que Kosik (2002) denomina a *não-razão*, que, no caso do Acre, se materializou a partir do afastamento da FPA, e de suas lideranças mitificadas, do povo. Esse mesmo povo que, por sucessivas eleições, *nos* reconduziu ao poder, não se reconhecia mais em nossos dirigentes; sob o ponto de vista do imaginário popular, não havia mais razão da continuidade desse projeto de poder. O *mito* do indivíduo isolado construtor da história, tornou-se *não-razão*.

No que se refere à análise das classes e da luta entre elas no Acre, a história da FPA pode ser dividida em dois momentos bem nítidos: 1) antes do poder, cuja marca distintiva foi a acumulação de forças na luta de classes em vinculação orgânica com o proletariado acreano; 2) depois do poder, veio a perda do vínculo orgânico com o proletariado e a adesão à lógica da política tradicional burguesa, que nós denominávamos em linguagem propagandística de *velha forma de fazer política*.

Ao analisar esses fatos e buscando compreendê-los melhor, tomamos por analogia a relação entre *polo dominante* e *polo determinante*, a que se refere Barata-Moura (1977) a partir da interpretação da contribuição de Mao (2004), por meio do qual, chegamos ao entendimento que a FPA se constituiu, por algum tempo, em *polo determinante* da luta pela superação da contradição maior da sociedade burguesa, ou seja, a oposição capital-

trabalho. Entretanto, mesmo quando foi politicamente vitoriosa, não conseguiu que seu programa se constituísse em *polo determinante e dominante*, não tornou hegemônico seu programa fundador.

A questão que surge diante dessa constatação é: por que houve essa viragem de orientação e de atuação política da FPA? Por que isso se deu? Ao nos debruçarmos sobre essa questão pudemos atestar que, no interior dessa unidade, operou a contradição permanência *versus* renovação. Entenda-se a permanência como a reificação da perspectiva burguesa de sociedade e da luta política, ao passo que a renovação representa os interesses de emancipação do proletariado. Nesse sentido, adquire relevância a reflexão de Barata-Moura (1977): “de modo algum, é por contingências do acaso, ou por escolha arbitrária de quem quer que seja, que, numa dada contradição, há um polo que aparece como destinado a conduzir o seu desenvolvimento e outro que acabará como ‘vencido’, ou ‘superado’”. (BARATA-MOURA, 1977, p. 342). Por essa, razão podemos chegar ao entendimento que a prevalência de um dos polos da contradição não se dá por uma evolução *natural*, como acreditam os defensores da tese da *fadiga de poder*, tão pouco é obra individual da vontade arbitrária de um indivíduo isolado, trata-se, pois, da síntese de blocos de forças que se opõem como vontades coletivas em movimento. Nesse sentido, houve uma negligência em desenvolver um esforço coletivo para fortalecer a renovação com permanência num sentido progressista, ou seja, de seguir avançando nas conquistas sociais, renovando as forças por meio da formação de novos quadros políticos comprometidos com a emancipação humana, para que o bloco de forças de esquerda no poder permanecesse governando.

Diante de tal negligência, fortaleceu-se o polo conservador da contradição, ou seja, de manutenção das relações baseadas e decorrentes da alienação capitalista. Nesse sentido, a relação de unidade e luta entre essas duas tendências no interior da Frente foi, no decorrer do tempo, se definindo em favor da manutenção *do status quo*, ou seja, o polo da *permanência* se constituiu em *dominante e determinante*, portanto, hegemônico, cujo marco foi a nossa ascensão ao Governo do Acre, em 1 de janeiro de 1999. Com isso, não estamos dizendo que a causa da mudança de perspectiva histórica dos dirigentes da FPA foi a ascensão ao poder, não se trata disso, tal viragem de perspectiva poderia ocorrer (em certa medida ocorre) mesmo fora do poder, não é o poder o elemento decisivo para a definição da perspectiva histórica dos protagonistas da política, sejam eles pessoas ou grupos. Quanto a isso, entendemos que as razões são de natureza teórico-práticas e político-metodológica. Nesse aspecto, Lenin (1988) nos fornece a pista para

encontrarmos as raízes da determinação da mudança de rumos históricos dos dirigentes da FPA: “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.” (LENIN, 1988, p. 18), tampouco, *governo revolucionário*. Ou seja, entendemos que esse fato se explica mais pelo desprezo pela teoria que sintetiza mais de duzentos anos de luta do proletariado contra a opressão burguesa e adoção do pragmatismo, do que pela ascensão ao governo em si; o que a atuação nas instâncias de poder fez foi, apenas, revelar a essência dos seus agentes. Por isso, a ascensão da FPA ao governo serve apenas como marco para referenciar nossas análises, porque é a partir dele que essas características conservadoras de grupos e pessoas que atuavam no interior da Frente tornar-se-ão nítidas.

Portanto, num dado momento essa hegemonia conservadora corroeu o próprio programa originário do bloco de forças no poder, alterando o conteúdo político da aliança, desviando-a de seus objetivos estratégicos, *reificando* a prática imediata como um fim em si mesmo.

Em sentido gramsciano, pode-se dizer que a partir do momento em que o polo da permanência (liberal) tornou-se hegemônico na Frente Popular do Acre, esse bloco de forças, enquanto *homem coletivo*, operou como *intelectual tradicional* e não mais como *intelectual orgânico*, pois atuou para manter os trabalhadores na condição de subalternidade. Inclusive, educando-os para a subalternidade como constatamos ao analisar o projeto de Educação Profissional implementado a partir de 2005, cujo marco foi a implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional – IDM; por isso o tomamos como objeto de nossa investigação.

O Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional foi implantado por meio da Lei nº 1.695, de 21 de dezembro de 2005, cuja minuta foi discutida no *Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional*, realizado em outubro do mesmo ano em Rio Branco, sob a condução da antiga Gerência de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação – GEPRO/SEE. Esse processo transcorreu no contexto da edição, em âmbito nacional, do Decreto do Presidente Lula n. 5154/2004 que possibilitou às unidades federadas construir currículos integrados, ou seja, unificando Educação Profissional e Ensino Médio, ao mesmo tempo o referido Decreto, revogou o de n. 2208/1997, editado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do qual se aprofundou o dualismo educacional na etapa final da Educação Básica nacional.

A partir do advento daquele Decreto Presidencial, na prática, Ensino Médio e Educação Profissional seriam desenvolvidas como duas linhas paralelas. Dessa forma, os trabalhadores e/ou seus filhos deveriam seguir o caminho da profissionalização,

estimulados pelo sofisma da garantia da empregabilidade por meio da formação profissional, e para a classe abastada e/ou trabalhadores em melhores condições de vida, a formação geral propedêutica para o prosseguimento dos estudos em nível superior.

O Decreto editado pelo governo Fernando Henrique, se inspirava no Parecer CEB/CNE nº 15/1998 e Resolução CEB/CNE nº 03/1998, que instituíram o currículo por competências no Ensino Médio, somados ao Parecer CEB/CNE nº 16/1999, que fez uma apreciação das bases legais e pedagógicas da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional – DCN-EP do CNE, documento que serviu de base para a aprovação Resolução CEB/CNE nº 04/1999 que estabeleceu as DCN-EP.

Ambos os documentos representaram a atualização da teoria do capital humano, se fundamentaram na perspectiva neo-tecnicista e neo-escolanovista da pedagogia das competências e das metodologias ativas, atualizadas ao contexto da reestruturação produtiva verificada nas duas últimas décadas do século XX, que alterou o panorama econômico e político do modo de produção capitalista. Essa viragem operada na produção repercutiu em todos os âmbitos da vida social e, em decorrência disso, as reformas educacionais impulsionadas pelos organismos econômicos internacionais objetivavam formar o cidadão produtivo no contexto da flexibilização, tanto da produção quanto das relações de trabalho.

O Decreto n. 5154/2004 representou o rompimento com essa orientação, razão pela qual revogou o anterior de n. 2208/1997. Isso se deveu por estar baseado noutro princípio, o da unificação educacional, tinha como fundamento educativo o trabalho como mediação de primeira ordem entre humanos e natureza, por meio do qual se visava a formação omnilateral, que busca “levar em conta todas as dimensões humanas que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico.” (FRIGOTTO, 2012b, p. 267), ou seja, de desenvolvimento das capacidades de trabalhar manualmente e intelectualmente, unificando as dimensões *razão* e *experiência* no âmbito da educação escolar.

No entanto, apesar do Ministério da Educação no primeiro Governo Lula estar empenhado na implantação de um projeto educativo cujo fundamento era emancipação dos trabalhadores do trabalho alienado. Diante disso, o Governo de Jorge Viana, mesmo pertencendo ao mesmo partido do Presidente e ter no seu núcleo dirigente os mesmos partidos que constituíam a aliança nacional, em seu segundo mandato, optou no processo de implantação do IDM, por implementar a orientação educacional neoliberal e neo-

tecnicista herdada do governo Fernando Henrique e seu Ministro da Educação, Paulo Renato.

Essa disparidade entre a política educacional nacional desenvolvida pelas forças de esquerda e a que foi praticada pelo Governo do Acre, representou mais uma manifestação de desconexão *relativa*¹⁰⁹ da política entre a FPA e o projeto nacional de desenvolvimento para o país naquela conjuntura. Tratou-se da consequência direta, além dos elementos já citados, de um precário acúmulo de debate no âmbito da Frente sobre a realidade do país e o papel estratégico da unificação educacional para o desenvolvimento nacional.

Ao analisarmos esse processo nos seus aspectos gerais e específicos, guiados pelo materialismo histórico-dialético, como método da investigação, chegamos ao entendimento de que as contradições que se manifestaram no processo de implantação do IDM no Acre decorrem da que é a fundamental da sociedade capitalista, qual seja: “a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia” (ENGELS, 1988, p. 324). De onde resulta uma série de contradições secundárias, que guardam em si as determinações históricas das múltiplas dimensões da sociedade, reproduzindo em escala reduzida a mesma oposição capital *versus* trabalho que se verifica de maneira geral na sociedade capitalista, com manifestações particulares e singulares em cada realidade historicamente constituída.

Foi, pois, no âmbito dessa contradição fundamental do modo de produção capitalista no contexto de suas mais recentes reestruturações, que a opção por um projeto dual de educação na implantação do IDM esteve condicionada, refletiu o nível de compreensão dos dirigentes da FPA na época e deveu-se a três razões fundamentais: a) Desconexão relativa da FPA do projeto nacional de desenvolvimento em curso no país naquele momento e a incompreensão da importância estratégica da integração da Educação Profissional com o Ensino Médio para o seu êxito; b) Os dirigentes da FPA confundiram o projeto de unificação educacional que embasava o Decreto nº 5154/2004 com o tecnicismo do período militar normatizado pela Lei 5692/1971, ou seja, não compreenderam que o decreto editado no primeiro governo do Presidente Lula se

¹⁰⁹ Nos referimos como desconexão *relativa* da FPA do projeto nacional de desenvolvimento implementado no primeiro Governo Lula, porque em muitos aspectos pode se verificar unidade entre a orientação nacional e local, portanto não se trata de um apartamento total e absoluto da linha política entre as duas esferas de atuação das forças que compunham ambos os governos.

fundamentava numa perspectiva de formação humana integral, omnilateral, que concebe o trabalho como mediação de primeira ordem, fundamento ontológico da formação humana. Portanto, se difere no conteúdo e na forma, do projeto tecnicista de educação voltado para formar mão de obra para atender as demandas do mercado, como proposto pelos militares a partir de 1971; c) movidos pelo fetiche da competição entre os Estados para acessar os recursos do PROEP instituído pelo acordo MEC/BID, optaram pela instituição de uma autarquia com autonomia administrativa, financeira e pedagógica para gerir a Educação Profissional desdobrando-se na adesão acrítica ao currículo por competências e as metodologias ativas.

Essa opção, no âmbito da educação, é apenas um dos aspectos que atestam o quanto a FPA se afastou dos ideais de emancipação humana que lhe deram origem, representou dessa forma uma contradição particular e que serviu de mediação da contradição principal da sociedade capitalista nos termos desenvolvidos por Mao (2004) e Barata-Moura (1977), notadamente, produção social em oposição a apropriação capitalista privada (ENGELS, 1988), a qual se sustenta sob o trabalho alienado tanto na sua dimensão material, quanto imaterial, onde se situa a dualidade educacional.

Como explicitado anteriormente, no tópico 3.4, os modos de produção fundamentados no trabalho alienado, mas sobretudo o capitalismo, roubam do trabalhador não apenas os frutos materiais do trabalho social, mas também o patrimônio cultural imaterial dele resultante, como por exemplo, o conhecimento e o meio para acessá-lo. Assim, o trabalhador só recebe o mínimo material e imaterial necessário para que se mantenha vivo produzindo. Por esse motivo, no capitalismo o conhecimento se reverte em meio de produção fundamental tanto quanto a matéria prima e as máquinas, como destaca Saviani: “Conseqüentemente, a expansão da oferta de escolas consistentes de modo a atender a toda a população, significa que o saber deixa de ser propriedade privada para ser socializado” (SAVIANI, 2011, p. 85), razão pela qual, considera a socialização do conhecimento parte estratégica da luta pelo socialismo.

A contradição geral do modo capitalista de produção desdobra-se no âmbito educacional, na polarização dos dois projetos de escolarização refletindo interesses opostos das classes fundamentais em disputa na sociedade. Diante disso, decorre que “a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral.” (GRAMSCI, 2004, p.32) ou seja,

uma escola para os ricos distinta da oferecida aos trabalhadores como reflexo direto da crise estrutural do modo de produção capitalista.

Essa contradição segue viva nos dias de hoje, sobretudo agora, em tempos de quarta revolução científico-tecnológica desse modo de produção dialeticamente mutante.

Destacamos ainda que, na análise de nosso objeto de investigação, procuramos responder à questão que motivou a nossa pesquisa: *Quais os interesses e fundamentos teóricos embasaram os dirigentes da FPA na definição de um projeto dual de educação, expresso na implantação em 2005 do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional, separado da educação básica com autonomia administrativa, financeira e pedagógica?*

Pelos já exposto até aqui, fica mais ou menos fácil compreender que no plano econômico os interesses que motivaram a implantação desse projeto educacional se alinhavam a necessidade de responder às necessidades, ou para utilizar as expressões dos gestores do IDM, *as demandas do mercado*, que por sua vez, se movem pela necessidade desmesurada de acumular capital, em detrimento das necessidades humanas.

Esses interesses econômicos no início dos anos 2000, estavam articulados politicamente com a corrente neoliberal, a quem interessava o estabelecimento de um Estado mínimo para o povo e máximo para o capital. Portanto, um Estado que estivesse a serviço da reestruturação produtiva em curso, caracterizado sobretudo pela terceirização da força e dos processos de trabalho, desregulamentação da legislação trabalhista, desmonte da estrutura de proteção social dos trabalhadores, agravamento do desemprego estrutural e enfraquecimento dos sindicatos e a independência do banco central, de modo a favorecer a política de juros altos que beneficiava os ganhos de capital em detrimento do trabalho, a chamada política rentista.

Concepção explicitada pelo, então, Gerente da GEPRO e futuro Diretor do IDM, durante o Primeiro Encontro Estadual de Educação Profissional do Acre, que definiu as linhas gerais da política estadual da Educação Profissional. Na ocasião, expressou claramente que considerava *errado o crescimento do serviço público* (SOUSA, MACEDO, PAIVA, 2005), falando na época, ao que tudo indica pelo contexto da fala, sobre as dificuldades financeiras do Estado do Acre, mas no fundamental, reproduzindo no discurso o conteúdo neoliberal do estado mínimo, mais uma vez em descompasso com as políticas inclusivas do Governo Lula no mesmo período.

No plano dos fundamentos filosófico-políticos e teórico-metodológicos, prevaleceu, no âmbito específico da reforma da Educação Profissional no Acre, o pragmatismo estadunidense, impulsionado pela ação política geral em curso no Governo,

mas também, pela influência do Ministério da Educação exercida desde a gestão do Ministro Paulo Renato Souza que, por meio das assessoria técnica do próprio Ministério e da UNESCO, disseminaram essa perspectiva metodológica, como base epistemológica da pedagogia das competências e das metodologias ativas, por meio do qual seduziram muitos educadores em todo o Brasil, dentre os quais, toda a equipe de Educação Profissional do Acre, capturados pelo feitiço do discurso neo-escolanovista.

Pelo exposto, concluímos que a reforma da Educação Profissional no Acre, consubstanciada na implantação do Instituto Dom Moacyr de Educação Profissional – IDM, se sustentou em cinco pilares, a saber:

- Na análise da história: prevaleceu o positivismo;
- No plano econômico-político: no *neoliberalismo* para atender demandas do mercado com vistas à reprodução ampliada do capital;
- No plano filosófico: o pragmatismo estadunidense como método;
- No plano pedagógico: hegemonia da pedagogia das competências;
- No plano didático: as metodologias ativas.

A investigação do processo de implantação da Educação Profissional no Acre traz importantes indicações que possibilitam entender melhor como se deu a derrota da FPA e por que o Acre se tornou um dos estados mais bolsonaristas da federação, mesmo tendo sido governado vinte anos por uma frente de esquerda, além de se constituir em capítulo indispensável para o necessário, mas até agora não realizado, balanço crítico e autocrítico dessa primeira, e mais longa, experiência de governo popular na Amazônia.

Tarefa que consideramos inadiável, pois, se quisermos nos constituir como nova alternativa de poder aos olhos do povo, necessariamente nós teremos que passar em revista a esses erros e insuficiências.

E por que nos parece o caminho da autocrítica mais efetivo do que o de ficar tecendo loas a nós mesmo?

Primeiro, porque durante os vinte anos em que a FPA esteve no poder, a propaganda de governo inundou a mente do povo da forma mais sofisticada que dispúnhamos e que o dinheiro público pode pagar, de uma fantástica propaganda de nossos êxitos. Todavia, esse caminho não foi capaz, por si só, de impedir que fôssemos afastados do poder, razão pela qual estamos convencidos que nossa derrota se deve aos nossos erros que suplantaram em qualidade nossos acertos e conquistas legados desse período, que, como já dissemos, foram muitos e significativos. Nesse quesito, na relação

contraditória erros e acertos, entendemos que os primeiros tiveram caráter estratégico, ao passo que os segundos foram mais de natureza tática e conjunturais.

Em Segundo lugar, entendemos que o povo já fez o balanço crítico do legado da Frente Popular e foi severo em seu julgamento. Esse foi o entendimento que chegamos ao analisar as últimas eleições de 2018: perdemos para Governador do Acre, Bolsonaro teve no Acre um dos maiores percentuais de voto do país, nenhum dos dois candidatos do PT ao Senado foram eleitos, entre eles, Jorge Viana. Elegemos apenas uma Deputada Federal (Perpétua Almeida – PCdoB) e elegemos apenas dois Deputados Estaduais (Daniel Zem – PT e Edvaldo Magalhães – PCdoB); nas eleições de 2020 o PT elegeu quatro prefeitos, o que em se tratando de Acre não é um resultado desprezível pois corresponde a 18% das prefeituras, dentre elas a de Xapurí simbólica para o Partido; contudo em Rio Branco, centro político do Estado, nossa candidatura teve insignificantes 4% dos votos e não conseguimos eleger um vereador sequer; na última eleição de 2022, fomos literalmente amassados, o inepto Gladson Cameli, respondendo à vários processos por corrupção, na disputa para o Governo, derrotou Jorge Viana no primeiro turno, novamente não elegemos Senador e dessa vez nenhum Deputado Federal, tivemos que nos contentar com apenas uma cadeira no parlamento estadual, conquistada pelo Dep. Edvaldo Magalhães do PCdoB. Essa foi, pois, a conclusão a que chegou o povo depois de fazer o balanço do legado da FPA.

A defesa que fazemos de um balanço crítico e autocrítico da Frente Popular não pode ser confundida com sessões de lamúrias, autocomiseração ou de escarnecimento mútuos, pelo contrário, a autocrítica é *conditio sine qua non* para que possamos nos levantar depois da queda; é condição para incorporarmos e superarmos nossos erros, para que possamos acertar nossos ponteiros com a história e nos reconciliarmos com o povo de quem nos divorciamos. A autocrítica é base para um *novo programa* que una forças políticas populares entre si, base para uma *nova aliança com o povo*.

Fora disso, a insistência em não passar em revista esses erros, ou a realização de um reconhecimento protocolar de nossas falhas, contrastando com uma prática que insiste em reafirmá-las, conduzirá inevitavelmente a todas as forças políticas populares e, principalmente, o povo do Acre a uma *pêia*¹¹⁰ que se estenderá por séculos, até que sejamos capazes de reconhecer que em alguma medida erramos, ou que surjam novas

¹¹⁰ Em linguagem acreana *pêia* significa surra, pisa, açoite.

gerações de combatentes populares que incorporem nossos acertos e erros e nos superem, consigam ir até onde não fomos capazes de ir.

Por fim, destacamos que uma tarefa dessa magnitude só pode ter êxito se for realizada coletivamente e até onde tenhamos assimilado a compreensão de sua necessidade, jamais será obra individual. Nesse sentido, as notas críticas que aqui apresentamos são parciais e carecem em muito de precisão; refletem, portanto, o nível de compreensão a que chegamos da teoria revolucionária e de nossa realidade material, são por isso, também, passivas de críticas, não têm caráter conclusivo, quando muito, fecham um ciclo de estudo também parcial, limitado por nossa existência social. Quando muito, temos a pretensão de quem sabe, inaugurar um novo ciclo de debates, no qual possamos aprimorar nossos olhares sobre a realidade que nos cerca para que possamos fortalecer a luta pela emancipação do proletariado em nossa nação e, conseqüentemente, no Acre.

Dito isso, por uma questão de método e de princípio de classe, afirmamos também que todas as críticas feitas a essa exposição que tornamos pública, síntese de nossas pesquisas e esforço analítico dos dados empíricos e teóricos a que tivemos acesso, que vierem pela pedagogia como ciência da educação, pela antropologia, que atestem insuficiências e erros nesse campo, assim como na análise histórica, bem como, da sociologia e da política, que identifiquem insuficiências e equívocos serão incorporadas, desde que não tenham como fundamento o liberalismo e a reificação da opressão de classe, pois se assim for, interpretaremos como ataque ao projeto de emancipação do proletariado e não como crítica, serão portanto, rechaçadas.

REFERÊNCIAS

- ACRE (Estado). **Novo Acre**. Plano de Ação 1972-1974. Rio Branco: SERDA, 1972.
- ACRE (Estado). **Plano de Educação Profissional** (esboço documento básico). Rio Branco, SEE, 2000.
- ACRE (Estado). **Mensagem Governamental Nº 773 de 8 de dezembro de 2005**, que cria o Instituto Estadual de Educação Profissional, como Autarquia Estadual e dá outras providências. Rio Branco: ALEAC, 2005.
- ACRE (Estado). **Relatório de Gestão – Período 2003 – 2006**. Gerencia Pedagógica e Curricular. Rio Branco, IDM, 2006.
- ACRE (Estado). **Avaliação do PEP -ACRE 2000**. Rio Branco, IDM, 2007.
- ACRE (Estado). **Plano Estadual de Educação Profissional e Tecnológica 2009 – 2016**. Rio Branco, IDM, 2009.
- ACRE (Estado). Lei Estadual Nº 3.399, de 30 de julho de 2018. Institui no Calendário Oficial do Estado o Dia da Cultura Ayahuasqueira. Disponível em: <http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/2156>. Acesso em: 13/12/2023.
- ACRE (Estado). **Decreto Governamental Nº 6.129 de 09 de junho de 2020** DOE de 22/07/2019.
- ACRE (Estado). **Decreto Governamental Nº 3.316 de 18 de julho de 2019**. DOE de 01/07/2020.
- ACRE (Estado). **Decreto Governamental Nº 11.281 de 18 de julho de 2023**. DOE de 17/07/2023.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. (Org.) SADER, Emir e GENTILI Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1978.
- ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. *In* ALTHUSSER, Louis e BADIOU, Alain. (org.) **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. – 2ªed. – São Paulo: Boitempo, 2020.
- AQUINO, Terri Valle de. **Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília – UNB. Brasília – DF, 1977.
- AQUINO, Terri Valle de. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Povos e Terras Indígenas do Acre: cadernos temáticos**. SEMEIA – ZEE, Rio Branco – AC, 2005.
- ARISMENDI. Alcira Legaspari. **Pedagogía y Marxismo**. La Habana, Editora Nacional de Cuba. 1965.

BACON, Francis. **Novo órgãoon** [Instauratio Magna]. Tradução e notas de David M. Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BADIOU, Alain. O (re) começo do materialismo dialético. In ALTHUSSER, Louis e BADIOU, Alain. (org.) **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo, 1979.

BADARÓ, Leônidas. Mediadores e terceirizados do IDM protestam por salários atrasados. **AC24horas** – sítio de notícias do Acre, Rio Branco, 22/03/2019. Disponível em: <https://ac24horas.com/2019/03/22/mediadores-e-terceirizados-do-idm-protestam-por-salarios-atrasados/>. Acesso em 13/09/2023.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p.150-169, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/W4wF5fP8TNg8kmZ6JVFv9tf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 02/02/2022.

BARATA-MOURA, José. As teses das teses. In **O Militante** – Revista do Partido Comunista Português - PCP N.º 263 março/abril de 2003. Disponível em: <https://www.pcp.pt/publica/militant/>. Acesso em 06/02/2022.

BARATA-MOURA, José. **Materialismo e subjetividade** – estudos em torno de Marx. Lisboa: Avante, 1997.

BARBOSA, Rui. **O direito do Amazonas ao Acre Setentrional**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. A crise subterrânea da “velha toupeira capitalista”. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo. (Org.) **A grande crise capitalista global 2007 – 2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 23 – 34.

BEZERRA, Maria José. **Invenção do Acre: um olhar social sobre a história institucional da região acreana**. Rio Branco. EAC Editor, 2016.

BRANDÃO, Otávio. **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil**. 2ª edição. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 2006.

BRASIL, Presidência da República, **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em 19/03/2024.

BRASIL, Parecer nº 76/75, de 23 de janeiro de 1975, do CFE. O ensino de 2º grau na Lei 5.692/71. In: **Documenta nº 170**, Rio de Janeiro, jan. 1975.

BRASIL, Presidência da República, **LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm. Acesso em 06/03/2022.

BRASIL, Presidência da República, **LEI Nº 6.767, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16767.htm. Acesso em 05/03/2022.

BRASIL, Senado da República, **Emenda Constitucional N° 14/1980**. <https://legis.senado.leg.br/norma/593616/publicacao/15814022>. Acesso em 06/03/2022.

BRASIL, Senado da República, **Emenda Constitucional N° 22, de 29 de junho de 1982**. Disponível: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181456>. Acesso em 05/03/2022. Acesso em 05/03/2022.

BRASIL, **Lei n° 7.044 de 18 de outubro de 1982**. Altera os dispositivos da Lei n° 5692/197, referente à profissionalização do ensino de 2° grau. Diário Oficial da União – sessão 1, p. 19539. Brasília – DF, 19 out. de 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 agosto de 2023.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB N° 16/1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação profissional. Brasília MEC. 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em 01/08/2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Relatório das atividades do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, 2000**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/relativ2000.pdf>. Acesso em 27/06/2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Profissional: Concepções, experiências, problemas e propostas: Anais. 2003**. Disponível: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/semina_ept03_anais.pdf. Acesso em 27/06/2022.

BRID, Sônia e GREENWALD, Glenn. Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma. Portal G1/ FANTASTICO. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/documentos-revelam-esquema-de-agencia-dos-eua-para-espionar-dilma-rousseff.html>. Acesso em 11/06/2024.

BUKHÁRIN, Nicolai. **A teoria do materialismo histórico**: manual popular de Sociologia Marxista. São Paulo, Edições Caramuru, 1933. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/index.htm>. Acesso em 07/12/2022.

BUKHÁRIN, Nicolai. Teoria e prática do ponto de vista do materialismo dialético. **Revista Novos Rumos, [S. l.]**, v. 58, n. 1, p. 7–20, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12085>. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, Ano: LXIII - N° 113, 16 julho 2008, p. 33062- 33063.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Perp%C3%A9tua+Almeida&txPartido=PCdoB&txUF=AC&dtInicio=15%2F07%2F2008&dtFim=27%2F11%2F2008&txTexto=ayahuasca&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>. Acesso em: dez. 2023. Discurso da deputada Perpétua Almeida-PCdoB.

BOFF, Clodovis. **Deus e o homem no inferno verde**: quatro meses de convivência com as CEBs no Acre. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes; SOUZA, José dourado de. **Acre, uma história em construção**. Rio Branco, Governo do Estado do Acre, Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 1985.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categoria e leis da dialética. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2004.

CIAVATTA, Maria e FRIGOTTO, Gaudêncio. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou ser humano emancipado? *In* FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. (Org.) **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CIAVATTA, Maria. Estudos comparados sobre formação profissional e técnica. *In* FRIGOTTO, Galdêncio e CIAVATTA, Maria. (Org.) **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. *In* FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. (Org.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4ª ed. São Paulo, Expressão popular, 2016.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental**. São Paulo: Cortez; Rio Branco-AC: Universidade Federal do Acre. 1992.

COSTA, Homero. Os Partidos Políticos no Acre (1945-1978). *In* **Cadernos da UFAC** nº02, Rio Branco-AC, Universidade Federal do Acre, 1992, pág. 43-65.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: Subsídios para a história do território do Acre. 2ª ed. Brasília – DF, Editora Nacional, 1973.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da história**. 3ª ed. Porto – POR: Livraria Chandron, 1922.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, n. 111, p. 47–69, dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/pRhmsfZzzTNp76ZqhrWwCvJ/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 9 de set. 2023.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. **O papel da escola entre os povos indígenas**: de instrumento de exclusão a recurso para a emancipação sociocultural. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoe**; tradução de Sergio Flaksman; organização, introdução e notas John Richetti. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DELORS, Jaques. Educação: Um Tesouro a Descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Brasília: UNESCO, 2010.

DEWEY, John. **Educação e Democracia**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4ª ed. – São Paulo: Ed. Nacional. 1979.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a Bloch, 21 e 22 de setembro de 1890. In: **Obras escolhidas de Marx e Engels**, tomo III, São Paulo, 1988.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. In MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008, pp. 273 – 285.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**; Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**; Tradução Vinicius Matteucci de Andrade Lopes. São Paulo: Hedra, 2020b.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da Escola: educação e Trabalho no capitalismo**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. – Porto Alegre – RS. Artes Médicas. 1989.

Federação de Teatro do Acre, Org. **FETAC e o teatro acreano**. Rio Branco: Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**, Petrópolis: Vozes, 1976.

FERNANDES, Florestan. (Org.) **Marx e Engels: História**. São Paulo. Editora Ática. 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo. Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Marcos Inácio. **PT: A expressão política de amor ao Acre**. Natal – RN, Offset Editora, 2018.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Porque perdemos a batalha da borracha**. Manaus, Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

FERRINGTON, Benjamin. **A Ciência Grega e o que significa para nós**. Tradução de João Cunha de Andrade e Lívio Xavier. São Paulo, IBRASA, 1961.

FPA – Frente Popular do Acre. **Plano de Governo 2003-2006: Cuidando Bem do Acre**. Rio Branco: FPA, 2002.

FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. Acre: entre o velho e o novo. **Revista Inter – Legere**, Reflexões, PPGCS – UFRN, Natal – RN, v.1, Nº 05, p. 129 – 146, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/issue/view/319>. Acesso em 28/07/2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e profissionalização do educador: novos desafios. In SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILLI Pablo (Orgs.). **Escola S.A.** Brasília, CNTE, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 12 de fevereiro de 2009. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 09, pp 129-136. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/155/265>. Acesso em 28/07/2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional. In CIAVATTA, Maria (Org.). **Gaudêncio Frigotto**: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012a. Parte II, cap. 5, p. 159 – 176.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) **Dicionário da educação do campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b. 267 – 274.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In GOMEZ, Carlos Minayo [et al]. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012c.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, p. 228-248, jul.-dez. de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729/2296>. Acesso em 04/12/2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. CALDART, Roseli Salette. (org.). **História, Natureza, trabalho e educação/ Karl Marx e Friedrich Engels**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre – RS: L&PM, 2017.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xf4Jt77zfhJf86QSVGTdSZK/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 01/02/2022.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume II, Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume III, Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume I Introdução ao estudo de filosofia; A filosofia de Benedetto Croce; Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá – PR, nº 1, v.1, jan./jun. 2001. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38750/20280>. Acesso em 15 de jun. 2023.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses; com colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. – 4ª ed. – Petrópolis – RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora universitária São Francisco, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991** / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo**; tradução Donaldson M. Garschagen – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOSIK, Karel. O indivíduo e a história. **Revista Novos Rumos**. Marília – SP, n. 1, v. 51, 30 de jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8219/5279> . Acesso em 31 de jul. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In FIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e crise do trabalho**. 12ª ed. Petrópolis – RJ, Vozes, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4ª ed. São Paulo. Alfa-Ômega 1978.

LENIN, Vladimir Ilich. **Materialismo e empiriocriticismo**. Lisboa, Edições Progresso. 1982.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo. Global, 1987.

LENIN, Vladimir Ilich. **Que Fazer?** As questões palpitantes de nosso movimento. São Paulo. HUCITEC, 1988.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução: o que pensa o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladimir Ilich. Prefacio a la Colección de los Doce Años 1907 (Prefácio à Coleção doze anos 1907). In: **Obras Completas**. Tomo XIII. 2ª edição. Buenos Aires. Editorial Cartago, 1969.

LIMA, Elizabeth Miranda. MONTYSUMA, Hildo Cezar Freire. A reforma educacional no Brasil como reflexo da reestruturação capitalista global. In **Qualidade e políticas**

públicas em educação. ALFERES, Marcia Aparecida. (org.). Ponta Grossa – PR, Atena Editora, 2018.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil:** ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil; introdução de J.W. Gough; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** Tradução Giovanni Semeraro - Aparecida – SP: Ideias & Letras. 2006.

MACHADO, Altino. **Aos mestres da ayahuasca.** Blog do Altino. 2010. Disponível em: <http://www.altinomachado.com.br/2010/04/aos-mestres-da-ayahuasca.html>. Acesso em: 13/12/2023.

MAIA, José Sávio da Costa. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da socidiversidade no vale do Rio Acre na virada do Século XX:** O caso dos trabalhadores extrativistas. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, 2009.

MANACORDA, Mário Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci:** Americanismo e conformismo, [tradução Wilian Laços]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MARGHERITIS, Ana e PEREIRA, Anthony W. A América Latina e o “Consenso de Washington”. In Instituto Português de Relações Internacionais – IPRI, Lisboa, v. 1, n. 4, p. 89-101, dez. 2004. <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/81-relacoes-internacionais-n-4>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial.** Rio Branco: EDUFAC. 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas; Supervisão editorial Leandro Konder; tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavine Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista;** Organização e introdução Osvaldo Coggiola; [tradução do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. 1ª ed. Revista – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A sagrada família,** ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes; Tradução organização e notas de Marcelo Bakes. 1ª ed. Revista – São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** Trad. Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Grundrisse der kritik der politischen Okonomie [Esboço da crítica da economia política]**. Tradução Mário Duayer, Nélio Schneider, (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle. – 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. – 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MELLO, Thiago de. **Poesia comprometida coma minha e a tua vida**: Pequena história natural do homem que vem vindo do século vinte. 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRHAN, Lejeune. Pra que serve a quarta frota? Portal Vermelho jul. 2008. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/para-que-serve-a-quarta-frota/>. Acesso em 09/06/2024.

MONTYSUMA, Hildo. A rearticulação da IV Frota da Marinha estadunidense, o PL 131/15 de José Serra e a ameaça de golpe no Brasil. Portal Brasil – 247, março de 2016. <https://www.brasil247.com/blog/a-rearticulacao-da-iv-frota-da-marinha-estadunidense-o-pl-131-15-de-jose-serra-e-a-ameaca-de-golpe-no-brasil>. Acesso em 11/06/2024.

MONTYSUMA, Hildo Cezar Freire. **Trabalho docente**: Crítica a partir da tradição Marxiana. Curitiba: Appris, 2020.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Educação: Do *tripalium* da escravatura ao *labor* burguês; Do *labor* da burguesia à *poiésis* socialista. In **Trabalho e Educação**: dilemas na educação do trabalhador. Gomes, Carlos Minayo [et al.]. – 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Edir Figueira Marques. **Educação Básica no Acre, 1962-1983**: imposição ou pressão social? Rio Branco: E.F.M. Oliveira, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. 3ª ed. São Paulo Boitempo, 2011.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton**: cem anos de história nos seringais. 2.ed. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo. In: FERRETI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo**. São Paulo: Xamã, 1999. p. 101 – 120.

PAULA, José Antônio. Notas sobre a economia da Borracha no Brasil. In **Revista de Estudos Econômico**. v. 12, n. 1, p. 63-93, 1 de abr. 1982. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11049> Acesso em: 16/02/2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINTO, Eduardo. A trajetória do pré-sal: a aposta vira realidade. Carta Capital, 17 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-trajetoria-do-pre-sal-a-aposta-vira-realidade/> Acesso em 23/06/2024.

PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. In **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, nº 3. jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/367/315>. Acesso em: 22/02/2024.

POTYGUARA, José. **Terra caída**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2007.

PRADO Jr., Caio. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sN3qXYKkxSYSQNmr6b7gT6K/?lang=pt>. Acesso em 22/02/2024.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870 – 1912)**. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Acre – SEC, 1986.

RANZI, Alceu. **Geoglifos do Acre: passado profundo**. Floreianópolis-SC, Offício, 2021.

RÊGO, José Fernandes. **Acre, o voo da águia**. Recife – PE, Bagaço, 2015.

Revista **Guerrilha do Araguaia**: 1972 – 1982, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1982.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 25ª ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas – SP, Autores Associados, 1993.

SAVIANI, Demerval. **Interlocuções pedagógicas: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2ª ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Demerval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/1004>. Acesso em 28/07/2022.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em 03/07/2023.

SCHAFF, Adam. “O Conceção Marxista do Indivíduo”. In: SCHAFF, Adam, et. al. **Moral e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, pp 74 – 96.

SHANENAWA, Eldo Carlos Gomes. Culturas Indígenas do Acre. In **Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC**, 2016.

SILVA, Clodomir Monteiro da. **O Palácio de Juramidan Santo Daime**: um ritual de transcendência e despoluição. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural), Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

SILVA, Luís Osiris. **A luta pela Amazônia**. Editora Fulgor, São Paulo, 1962.

SILVA, Nilson Euclides da. **Um governo na floresta**: política, mito e história do Acre contemporâneo. São Paulo: Baraúna, 2010.

SILVA, Silvio Simione. Tempos da violência, espaço da resistência. In: PAULA, Elder Andrade de. & SILVA, Silvio Simione. **Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia – Acreana**. Rio Branco. EDUFAC, 2006.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. Tradução: Norberto de Paula Lima. São Paulo. Folha de São Paulo, 2010.

SOUSA, Irailton de Lima, MACEDO, Marília Bezerra de Santana e PAIVA, Jaqueline Rodrigues (Orgs.). **1º Encontro Estadual da Educação Profissional. Relatório geral**: construindo uma política pública de Educação Profissional. Rio Branco, GRAF-SET, 2005.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre**: Novos temas, novas abordagens. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza. 2005.

SOUZA, João José Veras de. Seringalidade: O estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da Floresta. Manus – AM, Valer, 2017.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STÁLIN, Josef. **O materialismo dialético e o materialismo histórico**. 3ª ed. São Paulo, Global Editora, 1982.

TOCANTINS, Leandro, **Formação Histórica do Acre**. 4ª ed. Brasília, Senado Federal. 2001.

WILLIAMSON, John. Depois do consenso de Wasington: Uma agenda para a Reforma Econômica na América Latina. In: **Palestra à Fundação Armando Alvares Peteadó – FAAP**, 1, 2003. São Paulo, Anais. São Paulo: FAAP, 2003. p. 1-10. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/80097744/Depois-Do-Consenso-de-Washington> Acesso em: 26 de out. de 2023.